

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGÜÍSTICA
CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

WALLESKA BERNARDINO SILVA

A relação entre referenciação e argumentação

Uberlândia
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Walleska Bernardino Silva

A relação entre referenciação e argumentação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Curso de Mestrado em Estudos Lingüísticos, do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de concentração: Lingüística e Lingüística Aplicada.

Linha de pesquisa: Estudos sobre texto e discurso.

Tema: Estudos textuais/discursivos envolvidos no processo de construção do sentido do texto na recepção e produção de diferentes gêneros discursivos.

Orientadora: Profa. Dra. Luisa Helena Borges Finotti

FICHA CATALOGRÁFICA

S586r Silva, Walleska Bernardino, 1983-
A relação entre referenciação e argumentação / Walleska Bernardino Silva. - Uberlândia, 2008.
193 f.
Orientadora : Luisa Helena Borges Finotti.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Lingüística.
Inclui bibliografia.
1. Lingüística - Teses. I. Finotti, Luisa Helena Borges. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Lingüística. III. Título.

CDU: 801

Walleska Bernardino Silva

A relação entre referenciação e argumentação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística e Linguística Aplicada.

Uberlândia, _____ de _____ de 2008.

Profa. Dra. Luisa Helena Borges Finotti – UFU/MG

Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia – UFU/MG

Profa. Dra. Marli Quadros Leite – USP/SP

Uberlândia/MG
2008

À minha família querida, Jean, Wiliams,
Marize e Stevan, pelo apoio incondicional
em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Luisa Helena Borges Finotti, pela delicadeza, presteza, compreensão e sabedoria ao longo de toda graduação e pós-graduação;

Aos professores Dr. Luiz Carlos Travaglia e Dra. Carmen Lúcia Hernandes Agustini, pelos aconselhamentos oportunos;

Aos colegas da academia que dividiram comigo as angústias, que não foram poucas;

À FAPEMIG, pela bolsa concedida ao longo de um ano, o que me oportunizou maior dedicação à pesquisa;

Ao Jean, um companheiro maravilhoso que viveu bem de perto todo meu percurso acadêmico, encorajando-me em todas as ocasiões;

À minha família, pelo apoio incondicional, principalmente, nas situações mais delicadas;

A todas as pessoas que de alguma forma colaboraram para a concretização do meu objetivo nesse momento.

“A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos somente ser compreendidos, mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos” (BOURDIEU, 1983, p.160-161).

RESUMO

Embasado pelos estudos da Linguística Textual, este trabalho objetivou verificar de que maneira um dos mecanismos que compõe a malha textual, a referenciação, se relaciona com a argumentação em textos de cunho argumentativo. Partindo da concepção de texto como lugar de construção interacional de sentidos e concebendo os sujeitos como ativos, nossa proposta, que seguiu a perspectiva de base sociocognitiva interacional, foi justificada pela intenção de se perceber como o homem exerce sua capacidade de emitir juízos de valor, por meio do mecanismo lingüístico da referenciação. Para tanto, optamos por focalizar preferencialmente as formas remissivas nominais, cujo antecedente estivesse necessariamente inserido no contexto. As expressões anafóricas nominais contempladas pela pesquisa foram descritas em relação ao tipo; ao nome-núcleo e aos determinantes e modificadores do nome-núcleo. Com isso, objetivamos identificar: a) qual o tipo de anáfora nominal predominante e sua implicação; b) se o nome-núcleo do anaforizante consegue propor viés argumentativo e c) qual o grau de importância dos determinantes e modificadores do nome-núcleo na construção da argumentação. O *corpus* desta pesquisa, de natureza quantitativa e qualitativa, constou de 30 artigos de opinião extraídos de três jornais: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Estado de Minas*. Concebendo o fenômeno referencial como um processo, valemo-nos especialmente dos estudos de Mondada e Dubois (2003), Apótheloz (2003), Maingueneau (2005) e Koch (2003a). Quanto às análises, verificamos que a predileção das retomadas anafóricas foi pela anáfora infiel, com nome-núcleo genérico e descrições definidas antepostas ao nome nuclear. A partir dessa constatação, consideramos que a relação referenciar e argumentar é bastante estreita em função, principalmente, dos termos que acompanham o nome-núcleo, seja em posição anterior ou posterior. Esses termos têm função ímpar para a referenciação, uma vez que determinam o modo como o referente é reapresentado no discurso. Essa reapresentação é marcada por impressões pessoais e é, por isso, que a argumentação está intimamente imbricada nas expressões anafóricas que apresentam algum tipo de determinante, sendo o mais recorrente o artigo definido, favorecido pela presença na mesma expressão anafórica de outro modificador, como um sintagma preposicionado ou uma oração relativa.

Palavras-chave: referenciação, argumentação e anáfora nominal.

ABSTRACT

This study, carried out in the area of Textual Linguistics, aimed at investigating the relationship between reference choices (referenciation), one of the various mechanisms which are associated with textuality, and the development of argumentative texts. Based on a concept of text understood as an interactive means for the construing of meaning, and regarding the subject as an interactive being, our study is based on a socio-cognitive perspective, and seeks to understand men's ability to express value judgment through linguistic choices of reference. In order to achieve our goals, we focused mainly on the nominal remissive forms whose antecedent was necessarily inserted in the co-text. The nominal anaphoric expressions analyzed in the study were described in relation to: type; nucleus-name; as well as determinants and modifiers of the nucleus-name. Thus, it was our purpose to identify: a) whether the type of nominal anaphora reflects a subjective use (manifestation); b) whether the nucleus-name of the anaphoric form is able to convey an argumentative meaning, and c) what is the level of importance of the determinants and modifiers of the nucleus-name in the development of the argumentative texts. The *corpus* used in the study, of qualitative and quantitative nature, was composed of 30 essays taken from three newspapers: Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo and Estado de Minas. Starting from the premise that referenciation is a process, we based our work mainly in the studies by Mondada; Dubois (2003), Apótheloz (2003), Maingueneau (2005) and Koch (2003a). The analysis showed a preference for unfaithful anaphor, with a general nucleus-name and definite descriptions preceding the nucleus-name. Based on these findings, we believe that referential relations and argumentation are closely related in terms of function, mainly concerning the terms which accompany the nucleus-name, either before or after it. These terms play an important role concerning referenciation, due to the fact that they determine the way the referent is represented in discourse. This representation is marked through personal impressions, and it is because of this fact that argumentation is intimately linked to anaphoric expressions which present some type of determinant. Among the determinants, the definite article is the most frequent one, and it is favored by the presence of another modifier in the same anaphoric expression, such as the prepositional phrase or a relative sentence.

Key words: referenciation; argumentation; nominal anaphor.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - 1ª categoria de análise – tipos de anáfora	91
TABELA 2 - 1ª categoria de análise – subcategorias dos tipos de anáfora.....	91
TABELA 3 - Posicionamento dos determinantes/modificadores junto com as anáforas infiéis redutivas	103
TABELA 4 - 2ª categoria – nome-núcleo do anaforizante.....	107
TABELA 5 - Presença dos determinantes/modificadores nos anaforizantes com nome- núcleo genérico.....	108
TABELA 6 - Temáticas dos textos que compõem o <i>corpus</i>	111
TABELA 7 - 3ª categoria de análise – determinantes e modificadores antepostos ao nome-núcleo	125
TABELA 8 - 3ª categoria - determinantes e modificadores pospostos ao nome-núcleo	125
TABELA 9 - Anáforas nominais do excerto (87)	127
TABELA 10 - Ocorrências anafóricas de (88)	128
TABELA 11 - Comparação entre as ocorrências de definido e demonstrativo	133

SUMÁRIO

Introdução	21
Capítulo 1: Da lingüística textual às noções de texto, gênero suporte e esfera: algumas considerações	25
1.1 Introdução	25
1.2 Lingüística textual	26
1.3 Noção de texto	28
1.4 A noção bakhtiniana de gênero	31
1.4.1 Gênero textual: o motivo de sua consideração	34
1.5 Breve consideração sobre o artigo de opinião enquanto corpus de nossa pesquisa	36
1.6 O suporte textual jornal	44
1.7 A esfera jornalística	47
Capítulo 2: A referenciação	53
2.1 O percurso da referência na linguagem	53
2.2 Referência e significação: parte de ação no mundo	55
2.3 Conceito de anáfora	63
2.4 Delimitação de critérios para a seleção das ocorrências anafóricas nominais	67
2.4.1 A dêixis e a anáfora: uma proposta de distinção	69
2.4.2 O apostro	72
2.4.3 A elipse	73
2.5 A proposta de classificação	74
2.5.1 Anáforas fiéis e infiéis do tipo segmental ou redutiva	74
2.5.1.1 Quadro geral da 1ª categoria de análise	76
2.5.2 Nome-núcleo do anaforizante	76
2.5.2.1 Nome-núcleo genérico	77
2.5.2.2 Nome-núcleo metafórico	78
2.5.2.3 Nome-núcleo metonímico ou meronímico	79
2.5.2.4 Nome-núcleo introdutor clandestino de referentes	80
2.5.2.5 Nome-núcleo metadiscursivo	81
2.5.2.6 Nome-núcleo denominação reportada	83
2.5.2.7 Nome-núcleo com nome próprio	84

2.5.3 Quadro geral da 2ª categoria de análise	85
2.6 O nome-núcleo e seus determinantes/modificadores	85
2.6.1 Quadro geral da 3ª categoria de análise	88
Capítulo 3: A relação referencial e argumentação	89
3.1 Preliminares	89
3.2 Tipos de anáfora – 1ª categoria de análise	91
3.2.1 As anáforas fiéis	92
3.2.2 Anáforas infielis do tipo segmental e do tipo redutiva	97
3.2.2.1 Anáforas infielis segmentais	97
3.2.2.2 Anáforas infielis redutivas	101
3.3 Nome-núcleo do anaforizante – 2ª categoria de análise	107
3.3.1 Nome-núcleo genérico	108
3.3.2 Demais nomes-núcleo	110
3.3.2.1 Nome-núcleo com nome próprio	110
3.3.2.2 Nome-núcleo metafórico	114
3.3.2.3 Nome-núcleo metadiscursivo	118
3.3.2.4 Nome-núcleo meronímico/metonímico e denominação reportada.....	120
3.4 Determinantes e modificadores do nome-núcleo – 3ª categoria de análise	124
Considerações finais	137
Referências bibliográficas	141
Anexos	147
Anexo I	149
Anexo II	159
Anexo III	179

INTRODUÇÃO

A necessidade de referenciar verbalmente ações, processos, estados, sentimentos, pessoas, lugares, acontecimentos fez o homem buscar formas cada vez mais complexas de subjetivar o mundo. Nesse sentido, sua capacidade de percepção sobre o que está ao seu redor ou o que de algum modo interfere em sua vivência sofre instabilidades geradas a partir de sua existência face ao outro - ambos constituídos pela alteridade subjacente à condição humana.

Assim, nessa tentativa de aludir ao mundo e ao mesmo tempo compreender a referência que é feita do mundo, o homem estabelece suas convicções e revela seu lugar discursivo. E, justamente, nessa inseparável relação homem/referência, é que a argumentação é direcionada em favor de uma conclusão previamente elaborada: a de conceber um referente de uma forma e não de outra. Esse poder do homem de impregnar na linguagem marcas de subjetividade relativas às suas crenças em geral aguçou nossa curiosidade em tentar perceber como isso acontece nas expressões referenciais, pois acreditamos que a maneira como percebemos nossa realidade é notoriamente revelada pelo uso dessas expressões, que se tornam ainda mais surpreendentes e reveladoras em textos formais escritos, cujo objetivo primeiro é convencer alguém a compartilhar de dado ponto de vista.

Dessa forma, nessa pesquisa, objetivamos refletir sobre como a referenciação se relaciona com a argumentação, focando o processo referencial anafórico nominal, especialmente o anaforizante¹ em textos argumentativos extraídos de mídia impressa². Para tal propósito, descrevemos os tipos de anáforas nominais, bem como os determinantes e modificadores do nome-núcleo. Além disso, ainda procedemos à classificação desse nome-núcleo nas expressões anafóricas nominais em textos argumentativos. Tratamos, também, de questões irmanadas e complementares, como gênero textual, suporte textual e esfera social, embora estas não venham a constituir o escopo principal da pesquisa.

Dentre os gêneros que comportam o texto argumentativo, achamos pertinente o que propõem Dolz e Schneuwly (1994) quanto aos critérios que utilizam para listar o artigo de opinião dentro do agrupamento da ordem do argumentar. Segundo os genebrinos, os gêneros

¹ Para melhor compreensão do processo referencial anafórico nominal, acatamos a distinção entre os termos anaforizado e anaforizante. O primeiro termo diz respeito à primeira ocorrência co-textual do referente, enquanto, o segundo, reporta-se à retomada desse referente, ou seja, sua forma remissiva.

² Tendo em vista que a referenciação se estabelece a partir da relação entre anaforizado e anaforizante, neste trabalho, observamos apenas a expressão anafórica nominal, ou seja, o anaforizante. Claro que estabelecemos relações com o anaforizado para observar a argumentação, mas o foco descritivo-analítico recaiu sobre o anaforizante.

são ferramentas ou instrumentos para a ação, que determinam o comportamento do indivíduo, guiando, aperfeiçoando e diferenciando sua percepção da situação em que se encontra. Logo, para eles, os artigos de opinião estariam na ordem do argumentar, porque apresentam uma “discussão de problemas sociais controversos”, tendo como capacidade de linguagem dominante a “sustentação, refutação e negociação de tomadas de posição”, além de serem marcados tipologicamente pela argumentação. Logo, escolhemos trabalhar com os artigos opinativos³ devido à sua função social ser marcada pelo discurso do fazer-criar, o discurso da transformação. Isto é, esse gênero busca convencer o outro sobre determinado ponto de vista e, daí, sua constituição eminentemente argumentativa.

Nessa empreitada, buscamos focalizar preferencialmente a maneira como a expressão anafórica nominal é constituída, para analisar a relação que se dá entre referenciação e argumentação. As expressões anafóricas nominais contempladas pela nossa pesquisa foram descritas em relação ao(s): I) tipo; II) nome-núcleo e III) determinantes e modificadores do nome-núcleo. A partir desse panorama, verificamos como referenciação e argumentação se relacionam, para checar: a) qual o tipo de anáfora nominal predomina nos textos argumentativos e sua implicação; b) se o nome-núcleo do anaforizante consegue propor viés argumentativo e c) qual o grau de importância dos determinantes/modificadores⁴ do nome-núcleo na construção da argumentação, tendo em vista que eles compõem o modo de apresentação de um referente.

Hipotetizamos que a relação referenciação/argumentação é estreita e importante para a composição de textos que têm o objetivo de convencer, pois a referenciação constitui-se como uma manobra do produtor do texto para fazer valer sua opinião, sobretudo, a retomada anafórica que utiliza um nome (lexema) como núcleo de seu sintagma. Isso, porque o nome é capaz de expressar um juízo de valor sobre a realidade, conduzindo a enunciação para determinado fim. Essa estratégia é minimamente reconhecida não somente pelas escolhas lexicais e a relação de sentido entre o anaforizado e anaforizante, como pela forma em que se opera a retomada de referentes (anáforas segmental ou redutiva) e pela presença ímpar dos determinantes e modificadores do nome-núcleo.

Nesse sentido, acreditamos que: a) a maior ocorrência dos tipos de anáfora seria a anáfora infiel, pois a diferença entre os nomes-núcleo do anaforizado e anaforizante permite a introdução de paradigmas avaliativos; b) o nome-núcleo dos anaforizantes conseguiria imprimir a diretriz argumentativa pretendida pelo enunciador, pois são lexemas que se

³ Tomamos artigo opinativo e artigo de opinião como expressões equivalentes.

⁴ Entenderemos os termos determinantes e modificadores como sinônimos.

referem ao mundo biopsicofísicosocial e, por isso, possuem prioritariamente a capacidade de discursivizar o real; c) os determinantes e modificadores do nome-núcleo seriam importantes, pois conseguiriam encaminhar mais objetivamente um posicionamento enunciativo, já que singularizam o dizer, elegem um objeto discursivo dentre tantos e o impregnam de impressões pessoais. Assim, as hipóteses firmaram-se diante da idéia de que, para fazer uso da referência, especialmente em textos argumentativos, a argumentação é notadamente posta em evidência, por meio de um processo que compõe a malha textual.

Conforme elegemos algumas categorias de análise, nossa pesquisa é qualitativa de cunho analítico-descritivo. Tem por base a perspectiva teórica de cunho sócio-interacionista discursiva do fenômeno referencial, em que a língua deixa de ser um conjunto de etiquetas para as coisas do mundo para ser construída, no discurso, pelos sujeitos, ou seja, a língua produz referentes “através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 17). Além disso, aproveitamos as considerações de Apótheloz (2003) e Maingueneau (2005) sobre os tipos de anáforas nominais.

Para nosso *corpus*, selecionamos 30 artigos de opinião retirados de dois jornais de circulação nacional, Folha de S. Paulo (FSP) e Estado de São Paulo (ESP), e de um de circulação regional, Estado de Minas (EM). A escolha desses jornais justifica-se porque constituem veículos de comunicação nacional de elevado conceito diante dos brasileiros, visto sua grande circulação. Para evitar qualquer problema quanto a uma escolha aleatória que pudesse pôr a prova as conclusões, todos os textos foram recolhidos no mesmo período: nos 10 primeiros dias do mês de março do ano de 2007. Como em cada jornal havia mais de um artigo opinativo, a escolha pelos textos abrangeu, primeiro, o inter-relacionamento entre os temas dos jornais em um mesmo dia e, segundo, a preferência por artigos cujos temas não estivessem vinculados a um fato específico no momento da enunciação, embora isso nem sempre tenha sido possível.

Tendo em vista a utilização dos artigos de opinião como *corpus* de nossa pesquisa, recorreremos a Bakhtin (1997) para a definição de gênero e noção de esfera social e Marcuschi (2003) para tratar do jornal enquanto suporte físico convencional. Ainda utilizamos Charaudeau (2006), no que diz respeito à consideração do jornal enquanto mídia impressa, reflexo de ideologias advindas das lógicas do mundo, o que interfere decisoriamente na maneira pela qual as expressões referenciais são utilizadas pelo produtor de um texto argumentativo.

Nossa investigação é apresentada em três capítulos. No capítulo 1, situamos o recorte investigativo em que nos inscrevemos. Para isso, apresentamos um breve panorama da Lingüística Textual para melhor compreensão acerca dos momentos pelos quais essa disciplina passou até chegar a analisar os mecanismos internos ao texto, o texto em funcionamento. Depois, centramos nossa atenção em alguns termos basilares dos estudos lingüísticos, valendo-nos somente do que julgávamos pertinente ao nosso *corpus* e ao foco de análise: a relação entre referenciação e argumentação.

O capítulo 2 é dedicado ao estudo do processo de referenciação. Nele, apresentamos o percurso quanto à mudança na consideração da referência, passagem da noção de referência para referenciação, e a emergência de uma concepção que passa a concebê-la como construída a partir da ação de um sujeito no mundo. Apresentamos também o que entendemos por anáfora nominal e a proposta de classificação para as ocorrências juntamente com exemplos retirados de nosso *corpus*.

No capítulo 3, apresentamos o resultado de nossas análises que objetivaram descrever e refletir sobre a relação referenciação e argumentação em textos argumentativos. Concluimos que a argumentação está imbricada no processo anafórico nominal pelo modo como se apresenta o anaforizante. Na constituição dessa anáfora nominal, descobrimos que os nomes colaboram para a argumentatividade, mas não são os grandes responsáveis por ela. Os atuantes decisivos para a instauração de um viés persuasivo foram os determinantes ou modificadores do nome nuclear da expressão anafórica.

Sem pretensões de apresentar uma análise exaustiva, acreditamos que desvelar como se processa a relação entre referenciação e argumentação, ou melhor, como podemos perceber a argumentação nos movimentos remissivos, pode oferecer aos interessados pela significação na linguagem meios de não somente melhorarem sua competência comunicativa, mas também aguçarem o senso crítico em relação ao que se encontra disponível no mercado em termos de cultura escrita. Entender como se pode depreender a intenção alheia por meio de técnicas argumentativas marcadas pelo texto materializado, é dar “um passo a frente” na e para a efetivação de vontades discursivas, por meio do discurso do fazer-criar, ou ainda, perceber o mundo/a realidade de maneira perspicaz. Assim, ao considerar a linguagem como “forma de ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizada pela argumentatividade” (KOCH, 2006b), justifica-se a razão para estudar o modo como a argumentação é marcada pelo co-texto.

Capítulo 1:

DA LINGÜÍSTICA TEXTUAL ÀS NOÇÕES DE TEXTO, GÊNERO SUPORTE E ESFERA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

“Onde não há texto, não há objeto de pesquisa e pensamento” (Bakhtin, 2003, p.307).

1.1 Introdução

A linguagem é um sistema amplamente complexo, que envolve o homem e suas relações sociais. Sua investigação sistemática teve início com a ciência lingüística, podendo ter sido provocada, segundo Robins (2004, p. 1),

pelo contato com falantes de outras línguas, pela existência e reconhecimento de diferenças dialetais dentro da mesma comunidade de fala ou por uma certa orientação da curiosidade desinteressada do homem a respeito de si e do mundo que o rodeia.

Devido a esse interesse pela linguagem, muitos foram os estudiosos que tentaram desenvolver posições teóricas apropriadas para explicar e/ou descrever as mudanças que aconteceram e ainda acontecem na língua. Com isso, a Lingüística adquiriu, ao longo do tempo, *status* científico, podendo, hoje, ser encarada como uma ciência que estuda a língua, enquanto faculdade humana, sob diversas abordagens.

Dentre as demandas sociais emergentes do interesse pela linguagem que culminaram em diferentes perspectivas sobre o estudo lingüístico, destaca-se a tradição lingüística européia, mais precisamente o estruturalismo europeu - vertente teórica que ofereceu cientificidade aos estudos lingüísticos por meio de seu representante: Saussure.

O estruturalismo europeu caracteriza-se por dois princípios básicos: o da estrutura e o da autonomia. O primeiro princípio diz respeito a uma organização global da língua a partir dos elementos que a compõem e, o segundo, relaciona-se à premissa de que o signo lingüístico pode ser estudado por si e em si mesmo, dispensando a interferência de fatores externos ao sistema. A partir desses princípios, Saussure rompeu com a idéia predominante no século XIX, advinda dos estudos comparatistas, de que estudar a língua, por meio de porções, significava estabelecer suas regularidades. Para ele, não era possível obter um trabalho acurado e legítimo apenas por partes, já que a língua deveria ser entendida como um sistema, no qual se evidenciaria uma organização, cuja mudança operaria dentro do próprio sistema e

não por interferência da história ou de qualquer outro fator externo. A intenção de Saussure, com isso, foi homogeneizar o objeto de estudo da Lingüística, estabelecendo a noção de valor, que diz respeito à posição que um signo lingüístico ocupa no interior de um conjunto de outros signos, ou seja, o valor de um signo somente se sustenta em oposição a outro dentro do sistema; o signo é delimitado e determinado por outros signos da língua. Isso torna notória em sua teorização a preferência pelos estudos sincrônicos, uma vez que Saussure não estava interessado nas mudanças que se operavam na língua– estudos diacrônicos –, mas na observação da língua recortada em um dado momento.

Enfim, retomar Saussure para preambular a perspectiva teórica que abraçamos para nosso estudo é admitir, assim como Borges Neto (2004, p. 54), que

a autonomia [um dos princípios postulados por Saussure à língua], ao mesmo tempo que unifica os estudos lingüísticos, retirando-os da “sombra” de outros saberes, abre perspectivas para a multiplicação de abordagens teóricas distintas desse novo objeto.

É nesse sentido que um objeto de estudo científico pode e deve ser recortado de diferentes maneiras.

Cada opção teórica recorta o ‘mundo’ dos fenômenos de forma diferente e, dessa maneira, constitui – ‘cria’ – o seu objeto de estudos. (...) Cada teoria delimita para si um objeto observacional, ou seja, uma ‘porção’ da realidade que constituirá o seu objeto de estudos (BORGES NETO, 2004, p. 62).

Sob essa perspectiva, a Lingüística Textual, que considera o texto como seu objeto de estudo, norteará nossa análise, que agrega a contribuição tanto de lingüistas textuais quanto de estudiosos de outras áreas, que cooperam para melhor investigarmos a produção textual do sentido. Por essa razão, se justifica uma exposição do percurso que essa disciplina científica realizou até os dias de hoje.

1.2 Lingüística Textual

A Lingüística Textual teve seu início a partir da década de 60, na Europa, diante da necessidade de um estudo que não se limitasse à frase, já que o homem se comunica por meio de textos e não por meio de palavras e frases isoladas, conforme assegura o campo de estudos

lingüístico-textuais. Essa movência investigativa da frase para o texto, este entendido como legítima unidade de comunicação, foi acompanhada pela consideração do sujeito e do contexto comunicativo nas análises sobre a língua. Todavia, o movimento investigativo da Lingüística Textual, que tem o texto como seu objeto de análise, passou por três distintos momentos que brevemente destacamos.

Em um primeiro momento, conforme Fávero e Koch (2002), o interesse predominante voltou-se para a análise transfrástica, dadas algumas dificuldades lingüísticas que não podiam ser explicadas em nível da frase, como, por exemplo, a resolução de ambigüidades que se operavam com os pronomes pessoais de terceira pessoa – *João e seu irmão não gostaram de ser interpelados pelo garçom. Ele pareceu muito inconveniente ao atender os clientes.* Nesse exemplo, o pronome *Ele* pode sintaticamente ser ligado a três referentes: I) João; II) irmão de João e III) garçom. Entretanto, mesmo de posse dessas inúmeras possibilidades referenciais, o contexto situacional e nosso conhecimento de mundo revelam que o pronome *Ele* retoma *garçom*, pois graças à predicação da segunda oração *pareceu inconveniente ao atender os clientes*, podemos estabelecer a referenciação que se opera a partir das expectativas criadas ao redor do vocábulo convencionado sócio-historicamente *garçom*: empregado cuja função é atender/servir os clientes em um estabelecimento que se destina a vender produtos comestíveis. Exemplos como esse demonstraram que o conhecimento do contexto e a consideração das vivências deveriam adquirir importância nas investigações, que já não se sustentavam pela análise simplista de frases isoladas, como nos atesta FUCHS (1985 apud PAVEAU e SARFATI, 2006, p. 192) “muitas ambigüidades potenciais da frase isolada não subsistem a um contexto mais amplo e, inversamente, outras ambigüidades são engendradas pela trama progressiva das significações no fio do texto”.

Em um segundo momento, sob influência da abordagem gerativista, o foco de pesquisa recai na construção de gramáticas textuais, cujo objetivo era a descrição da competência textual do falante. Isso se justificava pela premissa de que todo falante de uma língua tem a capacidade de distinguir um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados. Nessa linha, o texto era visto como a unidade lingüística hierarquicamente mais elevada. A análise era do texto para seus constituintes, a fim de determinar as estruturas textuais, por meio de regras: as de uma gramática textual.

Por fim, em um terceiro momento, abandonou-se a idéia da elaboração de uma gramática textual, capaz de descrever a competência textual de um falante, para analisar o texto, objeto precípua de estudo da Lingüística Textual, dentro de seu contexto de produção e

entendido como um processo e não mais como um produto. Isso implicava considerar não mais a competência textual do falante, mas sua competência comunicativa⁵, cuja abrangência envolvia diversos mecanismos que não somente os de ordem textual. Nesse sentido, é que se almeja a construção de teorias de texto.

Arrolados esses momentos sobre a trajetória da Lingüística Textual, os estudos que se empreendem sobre o texto, na atualidade, são derivados desse último período. Dessa forma, o texto entendido a partir de suas condições externas de produção, recepção e interpretação constitui o centro de interesses de lingüistas textuais. Segundo Marcuschi (1983 apud KOCH, 2005a, p. 27), a Lingüística Textual deve ser vista “mesmo que provisória e genericamente como o estudo das operações lingüísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais”.

Nesse sentido, com o intuito de analisar e explicar o texto em funcionamento, oferecendo meios de melhorar a competência comunicativa do sujeito, a Lingüística Textual se firma como um ramo da Lingüística que dialoga com outros saberes em uma relação interdisciplinar, como nos coloca Marcuschi (1998 apud MUSSALIM e BENTES, 2004, p. 252) “uma disciplina de caráter multidisciplinar, dinâmica, funcional e processual, considerando a língua como não-autônoma nem sob seu aspecto formal”.

1.3 Noção de Texto

Segundo Koch (2004, p. 12), na parte introdutória de seu livro *Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas*, o vocábulo texto pode ser definido de acordo com diferentes concepções, a saber: I) frase complexa (concepção de base gramatical); II) signo complexo (base semiótica); III) expansão tematicamente centrada de macroestruturas (base semântica); IV) ato de fala complexo (base pragmática); V) meio específico de realização da comunicação verbal (base comunicativa); VI) produto acabado de uma ação discursiva (base discursiva); VII) processo que mobiliza operações e processos cognitivos (base cognitivista) e VIII) lugar de interação entre atores sociais e de construção interacional de sentidos (base sociocognitiva interacional).

⁵ Entendemos por competência comunicativa a adequação da comunicação às múltiplas situações de interação, ou seja, consiste na aptidão dos falantes em produzir e interpretar os textos em geral, por meio do acionamento de estratégias de ordem sociocognitiva, interacional e textual.

Para este trabalho, será privilegiada a concepção de base sociocognitiva interacional, que vislumbra o texto como lugar de interação e de construção de sentidos; uma entidade concreta, cuja extensão varia pragmaticamente. O texto, então, deixa de ser visto como um produto para se constituir como processo, ao se considerarem suas condições de produção e recepção. Daí, o sentido do texto não poder ser estabelecido *a priori* na comunicação, podendo somente se efetivar a partir do processo de construção da significação, que envolve necessariamente a interação. Essa visão de texto concebe a língua, por sua vez, não mais como um sistema autônomo, independente de fatores extratextuais, ou interessa-se apenas pelo seu funcionamento em uma dada comunidade, mas a concebe como principal mediadora das interações sociocomunicativas de uma sociedade.

A partir dessa concepção de língua como instrumento de interação, os sujeitos são considerados ativos, atualizadores de imagens e representações pelas quais a comunicação existe e por que não falar em colaboradores, haja vista que a construção do sentido somente se dá por meio de uma *atitude responsiva ativa* do outro, ou seja, uma recepção ativa do discurso de outrem, conforme escreve Bakhtin (2003, p. 271)⁶:

O ouvinte, ao perceber e compreender o significado (lingüístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc. (...) toda compreensão é prenhe de resposta, e, nessa ou naquela forma, a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante.

Assim, o texto, pode ser considerado como

uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos co-enunciadores, durante a atividade verbal, de modo a permitir-lhes, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com as práticas socioculturais (KOCH, 2005a, p. 27).

O texto também pode ser entendido como “o próprio lugar da interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que -dialogicamente- nele se constroem e são

⁶ À guisa de comparação, utilizamos os escritos de Bakhtin, que no caso referem-se ao *todo* real da comunicação verbal, fazendo alusão aos gêneros primários, para ilustrar a relação de dependência entre os sujeitos no processo interativo.

construídos” (KOCH, 2003a, p. 17). Essa posição pode ser vista em Bakhtin, segundo palavras de Barros (1997, p. 28):

as ciências humanas voltam-se para o **homem** [grifo da autora], mas é o homem como produtor de textos que se apresenta aí. (...) o homem não é só conhecido através dos textos, como se constrói enquanto objeto de estudos nos ou por meio dos textos.

O fato de os sujeitos se constituírem a partir dos textos, como pontua Koch (2003a) no trecho acima e já afirmava Bakhtin (1992 apud BARROS, 1997), nos permite verificar, na grande maioria das vezes, as intenções desses sujeitos e as particularidades dos textos produzidos por eles. Nesse sentido, a ideologia e a alteridade, constitutivas dos sujeitos, podem ser vislumbradas por meio de suas produções verbais, mais especificamente a partir do co-texto, que se torna alvo de análises textuais empreendidas, por exemplo, pelos lingüistas textuais. É notório observar que, para Bakhtin, as intenções dos sujeitos e a realização dessas intenções constituem a natureza do texto: “Dois elementos que determinam o texto como enunciado: a sua idéia (intenção) e a realização dessa intenção. As inter-relações dinâmicas desses elementos, a luta entre eles, é que determina a índole do texto” (BAKHTIN, 2003, p. 308).

Concordamos também com Bakhtin (2003, p. 310), sobre a concepção de texto, quanto ao estatuto exclusivo ou não-reproduzível que ele confere a esse termo. Sabendo que o contexto sócio-histórico bem como os aspectos da situação em que um texto foi produzido nunca são os mesmos, se tentássemos reproduzir um texto já veiculado em qualquer instância de comunicação, jamais o conseguiríamos de modo idêntico, pois essa ação estaria inserida em um contexto comunicacional diverso, com aspectos outros da situação, o que garante, conforme Bakhtin, caráter exclusivista ao texto.

Ainda é importante ressaltar que dentro da vertente sociocognitiva interacional que adotamos para o conceito de texto, optamos por fazer a distinção entre texto e discurso, embora muitos estudiosos os usem como sinônimos. Entendemos por discurso o todo do evento enunciativo, o resultado de um ato de enunciação, “manifestado, lingüisticamente, por meio de textos – em sentido estrito” – (FÁVERO e KOCH, 2002, p. 25), que caracteriza uma interação, seja ela produzida pela modalidade oral ou escrita da língua. Nossa posição quanto ao termo discurso pode melhor ser compreendida a partir da colocação de Mondada (1994 apud MARCUSCHI, 2003, no prelo):

[...] nos utilizaremos do termo discurso como um hiperônimo, compreendendo o texto como a interação, reenviando a um objeto empírico, selecionado ou transcrito para a análise, indissociável do contexto que ele contribuiu para forjar, e caracterizado não apenas pelas determinações exteriores, mas pelas dimensões que o próprio discurso marca reflexivamente como pertinentes. O discurso é o lugar da observabilidade da língua em sua atualização num contexto empírico.

Portanto, pensar o texto, nessa acepção, é vislumbrar a materialidade lingüística realizada por meio das combinações morfológicas, fonológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas, que constituem os planos de linguagem. Quanto ao discurso, é considerar todos os fatores que envolvem a produção de um texto e que necessariamente não se encontram disponíveis no co-texto, mas que estão presentes no contexto enunciativo e refletidos no texto.

Considerada a definição de texto que sustentará nosso trabalho, bem como sua distinção com o discurso, apresentamos outra definição relevante aos nossos propósitos investigativos que diz respeito aos gêneros de texto, conhecidos por apresentarem elementos específicos de composição temática, de estilo e de construção composicional; assunto de nosso próximo item.

1.4 A noção bakhtiniana de gênero

Quando pensamos no vocábulo gênero, não há como deixar de mencionar o discurso fundador de Mikhail Bakhtin que subjaz a essa noção. Este nome foi e é sempre rememorado para este assunto, uma vez que se constitui como o precursor das orientações teóricas que ainda hoje são utilizadas nos estudos que envolvem o texto e/ou o discurso. Embora não se estivesse falando pela primeira vez em gêneros, já que essa noção foi utilizada, preliminarmente, no domínio da retórica e da literatura, Bakhtin propiciou uma nova abordagem a essa temática; daí sua singular contribuição ao campo de estudos lingüísticos.

Essa abordagem representada pela teoria bakhtiniana inclui o social e o histórico na análise da interação verbal e, como princípio básico da linguagem, o dialogismo. A inclusão dos elementos social e histórico faz com que o homem ganhe espaço nas análises lingüísticas, sendo considerado não mais um simples locutor ou receptor textual passivo, mas como um ser capaz de uma *atitude responsiva ativa* perante o outro na comunicação. Já o princípio dialógico da linguagem, assumido por Bakhtin (BARROS, 1997, p. 28), ao entender que “o homem se constrói no e por meio dos textos”, fará com que o texto seja visto como: I) produto

de uma significação; II) produto da criação, que envolve o contexto sócio-histórico e ideológico dos interlocutores; III) dialógico, uma vez que se desenvolve a partir do diálogo entre interlocutores e com outros textos e IV) único, já que não pode ser repetido igualmente por outrem, dado o complexo contexto que envolve sua criação. Com isso, esse princípio dialógico da linguagem, que permeia a concepção linguageira de Bakhtin, transporá a alteridade para primeiro plano, já que é necessário pensar no outro para que esse dialogismo se instaure.

Por isso, Bakhtin foi responsável por uma *mudança de paradigma*⁷, pois acreditamos realmente, como nos elucidava Faïta (1997) e por meio das evidências constatadas ao longo da leitura de uma parte do trabalho de Bakhtin, que este promoveu rupturas com a teoria estruturalista que considerava apenas a função expressiva da linguagem e a homogeneidade do sistema da língua.

Essa ruptura tem origem, como já dito, na inclusão do homem nas análises lingüísticas e na evidência de que a interação humana é passível de sistematização por meio do que Bakhtin denominou de gêneros discursivos. Esses são, por sua vez, entendidos como “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 262), produto de um conjunto regularizado de ações humanas, que sofrem, ao longo do tempo, estabilizações decorrentes da interatividade humana, refletindo, por isso, condições e finalidades específicas.

Para Bakhtin, o uso da linguagem estabelece uma estreita relação com a atividade social humana, ou seja, a ação de comunicar – responsável pela instituição da vida social humanamente organizada – está intimamente ligada a um gênero que norteará a ação lingüística. “A orientação social [para Bakhtin] configura-se como o determinante mais importante de qualquer atividade mental” (FAÏTA, 1997, p. 163).

O ponto de partida de Bakhtin [para conceituar gênero discursivo] é a estipulação de um vínculo orgânico entre a utilização da linguagem e a atividade humana. Para ele, todas as esferas da atividade humana estão sempre relacionadas com a utilização da linguagem. E essa utilização efetua-se em formas de enunciados que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. (...) Fica, assim, claro que, para Bakhtin, gêneros do discurso e atividades são mutuamente constitutivos. Em outras palavras, o pressuposto básico da elaboração de Bakhtin é que o agir humano não se dá independente da interação; nem o dizer fora do agir (FARACO, 2003, p. 111; 112).

⁷ Essa expressão foi cunhada por Faïta (1997) no texto “ ‘Gênero Discursivo’ em Bakhtin: uma mudança de paradigma”.

Assim, os gêneros ordenam e estabilizam a comunicação, tendo em vista que “a vontade discursiva individual do falante só se manifesta na escolha de um determinado gênero e ainda por cima na sua entonação expressiva” (BAKHTIN, 2003, p. 283), ao mesmo tempo em que, conforme Marcuschi (2002, p. 19), “são altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos”, em virtude das necessidades e atividades sócio-culturais estabelecidas pelo ser humano.

Os gêneros não são superestruturas canônicas e deterministas, mas também não são amorfos e simplesmente determinados por pressões externas. São formações interativas, multimodalizadas e flexíveis de organização social e de produção de sentidos. Assim, um aspecto importante na análise do gênero é o fato de ele não ser nem estático nem puro (MARCUSCHI, 2006, p. 25).

Devido às constantes necessidades humanas de comunicação, os gêneros são criados, perpetuados ou esquecidos e, mesmo com toda a variedade de gêneros, segundo Bakhtin, sua sistematização é possível graças ao enunciado. Para melhor compreender o que seja gênero é imprescindível, então, buscar pela adequada interpretação do que Bakhtin chamou de enunciado.

Para ele, o enunciado foge à acepção tradicional que os formalistas cunharam para o termo, ou seja, um todo acabado que transmite uma idéia e se aproxima do nível oracional. Enunciado, para Bakhtin, compreende não somente os elementos lingüísticos da comunicação, mas também e, prioritariamente, o contexto que envolve as atividades languageiras; seria “o ato de produção do discurso; unidade real da comunicação discursiva; o todo real da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1997 [2003], p. 290, 261, 269). As fronteiras do enunciado coincidem, enquanto unidade da comunicação verbal, com a alternância dos sujeitos falantes. Logo, a forma “clássica” de comunicação pode ser entendida a partir do diálogo, visto que nele a posição do interlocutor marca o início e/ou fim do enunciado que compreende, por sua vez, um determinado sujeito do discurso.

Assim, podemos elencar as características do enunciado propostas por Bakhtin (2003, p. 278): I) é delimitado pela alternância dos sujeitos falantes; II) tem contato imediato com a realidade extraverbal e com enunciados outros, por isso, só tem existência em um determinado momento histórico; III) dispõe de plenitude semântica, isto é, o valor semântico do enunciado é o sentido e IV) suscita resposta, determinando a posição responsiva do outro.

Nesse viés, o intento desse pesquisador extrapola a materialidade lingüística para desvendar os entremeios da interação, que abrange diferentes *esferas da atividade humana*.

Dessa forma, o enunciado, entidade concreta que se manifesta no discurso, reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas de comunicação, sendo determinado pelo conteúdo temático, o estilo verbal e a construção composicional.

Bakhtin, ao considerar a heterogeneidade dos gêneros do discurso, também propôs a distinção entre os gêneros primários e os gêneros secundários. Essa diferenciação é feita com base na complexidade existente entre eles. Os gêneros primários, menos complexos, aproximar-se-iam da oralidade - tendo em vista as especificidades dessa modalidade -, por manterem uma relação imediata com as situações nas quais são produzidos, e os secundários estariam mais ligados à escrita graças ao grau de complexidade e organização que essa modalidade apresenta - configurando-se como uma troca cultural mais complexa e relativamente mais evoluída -, e a capacidade de prover transformações nos primários. Nisso, não há o que discordar de Bakhtin: a escrita demanda maior complexidade em sua elaboração do que a oralidade, já que esta se configura, em um primeiro momento, como uma realização mais espontânea.

Em função do exposto acima, a proposta de análise de nossa pesquisa tomará os artigos opinativos, enquanto *corpus*, como gêneros, conforme considerações bakhtinianas sobre o termo⁸.

1.4.1. Gênero textual: o motivo de sua consideração

Em Bakhtin, muitas vezes, os sintagmas gênero textual e gênero discursivo são tomados como equivalentes. No entanto, a partir da leitura do texto de Rojo (2005), “Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas”, cujos objetivos eram I) verificar se há alguma diferença do ponto de vista teórico para a utilização dos sintagmas gênero textual e gênero discursivo e II) do ponto de vista aplicado, perceber quais resultados práticos são advindos de uma e outra abordagem⁹, tivemos a convicção, ao ler as considerações concernentes ao objetivo I, de que nosso propósito de trabalho investigativo assemelha-se ao

⁸ Os artigos de opinião serão entendidos como gênero textual e evidenciaremos nossa opção em considerar a noção gênero textual em oposição a gênero discursivo.

⁹ Salientamos que esses objetivos de pesquisa foram perseguidos em um *corpus* proveniente do XV Encontro Nacional da ANPOLL, que contava com os principais trabalhos do LAEL/PUC – SP, cuja base recaía nas teorias de gênero de extração francófona. O levantamento foi realizado no ano de 2000 em uma produção declarada pelos pesquisadores na plataforma Lattes.

que propõe a teoria de gêneros de textos. Para deixar mais claro nossa conduta quanto à opção que realizamos, faremos um breve levantamento das relações entre essas teorias.

Tanto a abordagem que considera a expressão gêneros de texto quanto a que considera gêneros do discurso retomavam, conforme Rojo (2005), as proposições de Bakhtin no que concernia às reflexões de gênero, fosse para legitimá-las ou para contrapô-las e, além disso, ambas descreviam os gêneros. A diferença crucial entre uma e outra residia no modo como essa descrição era feita. Na abordagem do texto, a tendência era trabalhar com a composição e a descrição da materialidade lingüística dos textos, por meio de noções advindas da Lingüística Textual. Já na abordagem do discurso, a tendência era descrever as situações de enunciação em seus aspectos sócio-históricos, a partir de “marcas lingüísticas”.

Sabendo, então, que a teoria de gêneros textuais e a teoria de gêneros discursivos, provenientes de releituras de Bakhtin, diferenciam-se graças ao modo como “olham para o objeto”, ou seja, enquanto uma procura descrever o que é da ordem do posto, do dado, a outra investe na descrição do que não é posto, do que é da ordem do contextual, resolvemos que a expressão gêneros textuais coaduna melhor com nossa proposta de investigação, visto nosso interesse maior no co-texto, na descrição e composição da materialidade lingüística, na tentativa de verificar de que maneira a argumentação se relaciona com a referenciação em textos argumentativos, que nesse caso, estarão representados pelos artigos de opinião.

É bom esclarecer também que tanto em uma quanto em outra posição, o gênero deve ser encarado a partir de sua dinamicidade e capacidade em se adequar às mais variadas culturas e semioses. Nesse sentido, como já dizia Marcuschi (2006, p.25), “quando ensinamos a operar com um gênero, ensinamos um modo de atuação sócio-discursiva numa cultura e não um simples modo de produção textual”. Isso necessariamente nos conduz à aceitação da historicidade, que legitima as práticas sociais e, ao mesmo tempo, aposta na interatividade como elemento capaz de prover transformações nas regularidades, graças à capacidade inerente do homem em se comunicar conforme suas necessidades. Ou seja, graças a essa maleabilidade, os gêneros são criados, recriam-se e, às vezes, perdem-se no *continuum* da vida.

Para fechar essa seção, nos reportamos à fala de Marcuschi (2006, p.30) quanto ao propósito das teorias de gêneros:

a teoria dos gêneros não serve tanto para a identificação de um gênero como tal e sim para a percepção de como o funcionamento da língua é dinâmico e embora sempre manifesto em textos, nunca deixa de se renovar nesse processo.

Assim ao se estudar a língua em funcionamento mediante sua dinamicidade e transformações, nada mais pertinente que considerar os artigos de opinião, *corpus* de nosso trabalho, a partir do seu local de ocorrência. Por isso, passemos à noção de suporte textual.

1.5 Breve consideração sobre o artigo de opinião enquanto *corpus* de nossa pesquisa

A imprensa não vive apenas dos episódios ocorridos num determinado dia, mas também da discussão, do debate e da análise de acontecimentos ou situações intemporais – ou seja, que *estão acontecendo*, e não simplesmente que *aconteceram*. (ROSSI, 1981, p. 16)

Já que objetivamos trabalhar com os artigos de opinião como nosso *corpus*, vale ponderar algumas observações. Dentre elas, o motivo da escolha de tal gênero como representante de textos argumentativos.

Para chegar a essa informação, primeiramente, partiremos da noção de texto argumentativo, proposta por Travaglia [(2003) 2007]. Para este autor, todo texto é argumentativo, mas podemos distinguir dentre eles, os textos argumentativos *stricto sensu* e textos argumentativos *não stricto sensu*. Os textos argumentativos *stricto sensu* seriam aqueles em que “o produtor vê o recebedor como alguém que não concorda com ele”, imperando nessa perspectiva o discurso da transformação. Daí, a necessidade de mobilizar de modo explícito argumentos e recursos lingüísticos apropriados para persuadir o interlocutor. Já nos *textos argumentativos não stricto sensu*, o discurso é o da cumplicidade e dispensam-se, assim, as marcas explícitas da argumentação.

Além dessa proposta inicial que acatamos para definir o texto argumentativo, também consideramos pertinente o que propõe a perspectiva genebrina dos sócio-interacionistas Dolz e Schneuwly (2004) quanto aos critérios que esses autores se utilizam para enquadrar o artigo de opinião dentro do agrupamento de gêneros do argumentar. Dolz e Schneuwly (2004) acreditam que os gêneros são ferramentas ou instrumentos para a ação, que determinam o comportamento do indivíduo, guiando, aperfeiçoando e diferenciando a percepção da situação em que se encontra. Logo, para eles, os artigos de opinião estariam na ordem do argumentar, porque apresentam uma “discussão de problemas sociais controversos”, tendo como capacidade de linguagem dominante a “sustentação, refutação e negociação de tomadas de posição”, além de serem marcados tipologicamente pela argumentação.

De posse dessas considerações, achamos que os artigos de opinião representam de modo satisfatório os textos eminentemente argumentativos, cuja função social é marcada pelo discurso do fazer-crer, objetivando, portanto, persuadir o interlocutor sobre um ponto de vista particular. Com isso, embora nosso objetivo não seja caracterizar o gênero artigo de opinião, é importante mencionar por que esse gênero é assim concebido e o que o faz portar textos argumentativos *stricto sensu*.

Um estudo empreendido por Neves (2006, p. 30), sob perspectiva semântica-enunciativa, propõe uma série de **características** para o que ela chamou de *artigo jornalístico de opinião* e que também consideramos neste trabalho:

1) A matéria do artigo jornalístico é o fato e a opinião sobre o fato; 2) a argumentação é vinculada aos fatos e ao senso comum, havendo mais espaço para argumentação de cunho emocional; 3) no artigo jornalístico, o autor procura construir algum tipo de identificação e cumplicidade com o seu leitor; 4) o foco específico do artigo jornalístico é o evento recente, o tema de interesse imediato na vida diária da comunidade. A questão da temporalidade é importante: a atualidade e a importância dos conteúdos estão diretamente relacionadas ao contexto situacional e cultural, especialmente em âmbito nacional e, às vezes, internacional; 5) o posicionamento do autor deve ser expresso por declarações, opiniões, definições e as interpretações são feitas de forma direta e categórica (...); 6) o autor de artigo jornalístico de opinião pode recorrer a citações, mas estas são utilizadas ocasional e informalmente, sem detalhes explícitos, pois o que deve predominar são as posições do autor.

Além disso, acatamos a proposta de Bräkling (2000, p. 226) para a conceitualização de artigo de opinião, ressaltando, como já dito anteriormente, que entendemos o artigo de opinião como um gênero textual, ao invés de discursivo.

O artigo de opinião é um gênero de discurso em que se busca convencer o outro de uma determinada idéia, influenciá-lo, transformar os seus valores por meio de um processo de argumentação a favor de uma determinada posição assumida pelo produtor e de refutação de possíveis opiniões divergentes. É um processo que prevê uma operação constante de sustentação das afirmações realizadas, por meio da apresentação de dados consistentes, que possam convencer o interlocutor.

Apresentadas as características do gênero artigo de opinião e sua conceitualização, podemos afirmar categoricamente que se trata de um gênero cujos textos se apresentam como argumentativos *stricto sensu*, conforme proposta de Travaglia (2003). Dessa maneira,

consideramos pertinente escolher os artigos de opinião¹⁰ para compor o *corpus* de nossa pesquisa.

Ainda como se trata de um texto argumentativo, é importante discorrer sobre sua autoria. Diferentemente do editorial, que também é um gênero pertencente à ordem do argumentar, segundo Dolz e Schneuwly (2004), o gênero artigo de opinião é marcado pela assinatura do articulista que o produziu, configurando-se como uma “resposta” do autor face aos acontecimentos sociais atuais. Essa resposta se constrói com base na relação com a palavra do outro (os enunciados já-ditos), de modo a refutá-la ou levá-la em consideração, refratar-se nela. Vejamos como isso acontece em um excerto de nosso *corpus*:

(A) “A dor, a indignação, a revolta provocadas pelo trucidamento do pequeno João Hélio, no Rio, abalaram o país num terremoto não somente emocional, como intelectual, legal, político, social e cultural. Foi tudo posto em questão. A legitimidade de tantas teses humanistas em relação ao crime, a eficácia das leis criminais e da execução penal, a responsabilidade da União, dos Estados, das prefeituras, a integridade do nosso tecido social, que gera e tolera tantas atrocidades que clamam aos céus, e até o grau de civilização de nosso país, muito bem questionado nas palavras da analista política Lúcia Hippólito: “Já não é questão de segurança pública, e sim de estágio civilizacional”. Princípios, valores e instituições que nos tutelam, foi tudo posto em xeque. A dúvida latente em meio à tempestade que varre nossos corações e nossas mentes é a seguinte: será que vale a pena ser brasileiro num ambiente tão perverso como o em que vivemos, sob leis tão frágeis e inseguras, dentro de um sistema político ultrapassado em sua centralização e em seu absurdo formalismo, na mão de políticos irresponsáveis e corruptos, e numa sociedade sufocante e sem horizonte, na qual predomina a mais cruel das barbáries?” (Texto 1 – Anexo II).

Nessa ocorrência, o enunciador é percebido como um indivíduo que se posiciona contrariamente ao episódio ocorrido no Rio de Janeiro, ou seja, a um assalto que vitimou uma criança de forma chocante: o garoto morreu arrastado no asfalto pelo carro, pois não conseguiu libertar-se do cinto de segurança durante a ação dos assaltantes. Mais do que isso: o enunciador desse artigo de opinião é contrário à ação criminosa, questionando os princípios, valores e instituições que regem o Brasil. Essa atitude autoral, marcada também pela presença da primeira pessoa do plural *nosso tecido social, nosso país, nos tutelam* toma para si o discurso existente do senso comum de que no Brasil não há justiça, pois nossas leis são precárias e defasadas, e nossa política é ultrapassada.

Por isso, Machado (2000) chama a atenção para o caráter dialógico desse gênero de texto, em que o produtor parece responder a uma possível questão dos destinatários “Por que você diz isso?”. O autor dos textos desse gênero ainda faz previsões sobre possíveis

¹⁰ O conceito de artigo opinativo varia conforme especificidades da mídia escrita em que circula, podendo ser denominado como artigo, coluna, comentário, ponto de vista etc.

refutações dos destinatários ou possíveis conclusões contrárias às que ele quer conduzir e, por isso, investe em manobras lingüístico-textuais capazes de diminuir ao máximo as chances de o interlocutor se posicionar contra a tese que ele defende.

Em síntese, o artigo opinativo é necessariamente um texto, em que é apresentada a argumentação como característica precípua, por isso, um texto argumentativo *stricto sensu*, em que o enunciador parte da premissa de que o interlocutor discorda da posição dele, daí a necessidade de buscar a adesão do outro, por meio da mobilização de recursos persuasivos. Isso pode ser percebido a partir do momento em que acontece, por exemplo, a seleção de um assunto ao invés de outro, pois a escolha efetivada pressupõe um ponto de vista ou uma conclusão diferente da encaminhada pelo enunciador.

Assim, esse gênero evidencia uma série de estratégias textuais que busca dar conta de seu objetivo comunicacional. Em outras palavras, o artigo de opinião, na figura de seu enunciador, busca a adesão do leitor por meio da apresentação de uma discussão de problemas sociais controversos, revelando a opinião do articulista sobre o fato/assunto apresentado, a partir do acionamento de estratégias textuais que colaboram para a argumentação.

Nesse sentido, a referenciação, alvo de nossa investida analítica e entendida como um mecanismo de textualização, segundo nossa hipótese de pesquisa, estabelece um vínculo estreito com a argumentação, pois corrobora para que o ponto de vista do articulista do jornal seja efetivado, na maioria das vezes, conforme a orientação ideológica do suporte em que se veicula o gênero.

É importante lembrar que todo o *corpus* desta pesquisa foi retirado da seção Opinião dos jornais FSP, ESP e EM. No jornal FSP, diariamente, são listados quatro artigos opinativos; no jornal ESP, tem-se a apresentação de dois artigos e no EM, três. A assinatura dos autores sempre é acompanhada da explicitação de sua atividade profissional e/ou atividade político-social, com exceção dos artigos da FSP. Sobre a autoria, concordamos com as colocações de Machado (2000, p. 13):

[Os produtores dos artigos opinativos] são convidados pelo jornal para produzi-los, como representantes de uma determinada instituição social afetada pela questão ou que a quem se atribui autoridade para se manifestar sobre ela: o governo, os sindicatos, a academia, o judiciário, a empresa, etc. Assim, é essa sua representação desse papel social que o produtor deve mobilizar ao produzir o texto, o que pode ser claramente visto pela aposição à sua assinatura da função que exerce nessas instituições. Além disso, o conhecimento que esses produtores têm sobre esse jornal e sobre essa seção específica, na qual se encontram dois ou três textos com posições diferentes sobre a questão colocada, torna-o consciente de que outra pessoa, com uma

função social determinada, também foi convidada para defender uma posição diferente da sua, o que reforça sua representação da situação como situação de argumentação, que, embora implique uma produção monológica, é explicitamente dialógica.

Ainda, sobre este assunto, o Novo Manual da Redação da Folha de S. Paulo (1996, não paginado) considera:

Assinatura de texto - A publicação de texto com a assinatura do autor é uma distinção e depende do mérito específico de cada texto. Ela obedece a três graus: a) Assinatura no alto do texto (ou "na cabeça") - O nome do autor aparece em maiúsculas antes do texto. É a forma mais usual de assinatura; b) Assinatura no fim do texto (ou "no pé"), por extenso - Apenas o crédito aparece antes do texto e o nome do autor, entre parênteses e em negrito, no final do último parágrafo, alinhado à direita. O recurso é usado para evitar que o jornalista assine no alto mais de um texto em diferentes páginas da mesma edição. Serve também para os casos em que a edição introduz alterações significativas no texto e não tem como comunicá-las ao autor; c) Assinatura no fim do texto (ou "no pé"), com iniciais - Como no item anterior, mas com a identificação do autor por meio de iniciais, não separadas por pontos (cabe à Secretaria de Redação arbitrar casos de iniciais idênticas). É usada para identificar autoria em página que já contenha texto assinado pelo mesmo jornalista, ou quando autor ou editor julgarem conveniente. Podem ser assinados: reportagem com informações exclusivas, texto que demande pesquisa intensiva, "feature" com estilo elaborado, entrevista exclusiva, textos de correspondentes e enviados especiais e outros que o editor julgar merecedores, consultada a Secretaria de Redação. **Texto opinativo deve ser assinado. No caso de opiniões coincidentes com as do jornal, o texto pode não ser assinado, a critério da Direção de Redação.** [grifo nosso] Editoriais não são assinados. O jornalista deve propor ao editor a assinatura do texto, quando achar que merece. Se a edição alterar o texto de forma significativa ou em trechos importantes, deve suprimir a assinatura ou transferi-la para o "pé" (dependendo do teor e intensidade da mudança), ou então consultar o jornalista.¹¹

Quanto ao tamanho do texto, segundo o mesmo manual, esse é combinado pelo jornalista e seu superior imediato, mas a tendência são textos cada vez menores. Na FSP, por exemplo, a maioria dos textos tem, no máximo, 50 linhas de terminal de computador.

Apresentaremos, agora, os *layouts* da folha do jornal, em que se encontram os artigos opinativos de cada um dos jornais pesquisados neste trabalho, para melhor compreensão da localização do artigo opinativo no suporte textual:

¹¹ Vale frisar que esses graus de distinção e mérito são atribuídos pela FSP aos seus textos, embora a assinatura do artigo opinativo conste como regularidade e distinção nos três jornais.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicada desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.
Al. Barão de Limeira, 428, Campo Elíptico, CEP 01202-900, São Paulo, SP

Presidente: LUIZ FARIAS
Diretor Editorial: OTAVIO FARIAS FILHO
Supervisor: ANTONIO MANEIR, FRANCISCA MENEZES e JURETE BERTO
Editores executivos: ELIZABETH DE LUCENA
Conselho Editorial: ROGÉRIO CECILIA DE CARVALHO LEITE, MARCELO COELHO, JACQUES FREITAS, GILBERTO DRONKOWITZ, CLÁUDIO BASSI, CARLOS HEITOR CONY, ANTONIO MANEIR, TEREZINHA MENEZES, LUIZ FARIAS FILHO (Secretário), ANTONIO FARIAS FILHO (Secretário)
Diretoria executiva: ANTONIO CALHEIROS DE MOURA (Comercial), ANDRÉ LOPES (Administrativo), MARIANO BASSI (Circulação) e MARIANO LOPES JUNIOR (Estratégia)

Editoriais

Confusão eleitoral

Decisões polêmicas do Judiciário impõem ao Congresso a necessidade de discutir uma ampla reforma política

ERA COSTUMEIRO, durante o regime militar, comparar-se o texto constitucional a uma "colcha de retalhos", tal o número de sucessivas intervenções a que fora submetido no decorrer dos anos. Atualmente, a omissão do Congresso no que diz respeito ao tema da reforma política ameaça produzir um resultado semelhante na legislação eleitoral.

Quando não há respostas claras do Poder Legislativo para questões como a organização partidária e o sistema de votação e representação popular, é o Judiciário que vai deliberando, ao sabor de consultas eventuais, sob as regras a seguir.

A última decisão do TSE a respeito da fidelidade partidária reflete esse clima de imprevisibilidade e, para empregar o termo no seu sentido mais estrito, de casuismo judicial.

Entendeu-se, por unanimidade, que os eleitos para cargos majoritários — os de senador, prefeito, governador e presidente — estarão sujeitos a perder o mandato se trocarem de partido.

Do mesmo modo que em relação aos cargos proporcionais, prevalece a interpretação de que pertence à legenda, e não ao candidato, o posto conquistado na eleição. No propósito, sem dúvida elogável, de cobrir as migrações partidárias, novas dúvidas e distorções tendem a surgir.

Suponha-se, por exemplo, que um prefeito mude de partido, tendo um vice-prefeito perten-

cente a outra agremiação. O trânsito perderia o mandato. Mas a posse de um vice proveniente de outro partido não garantiria a legenda do titular o controle sobre o cargo, direito que a decisão do TSE pretendia assegurar.

O julgamento da corte eleitoral acaba dissipando, aliás, um argumento lembrado com insistência quando se defendeu a fidelidade partidária para vereadores e deputados. Nesses casos, tratava-se, em tese, de garantir a cada partido um número de cadeiras proporcional ao dos votos recebidos, independentemente das defecções individuais que viesse assestar.

Nos cargos majoritários, contudo, o raciocínio não se aplica: o candidato não se beneficia de nenhum quociente eleitoral, sendo eleito com os votos que de fato conquistou individualmente — o que torna especialmente duvidosa a ideia de que o voto, numa eleição para prefeito ou senador, reflète a preferência num partido, e não na pessoa do candidato.

Seria, de resto, ilusório considerar que um sistema tão severo possa fortalecer a autenticidade das agremiações políticas brasileiras. Resultado, sob pena de perda de mandato, um contingente virtual de transfugas, cada partido tenderia a ser ainda mais amorfo e incharacterístico do que é atualmente.

Só uma reforma política ampla atenderia a esse objetivo. Que as últimas decisões do Judiciário tenham pelo menos o efeito de impor a deputados e senadores uma pauta que, com crescente evidência, não mais se podem dar ao deslante de negligenciar.

Epidemia oficial

AGORA É OFICIAL. O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, convocou rede nacional de rádio e TV para anunciar que o Brasil vive uma epidemia de dengue. De janeiro a setembro, registraram-se 481.316 casos da moléstia, contra 321.368 em igual período do ano passado. É um aumento de 50%.

O que mais preocupa é a questão da dengue hemorrágica (DHD). Por razões não de todo conhecidas, certos indivíduos infectados por algum dos quatro sorotipos do vírus DEN desenvolvem a forma hemorrágica da doença, que pode ser fatal. Até setembro, 1.076 pacientes haviam evoluído para esse quadro, dos quais 121 (11%) morreram.

É uma taxa muito elevada. Para a Organização Mundial da Saúde, com condutas médicas adequadas é possível manter a mortalidade da DHD abaixo de 1%. O sistema público de saúde não está sendo capaz de diagnosticar e tratar os pacientes a tempo. É

preciso oferecer uma rápida reciclagem aos médicos. O período de chuvas no Sudeste está para começar, e o número de casos tende a aumentar.

Há evidências de que pessoas que sofram uma segunda infecção por um sorotipo diferente do maior predisposição para a DHD. Assim, a cada epidemia aumenta o maior risco de contrair a forma hemorrágica. Não por acaso, a grande epidemia de 2002 (794 mil casos) coincidiu com a chegada do sorotipo DEN-3 ao Brasil. Por aqui já circulavam as cepas DEN-1 e DEN-2. A quarta espécie, o DEN-4, ainda não apareceu, mas já está à espera em outros países da América do Sul.

Nos próximos anos, a dengue deverá tornar-se um problema cada vez mais ameaçador. Além de aparelhar o sistema de saúde, é necessário manter os focos do mosquito *Aedes aegypti* — vetor da moléstia — sob controle.



- Quem será contratado para ir a público provar que nossa CPMF foi melhor do que a do Lula? - David Copperfield!

O padre e o "correria"

CLÓVIS ROSSI

SÃO PAULO - Imagino que o rapper Ferréz voltará em breve às páginas desta Folha para repetir, sobre o caso da extorção ao padre Júlio Lancetotti, o que escreveu sobre o Rolex de Luciano Huck. Ferréz terminava assim: "No final das contas, todos saíram ganhando, o assaltado ficou com o que tinha de mais valioso, que é sua vida, e o corretor ficou com o relógio. Não vejo motivo para reclamação, afinal, num mundo indefinido, até que o rolo foi justo para ambas as partes".

Errado, diz o adepto da estranha teoria de que é correto roubar da "elite" e só da "elite". Funcionaria até como distribuição de renda (se que a teoria é ridícula, mas o ridículo no Brasil tem longa vida e ampla difusão). Mas a sociologia tipó Ferréz justifica a criminalidade a partir das duras condições de vida

dos "correrias". Se é assim, está justificada a extorção ao padre Júlio. Afinal, o chefe dos chantagistas foi um ex-interno da Fsbem, e todo mundo sabe qual dura é a vida dos internos e dos ex-internos da Fsbem.

Para que o "erro" derruba toda a sociologia. Padre Júlio não é rico nem da elite, mas nem por isso deixou de perder o seu Rolex. Sociologia calhorda à parte, vamos aos fatos como eles são, na frase magistral do belíssimo artigo de Alba Zahar, publicado segunda-feira:

"Defensor o roubo como recurso de distribuição de renda revela um enorme desconhecimento das regras e tramas do submundo do crime, onde grassa o capitalismo mais selvagem de que se tem notícia".

rossi@uol.com.br

Epidemia

ELIANE CANTANHÊDE

BRASÍLIA - Enquanto você discute Benan Calheiros, a capa da "Playboy" e se a CPMF deve ou não acabar, é melhor ir botando areia nas plantas, emborcando lotas e cunias e secando poças. Porque agitar essas histórias toda de Senado é de doer, mas dengue pode matar.

O governo vai arrumar um jeito de jogar toda a culpa na herança maldita, já que José Serra é o ministro da Saúde e mandou demitir sei lá quantos matadores do mosquito *Aedes aegypti* no Rio. Era isso que nós e PT dizíamos, não era?

Bem, mas a dengue virou uma epidemia, e isso é absolutamente injustificável, como disse o atual ministro da Saúde, José Gomes Temporão. O PT e Lula não estão no poder há cinco anos? Então, a herança maldita é do primeiro mandato.

Pelos dados de Temporão, já são 481.316 casos de dengue notificados de janeiro a setembro, 50% a mais do que no mesmo período do ano passado. Foram 121 mortes, contra 77 em todo o ano de 2006.

Tempo de paradas

CARLOS HEITOR CONY

RIO DE JANEIRO - Simultâneas, com vários significados e diferentes interpretações, o Rio teve no último domingo sua parada gay e a da vaca, esta última em sua versão erudita, "cow parade", combinando com o "gay", que me parece já estar ditornizado como palavra nacionalizada e a indolor aos ouvidos dos puristas mais radicais da nossa língua.

Segundo os jornais, um milhão de pessoas participaram da parada gay, que teve presença do governador local, que não é gay, mas defende a causa, assumindo uma atitude que merece louvor e continuidade. Mais cedo ou mais tarde, as principais reivindicações do alegre povo do arco-íris serão atendidas, principalmente a que formaliza a união estável dos casais, até agora discriminados pela legislação.

Mais complexa, sem causa comum e definida, 200 vacas de fibra de vidro foram espalhadas pela zona sul, território até então virgem de vacas de verdade. Que se saiba,

desde Duclerc e Duguay-Trouin, que em tempos outros invadiram o Rio pela zona sul, estão deserta, nunca foram vistas vacas compostas de uma paisagem pastoral e bucolica.

Verdade seja dita foram um sucesso. Turistas que outrora se fotografavam em torno do Cristo Redentor trocaram uma das sete maravilhas pelas vacas, que são mais antigas do que o nosso Salvador — uma delas esquentou com o seu halo de ervas o menino da manjedoura de Belém.

Verdade também que algumas delas foram evitadas pelos seus criadores, embora a maioria conserve a elegância e o belo desenho que a natureza lhes deu. Em Iguazu, uma vaca está vestida com um maiô de duas peças anos 60 e óculos escuros do tamanho de uma bicicleta infantil. Outra está cheia de colares e miçangas, mais para perua do que para vaca.

Todas irão para o brejo.

cony@uol.com.br

KENNETH MAXWELL

Ormuz

HÁ QUASE EXATOS 500 ANOS, em 24 de outubro de 1507, Afonso de Albuquerque ordenou a construção de uma fortaleza na ilha de Ormuz. O pequeno esquadro naval que Albuquerque comandava havia sido destacado da frota portuguesa enviada à Índia em 1506, recebendo a missão de patrulhar o mar da Arábia e de conquistar a ilha de Ormuz, que controlava o estreito canal que dá acesso ao golfo Pérsico.

O que os portugueses realizaram entre 1496 e 1519 foi desenvolver uma visão geoestratégica do mando e, por meio do exercício impiedoso do poder militar, fazer dessa nova concepção geográfica o veículo para dominar padrões mais antigos de comércio oceânico, com a identificação e o controle de gargalos vitais. O número destes não era muito grande. Ormuz é um dos mais importantes. Isso explica o furioso bombardeio da ilha por Albuquerque e a construção de um forte no local pelas portas em 1585.

O estreito de Ormuz continua a ser um gargalo; por esse estreito canal passam entre 20% e 25% do petróleo do mundo. Em 1973, a Guerra do Yom Kipur, no Oriente Médio, levou ao fechamento do canal de Suez. Para a vulnerável economia mundial da metade dos anos 70, a perda da rota via Suez se provou desastrosa. Os preços do petróleo dispararam e, com eles a inflação. Nesta segunda-feira, os três maiores bancos norte-americanos estabeleceram um fundo de US\$ 200 bilhões para ajudar a resgatar os mercados de crédito; os valores mundiais de ações são menores em 30 anos; os preços do petróleo atingiram a marca de US\$ 86,13 por barril. E Ben Bernanke, o chairman da Federal Reserve, se viu forçado a admitir, em discurso realizado em Nova York, que as perspectivas são "incertas" para a economia norte-americana. No entanto, o vice-presidente Cheney, da segurança de seu bunker governamental em Washington, aparentemente impressionado com o sucesso do ataque aéreo clandestino lançado contra uma suposta instalação nuclear irã, ao que consta estaria insistindo junto ao presidente Bush por uma ação semelhante contra a central nuclear do Irã.

Mas lembrem-se de Ormuz e lembrem-se de 1973. Não se necessitam armas de alta tecnologia para bloquear o estreito canal que oferece acesso ao golfo Pérsico. O Irã tem todas as cartas na mão se jogar. Caso Bush deseje outra guerra, ele deveria considerar as consequências econômicas, bem como as militares. E talvez se lembrar, igualmente, daquele almirante português que compreendeu o vínculo entre comércio e poder ao ordenar o início da construção de sua fortaleza em Ormuz, 500 anos atrás.

maxwell@uol.com.br

FRASES

NO CONGO
Não vejo nenhuma polêmica o Brasil incentivar que empresas brasileiras contribuam para o desenvolvimento do Congo. Ganhará o Brasil, ganhará o Congo, ganharão as empresas brasileiras e ganhará o povo do Congo.

LUIZ INACIOLA DA SILVA
sócio-critico para o desenvolvimento econômico de empresas brasileiras, em um no País.

UMA COISA
A gente está fazendo um negócio de uma coisa que não sei informar.

DANI
Bom, a ideia da banda NX Zero, que se apresentou em show no vale do Arhangarim, em evento contra a CPMF, não tem qualquer relação com a achava do Irã, ordem no País.

Figura 1: Layout do local de ocorrência dos artigos opinativos na FSP.

Abaixo os privilégios

Colúcio
Médico, ex-reitor da UFMG

O Congresso Nacional está novamente reforçando a péssima imagem que tem produzido nos últimos tempos, à custa de corporativismo, corrupção, clientelismo, ineficiência, nepotismo e fisiologismo. Está preparando outra pérola do corporativismo político, uma emenda constitucional que cria foro privilegiado para agentes políticos processados por improbidade administrativa. Cria, que seja o momento de dar um basta nesse processo. Chega de "foro privilegiado", "tribunal parlamentar", "priso especial" e outras regras que a elite brasileira tem e que constituem privilégios em relação à população em geral. Outro absurdo incompreensível para nós, simples contribuintes, é a ausência do corte de remuneração para parlamentares que faltam às atividades na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Políticos deveriam ter o foro mais simples, primário e popular

A situação deveria ser exatamente o inverso: os políticos deveriam ter o foro mais simples, primário e popular e a imunidade parlamentar para crimes praticados antes da posse ou relacionados a crimes pessoais não existentes. Também a prisão especial é absurda: os políticos e pessoas portadoras de educação superior deveriam ter penas muito maiores a prisão, muito mais dura, pois são mais informados, conscientes das leis e dos deveres dos cidadãos e preparados para a cidadania, devendo, pois, dar o exemplo para a população. É tempo de eliminar os privilégios das autoridades para assuntos pessoais. É terrível ouvir a frase "você sabe com quem está falando?", quando alguma autoridade quer uma regalia pessoal em detrimento de leis e normas. Não se pode tolerar mais autoridades ou pessoas ricas retrairerem filhos infratores de praias utilizando status, constringer guardas de trânsito de multas quando cometem infrações, obter dispensa de serviço militar por tráfico de influência, furar filas, além de inúmeras atitudes arrogantes, preconceituosas e dominadoras que são frequentes no cotidiano de nosso país. Não podem ser tolerados mais os desmandos do Congresso, tanto na Câmara quanto no Senado, e as tentativas para a criação de leis e mecanismos para manter ou ampliar privilégios acima dos direitos dos cidadãos brasileiros. Os políticos são cidadãos como todos os outros, representam a população brasileira e, portanto, devem ter os direitos e obrigações de todos os cidadãos. É hora de uma atitude vigorosa contra essas aberrações.

Água e energia no Brasil

EDUARDO HENES DE LIMA
Superintendente executivo da Associação Brasileira de Água e Energia

Defensor de uma matriz de energia elétrica fortemente baseada na geração hídrica, o Brasil terá que lidar, a partir deste ano, mais intensamente, com questões estratégicas referentes ao uso eficiente de dois imprescindíveis recursos: água e energia. Quase 90% da nossa eletricidade é gerada em centrais hidrelétricas, espalhadas por todas as regiões do país. Por outro lado, a sinergia entre água e energia, é ainda mais evidente quando observado que dos custos de exploração de água no setor do saneamento brasileiro, em torno de 20%, referem-se à energia elétrica.

Captação, tratamento, adução e distribuição da água, do manancial até a torneira do usuário, são atividades eletrointensivas por excelência. No esgotamento sanitário, o uso da eletricidade é também intenso. Em decorrência disso, na maioria das vezes, é verificado que o principal cliente de uma concessionária de energia elétrica é a respectiva concessionária de água e esgoto, seja esta companhia estadual, autarquia municipal ou empresa privada. Do consumo total de energia elétrica do Brasil, 3%, ou 7 milhões de megawatts/hora, são consumidos pelo setor. O setor do saneamento, finalmente regulado pela Lei do Saneamento Básico, sancionada em 5 de janeiro de 2007, deverá contar um novo ciclo de expansão. Os necessários investimentos, até então adiados em virtude de incertezas legais, voltarão a ser efetivados, sejam públicos ou privados. Para se ter uma ideia desta urgência, no Brasil 47 milhões de pessoas não têm água de qualidade e 36 milhões dos moradores das áreas urbanas sofrem com a falta de rede de esgoto ou fossa séptica. Além disso, 65% dos esgotos coletados não recebem tratamento, sendo despejados in natura nos rios e no mar.

O Ministério das Cidades estimou investimentos de R\$ 200 bilhões, num horizonte de 20 anos, para se atingir a universalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no país. O mesmo ministério apresenta outro dado: o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, publicado em dezembro passado, mostra um índice geral de perdas de água no Brasil da ordem de 39%. No âmbito dos prestadores de serviço, o índice de número leva em conta não apenas as perdas



A eficiência energética e a redução de perdas de água entram de vez na agenda do setor

físicas por vazamentos, extravasamentos e ligações clandestinas de água, mas também consumo não autorizado. Como então conciliar a necessidade de expansão dos sistemas de saneamento, agora livre das incertezas legais, com a possibilidade demonstrada em diversos estudos de um novo raciocínio de energia elétrica, a partir de 2009? As respostas para estas questões têm sido buscadas, sobretudo por meio de uma maior eficiência no uso de água e energia pelas prestadoras de serviço de saneamento. A eficiência energética e a redução de perdas de água entram de vez na agenda do setor, ainda que, por vezes, deixadas no segun-

do plano, face à imperiosa expansão de seus serviços. Por sua vez, instâncias do governo federal têm contribuído para que se avance na gestão energética no setor de saneamento. Entre estas, se destacam a Eletrobrás, pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel/Saneat), e o Ministério das Cidades, por meio do Programa de Modernização do Setor de Saneamento (PMSS) e do Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água (PNCDÁ). No entanto, para se avançar ainda mais, é preciso que se busque o envolvimento cada vez mais amplo do setor de energia, representado por distribuidoras de energia elétrica, empresas de serviços de conservação de energia (Ecosol) e a própria Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), no sentido de desenvolver projetos de custos para o setor de saneamento, sejam por meio de recursos do Programa de Eficiência Energética (PEE) da Aneel, pelo mecanismo público-privado (PPP) ou pelo estabelecimento de contratos de desempenho.

Além disso, compete ao governo federal facilitar o acesso a recursos financeiros de baixo custo para as companhias estaduais e autarquias municipais de saneamento, visando o uso eficiente de energia. Um volume significativo de recursos se encontra no programa Procel, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), atualmente de difícil acesso ao setor devido ao contingenciamento e impedimentos de gastos públicos decorrentes do corte orçamentário. Pela importância do setor do saneamento, o BNDES poderia criar uma condição de acesso a recursos para projetos de eficiência energética. Da mesma maneira, falta uma política específica para o setor por parte da Aneel, que regulamentaria e fiscalizaria os programas de eficiência energética das distribuidoras de energia. Em 2007 e nos anos vindouros, a eficiência no uso de água e energia desenvolverá o principal eixo de atuação dos setores de saneamento e de energia elétrica.

Muito barulho por nada

JOEL MARINHO SOARES
Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

O cultivo de variedades transgênicas resistentes a insetos é realizado desde 1996, tendo sido adotado inicialmente nos Estados Unidos, México e Austrália, e logo em seguida, difundido na Argentina e no Canadá, ativos participantes do mercado internacional de produtos agrícolas. A percepção do impacto social favorável da tecnologia levou a sua rápida difusão na Índia, China e África do Sul. Em claro contraste com a importância do Brasil no cenário internacional do agronegócio, até agora, apenas uma variedade de algodão resistente a insetos foi aprovada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), sem falar no caso da soja, que demorou anos para ser regularizada. Uma síntese de vários estudos de avaliação de impactos permite estimar que a tecnologia inserida em variedades híbridas de milho seja responsável por uma redução média de 22% nos custos de produção dos agricultores que adotam. A literatura também aponta para a significativa redução de agrotóxicos — estimado em 6%, em média, com efeitos favoráveis em toda cadeia produtiva, do trabalhador rural até o consumidor final. É comprovado que as variedades transgênicas se adaptam melhor às condições de armazenamento existentes em países em desenvolvimento, uma vez que apresentam níveis significativamente menores de toxinas produzidas por fungos

que fazem mal à saúde humana e animal. Os efeitos do uso de opções transgênicas de milho permitem sofrer um rol de vantagens relacionadas à maior facilidade de planejamento do cultivo, que mobiliza menos equipamentos e máquinas, ao reduzir o número de pulverizações por ciclo produtivo. Duas consequências podem ser previstas caso a confusão regulatória característica do ambiente institucional brasileiro seja mantida por mais alguns anos: a) a perda de competitividade do agronegócio, com impactos negativos também na produção familiar; b) o aumento da defasagem do país no que tange às pesquisas biotecnológicas, principalmente de cultivos tropicais, inclusive em relação a outros países em desenvolvimento. Vale lembrar que o cultivo de milho passa para uma nova fase no cenário mundial, por ter entrado na questão das energias renováveis. Do ponto de vista da competitividade, a complicação regulatória bloqueia o acesso do agricultor à tecnologia, o que é feito facilmente pela compra de sementes. Também impede que a concorrência entre as empresas do mercado de sementes híbridas se exerça de forma plena, ao atrasar as liberações de cultivares resistentes a insetos e ao limitar o leque de ofertas para escolha pelos agricultores, sob o argumento falso de que pequenos agricultores preferem variedades locais e não híbridas. Segundo estudo coordenado pelo professor Saad Kahan, da Universidade Federal do Ceará, no sertão do Nordeste, a aquisição de sementes híbridas é

sempre mais rentável do que as variedades tradicionais, em função de sua maior (em geral) produtividade, a perda da competitividade atinge, portanto, a agricultura familiar. O problema é que o cenário atual deve se agravar à medida que a tecnologia vai alcançando mais competidores dentro do Brasil. O trabalho publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) — Costa e Freitas, 2006 — concluiu que, no período de 1967 a 2000, aumentos de produtividade de 1% atribuídos especificamente ao melhoramento genético de milho e soja, resultaram em quedas de preços de 0,7% para o primeiro e de 1,23% para o segundo. Assim, a confusão brasileira impediria que o consumidor brasileiro fosse beneficiado pelo efeito da onda biotecnológica, ao mesmo tempo em que ajudaria nosso país a ocupar o espaço no mercado de alimentos e de energias renováveis. Finalmente, há o efeito sobre as pesquisas. Nesse caso, a maioria está em mão perter o potencial de desenvolvimento de novas variedades resistentes a insetos adaptadas ao clima tropical, que fortaleceria o processo de diversificação da agricultura brasileira, um dos requisitos para o sucesso do setor. Ao atrasar a aprovação inclusiva de pesquisas em laboratório e ao gerar inpor dificuldades ao lançamento comercial de novos cultivares, ou defensores de mais uma "omissão que não funciona" criam o incentivo para que no futuro sejam compradores de tecnologia em uma das poucas áreas em que estamos no grupo dos líderes mundiais. Citando Shakespeare, much ado about nothing.

S/A ESTADO DE MINAS
FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

ASSOCIADOS

SEDE
TELEFONE GERAL: (31) 3263-5000
Avenida Carlos Vergueiro, 391, Funclonclon, Belo Horizonte, MG, Cep 30122-000

ANJ Associação Nacional de Jornalismo

TELEFONES DE APÓDO

Redução (31) 3263-5330
Editorial (31) 3263-5326
Contas (31) 3263-5344
Publicidade (31) 3263-5393
Economia e Administração (31) 3263-5303
Esportes (31) 3263-5333
Administrativo (31) 3263-5336
Óbitimo (31) 3263-5373

Cultura - TV - Power (31) 3263-5326
Publicidade (31) 3263-5374
Publicidade (31) 3263-5333
Informática (31) 3263-5360
Relações (31) 3263-5079
Serviço de Atendimento (31) 3263-5360
Assessoria (31) 3263-5361

PARA ASSINAR LIGUE
Belo Horizonte: (31) 3263-5300
Outras localidades: 0800 31 5005

SERVÍCIO DE ABASTECIMENTO AO ASSINANTE
Belo Horizonte: (31) 3263-5400
Outras localidades: 0800 31 5005

DISTRIBUIDOR DE ASSINATURAS INTERIOR
0800 31 5005

SERVÍCIO DE ABASTECIMENTO À VENDA AVULSA
Capitão e Comendador - (31) 3263-5380
Instituto de Minas Gerais - (31) 3263-5382
Módulo - Cidades: (31) 3263-5381

PARA BAIXAR LIGUE
Classificados/Preços/Redução/Foro
(31) 3263-5661

Departamento de Circulação (31) 3263-5421

TABELA DE PREÇOS

Mídia	P. Public.	Ano	Púb.	ABASTECIMENTO INTERIOR - CIRCULAÇÃO		
				100 mil	250 mil	500 mil
M. Suplemento	1,10	1,10	1,10	25,00	45,00	65,00
M. Principal	1,10	1,10	1,10	25,00	45,00	65,00
M. Especial	1,10	1,10	1,10	25,00	45,00	65,00
M. Suplemento	1,10	1,10	1,10	25,00	45,00	65,00
M. Principal	1,10	1,10	1,10	25,00	45,00	65,00
M. Especial	1,10	1,10	1,10	25,00	45,00	65,00

* As alterações que surgem através do correio eletrônico de respeito às taxas de envio

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS
SUCURMA, SÃO PAULO - Rua Niterói, 403 - 2º andar - sala 23 - 04033-000
Tel: (11) 3045-6821 - Fax: (11) 3050-2100 - e-mail: sucurma@sp.pw.com.br
SUCURMA, SÃO PAULO - Rua do Imperador, 100 - 4º andar - sala 100 - 04033-000
Tel: (11) 2243-0943 - Fax: (11) 2243-0945 - e-mail: sucurma@sp.pw.com.br

Figura 3: Layout do local de ocorrência dos artigos opinativos no EM.

1.6 O suporte textual jornal

Tendo em vista a consideração do gênero artigo de opinião nessa proposta de pesquisa, torna-se importante tratar de sua localização nos meios de comunicação, pois partimos do pressuposto de que o local de ocorrência dos textos argumentativos poderá influenciar na seleção do tipo de referenciação anafórica, bem como nos determinantes e modificadores do nome-núcleo do anaforizante, o que provoca o encaminhamento do interlocutor a uma conclusão previamente planejada pelo produtor do texto.

Os artigos opinativos aqui contemplados estão localizados em dois jornais de divulgação nacional: *Folha de S. Paulo* (FSP); *O Estado de S. Paulo* (ESP), e em um jornal de divulgação regional, *Estado de Minas* (EM). Portanto, tratemos de levantar algumas questões sobre a mídia impressa física denominada de jornal.

Marcuschi (2003, p. 3) compreende suporte textual como “uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto”. Embasados nessa consideração, optamos por entender o jornal impresso como suporte textual de nosso *corpus*. Em outras palavras, o jornal é um objeto do mundo empírico, portanto, palpável/físico, que foi criado para portar textos e cuja função básica é tornar os textos, que comporta, acessíveis aos objetivos comunicacionais.

Esse suporte textual não se destitui de uma posição ideológica, pois, assim como Breton (2003, p. 23), assumimos a crença de que não há comunicação neutra:

Desde quando o homem pratica a argumentação? Seríamos tentados a dizer que ele o faz desde o momento em que se comunica. Ou ainda, a partir do momento em que tem opiniões, crenças, valores e que tenta fazer com que os outros partilhem destas crenças e valores. Isto é, desde sempre, na medida em que o homem se identifica, ao contrário dos animais, com uma palavra, com um ponto de vista próprio sobre o mundo no qual ele vive.

E o jornal, como bem sabemos, é resultado de uma junção de esforços de várias pessoas que se encontram sob a supervisão de um diretor-geral que, por sua vez, pretende perseguir a filosofia e a ética do jornal que dirige. Dessa forma, não há como desvincular linguagem de ideologia, em especial, em um veículo de comunicação que pretende não somente informar as pessoas, mas, acima de tudo, estabelecer a maneira como a informação chega a elas.

Podemos perceber isso mais claramente se observarmos a maneira como um fato/ um assunto foi abordado pelo jornal, ou seja, o espaço destinado a este fato/assunto pelo jornal: se

apareceu como manchete ou simplesmente como mais uma notícia dentre tantas, como uma reportagem, ou ainda, pela total desconsideração do jornal mediante a não divulgação do fato/assunto. Podemos também nos ater ao tempo em que tal fato/assunto foi considerado como importante para ser publicado no jornal. Tudo isso mais a estrutura composicional¹² do texto revelam o modo como o corpo de jornalistas de um jornal específico quer que a sociedade receba ou entenda o fato, a informação.

Mas um dos princípios que regem a prática jornalística contraria o que acreditamos existir: a indissociação entre posição/ideologia de uma empresa jornalística ou um jornalista e o modo de eles conceberem um fato ou um assunto. Vejamos este princípio divulgado em um dos verbetes do Manual Geral da Redação da Folha de S. Paulo (1984) e no Dicionário de propaganda e jornalismo, de Erbolato (1986), respectivamente:

Pluralismo - Numa sociedade complexa como é a brasileira cada coisa é objeto de interpretações divergentes, não raro antagônicas. **A Folha se propõe a refletir sobre essa pluralidade de pontos de vista e assegurar o acesso do leitor ao espectro ideológico da sociedade em que vive. Essa preocupação deve permear a elaboração de pautas, a realização de debates, a solicitação de artigos, a execução de reportagens e a própria edição. A Folha não vê demérito em constituir um “balaio de gatos” (grifo nosso) (MANUAL GERAL DA REDAÇÃO, 1984, p. 66-67).**

Ética dos jornalistas – I (...) O Código de Ética do Jornalista fixa as normas a que deve subordinar-se a atividade jornalística, regulando as suas relações com a comunidade, com as fontes de informações e entre companheiros, visando ao bem comum. II) Todos os que se dedicam, eventual ou permanentemente, ao jornalismo, devem observância a este código. 1. A missão do Jornalista é comunicar à coletividade os fatos que possam de qualquer maneira, interessá-la. 2. A verdade é o conteúdo fundamental da missão jornalística. 3. O Jornalista é moralmente responsável por tudo quanto divulga. 4. O Jornalista tem compromisso indeclinável com a comunidade. **5. O Jornalista deve ser imparcial (grifo nosso).** 6. Deve o Jornalista lutar pela liberdade de pensamento, de expressão e pelo livre exercício da profissão. 7. O Jornalista deve pugnar pela soberania nacional em seus aspectos políticos, econômico e social. 8. A língua e a cultura nacionais devem ser preservadas pelo Jornalista, observando os mais altos padrões na missão de educar e formar opinião pública. 9. O Jornalista deve valorizar, honrar e dignificar a profissão. 10. A oferta de trabalho a preço vil, a deslealdade, a prevenção ideológica para os companheiros, a covardia no exercício de sua missão, a submissão a forças que destroçam a verdade, o uso do poder de divulgação para atender a interesses escusos e contrários da comunidade são atos condenáveis. 11. O Jornalista deve resguardar sempre que necessário as suas fontes de informação. 12. Frustrar a manifestação de opiniões divergentes, impedir o

¹² Estamos considerando como estrutura composicional a organização interna do texto, isto é, todos os mecanismos que permitem que o texto se configure como tal.

debate sereno e usar o insulto é enterrar e corromper o exercício da profissão. 13. O Jornalista deve evitar a divulgação de fatos de interesse sensacionalista e mórbido, que tripudiem sobre os valores humanos. 14. O Jornalista deve esforçar-se para aprimorar seus conhecimentos técnico-profissionais, sua cultura e sua formação moral. 15. A fidelidade à empresa a que serve não deve prejudicar a observância a estes princípios. (ERBOLATO,1986, p. 141-142):

No caso da primeira citação, a do Manual Geral da Redação da Folha de S. Paulo, insiste-se em deixar claro que nesta organização há espaço para qualquer convicção, pois se acredita que o leitor deve ser exposto a posicionamentos ideológicos sociais, mesmo que divergentes. Isso pode ser confirmado pelas passagens negritadas na citação.

Já no Dicionário de propaganda e jornalismo, o que podemos ver, pelo item 5, é que há uma tentativa de se dissociar ideologia e produção jornalística. A nosso ver, é uma tentativa frustrada, visto que é impossível desvincular a comunicação de um posicionamento ideológico, até mesmo pela condição de alteridade constitutiva do ser humano, sobre a qual discorreremos anteriormente.

Nesse sentido, a idéia central de Marcuschi (2003, p. 4) de que “o suporte não é neutro e o gênero não fica indiferente a ele” é pertinente, embora não se possa mensurar ainda o alcance dessa interferência, como nos alerta o próprio autor. Todavia, há uma relação bipolar, que não se pode negar, entre suporte e ideologia. À guisa de ilustração, o autor cita as diferenças de conteúdo e até de natureza estrutural existentes entre um editorial de uma revista semanal e um editorial de um jornal diário.

Sobre a seção em que os artigos de opinião aparecem no suporte, ela é colocada pelo jornal como um espaço “democrático”, aberto a diferentes posições, que podem não coincidir com as do jornal. Machado (2000, p. 14), no entanto, diz que esse espaço é também de “coerção para o produtor do texto, visto que, ao se expor, sua imagem será avaliada por amplos setores da sociedade”. Por essa razão, acreditamos que o texto argumentativo é minimamente planejado pelo seu autor para atingir seu objetivo persuasivo.

Ainda sobre as considerações de Marcuschi (2003) para suporte, o jornal impresso pode ser classificado como um suporte convencional, isto é, um suporte prototípico elaborado com a finalidade de portar textos e veiculá-los comunicativamente. Essa prototipicidade que acompanha o jornal, enquanto suporte – periodicidade; qualidade do papel; tamanho da folha; configuração; gêneros esperados; dentre outras características próprias – permite que o distingamos de outros suportes convencionais, como, por exemplo, a revista, o livro, o

outdoor etc, fazendo-nos criar expectativas de leitura sobre os gêneros que nele figurarão. Ao ler uma notícia em um jornal diário, a nossa expectativa é a de que se trata de um acontecimento ocorrido no mundo nas últimas horas ou, pelo menos, recentemente; diferente de uma reportagem em uma revista semanal, que não necessariamente deve compreender um acontecimento muito recente.

Confirmando, então, a premissa de que o suporte textual jornal impresso, enquanto suporte de nosso *corpus* para estudar a relação entre referenciar e argumentar, não pode ser considerado como neutro e, por isso, causa uma série de implicações à escritura, passemos a outra consideração que também influencia o arranjo dos recursos lingüísticos empregados pelos produtores textuais para fazerem valer seu ponto de vista: a noção de esfera jornalística como instância discursivo-ideológica.

1.7 A esfera jornalística

Retomando Bakhtin (2003), o uso da linguagem estabelece uma estreita relação com a atividade social humana, daí a existência dos gêneros do discurso. Cada gênero do discurso, por sua vez, corresponde a interações típicas em uma dada esfera social que reflete os usos particulares historicamente situados da língua. À medida que esses usos variam, os gêneros dentro das esferas se transformam e estas se “complexificam”. Cada gênero “incide” no seu próprio conteúdo temático, estilo verbal e composição, as condições e a finalidade da esfera ao qual pertence. Também cada esfera conhece e “desenvolve” os seus próprios gêneros. Esse desenvolvimento acompanha a função ideológica que cada domínio social da comunicação tem.

Desse modo, as esferas devem ser pensadas não como algo concreto, estanque e estável, mas em função de seu aspecto discursivo-ideológico e suas variações. Daí, a responsabilidade das esferas na criação dos gêneros do discurso disponíveis pelo enunciado, entidade concreta que se manifesta no discurso.

Sobre as esferas, Rodrigues (2001, p. 73-74), fundamentada em Bakhtin, elabora uma tentativa de um agrupamento aberto dos gêneros do discurso, seguindo os *tipos* e variedades de intercâmbio comunicativo social, apresentando para cada esfera seus gêneros correlatos:

- a) gêneros da esfera da produção: ordem de serviço, instrução de operação de máquinas, aviso, pauta jornalística etc.;

- b) gêneros da esfera dos negócios e da administração: contrato, ofício, memorando, etc.;
- c) gêneros da esfera cotidiana: conversa familiar, conversa pública, diário íntimo, saudação etc.;
- d) gêneros da esfera artística: conto, romance, novela etc.;
- e) gêneros da esfera jurídica: petição, decreto etc.;
- f) gêneros da esfera científica: tese, artigo, ensaio, palestra etc.;
- g) gêneros da esfera da publicidade: anúncio, panfleto, *folder* etc.;
- h) gêneros da esfera escolar: resumo, seminário, "texto didático" etc.;
- i) gêneros da esfera religiosa: sermão, encíclica, parábola etc.;
- j) gêneros da esfera jornalística: entrevista, reportagem, notícia, editorial, artigo etc.**

Os gêneros relacionados a essas esferas são responsáveis por particularizar ocorrências em uma dada situação comunicativa social, contendo aspectos em comum que se constituem como padrões para a interpretação e produção de sentidos dentro de cada esfera. É importante lembrar que as esferas são tão suscetíveis a mudanças nos gêneros quanto o são as atividades humanas.

Considerando que nosso foco é perceber a relação entre a referenciação e a argumentação em textos argumentativos, a esfera jornalística aqui posta serve para aclarar mais uma vez que o jogo argumentativo não está posto de forma aleatória, ao contrário, ele já existe como reflexo das condições sociais do ambiente de quem produz o texto (por isso, a pertinência de tratar as esferas jornalísticas que originam os gêneros que são típicos do meio jornalístico) e o lugar onde esse texto será veiculado (no caso, o suporte textual).

Sabendo que os artigos opinativos são alocados dentro da esfera jornalística, veiculados em mídia escrita, no suporte jornal, vale considerar a ponderação feita por Maingueneau (2005, p. 71) sobre a existência de orientação argumentativa na própria mídia:

Hoje, estamos cada vez mais conscientes de que o mídiun não é um simples “meio” de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. O mídiun não é um simples “meio”, um instrumento para transportar uma mensagem estável: uma mudança importante do mídiun modifica o conjunto de um gênero de discurso.

Sob perspectiva semelhante quanto à noção da interferência da mídia e sua ligação orgânica com o aspecto social, Charaudeau (2006), na obra intitulada “Discurso das mídias”, apresenta a mídia como um *suporte organizacional* que responde a uma demanda social e que se define também por uma lógica econômica (interesses decorrentes de uma situação de

concorrência em uma economia de tipo liberal); tecnológica (qualidade e quantidade de sua difusão) e simbólica (servir à democracia).

Esse autor (op.cit, p. 18-19) elucida, ainda, algumas questões que convivem com o termo mídia, a saber: a) *as mídias não são uma instância de poder*, pois não promulgam nenhuma regra de comportamento ou norma ou sanção; b) *as mídias manipulam tanto quanto manipulam a si mesmas*, visto que devem dirigir-se a um grande número de pessoas heterogêneas em termos de informação; c) *as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social*, mas reconstróem essa realidade à medida que a captam de modo subjetivo.

Mais do que isso, Charaudeau (2006) considera as mídias de informação¹³ sob olhar das ciências humanas, ou seja, centra-se na lógica simbólica e, com base em abordagens especulativa, experimental e empírico-dedutiva, propõe a articulação entre elas de modo a produzir um quadro em que são contemplados a máquina midiática e seus três lugares de construção:

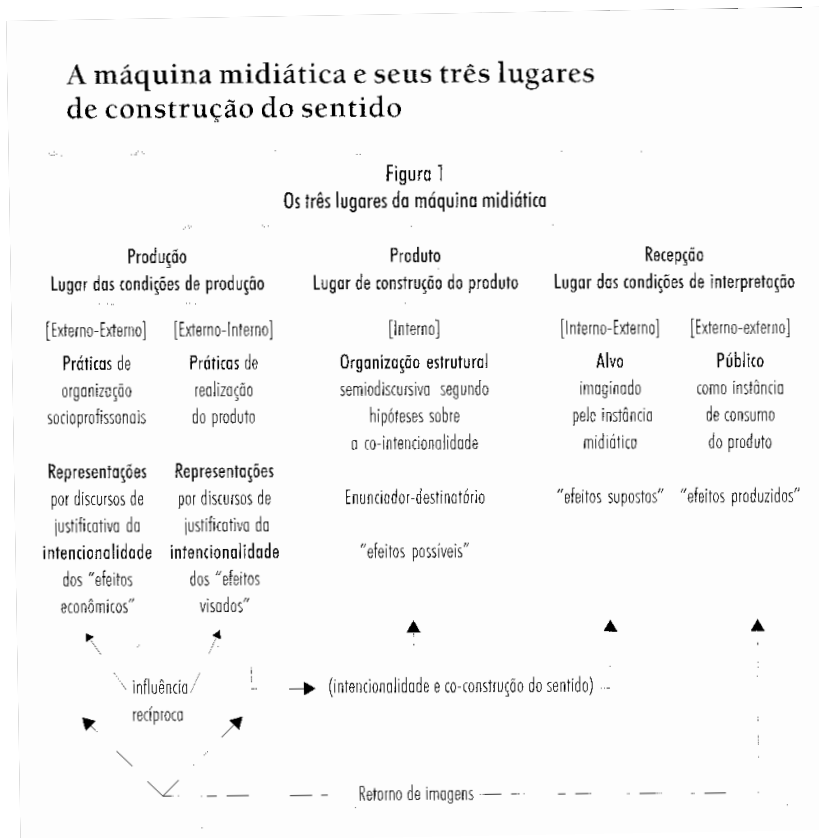


Figura 4: Quadro de Charaudeau – *A máquina midiática e seus três lugares de construção do sentido*. Fonte: CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

¹³ Para Charaudeau (2006, p. 21) as mídias de informação são entendidas de maneira restrita como o conjunto de suportes tecnológicos que têm o papel social de difundir as informações relativas aos acontecimentos que se produzem no mundo-espaco público: imprensa, rádio e televisão.

Essa consideração das mídias e seus três lugares de construção de sentido é importante para nosso trabalho, na medida em que os textos argumentativos, no caso os artigos opinativos, pressupõem a troca de duas instâncias: a de produção e a de recepção, numa relação de intencionalidade entre elas, para que o sentido se estabeleça.

Convém ressaltar que sendo o objetivo desse trabalho aclarar a relação entre a argumentação e a referenciação, com base nas anáforas nominais, em textos argumentativos, estaremos preocupados, nesse momento, apenas com o lugar de construção do produto, no caso, o texto. Todavia, não podemos deixar de mencionar que, ao redigir textos argumentativos, o escritor deve, necessariamente, levar em consideração a mídia na qual circulará seu texto, assim como a imagem que deseja construir para seu leitor na instância da recepção.

Dessa forma, mesmo sendo nossa preocupação a materialidade lingüística, a instância do produto, acreditamos que haja a interferência da mídia na concretização do pensamento, por meio da escritura. No caso dos artigos de opinião, composição de nosso *corpus*, essa interferência parece clara, já que articulista e jornal comungam de um projeto comum que traduz, por sua vez, a ideologia do organismo de informação. Tal interferência, como bem pontuou Charaudeau (2006), é decisiva ao sentido, uma vez que sendo o jornalista ou o colaborador não somente o único ator, mas a figura mais importante da instância midiática, capta a realidade e a reconstrói de modo a compor as lógicas econômica, tecnológica e simbólica, nas quais está inserido e, nesse ínterim, a referenciação, enquanto um processo de criação de referentes, denota a maneira pela qual um referente “aparentemente” neutro ganha cunho argumentativo e ajuda a conduzir a enunciação para o objetivo que se pretende. No caso dos textos argumentativos, em especial os artigos opinativos, para ganhar a adesão do leitor.

É preciso reconhecer que, apesar de todos os defeitos que se queira lançar sobre as mídias, elas desempenham um papel importante de informação no funcionamento de nossas democracias. Que pensem como quiserem, as mídias relatam fatos e acontecimentos que se produzem no mundo, fazem circular explicações sobre o que se deve pensar desses acontecimentos, e propiciam o debate. (...) É claro que as mídias nos impõem suas escolhas dos acontecimentos (CHARAUDEAU, 2006, p. 252-253).

Vale lembrar, como já dissemos anteriormente, que no nosso *corpus*, o artigo de opinião é sempre assinado, ora escrito por jornalista, ora por colaboradores dos jornais¹⁴, que geralmente são compostos por figuras de destaque nacional em seus campos de atuação profissional. Por ser assinado o artigo, a ideologia da escritura concerne inicialmente ao articulista, entretanto, é necessário convir que o jornal, enquanto mídia escrita, não publicará um texto ou uma concepção ideológica que fuja aos princípios que o definem dentro da esfera que participa.

A Folha se reserva o direito de não publicar artigos que na opinião de seu Departamento Jurídico veiculem calúnia, injúria ou difamação, ou possam, por qualquer outro motivo legal, ser passíveis de condenação em juízo com base na legislação em vigor. Isto porque, embora a responsabilidade jurídica pelo artigo caiba a quem o assina, a responsabilidade jornalística e política cabe ao jornal. Decisões quanto a publicar ou não publicar artigos competem à Direção de Redação (MANUAL GERAL DA REDAÇÃO, 1984, p. 16).

¹⁴ O termo colaborador, segundo o Dicionário de propaganda e jornalismo, de Erbolato (1986, p.84), é assim apresentado: “**Colaborador** (Leg.) – Decr. nº 82.284, de 13-03-1979: *Art. 5º* - O Ministério do trabalho concederá, desde que satisfeitas as exigências constantes deste Decreto, registro especial ao (I) – Colaborador, assim entendido aquele que, mediante remuneração e sem relação de emprego, produz trabalho de natureza técnica, científica ou cultural, relacionada com a sua especialização, para ser divulgado em empresas jornalísticas com o nome e qualificação do autor.”

Capítulo 2: A REFERENCIAÇÃO

Sem linguagem, não há acesso à realidade. Sem linguagem, não há pensamento. (ARAÚJO, 2004, p. 9)

Antes de tratar especificamente da referenciação, vale destacar o percurso pelo qual a noção de referência passou até ser compreendida, enquanto um processo que se atualiza na enunciação e (re)constrói objetos-de-discurso.

2.1 O percurso da referência na linguagem

Questões que envolvem a relação entre linguagem e realidade existem desde a filosofia clássica de Platão, em que dois mundos se distinguem: o mundo real de um lado e o mundo do pensamento de outro. Essa relação que envolve a noção de referência/realidade tem sofrido ao longo do tempo transformações que se operam mediante a consideração do homem e sua inserção em contextos sócio-históricos determinados. Sinteticamente, Araújo (2004, p. 10) refere-se a essa transformação operada na linguagem da seguinte maneira:

A linguagem pode ser caracterizada em suas dimensões de *signo* (significação, simbolização e semiotização), de *proposição* enquanto forma de descrever e/ou representar estado de coisa (relação entre significado, referência e valor de verdade), de *ato de fala* que demanda um certo tipo de comportamento e um uso em situação (linguagem como forma de comportamento e valor ilocucionário dos atos de fala), de *discurso*, entendido como efetivação do dizer e do dito (lugar de constituição do sujeito e das formas lingüísticas com valor e força social, política, bem como do entendimento mútuo).

Isso significa que, em um primeiro momento, as questões concernentes à linguagem referiam-se à relação entre signo e referência. Nesse sentido, as análises empreendidas pela lingüística estrutural privilegiavam a relação intra-sígnica, na qual não se podia expandir além dos limites da frase gramatical e, por isso, essas análises não davam conta da referência, visto que o extralingüístico era desprezado na explicação de como se produzem as frases de uma língua. A significação, nesse caso, não decorria da referência: *A língua agencia os signos*

distintos e distintivos para dar forma às expressões, às trocas lingüísticas (ARAÚJO, 2004, p. 36).

No plano seguinte ao lingüístico-estrutural, na abordagem lógico-semântica, o foco foi a relação entre proposição/sentença e referência, em uma perspectiva cuja análise era estabelecida por meio da relação linguagem/realidade, a partir da proposição. A referência, nessa abordagem, estaria ligada à asserção, descrevendo um estado de coisa, e demandaria uma verificação no mundo real para que se completasse com um valor de verdade. Só haveria referência se a sentença assertiva tivesse valor de verdade. Essa forma lógica da proposição não deu conta da dinamicidade que acompanhava a referência e seu uso pelos sujeitos, já que pressupunha uma relação direta entre sentido e referência, em que o mundo é o juiz das proposições.

Um exemplo para rebater esse plano lógico-semântico é dado por Brown e Yule (1983) quanto ao uso da expressão “rei da Inglaterra”. Para eles, o critério para se verificar a pertinência da referência não estaria ligado à descrição/verificação no mundo real, mas ao sucesso do estabelecimento da referência. Isso implica dizer que se uma determinada pessoa conhece um indivíduo cuja existência pode ser referenciada pela expressão “rei da Inglaterra” e, por causa disso, a referência não se sujeita a nenhum problema de ordem semântica, ela foi estabelecida com sucesso, isto é, o anaforizante foi remetido, sem nenhum tipo de comprometimento, ao referente que se pretendia.

O terceiro plano marcou uma virada pragmática que se iniciou pela relação entre ato de fala e referência. Esse plano deslocou as análises da referência para o paradigma do uso da língua e de seus usuários. Nessa perspectiva, referir é um ato de fala. Entretanto, como pontuou Araújo (2004, p. 196-197), a filosofia dos atos de fala representou um retrocesso ao que propôs Wittgenstein, pois Strawson, Searle e Austin “pretendiam resolver o problema da referência, ao passo que Wittgenstein dissolvia a referência como problema filosófico”.

Embora alguns desses problemas sejam derivados dos atos de fala, como, por exemplo, a não consideração da função discursiva pela qual os atos de fala e modelos de interpretação contextuais são perpassados, consideraremos sua contribuição à relação linguagem/referência, pois esse plano pragmático marca a desconsideração da referência enquanto problema central da filosofia da linguagem e a concebe a partir de uma exterioridade.

Posteriormente ao plano pragmático, temos o plano pragmático-discursivo, no qual a relação da linguagem com a realidade supõe necessariamente a interação entre fatores

lingüísticos e não-lingüísticos. Chega-se, nesse momento, a uma nova e pertinente classificação da relação linguagem/realidade, a partir de uma dimensão discursiva. É nesse patamar que consideraremos a referenciação e sobre o qual nos deteremos de forma mais pormenorizada no item seguinte.

Para a dimensão discursiva contam aquele que fala, a quem fala, discute-se o papel do sujeito dos enunciados, ocupa-se com o modo como o falar é objeto de certo tipo de interesse, regulado por circunstâncias, quais sejam, os fatores culturais, sociais, éticos, políticos. De modo que o resultado não são apenas os signos, a significação, a referência, os atos de fala, mas um certo agir decorrente da linguagem, um “saber” discursivo, indutor e fruto de relações sociais, culturais e interpessoais, que dotam aqueles que os usam de um certo tipo de poder (ARAÚJO, 2004, p. 199).

2.2 Referência e significação: parte da ação no mundo

No plano discursivo-pragmático, há a negação de uma ligação direta entre linguagem e realidade, em que a linguagem funcionaria como um espelho refrativo do orbe. Há negação da tentativa de redução da significação da linguagem a proposições/afirmações e o estado de coisas a que se referem por meio da atribuição de valor de verdade. Na abordagem discursiva, a linguagem é definida a partir do uso e de todas as implicações decorrentes desse uso, o que culmina com uma noção de referência estabelecida no momento da enunciação, já que linguagem é ação. Por esse motivo, a referência passa a ser concebida como um processo, a referenciação¹⁵, em que os referentes são atualizados, na medida em que se desenvolve a interação, como assevera Mondada (2001 apud KOCH, 2005b, p. 34):

A questão da referência é um tema clássico da filosofia da linguagem, da lógica e da lingüística: nestes quadros, ela foi historicamente posta como um problema de representação do mundo, de verbalização do referente, em que a forma lingüística selecionada é avaliada em termos de verdade e de correspondência com ele (mundo). A questão da referenciação opera um deslizamento em relação a este primeiro quadro: ela não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadoreis.

¹⁵ Essa noção de referenciação foi, primeiramente, introduzida por Mondada e Dubois.

O interesse dessa perspectiva se volta para o fato de entender “o que fazemos com a linguagem, o que a linguagem permite em termos de construção conceptual do mundo, como nosso comportamento e nossas necessidades levam a um tipo de interação lingüística com o mundo” (ARAÚJO, 2004, p. 198). Assim, a ligação entre palavra e coisa no mundo não acontece de forma aleatória, direta ou ingênua, mas depende de um momento enunciativo em que se encontram presentes sujeitos constituídos sócio-historicamente, por isso, sujeitos ideológicos, em um contexto específico. Logo, a linguagem é vislumbrada como fator constitutivo de uma relação entre indivíduos.

Livres da noção de que a linguagem apenas traduz os pensamentos, sabemos que sem a linguagem não há pensamento. Livres de uma suposta mente interna, pessoal e intransferível, temos a linguagem pública, compartilhada, o comportamento exteriorizado. Livres das amarras da lógica, temos os diversos usos lingüísticos. Livres de uma competência geradora das e somente daquelas frases consideradas como fruto da língua, portanto, gramaticais, abre-se o campo das múltiplas e variadas formas lingüísticas, adequadas ao uso, à interpretação, aos modelos aplicáveis à situação (ARAÚJO, 2004, p. 199).

Para tratar dessa dimensão pragmático-discursiva, nos apoiaremos basicamente no que postulam Mondada e Dubois (2003)¹⁶. Para elas, a relação linguagem/realidade supõe necessariamente uma estreita relação com a exterioridade, em que o mundo não é decalcado pela linguagem, mas (re)construído por ela a partir da concepção de língua como instrumento de interação e de sujeito como ativo, produtor de sentido. Também argumentam no mesmo sentido Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995, p. 228 apud KOCH, 2003b):

De maneira geral, argumentaremos [...] em favor de uma concepção construtivista da referência [...]; assumiremos plenamente o postulado segundo o qual os chamados objetos-de-discurso' não preexistem 'naturalmente' à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos fundamentalmente culturais— desta atividade.

Dessa forma, podemos mais uma vez confirmar o que Bakhtin propôs quanto aos textos: o homem não só produz textos, mas se constrói por meio deles. É a partir dessa crença de que a linguagem não é neutra e de que a alteridade pode ser explicitada por meio dela, que a referenciação, como uma estratégia textual, colabora de forma determinante para a construção de pontos de vista sobre dado tema da conjuntura sócio-histórica-política do

¹⁶ Essa concepção construtivista da referência, no Brasil, é contemplada principalmente por Koch e Marcuschi.

mundo, daí sua relação direta com a argumentação, conforme nossa hipótese de pesquisa. Isso, porque a referenciação reativa e reconstrói referentes, formando cadeias coesivas, imprimindo a ideologia que subjaz a cada indivíduo e marcando seu lugar enunciativo.

Assim, a concepção de um mundo objetivo, “pronto”, proposta pelas abordagens estruturalista e lógico-semântica, cai para a ordem da ilusão e têm-se, sob esse prisma, as instabilidades geradas pelo próprio discurso e ligadas à dimensão constitutivamente intersubjetiva das atividades cognitivas.

Similar concepção para a consideração do referente enquanto construído a partir de uma dimensão perceptivo-cognitiva é a de Blikstein (1995 apud ZAMPONI, 2003, p. 13) que acredita ser o referente não a realidade em si, “mas uma realidade já filtrada, conceitualizada, fabricada pela nossa experiência perceptivo-cognitiva”. Com isso, a práxis social¹⁷ torna-se responsável por “fabricar” o referente. Disso, “estabelece-se uma interação entre língua e práxis, a tal ponto que, quanto mais avançamos no processo de socialização, mais difícil se torna separar a fronteira entre ambas” (BLINKSTEIN, 1995, p. 80 apud ZAMPONI, 2003, p. 15).

Para exemplificar a instabilidade de categoria de discurso devido à intersubjetividade das atividades cognitivas humanas, Mondada e Dubois (2003) utilizam-se do vocábulo *piano*, categorizando-o como: i) instrumento musical, em um concerto ou ii) móvel pesado e incômodo, em uma mudança. Para as autoras, o que pode ser visto com esse exemplo é que uma mudança no contexto ou no ponto de vista interferirá na significação do referente e em sua retomada co-textual. Nesse sentido, trazemos novamente Bakhtin para atestar com ele que as esferas nas quais circulam os gêneros, no caso desta pesquisa a esfera jornalística, são responsáveis por particularizar ocorrências em uma dada situação comunicativa social, que se constituem como padrões para a interpretação e produção de sentidos dentro de cada esfera. Vejamos como isso acontece embasados em dois trechos do *corpus* selecionado¹⁸:

- (1) “*Renato Janine Ribeiro*, em artigo na *Folha de S. Paulo* (suplemento *Mais*, 18/2), teve uma explosão de sinceridade rara em intelectuais brasileiros. Chamou o crime contra o menor de “o horror em estado puro”, confessando que não consegue parar de pensar no assunto. **Intelectual de esquerda, simpatizante de Lula**, formado na mentalidade iluminista com sua crença no progresso moral irresistível da humanidade, levanta questionamentos religiosos, revê sua posição sobre a pena de morte e se dilacera em incertezas humanísticas ao indagar se “a humanidade se

¹⁷ A expressão práxis é utilizada por Blikstein como um conjunto de atividades humanas que engendram não só as condições de produção, mas, de um modo geral, as condições de existência de uma sociedade.

¹⁸ Em todo a análise, o anaforizado estará em itálico e o anaforizante em negrito.

constrói, se conquista – e também se perde”. Se lesse os espanhóis, saberia que “o tigre não pode se destigrar, mas o homem pode se desumanizar” (Ortega). Com a coragem da indignação, rompe com toda e qualquer postura acadêmica e bem-pensante, com todas as teorias sobre a “natureza humana”, só faltando dizer que é preciso atingir o grau zero da interpretação especulativa e começar tudo de novo” (Texto 1 – Anexo II).

Nesse trecho, o articulista utiliza-se do processo de referenciação para atribuir características a Renato Janine, distinguindo-o dos demais *intelectuais brasileiros*. Mas isso não é feito de modo ingênuo. Ser *intelectual de esquerda, simpatizante de Lula*, nesse contexto, acarreta uma série de implicações que desmerecerão a posição de Renato, haja vista que a tese desse texto – o Brasil necessita não apenas de uma reforma legal, mas de uma ação repressiva maciça da população contra ações que deturpam os valores éticos, morais, dentre outros, que subsistem no país –, leva em consideração o governo petista de Lula. Isso significa que o papel do governo na contenção de ações que deturpam os valores sociais em geral não é satisfatório e, por isso, o enunciador se posiciona contra não apenas a Lula, mas contra Renato, que é singularizado pelo próprio produtor textual como partidário das idéias do governo lulista.

Nessa outra ocorrência, podemos perceber a gradação na atribuição de características ao referente *os índios do Brasil*:

- (2) “Imagino a cabeça dos 600 frades franciscanos que levaram à catedral de Notre Dame *os índios do Brasil* para serem batizados por Luís 13. **Aqueles seres nus, pobres, ingênuos**. Os espanhóis levaram da América ouro e prata. Os franceses, só **aquelas pobres almas entregues ao Diabo**, para serem convertidas ao cristianismo e salvas para Deus” (Texto 2 – Anexo I).

O fato de o referente *os índios do Brasil* ser retomado pelas expressões I) *Aqueles seres nus, pobres, ingênuos* e II) *aquelas pobres almas entregues ao Diabo* revela a forma como o autor do texto percebe os índios: pessoas ingênuas, destituídas de qualquer tipo de maldade, cujo futuro é naturalmente pessimista por não deterem a mesma astúcia e perspicácia de que se apossavam os colonizadores do Brasil. Dessa forma, os índios tornavam-se “joguete” nas mãos de portugueses e franceses. Daí a predicação: *pobres almas entregues ao Diabo*.

Nesses trechos é possível perceber a referenciação como um processo discursivo no qual os referentes são objetos-de-discurso¹⁹, em que se observam concepções individuais e públicas sendo negociadas na intersubjetividade. A referenciação, assim, contribui para a continuidade do texto e garante o estabelecimento ou a recuperação de informações de modo a propiciar progressão de sentido²⁰.

Além disso, mesmo sabendo da instabilidade das categorias gerada pela ação enunciativa, não podemos negar a existência de processos de estabilização que sustentam nossa compreensão sobre os episódios do mundo. Mas o que se deve entender por estabilização aqui diverge bastante da noção de um mundo acabado, objetivo. Sabendo-se que o acesso ao mundo se dá por meio de operações cognitivas e lingüísticas, a estabilização das categorias do discurso é necessária para haver comunicação e pode ser focalizada por meio dos protótipos, dos estereótipos e das diversas categorias de discurso.

De acordo com Mondada e Dubois (2003), embasadas nos estudos de Rosch, a estabilização das categorias no nível psicológico se dá pela prototipicidade, por meio da nomeação, da rotulação, em que o sistema cognitivo constrói com a ajuda de protótipos as recorrências psicológicas que garantem às interpretações certo nível de estabilidade. O protótipo é definido, segundo Kleiber (1990 apud ZAMPONI, 2003), como o melhor exemplar ou ainda a melhor instância central de uma categoria. Poderíamos pensar, por exemplo, na palavra casa e seu protótipo como uma construção composta basicamente por sala, quarto, banheiro e cozinha que abriga pessoas. Mas é importante observar que essa estruturação do protótipo é tributária de práticas discursivas, sociais e cognitivamente situadas. Em outras palavras, o protótipo de casa apresentado acima não seria adequado aos índios, pois, para eles, uma casa não precisa comportar divisões internas, já que moram em malocas.

Segundo Rosch (apud Mondada e Dubois, 2003, p. 41-42), “os protótipos aparecem como os membros da categoria que mais refletem a estrutura redundante da categoria como um todo”. Os nomes, por exemplo, enquanto rótulos²¹, correspondem aos protótipos e ajudam

¹⁹ Segundo Mondada (1994 apud Koch 2003a, p. 81), “O objeto-de-discurso caracteriza-se pelo fato de construir progressivamente uma configuração, enriquecendo-se com novos aspectos e propriedades, suprimindo aspectos anteriores ou ignorando outros possíveis, que ele pode associar com outros objetos ao integrar-se em novas configurações, bem como pelo fato de articular-se em partes suscetíveis de se autonomizarem por sua vez em novos objetos. O objeto se completa discursivamente”.

²⁰ . Posição semelhante a essa pode ser evidenciada em Koch (2002, 2003a e 2003b, 2004, 2005a e 2005b) e Marcuschi (2007).

²¹ É uma anáfora encapsuladora de natureza nominal. O mesmo que nominalização para Apothéloz e Chanet: uma operação discursiva por meio da qual o falante se refere, por intermédio de um sintagma nominal, a um processo, a um estado que foi anteriormente expresso por uma proposição.

na estabilização destes. Os protótipos são compartilhados por indivíduos e estabilizados pelas sociedades. Esse protótipo compartilhado por meio da lexicalização se transforma numa representação coletiva que constitui o estereótipo. Essa evolução de protótipos a estereótipos é feita com base na convenção social das várias representações sobre o mundo. Mas essa linha psicológica não é a única para Mondada e Dubois, porque a estabilização não está restrita apenas às denominações.

É também no nível lingüístico que Mondada e Dubois crêem existir a estabilidade das categorias discursivas, a partir de sua materialização e de sua ocorrência no interior do próprio discurso, por meio da negociação de modelos públicos no mundo, como acontece com as anáforas nominais, visto que os referentes não espelham diretamente o mundo real, não funcionam como rótulos para designar as coisas do mundo. Para elas, além da estabilização das categorias de discurso – por meio da prototipicidade (em nível psicológico), e da lexicalização, dos estereótipos e da anáfora (em nível lingüístico) –, há a estabilização dos fatos, por meio da inscrição (escrita, imprensa e imagem):

As inscrições são móveis: elas podem circular em amplas redes. Ao mesmo tempo, elas são imóveis: são fixas e não se transformam em seu movimento. (...) As inscrições podem ser reproduzidas, permitindo não somente sua circulação, mas também sua comparação através do tempo e do espaço. Elas tornam os fatos disponíveis na própria materialidade do texto. (2003, p. 47-48)

Posição semelhante à de Mondada e Dubois (2003) também pode ser vista em Fillietaz (1996 apud ZAMPONI, 2003) que acredita não serem as representações mentais as mesmas para todos os seres, como o exemplo da casa, mas acredita existir entre essas representações uma estabilidade que permitirá compreensão. Para um índio e para um cidadão urbano, a palavra casa sofrerá alterações quanto a diversos aspectos, mas terá para ambos a significação de moradia, habitação ou abrigo, o que permite aos dois, por exemplo, a compreensão da frase: “Vamos para casa!”. Em suma,

os protótipos, tributários de uma prática social, são produtos, constantemente modificados e enriquecidos, da interação dos membros de uma coletividade, de modo contextual e adaptado a fins práticos e a uma situação particular (ZAMPONI, 2003, p. 56).

Posta esta definição de protótipo, não há como contestar que somente por meio da percepção/cognição é que os referentes são criados; ou seja, pela forma como os sujeitos

sociocognitivamente interagem no mundo. Essa noção de referência também é apresentada por Apothelóz e Reichler-Béguelin (1995 apud Koch, 2003a, p. 80-81):

a) a referência diz respeito sobretudo às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve; b) todo discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada, “publicamente” alimentada pelo próprio discurso; c) eventuais modificações, quer físicas, quer de qualquer outro tipo, sofridas “mundanamente” ou mesmo predicativamente por um referente, não acarretam no discurso uma recategorização lexical, sendo o inverso também verdadeiro; d) o processamento do discurso, sendo realizado por sujeitos ativos, é estratégica, isto é, implica da parte dos interlocutores, a realização de escolhas significativas entre as múltiplas possibilidades que a língua oferece.

Assim, a interpretação de uma expressão referencial anafórica consiste não somente na localização de um segmento lingüístico - um “antecedente”, mas em algum tipo de informação já introduzida na memória discursiva. Isso implica, necessariamente, que a discursivização do mundo pela linguagem não se dá como um simples processo de elaboração de informações, mas de (re)construção do próprio real, já que, ao usar e manipular uma forma simbólica, nesta concepção, manipulamos também a estrutura da realidade de maneira significativa.

Quanto à construção dessa memória discursiva ou modelo textual do mundo, Koch (2003a/2003b, p. 5) considera os seguintes princípios básicos da referenciação, a saber:

1. ativação: um referente textual até então não mencionado é introduzido, passando a preencher um nóculo (“endereço” cognitivo, locação) na rede conceptual do modelo de mundo textual: a expressão lingüística que o representa permanece em foco na memória de trabalho, de tal forma que o referente fica saliente no modelo.
2. reativação: um nóculo já introduzido é novamente ativado na memória operacional, por meio de uma forma referencial, de modo que o referente textual permanece saliente (o nóculo continua em foco).
3. de-ativação: ativação de um novo nóculo, deslocando-se a atenção para um outro referente textual e desativando-se, assim, o referente que estava em foco anteriormente. Embora fora de foco, porém, este continua a ter um endereço cognitivo (locação) no modelo textual, podendo a qualquer momento ser reativado, ou seja, permanece no ‘horizonte de consciência’ dos co-enunciadores.

Dessa forma, o referente textual é dinamicamente reconstruído à medida que a ele são acrescidas novas categorizações ou formas subjetivas de encarar esse referente. Essa maneira

de realizar a referência, desconsiderando-a como decalque do mundo, permite avanços ímpares nos estudos que tratam da referenciação.

Sobre isso é interessante destacarmos as considerações de Koch e Marcuschi (1998 apud KOCH, 2003a) quanto aos termos retomar, remeter e referir. Por retomar, Koch e Marcuschi (op.cit., p. 84) entendem que se trata de “uma atividade de continuidade de um núcleo referencial que implica uma relação direta, seja pelo caso da correferenciação, seja pelo caso da associação”; por remeter, entendem que se trata de “uma atividade de processamento indicial na co-textualidade” e, por fim, por referir, entendem que se trata “uma atividade de designação realizável por meio da língua sem implicar uma relação especular língua-mundo”. Concordamos com essas distinções dos autores, visto que “a referenciação não implicará remissão pontualizada nem retomada”, pois é uma atividade produtora de sentidos que permitirá associações que não se restringem apenas a elementos recorrentes em um dado texto.

Embora concordemos com essa distinção entre os termos retomar, remeter e referir, proposta por Koch e Marcuschi (op.cit), nesse trabalho, tomaremos tais termos como sinônimos em uma perspectiva dinâmica que não deixa de considerar a referenciação enquanto processo altamente complexo de produção de sentidos, uma vez que categoriza e recategoriza objetos-de-discurso.

É preciso levar em consideração ainda que sobre as expressões referenciais, as pesquisas apontam dois tipos de análise: uma, em que essas expressões são tomadas como elos coesivos para descrever a unidade formal que é o texto, por isso, a referenciação é entendida como um elemento de coesão²², sendo responsável pela organização do texto; e outra, em que se analisam os processos de introdução e manutenção de referentes, tendo em vista as funções responsáveis pela construção textual e pela argumentatividade. Em outras palavras, os dois tipos de análise teriam função, respectivamente, textual e pragmático-discursiva. Nesse sentido, concordamos com Koch (2003a, p. 106) quando diz que

a função das expressões referenciais não é apenas referir. Pelo contrário, como multifuncionais que são, elas contribuem para elaborar o sentido, indicando pontos de vista, assinalando direções argumentativas, sinalizando dificuldades de acesso ao referente e recategorizando os objetos presentes na memória discursiva.

²² Ver Koch (2003) e Maingueneau (2005).

Portanto, a referenciação, enquanto processo de construção textual, pode ser realizada: I) anaforicamente, quando o referente antecede a forma remissiva, empreendendo movimentos retrospectivos; II) cataforicamente, quando o referente se encontra *a posteriori* da forma remissiva, operando movimentos prospectivos. Ela pode também ser considerada sob dois grandes grupos: a referenciação pronominal e a referenciação nominal. No primeiro grupo, o interesse volta-se para o uso dos pronomes, envolvendo as relações de retrospectão ou prospecção de informações co-textuais e, no segundo grupo, o trabalho se dá por meio dos nomes-núcleo, responsáveis por retomar ou projetar referentes no texto. Nesta pesquisa, trabalharemos com a referenciação nominal, por meio das anáforas realizadas endoforicamente²³.

2.3 Conceito de anáfora

A primeira ocorrência do termo anáfora se deu na retórica clássica, indicando a repetição de uma expressão ou de um sintagma no início de uma frase, visando à sua ênfase. Hoje, para os estudos lingüísticos, a anáfora define-se como a retomada de um elemento ou partes textuais inteiras já apresentados anteriormente em um texto.

Conforme o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, a palavra anáfora apresenta o seguinte significado etimológico: *lat.tar. anafôra 'repetição de uma mesma palavra', do gr. anaphorá 'sentido de um pronome, ação de repetir', de ana- 'para trás' + phorá 'ação de levar, transportar', de phoréo 'levar'. A idéia de que a anáfora consiste literalmente em “carregar para trás”, no sentido de recuperar um antecedente²⁴, tem sido admitida pela literatura, mas com algumas ponderações.*

Em uma concepção mais estreita do fenômeno, a noção de anáfora é tida somente como correferencial e o antecedente como explícito. Nesse caso, a anáfora consistiria na

²³ A diferença entre endófora e exófora é que, quanto ao primeiro termo, os referentes são identificados dentro do próprio texto e, quanto ao segundo, os referentes são identificados fora do texto.

²⁴ O termo antecedente, empregado ao longo de todo trabalho, apenas sinaliza o elemento ou partes do texto que já foram introduzidas em um primeiro momento. Falamos em partes do texto, porque como veremos mais adiante, nosso recorte para o trabalho com as anáforas se deu baseado em critérios, sendo um deles a necessidade de o antecedente estar lingüisticamente atualizado por meio de um termo ou segmentos textuais. Essa justificativa se deve em função de que, geralmente, na literatura sobre o assunto, a palavra antecedente é atrelada à idéia de correferencialidade. Com essa nota, queremos deixar claro que essa associação não foi priorizada por este estudo, pois o antecedente, às vezes, funciona como uma pista textual ou um desencadeador para, por exemplo, compor as anáforas associativas.

remissão ao mesmo objeto-de-discurso já introduzido, ou seja, designaria o mesmo referente. Nessa linha, Rocha (2000, p. 234) propõe como definição de anáfora

o nome dado a uma relação ou processo no qual um termo anafórico em uma instância de discurso se vincula a um elemento identificável – chamado de antecedente – para que a interpretação semântica seja realizada com êxito. Estes elementos têm que estar presentes no discurso ou ser inferíveis do que foi dito.

Vejamos um exemplo:

(3) *A política*, dependendo de como é exercida, pode ser desde a mais nobre das artes até a mais vil das profissões. E quem determina a forma como **ela** deve ser exercida? (Texto 2 – Anexo II).

Nesse trecho, o pronome pessoal *ela* retoma o antecedente *A política*, concordando com este em gênero e número. Daí a noção de correferencialidade²⁵ postulada por alguns estudiosos como a recuperação co-textual de um referente já introduzido de modo explícito, cujos aspectos formais²⁶ são equivalentes. Essa noção de correferencialidade é simplista e não suporta a maior parte das ocorrências anafóricas, tais como:

(4) Depois da viagem *o carro* foi para o concerto. **As rodas** estavam desalinhadas.

Fica evidente que no exemplo (4), a expressão *as rodas* não mantém uma relação de correferência com a expressão *o carro*, pois não satisfaz nenhuma condição formal com este antecedente. Mas como, então, se estabelece a referência?

Neste caso, trata-se de uma referência em que sabemos da recuperação do antecedente, porque buscamos nas cadeias semânticas e cognitivas a resposta para nossa associação. No momento em que aparece o sintagma *as rodas*, empreendemos um processo de inferência iniciado pelo antecedente *o carro*. Isso é possível, porque há um cálculo de sentido com base em nossos conhecimentos lexicais, enciclopédicos e culturais. Logo, “o processo inferencial se desencadeia pela expressão anafórica, ou seja, é a aparição dessa expressão que atualiza a entidade para cuja interpretação se recorre a um sintagma nominal ou a uma proposição

²⁵ Para Apothéloz (2003, p. 61), há correferência entre duas expressões sempre que elas designam no discurso o mesmo referente.

²⁶ Leia-se aspectos gramaticais/sintáticos.

anterior” (ZAMPONI, 2003, p. 88). Desse modo, a anáfora por meio do anaforizante é que determina a inferência.

Este excerto (4) é considerado, pela literatura, um exemplo de anáfora associativa e/ou anáfora indireta²⁷. Sobre esse fenômeno que acontece devido a um procedimento inferencial²⁸ não há consenso, pois as abordagens se estendem desde as mais estreitas às mais amplas (conforme ZAMPONI, 2003).

Na concepção estreita, que pode ser vislumbrada em autores como Kleiber (1994, 1999 apud ZAMPONI, 2003) ou Charolles (1994, 1999 apud ZAMPONI, 2003), a noção de anáfora associativa se liga diretamente às restrições semânticas e formais. Já na concepção ampla do fenômeno, cujos expoentes, dentre outros, são Berrendonner, Apothelóz e Reichler-Béguelin, Cornish (apud ZAMPONI, 2003), a anáfora associativa é definida conforme duas propriedades. A primeira, é que a anáfora associativa possui dependência interpretativa em relação a um referente anterior ou posterior, e a segunda, é que não mantém relação de correferência com a expressão já introduzida ou designada anterior ou posteriormente²⁹. Com isso, entendemos que a anáfora associativa apresenta seu referente como já conhecido, ou necessita de dados introduzidos no texto anteriormente para sua interpretação. Daí a anáfora associativa repousar em conhecimentos partilhados entre locutor e interlocutor.

Vejamos esta outra ocorrência:

(5) Paulo não sabe que **ele** passou no vestibular.

Neste exemplo, há uma ambigüidade que só se resolverá com a ajuda do contexto imediato da situação. Essa ambigüidade é gerada pelo pronome *ele* que pode ou não estar retomando Paulo; se estiver, o pronome assume a correferencialidade, mas caso não esteja, temos a introdução de um outro referente que não Paulo.

Já em 6, o fato de a anáfora retomar o mesmo nome-núcleo com determinantes diferentes (Um/Aquele) aponta também para a incompletude de identidade semântica entre o

²⁷ Essa denominação é utilizada também por Marcuschi (2005).

²⁸ “A operação inferencial é vista como um percurso do explícito para o implícito: um destinatário, após receber uma informação **i**, é capaz de formular outras (x) que se lhe tornam acessíveis a partir de **i**” (ZAMPONI, 2003, p. 87).

²⁹ Eis um exemplo retirado do artigo de Apothelóz (2003, p. 77-78) quanto à liberação da informação depois do anafórico (efeito de catáfora), proporcionando interpretações retrospectivas: “Uma menina de oito anos foi retirada viva dos escombros de um prédio de três andares que desmoronou ontem, em Nápoles, deixando seis mortos e muitas pessoas desaparecidas. Os bombeiros conseguiram tirar Valentina Gianelli dos entulhos depois de duas horas de trabalho. *A explosão* foi provavelmente devida a um vazamento de gás”.

anaforizado e o anaforizante, à medida que o reaparecimento de um referente ganha novas predicacões, portanto, se atualiza no discurso. Vejamos:

(6) *Um rapaz* tentou se aproximar da menina. Mas, ao vê-la, parou estupefato. **Aquele rapaz** jamais poderia imaginar tamanha barbaridade cometida contra uma criança.

Ao utilizar o artigo indefinido determinando o referente (rapaz), fica a idéia de que esta é a primeira vez que ele é introduzido no texto. Já em sua retomada por meio do pronome demonstrativo *aquele*, o que se pretende é apontar para o referente em um movimento dêitico, de forma a propor sua localização³⁰. Mas não somente localizar, o que se tenta é atribuir a esse referente um novo *status*, uma nova predicacão. Ou seja, não se trata mais de um rapaz que o leitor desconheça, mas um rapaz que tentou se aproximar de uma menina e parou estupefato ao vê-la. Logo, concluímos que a retomada do referente, por meio do mesmo nome-núcleo, não pode ser correferencial à primeira aparição referencial, pois o determinante (*aquele*) que alude a uma predicacão (*tentou se aproximar da menina. Mas, ao vê-la, parou estupefato*) acrescenta traços distintivos à categoria rapaz. Por isso, concordamos com o que postula Brown e Yule (1983) quando afirmam que à medida que um texto se desenvolve, o referente vai sofrendo mudanças de estado de modo que sua descrição se modifica.

Por essas e muitas outras razões é que a correferencialidade, realizada por pronomes que não detêm uma referência virtual³¹, ou seja, não significam senão em um contexto específico, não pode ser a única forma de se trabalhar a noção de anáfora. Mesmo porque, “the successful reference depends on the hearer’s identifying, for the purposes of understanding the current linguistic message, the speaker’s intended referent, on the basis of the referring expression used³²” (BROWN E YULE, 1983, p. 205).

Dessa forma, fica evidenciado que não são apenas os aspectos formais (sintáticos), como constatado pelos exemplos (4), (5) e (6), que devem ser levados em conta para a recuperação, criação ou recategorização de um referente. Com isso, chega-se a uma nova concepção de anáfora.

³⁰ Falaremos mais detidamente da distinção entre anáfora e dêixis no item 2.4.1.

³¹ A referência virtual diz respeito ao conjunto de condições que devem satisfazer um segmento da realidade, um tipo de referência possível dentre as disponíveis no eixo das possibilidades. Segundo Milner (2003, p. 86), a referência virtual seria *o conjunto de condições que caracterizam uma unidade lexical*. Já a referência real seria aquela em que *o segmento da realidade é associado a uma seqüência*, ou seja, uma unidade lexical em uso.

³² A referência bem sucedida depende do ouvinte para identificar as finalidades da mensagem lingüística pretendida pelo falante.

Portanto, entenderemos as anáforas a partir de uma relação semântica e não sintática, ou seja, não somente os aspectos gramaticais serão considerados para indicar um processo de referenciação entre referente e forma remissiva. Assim, elegemos como fundamental para a definição de anáfora a alusão não somente a um termo antecedente posto anteriormente no texto, mas a porções desse mesmo texto. A condição de existência de uma anáfora, portanto, não exige obrigatoriamente um antecedente representado apenas por um termo, mas a remissão a alguma parte do co-texto, não só retomando, mas criando novos referentes. Por isso, as anáforas servem tanto à continuidade e manutenção referenciais ou temáticas³³ quanto à construção dos sentidos no texto, sendo fundamentais para o processo de referenciação.³⁴

Logo, a anáfora para este estudo deve ser entendida como a relação entre duas unidades (A e B), em que a interpretação de B **depende da existência co-textual ou recuperável, pelo texto, de A (antecedente)**. Isto é, o fundamental para a configuração da anáfora é a retomada ou a remissão a elementos anteriores do co-texto de modo a participar do cálculo do sentido veiculado pelas novas expressões introduzidas. Daí, acatarmos a proposta de Ducrot e Todorov (apud LE PESANT, 2002, p. 39) para a compreensão de anáfora como “Un segment de discours est dit anaphorique lorsqu’il est nécessaire, pour lui donner une interprétation (même simplement littérale), de se reporter à un autre segment du même discours³⁵”.

2.4 Delimitação de critérios para a seleção das ocorrências anafóricas nominais

No que diz respeito à relação entre anaforizado (A) e anaforizante (B), foram recortados para nosso objetivo de pesquisa apenas aqueles processos de referenciação anafóricos compostos nuclearmente por um nome: as anáforas nominais³⁶. Mas dentro deste recorte que

³³ Em um texto, a informação semântica pode ser dividida basicamente entre o *dado* e o *novo*. A informação dada tem como função construir “pontos de ancoragem” para que a informação *nova* seja introduzida no contexto do discurso. Ou seja, para que o texto tenha continuidade temática, a partir de informações conhecidas do interlocutor, o locutor (ou emissor) do texto vai inserindo novas informações de maneira gradual. Daí o papel ímpar da referenciação, já que não apenas retoma, mas acresce sentido ao referente. Um texto com um grau muito elevado de informações pode ser incoerente para um interlocutor que não consiga estabelecer pontes entre as informações novas com aquelas que já lhe são conhecidas. Logo, a coerência não é uma propriedade intrínseca ao texto, mas construída pelo leitor/ouvinte. Um texto não é coerente ou incoerente em si mesmo. Ele *pode ser* coerente ou incoerente, de acordo com o contexto discursivo em que está inserido e com o nível de interação entre ele seu leitor/ouvinte.

³⁴ Sobre essa concepção mais ampliada de anáfora ver também Apothéloz, 2003; Berrendonner, 1995.

³⁵ “Um segmento de discurso é anafórico quando, para dar-lhe uma interpretação (mesmo que simplesmente literal), é necessário remeter a um outro segmento do mesmo discurso”.

³⁶ Koch (2002) denomina as formas referenciais nominais como formas remissivas lexicais.

considera somente a referenciação nominal, há outras ponderações a serem feitas de modo a estreitar ainda mais as ocorrências referenciais nominais que foram consideradas neste trabalho.

Sabendo-se que uma expressão referencial pode introduzir ou manter um referente, que, por sua vez, pode estar contido ou no próprio texto (co-texto), ou no conhecimento compartilhado pelos falantes, ou em algum outro elemento da situação extralingüística³⁷, consideramos apenas as anáforas nominais que retomam um antecedente localizado ou no próprio texto ou ativado pelo texto e que se localiza no conhecimento compartilhado pelos falantes, como é o caso em (7) e (8):

(7) “*O Ano Novo chinês lunar, o país já tendo 460 milhões de celulares, registrou 14 bilhões de mensagens de felicitações, no sistema de torpedos. O mundo fica estreito para tanto afeto*” (Texto 2 - Anexo I).

(8) “Não se lembrava do momento em que *começara a espancar a filha pré-adolescente*. Mas ao ver os seus lábios arrebetados, o sangue escorrendo, o horror estampado na fisionomia do filho pequeno mostrando à mãe a fera em que ela se transformara, a repulsa por si mesma surgiu insuportável. Como pudera cometer **tamanha monstruosidade** à pessoa que mais amava?” (Texto 4 – Anexo III).

O trecho *O Ano Novo chinês lunar, o país já tendo 460 milhões de celulares, registrou 14 bilhões de mensagens de felicitações, no sistema de torpedos* foi não somente resumido pela expressão *tanto afeto* como também foi recategorizado graças ao conhecimento compartilhado pelos falantes de que enviar qualquer tipo de felicitação a alguém é um ato de carinho, de atenção com outra pessoa³⁸. Em (8), a recuperação do antecedente pela expressão *tamanha monstruosidade* é possível a partir do consenso que existe, na vida civilizada, de que espancar alguém é um ato horrendo; ainda mais se tal ato tiver como agente uma mãe e, como paciente, a própria filha. Nestas ocorrências um novo objeto-de-discurso é criado com base no conhecimento partilhado.

³⁷ Quando nos referimos a situação extralingüística, estamos fazendo uma oposição entre elementos do co-texto e fora do co-texto. Ou seja, elementos retomados cujos referentes já foram introduzidos no texto e elementos cujos referentes não apareceram no texto, mas são sugeridos pela situação enunciativa, respectivamente.

³⁸ Este exemplo configura um encapsulamento que resume porções anteriores do texto e cria um novo objeto-de-discurso.

2.4.1 A dêixis e a anáfora: uma proposta de distinção

Em razão da noção dêitica, muitas vezes, ser confundida com a anáfora, é conveniente propor uma distinção para esses termos. Uma tentativa com o propósito de distinção desses termos é feita por Bosch (1983 apud APOTHELÓZ, 2003, p.68) que acredita haver dêixis “quando a expressão tem por objetivo deslocar o campo de atenção para um referente, e anáfora quando a expressão só faz manter o referente no campo de atenção”. Admitindo também que o foco de atenção é característico dos dêiticos, Ciulla (2002, p. 66), afirma que as expressões dêiticas

quando remetem ao cotexto, instituem novos referentes no discurso e mantêm o traço subjetivo característico do procedimento dêitico, que pode se manifestar de duas maneiras (não mutuamente excludentes): ou pela indicação da localização física de alguma porção do texto dentro da própria organização textual, ou pela orientação dos focos de atenção do interlocutor.

Cornish (apud MARCUSCHI, 2005, p. 89) pondera que as diferenças entre dêixis e anáfora não estão no nível das operações, mas da relação cognitiva estabelecida entre antecedente e forma remissiva. Com isso, afirma que

a dêixis serve prototipicamente para deslocar o foco de atenção do endereçado de um objeto de discurso existente para um novo, derivado pela via do contexto situacional do enunciado. A anáfora, por outro lado, é um sinal para continuar um foco de atenção existente já estabelecido; os referentes (francamente acentuados, fonologicamente não-proeminentes) de anáforas são assim pressupostos pelo falante para atingir um grau de saliência relativamente mais alto ou nível focal no ponto do texto em que são usadas.

Webber (1980 apud CIULLA, 2002, p. 69), em uma definição mais tradicional para a distinção, entende que:

uma expressão dêitica é considerada como um apontamento para coisas dentro de um contexto espacial e/ou temporal ou dos participantes do discurso, enquanto que uma expressão anafórica é vista como um apontamento para entidades dentro do modelo discursivo.

Arrolados alguns posicionamentos quanto à distinção anáfora/dêixis³⁹, neste trabalho a distinção fundamental entre esses termos é a localização da remissão, isto é, se a remissão de alguma expressão anafórica nominal operar dentro do próprio texto, a partir de segmentos antecedentes do co-texto, sua análise será possível. Caso a expressão nominal se opere com relação à pessoa, ao tempo, ou ao lugar da enunciação, será desprezada a ocorrência. Vejamos alguns casos em que a ocorrência foi desprezada:

(9) “O convite à conversão, **nesse tempo da quaresma**, aponta nesta dinâmica como capítulo primeiro” (Texto 2 – Anexo III).

(10) “A proposta tem uma simplicidade singular, com força de solução, como devem ser leves, ágeis, múltiplas as coisas todas **deste terceiro milênio**” (Texto 9 – Anexo III).

(11) “**Nesta sexta-feira** os presidentes Bush e Lula vão assinar um acordo histórico na área dos biocombustíveis, em São Paulo” (Texto 7 – Anexo II).

Em (9), a expressão *nesse tempo de quaresma* remete ao momento da enunciação, notadamente indiciado pelo uso do determinante demonstrativo⁴⁰. Isto é, o texto “O cisco no olho”, de Dom Walmor Oliveira de Azevedo, foi escrito no período da quaresma. Logo, não houve retomada de nenhum elemento do co-texto, ao contrário, a referência da anáfora nominal está situada no contexto comunicativo, baseada em aspectos culturais. Também, é importante ressaltar que a data das produções foi entendida como elemento extralingüístico, portanto, as ocorrências (10) e (11) não foram consideradas por serem entendidas como puramente dêiticas.

Optamos por desconsiderar os dêiticos “puros”⁴¹, simplesmente, porque os dêiticos, em geral, como se configuram a partir de três categorias que são o espaço, o tempo e a pessoa da enunciação, apontam para elementos extralingüísticos⁴², como é o caso das ocorrências (12) e (13):

³⁹ Sobre esse assunto, consultar Ciulla (2002) e Koch (2005a).

⁴⁰ Geralmente, o demonstrativo coopera na e para a dêixis.

⁴¹ Falamos em dêiticos “puros”, porque a literatura sobre referenciação fala em expressões referenciais que sejam simultaneamente dêiticas, introduzindo uma referencia híbrida: *anafóricos com dêiticos*. Ver Ciulla (2002).

⁴² Optamos por considerar a dêixis a partir do que concebe Lyons (1980 apud APOTHÉLOZ, 2003, p. 67), “a localização e a identificação das pessoas, objetos, processos, eventos e atividades (...) em relação ao contexto espaço-temporal acreditado e mantido pelo ato de enunciação, e a participação, em regra geral, de um locutor único e de pelo menos um interlocutor”.

(12) “Já relatei **aqui**, neste Espaço Aberto, o encontro que tive, dez anos atrás, com parlamentares portugueses e espanhóis” (Texto 2 – Anexo II)⁴³.

(13) “Só no primeiro período **da atual Presidência** (2002/2006) foram desmatados mais de 84 mil quilômetros quadrados, mais do que qualquer quadriênio anterior” (Texto 10 – Anexo II).

O advérbio espacial *aqui*, exemplo (12), faz menção ao local (seção *Espaço Aberto*), onde os artigos opinativos d’O Estado de S. Paulo se encontram; portanto, faz referência a um elemento que está fora do co-texto - um elemento espacial -, assim como em (13), em que a referência se estabelece pelo tempo da enunciação.

Assim concordamos com os estudiosos quanto ao deslocamento do foco de atenção, constituindo um dêitico, e da continuidade do foco de atenção, constituindo uma anáfora. Essa mudança no foco de atenção é explícita nos exemplos (12) e (13).

Já o dêitico em (14) foi considerado, porque o tempo ao qual faz referência está explicitado no co-texto em uma parte antecedente, ou seja, houve manutenção do referente no campo de atenção.

(14) “Pode-se contra-argumentar que o crescimento das exportações para os EUA *ao longo do primeiro governo Lula* (59,1%) foi inferior ao incremento de nossas exportações **no período** (127,8%). É verdade. Porém, esse descompasso se deve a fatores econômicos concretos, e não a ideologias ou à falta de empenho do governo brasileiro. É que as exportações brasileiras **no período considerado** cresceram num ritmo inaudito para os países em desenvolvimento, os quais têm mercados que eram pouco explorados pelo Brasil”(Texto 9 – Anexo II).

Em (15), o dêitico foi considerado, porque o advérbio pronominal *ali* faz referência ao tempo já mencionado:

(15) “Mas vale a pena citar as de *um paper do diretor de Economia e Meio Ambiente do próprio Ministério do Meio Ambiente*, Gerson Tavares, no qual se menciona a falta de preocupação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com as questões ‘ambientais’. Adverte-se **ali** (...)” (Texto 10 – Anexo II).

Dentre os dêiticos, muitas foram as ocorrências de dêixis textual⁴⁴ no nosso *corpus*. Mas em virtude de nosso recorte, não elegemo-nas para análise. Veja um exemplo em (16):

⁴³ Essa ocorrência serviu para exemplificarmos uma expressão dêitica, pois como não trabalharmos com os pronomes, ela não seria considerada em nossa pesquisa.

(16) “*Para a frente há dois cenários alternativos. O primeiro* vê mais a desaceleração do PIB americano como resultado da futura queda de consumo. (...) **O segundo cenário** ressalta a flexibilidade da economia americana(...)” (Texto 6 – Anexo II).

2.4.2 O aposto

Em muitas ocorrências do nosso *corpus*, nos deparamos com o aposto:

(17) “(...) os russos fazem um acordo com os franceses para operar o Soyuz renovado – **o famoso foguete que leva os astronautas russos desde 1967 e o nosso astronauta Marcos Pontes** – aqui em nossas barbas” (Texto 2 – Anexo I).

(18) “(...) foi oficializado como o feiticeiro do ‘Lago dos Cisnes’, **o mesmo balé que lhe dera glória**” (Texto 4 – Anexo I).

Tais ocorrências referenciais apositivas foram priorizadas pela análise, porque entendemos que o aposto é um termo que se une a um substantivo ou a um pronome substantivo com a função de explicá-lo ou de apreciá-lo, conforme Cunha e Cintra (2001). Ainda pode ter as funções de esclarecer, identificar, desenvolver ou resumir a idéia expressa pelo termo a que está ligado. Nesse sentido, justifica-se a análise de expressões que têm por função precípua elucidar um termo que vem atrelado a elas, pois no tocante à direção argumentativa, o aposto é um termo que pode orientar uma interpretação, a partir de sua utilização ideológica:

(19) “(...) sob pena de praticar uma intolerável violação de seus direitos humanos, **coisa típica dos regimes fascistas**” (Texto 3 – Anexo II).

Em (19), embora o uso do antecedente já marca uma posição do autor com relação ao fascismo por meio da expressão *intolerável violação*, o locutor, por meio da aposição, reafirma seu ponto de vista: ele é contra o movimento fascista, representado por um governo ditatorial, que se concentra sob o poder de algumas poucas pessoas que cerceiam a liberdade individual por meio do excesso de autoridade. Além disso, o fato de o nome-núcleo da

⁴⁴ Assim como Apothelósz (2003), consideramos a dêixis textual como expressões indiciais que apontam para o próprio texto, mas não designam nem um lugar, nem um tempo, nem uma pessoa da enunciação. Essas expressões indiciais, como o próprio nome revela, organizam o texto e orientam o leitor/interlocutor, por isso, têm função metatextual.

expressão apositiva ser representado por um nome genérico - *coisa*, pode ser entendido como um uso pejorativo em que se tem por função depreciar o movimento fascista. Tem-se, então, o aposto reconfigurando um objeto-de-discurso por meio da sumarização de uma proposição anterior. Essa condensação introduz uma avaliação daquele que escreveu o artigo.

Dessa forma concordamos com Azeredo (2001, p. 228) quando afirma que

ordinariamente marginal e redundante do ponto de vista sintático, mas só aparentemente suplementar nos domínios referenciais do discurso, o aposto é, na verdade, decisivo como peça do componente retórico dos textos (...) Convém, pois, tomá-lo em consideração não só no quadro amplo dos procedimentos lexicais e sintáticos da referência, mas, principalmente, em função de sua capacidade de exprimir predicacões não mediadas pelo verbo. É justamente por sua importância retórica que o aposto pode acabar tomando o lugar do termo fundamental em nossas práticas discursivas (...) ao emparelhar nomes ou expressões total ou parcialmente co-referenciais, normalmente servimo-nos de um deles, o aposto, para deixar que ecoe no texto, em contraponto, uma voz que vem do fundo da história, de um substrato cultural, de um recorte ideológico, de um perfil estético. O aposto pode ser o detalhe que faz a diferença.

2.4.3 A elipse

Toda remissão endofórica, cujo núcleo do anaforizante continha um nome elidido foi considerada por esta pesquisa, posto os critérios estabelecidos para a análise: anáforas compostas nuclearmente por um nome que remetia a um antecedente do co-texto. Exemplo:

(20) “Falo essas coisas para avaliar o espanto que ainda nos causam *as descobertas*. Não as \emptyset desconhecidas, mas as \emptyset renovadas, como as \emptyset da China” (Texto 2 – Anexo I)

Vale ressaltar por meio desse excerto que, embora as elipses retomem o termo *descobertas*, essa retomada não foi correferencial. Ao retomar o antecedente, ao nome elidido foram acrescidos modificadores (*desconhecidas, renovadas e da China*) que especificam e, por isso, criam novos objetos-de-discurso. Não se trata mais de qualquer tipo de descoberta (pode-se falar em hiperônimo), seja ela no campo tecnológico ou em qualquer outro setor, mas tratam-se das descobertas desconhecidas, das renovadas, como as descobertas feitas pela China. Assim, a manutenção temática, no trecho, é mantida, pois o tema continua sendo descobertas, enquanto há progressão de idéias por meio da recategorização do referente.

Nessa ocorrência ainda podemos salientar que a expressão *como as Ø da China* relaciona-se à última expressão *as Ø renovadas*, estabelecendo laços referenciais, pois aquela seria um exemplo desta.

2.5 A proposta de classificação

Como nosso objetivo é refletir sobre como a referenciação se relaciona com a argumentação em textos argumentativos, selecionamos apenas os processos de referenciação anafóricos nominais, por acreditarmos que o nome pode orientar um posicionamento, conduzindo a enunciação para determinando fim. Nesse sentido, a referenciação se constitui como uma manobra do produtor do texto argumentativo para fazer valer sua opinião.

Essa estratégia é minimamente reconhecida não somente pelas escolhas lexicais e a relação de sentido entre o anaforizado e anaforizante, como pela forma em que se opera a retomada de referentes (anáforas do tipo segmental ou redutiva) e pela presença ímpar dos determinantes e modificadores do nome-núcleo.

2.5.1 Anáforas fiéis e infiéis do tipo segmental ou redutiva

Para procedermos à classificação das anáforas conforme nossos objetivos de pesquisa, baseamo-nos nos tipos propostos por Apothéloz (2003) e Maingueneau (2005). O primeiro estudioso divide as anáforas em a) fiel/infiel; b) anáfora por nomeação; c) anáfora por silepse; d) anáfora associativa e e) ilha anafórica. Já o segundo autor classifica as anáforas em: i) segmental; ii) redutiva; iii) total; iv) parcial; v) lexical fiel e vi) lexical infiel.

Embora norteados por esses autores, consideramos apenas duas grandes distinções, a saber: I) anáfora fiel, aquela em que o núcleo do antecedente/anaforizado coincide com o núcleo do anaforizante/forma remissiva (ex. 21), e II) anáfora infiel, aquela em que o nome do núcleo anaforizante é diferente do termo anaforizado, podendo ser acompanhado por determinantes (ex. 22) e modificadores, tais como: adjetivos, sintagmas preposicionados ou orações relativas (ex. 23, 24 e 25, respectivamente). Vejamos as ocorrências:

(21) “Outro dia ousei defender a idéia de que *os ‘anos dourados’* – os anos 50, pelos quais tanta gente suspira – nunca foram tão bons quanto vistos de hoje. (...) Enfim, **os ‘anos dourados’** eram fabulosos (...)” (Texto 7 – Anexo I).

(22) “Ao debater delitos e penas, convém atentar às idéias que informam a ordem social vigente. Por séculos, travam-se combates por *uma vida justa, igualitária e livre*, em um mundo contraditório, que nega **esses princípios** e corrói o padrão liberal, hoje batizado "neo".

(23) “No auge do debate sobre violência, Sérgio Cabral mencionou *a legalização das drogas* como **um tema importante**. Aparentemente, todos os que acreditam **nesta saída futura** deveriam lançar-se na batalha.

(24) Título: *O cisco no olho*

“A maestria de Jesus tratou essa questão na condução dos seus discípulos. No Sermão da Montanha, Jesus, orientando a conduta dos seus seguidores para dar-lhes um instrumento existencial eficaz na recuperação da ética e da condição de um agir moralmente correto, dialoga assim com os seus: “Por que observas o cisco **no olho do teu irmão**, e não reparas na trave que está no teu próprio olho?” (Texto 2 – Anexo III).

(25) “Lula e seu governo se esgoelam nos gabinetes de Brasília para descartar qualquer acusação de anti-americanismo enquanto *as esquerdas*, inclusive algumas tradicionais bases petistas, se esfalfam nas ruas do país para comprovar justamente o contrário (...) Enquanto isso, **as esquerdas que vão às vias de fato**, se estapeando, apanhando, berrando o "fora Bush", estão menos identificadas com o governo Lula e mais com o de Hugo Chávez, na Venezuela” (Texto 9 – Anexo I).

Essa distinção entre anáforas fiéis e infiéis se justifica, pois permite uma generalização das ocorrências nucleares nominais em menor número de subcategorias, levando em consideração a identificação ou não do núcleo do anaforizado com o núcleo do anaforizante. Com isso, é possível refletir sobre as implicações dessas subcategorias de anáforas para os textos argumentativos.

Propomos também a distinção, na subcategoria das anáforas infiéis, do tipo segmental e do tipo redutiva, como apresenta Maingueneau (2005). Para esse autor, a anáfora do tipo segmental é aquela em que há retomada de uma unidade de nível inferior à frase e a do tipo redutiva a que condensa um fragmento de nível pelo menos igual à frase.

(26) “Já fui deputado federal por *dois mandatos*. **Tempo suficiente para aprender a separar o joio do trigo**” (Texto 2 – Anexo II).

No exemplo (26), a expressão anafórica nominal *Tempo suficiente para aprender a separar o joio do trigo* retoma o antecedente *dois mandatos*, que se configura como uma unidade de nível inferior à frase, por se tratar de um sintagma nominal. Já em (27), a

expressão anafórica nominal *essas coisas* retoma as proposições anteriores pelo menos de nível igual à frase, condensando-as, encapsulando-as no nome genérico *coisas*.

(27) “*Imagino a cabeça dos 600 frades franciscanos que levaram à catedral de Notre Dame os índios do Brasil para serem batizados por Luís 13. Aqueles seres nus, pobres, ingênuos. Os espanhóis levaram da América ouro e prata. Os franceses, só aquelas pobres almas entregues ao Diabo, para serem convertidas ao cristianismo e salvas para Deus. Falo **essas coisas** para avaliar o espanto que ainda nos causam as descobertas* (Texto 2 – Anexo I).

2.5.1.1 Quadro geral da 1ª categoria de análise

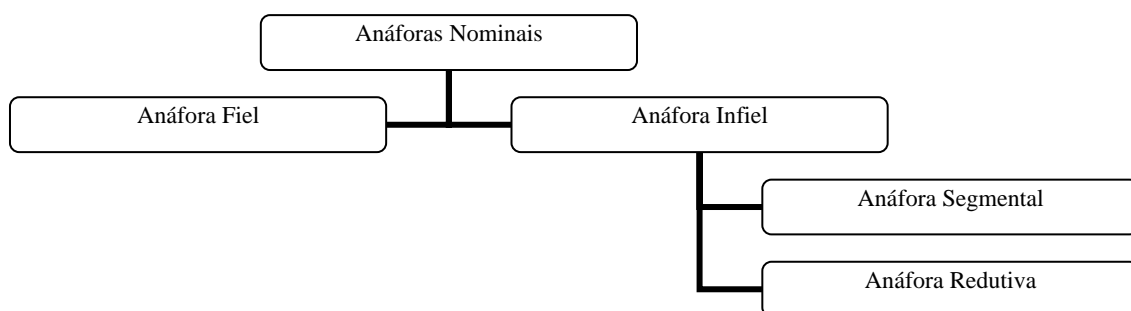


Figura 5: Classificação dos tipos de anáforas nesta pesquisa.

2.5.2 Nome-núcleo do anaforizante

Embasados na proposta de Koch (2003a), consideramos também a categorização do nome-núcleo dos anaforizantes (2ª categoria), para verificar de que forma esses nomes nucleares são realizados. Para esta autora (op.cit, p. 94), “a escolha do nome-núcleo e/ou de seus modificadores vai ser a responsável pela orientação argumentativa do texto”. Essa asserção justifica a análise do nome-núcleo das ocorrências anafóricas para nosso objetivo de pesquisa. Para tanto, o nome-núcleo, conforme Koch (2003a), pode ser classificado em: I) genérico; II) metafórico; III) metonímico ou meronímico; IV) introdutor clandestino de referentes; V) metadiscursivo e VI) denominação reportada.

Explicitemos a classificação dos nomes-núcleo, segundo a abordagem que elegemos para a análise.

2.5.2.1 Nome-núcleo genérico

O nome-núcleo genérico aparece geralmente nas nominalizações e nas rotulações de seqüências textuais anteriores. São denominados genéricos por qualificar partes ou termos contextuais já mencionados de forma não específica, ou seja, de forma geral. Assim, entendemos por nome genérico todos os substantivos comuns, conforme Cunha e Cintra (2001, p. 178) afirmam: “os substantivos podem designar a totalidade dos seres de uma espécie (designação genérica) ou um indivíduo de determinada espécie (designação específica). Quando se aplica a todos os seres de uma mesma espécie ou quando designa uma abstração, o substantivo é chamado comum”.

Vejam algumas ocorrências:

(28) “*O mandato de mistura complementado por tarifas variáveis e/ou cotas expandidas permitiria que os EUA avançassem rapidamente no processo de substituição de petróleo, sem prejudicar os consumidores de milho e de combustíveis, reduzindo o custo para os contribuintes, evitando os riscos das quebras de safra e incentivando o desenvolvimento de tecnologias alternativas, como o etanol de biomassa. O sistema também promoveria a expansão do etanol mais barato de cana-de-açúcar em dezenas de países em desenvolvimento situados na região tropical (Texto 7 – Anexo II).*

(29) “*Pode-se contra-argumentar que o crescimento das exportações para os EUA ao longo do primeiro governo Lula (59,1%) foi inferior ao incremento do total de nossas exportações no período (127,8%). É verdade. Porém, esse descompasso deve-se a fatores econômicos concretos e não a ideologias ou à falta de empenho do governo brasileiro*” (Texto 9 – Anexo II).

(30) “*Não se pode tolerar mais autoridades ou pessoas ricas retirarem filhos infratores de prisões utilizando status, constranger guardas de trânsito de multá-los quando cometem infrações, obter dispensa de serviço militar por tráfico de influência, furar filas, além de inúmeras atitudes arrogantes, preconceituosas e dominadoras que são freqüentes no cotidiano de nosso país. Não podem ser tolerados mais os desmandos do Congresso, tanto na Câmara quanto no Senado, e as tentativas para a criação de leis e mecanismos para manter ou ampliar privilégios acima dos direitos dos cidadãos brasileiros*” (Texto – Anexo II).

Em (28), o nome-núcleo é formado por uma palavra de cunho genérico que reporta ao fato de se misturar o etanol de milho com o de celulose junto a tarifas variáveis e/ou cotas expandidas. *O sistema* seria o conjunto de regras e leis que viabilizaria tal mandato de mistura. Nessa ocorrência, o nome-núcleo genérico é neutro, diferente de (29). Em (29), *esse descompasso* recupera um trecho anteriormente colocado e possibilita uma avaliação de quem escreve quanto ao fato de que *o crescimento das exportações para os EUA ao longo do primeiro governo Lula (59,1%) foi inferior ao incremento do total de nossas exportações no período (127,8%)*. Nesse caso, a palavra *descompasso*, termo genérico, é usada para recategorizar uma parte precedente do texto, orientando argumentativamente o leitor para concordar com o locutor de que realmente o fato de as exportações para os EUA serem inferiores ao total de exportações configura uma ausência de regularidade do governo. Daí uma orientação negativa do acontecimento.

No excerto (30), ao fazer uso da anáfora nominal *os desmandos do Congresso*, o articulista recategoriza as ações proferidas e realizadas por autoridades quanto a regalias em detrimento a leis e normas vigentes no Brasil. Com isso, a intenção do enunciador é dar conhecer, ao interlocutor, sua posição quanto às atitudes do Congresso, mostrando a fragilidade de nossas leis perante as pessoas que têm maiores influências no cenário nacional.

2.5.2.2 Nome-núcleo metafórico

Quanto ao nome-núcleo metafórico, podemos entender que se trata de uma palavra empregada em sentido figurado para recategorizar um referente. Logicamente, quando se emprega um termo metafórico, devemos empreender comparações para construir o sentido, e se há necessidade de comparar, fato é que o nome-núcleo metafórico contribui para uma direção argumentativa. Vejamos um exemplo retirado de Koch (2003a, p. 95) e outro de nosso *corpus*:

(31) “Em artigo recente publicado pelo professor Marcos Cintra no Jornal da Tarde (1º/11/00), verifica-se que *os brasileiros são forçados a pagar cerca de 35% de impostos nos alimentos que consomem – enquanto a média internacional é de apenas 7%*. Isso é um verdadeiro absurdo! (...) **A gula tributária** parece que não tem fim”.

(32) “A dor, a indignação, a revolta provocadas pelo trucidamento do pequeno João Hélio, no Rio, abalaram o país *num terremoto não somente emocional, como intelectual*,

legal, político, social e cultural (...) Princípios, valores e instituições que nos tutelam, foi tudo posto em xeque. A dúvida latente em meio à **tempestade que varre nossos corações e nossas mentes** é a seguinte: será que vale a pena ser brasileiro num ambiente tão perverso como o em que vivemos, sob leis tão frágeis e inseguras, dentro de um sistema político ultrapassado em sua centralização e em seu absurdo formalismo, na mão de políticos irresponsáveis e corruptos, e numa sociedade sufocante e sem horizonte, na qual predomina a mais cruel das barbáries? (Texto 1 – Anexo II).

No exemplo (31), a expressão *a gula tributária* remete ao fato de os brasileiros pagarem mais impostos sobre os alimentos que o restante do mundo. Já que os impostos que os brasileiros pagam são superiores às demais arrecadações sobre alimentos dos outros países, maior é a “gula” que o país tem em relação à arrecadação tributária. A palavra gula, então, é responsável pelo cunho metafórico à expressão, pois propicia uma comparação entre as arrecadações tributárias brasileiras e de outros países, favorecendo à depreciação do exagero de impostos que o Brasil tem de pagar se comparado ao restante do mundo.

No excerto (32), quando se diz que o Brasil foi abalado por *um terremoto emocional, intelectual, legal, político, social e cultural*, significa que o país vivenciou um acontecimento desastroso que repercutiu socialmente: um assalto na cidade do Rio de Janeiro/ Brasil que terminou com a morte de uma criança que foi arrastada pelo asfalto, ao não conseguir ser libertado, pela mãe, do cinto de segurança. A palavra terremoto ilustra uma catástrofe, uma tragédia. Com relação à expressão anafórica nominal *tempestade que varre nossos corações e nossas mentes*, ela identifica uma grande agitação moral dos brasileiros justificada pela ação inescrupulosa de assaltantes que mataram de forma trágica uma criança. Assim o nome nuclear metafórico *tempestade* recategoriza o antecedente *um terremoto emocional, intelectual, legal, político, social e cultural*. Tanto os termos *terremoto* e *tempestade*, usados metaforicamente, direcionam a argumentação no texto, almejando à conclusão de que é preciso não somente uma reforma legal no país como também uma ação repressiva maciça da população brasileira contra ações que deturpam os valores éticos, morais, dentre outros.

2.5.2.3 Nome-núcleo metonímico ou meronímico

Quanto ao nome-núcleo metonímico ou meronímico⁴⁵, temos a presença das anáforas retomando pistas co-textuais precedentes, que nos conduz a uma relação parte/todo (meronímia). Isso pode ser exemplificado em (4) “Depois da viagem *o carro* foi para o concerto. **As rodas** estavam desalinhadas” quando temos o anaforizado *o carro* e o anaforizantes *as rodas*, constituindo uma anáfora associativa em que o antecedente oferece pistas para que se proceda à referenciação. Essas pistas necessitam para sua compreensão do conhecimento prévio, compartilhado, geralmente organizado em *scripts* (carros e suas peças; edifícios e suas dependências etc.).

Trindade (2006, p. 32) afirma que “a metonímia, independente de qual abordagem teórica receba, é exemplificada por uma série de relações, entre elas a relação parte-todo, que é designada como meronímia”. Ilustrando essa conceitualização para a Lingüística Textual, temos um exemplo clássico para se falar em metonímia⁴⁶ ou meronímia:

(33) “Nós chegamos a uma cidade. A igreja estava fechada”.

Nesse exemplo, há estabelecida uma relação parte/todo em que *igreja* seria parte de *cidade* que, por sua vez, seria o todo. O processo de referenciação nessa ocorrência é realizado por meio de anáfora associativa. Desta forma, podemos concordar com Koch (2003a, p. 98) que a metonímia ou a meronímia está posta nas anáforas associativas.

2.5.2.4 Nome-núcleo introdutor clandestino de referentes

⁴⁵ Sobre meronímia, Trindade (2006) tem um trabalho que traz algumas contribuições para a semântica lexical, já que ela examina os casos de metonímia consideradas não convencionais e se propõe a a) definir a metonímia, visto ser um processo analisado por diferentes autores, por meio de abordagens teóricas nem sempre compatíveis; b) investigar a relação entre metonímia e polissemia, uma vez que os casos classificados por Pustejovsky no quadro da polissemia lógica assemelham-se aos exemplos tradicionalmente vistos como metonímia clássica; c) refletir sobre a dificuldade em se tratar formalmente os enunciados cuja interpretação depende de um conhecimento contextual.

⁴⁶ Bonhomme (apud TRINDADE, 2006, p.30-31) propõe uma discussão acerca das possíveis teorias relativas aos processos metonímicos. “A primeira, designada como referencial, é uma teoria extra-lingüística, que atribui à figura uma orientação sobre o mundo e sobre a organização da experiência do indivíduo com o mundo. A segunda teoria, de natureza lingüística, dá à metonímia um tratamento intra-lingüístico, especificamente semântico. Um terceiro grupo de estudiosos atribui à metonímia um tratamento misto, conceituando-a como um processo que depende tanto dos aspectos extra-lingüísticos, quanto dos lingüísticos. Assim, nesse terceiro enfoque, a metonímia é vista tanto como um fenômeno que afeta a organização do referente, quanto como um fenômeno que envolve o sentido intra-lingüístico”.

Neste item, gostaríamos de ponderar que, embora Koch (2003a) o eleja como uma subcategoria da categoria nome-núcleo, nós não o consideramos para nossa proposta de classificação por acreditar que ele esteja contemplado pelas demais subcategorias elencadas aqui. Para isso, observemos o exemplo dado por Koch (2003a, p. 96)

(...) no gramado daquele luxuoso hotel estava montada uma gigantesca tenda verde, cercado por guarda-costas armados até os dentes. Nela estava alojado ninguém menos que o todo-poderoso homem forte da Líbia, o coronel Muammar Gadafi, que se recusara a ficar hospedado no Sheraton alegando que este representava um símbolo do imperialismo americano. *O gesto circense do ditador líbio* não chegou a surpreender... (Istoé, 06/09/00).

Como podemos notar, *o gesto circense do ditador líbio* retoma toda a porção textual anterior de modo a encapsulá-la e ativar um novo objeto-de-discurso. Nesse caso, como nosso interesse é classificar, nessa categoria, o nome nuclear do anaforizante, *gesto*, podemos considerá-lo como um nome-núcleo genérico, sem necessidade de o identificá-lo como introdutor clandestino de referente.

2.5.2.5 Nome-núcleo metadiscursivo

As formas metadiscursivas são utilizadas para se referir ao próprio discurso de modo a recategorizá-lo, indicando o tipo de ação ou atividade metadiscursiva⁴⁷. Ou seja, usa-se o discurso para explicar o próprio discurso; o próprio discurso é retomado como seu objeto (KOCH, 2005b). Segundo Francis (2003, p. 191),

os conjuntos metalingüísticos são grupos nominais que falam sobre uma extensão do discurso como um ato lingüístico, rotulando-o como um argumento, um aspecto ou uma declaração (...) são caracterizações *ad hoc* do comportamento lingüístico que está sendo efetuado no texto.

Vejamos a ocorrência (34):

(34) “ *Meu lado mulher incomoda-se de receber homenagem num dia do ano – 8 de Março – enquanto meu lado homem se farta com 364 dias. Talvez se faça necessária esta efeméride, dor recente de uma cicatriz antiga. Porque vive-se numa sociedade*

⁴⁷ Para um estudo mais detalhado sobre a metadiscursividade, ver Jubran (2005). A estudiosa apresenta uma reflexão pertinente, comparando as anáforas associativas e metadiscursivas.

machista: matrimônio e cuidado do lar; patrimônio e domínio dos bens. A frase é de Frei Betto, mas poderia ser bem dita e mal dita por qualquer mulher” (Texto 6 – Anexo III).

Em (34), a expressão *a frase* encapsula todo o trecho anterior, definindo-o a partir de um nome-núcleo que explica o próprio discurso, redefinindo-o. Em outras palavras, o que se quis deixar claro é que o trecho precedente à expressão metadiscursiva não se trata, por exemplo, de um questionamento ou uma suposição, mas uma frase dita por Frei Betto sobre sua indignação quanto à comemoração ao dia da mulher representar apenas um dia ao longo do ano. Ao invés de *a frase*, outras expressões nominais caberiam, tais como: “a indignação” ou “a revolta” ou ainda “a fúria”. Todavia, a escolha do articulista deu uma nova roupagem metadiscursiva ao trecho, esquivando-o de emitir um juízo de valor por meio do processo referencial anafórico nominal.

Diante disso, podemos entender que o nome-núcleo metadiscursivo refere-se ao modo de organização do discurso precedente. Atentemos para (35):

(35) “*O conhecimento abundante disponibilizado pelos muitos meios e mecanismos existentes hoje no contexto da sociedade contemporânea mundial e do acesso ao incalculável volume de informações tem configurado uma situação muito peculiar e perigosa. Parece ser incoerente e inexata **uma asserção tal***” (Texto 2 – Anexo III).

Vale ressaltar nesse excerto o aparecimento de um artigo indefinido no lugar de um definido ou de um demonstrativo, como aconteceu em (34). Embora não seja costume retomar um antecedente por meio do uso do indefinido, sua explicação está embasada na reorganização do discurso com objetivo de manter uma continuidade referencial⁴⁸. Ademais, as expressões anafóricas em (34) e (35) constituem um encapsulamento de conteúdos proposicionais⁴⁹. Conteúdos que, no caso, remetem ao próprio discurso, daí o nome-núcleo ser da subcategoria metadiscursiva. O encapsulamento, ao ser realizado por meio de um indefinido, sugere não a introdução de um novo referente, como costuma ser o uso do indefinido, mas re-apresenta uma parte do discurso de modo a possibilitar continuidade referencial daquele trecho sumarizado.

⁴⁸ Cavalcante (xerocopiado, 2003) trata no artigo “Entre o definido e o indefinido” de outras possibilidades de função do artigo indefinido, que não apenas a de introduzir informações novas no discurso.

⁴⁹ Sobre encapsulamento, Francis (2003) estudou os rótulos como sendo encapsulamentos por sintagmas nominais. Wanda d’Addio (apud CONTE, 2003, p. 181) também contribui com o tema ao deixar claro que “o encapsulamento anafórico é primariamente uma categorização dos conteúdos do co-texto precedente” e que esta categorização pode se dar por meio de nomes neutros ou avaliativos (axiológicos, para CONTE, 2003).

Como estamos embasados por Koch (2003a), é relevante salientarmos que quanto ao nome-núcleo metadiscursivo, ela, por sua vez, apoiada em Francis (2003), menciona que entre as formas metadiscursivas, temos: a) os nomes “ilocucionários”; b) os nomes de atividades “linguageiras”; c) os nomes de processos mentais e d) os nomes metalingüísticos em sentido próprio, que Francis (2003) denomina de “nomes de texto”. Sobre essa distinção de nomes-núcleo metadiscursivos, optamos por não seccioná-los, por acreditarmos, assim como Conte (2003), que é impossível compilar uma lista de nomes possíveis para a classificação dos núcleos de grupos nominais.

2.5.2.6 Nome-núcleo denominação reportada

Denominação reportada é quando há no texto a citação de expressões ou termos de outra pessoa, deixando-a evidenciada por meio das aspas, ou seja, quando há um distanciamento de outras vozes. Fala-se, conforme Authier (apud KOCH, 2003a, p. 98), que há “um distanciamento crítico, assinalado pelas aspas de conotação autonímica”. Vejamos em (36) como o discurso de outra pessoa é pontualmente marcado como sendo desta pessoa e não de quem escreveu o texto.

(36) “Renato Janine Ribeiro, em artigo na *Folha de S. Paulo* (suplemento *Mais*, 18/2), teve uma explosão de sinceridade rara em intelectuais brasileiros. Chamou o crime contra o menor de **“o horror em estado puro”**, confessando que não consegue parar de pensar no assunto” (Texto 1 – Anexo II).

Num contexto macro, entretanto, é possível perceber que o produtor do texto compartilha da opinião dessa(s) outra(s) pessoa(s) sobre o acontecimento envolvendo a morte de uma criança. Notemos também que, por meio da denominação reportada, o crime contra a criança, vítima de um assalto, foi recategorizado para um novo objeto-de-discurso. Dessa forma, não somente houve a recuperação de um antecedente como a construção de um novo referente, conduzindo a argumentatividade.

Reparemos como o uso das aspas em (37) não se assemelha à tentativa de distanciamento de outras vozes e, por isso, ocorrências como esta não podem ser classificadas como denominação reportada:

(37) “Tinha um fã-clube que o aplaudia quando se exibia em ‘pas-de-deux’ de ‘Dom Quixote’ e ‘Lago dos Cisnes’. Com o tempo, foi pegando papéis menos importantes, mas não queria pendurar suas chuteiras, vendia a alma para entrar em cena, fosse em qualquer papel. Nos últimos anos, foi oficializado como o feiticeiro do ‘Lago dos Cisnes’, o mesmo balé que lhe dera glória” (Texto 4 – Anexo I).

Na ocorrência *pas-de-deux*, o trecho está entre aspas, pois indica uma terminologia de origem francesa e as demais expressões aspeadas apenas indicam os nomes dados a dois grandes balés.

2.5.2.7 Nome-núcleo com nome próprio

Embora apoiados na proposta de Koch (2003a) para a classificação do nome-núcleo das expressões anafóricas nominais, decidimos criar uma subcategoria a mais para dar conta das ocorrências, cujo nome-núcleo era formado por nomes próprios, exemplo:

(37) “Nesta sexta-feira os presidentes *Bush e Lula* vão assinar um acordo histórico na área dos biocombustíveis, em São Paulo. Em janeiro, **Bush** anunciou a meta de substituir 15% da gasolina do seu país por combustíveis renováveis, até 2017, o que equivale a um consumo anual de 132 bilhões de litros. Hoje o mundo produz 50 bilhões de litros e os EUA e o Brasil detêm 72% da produção, com cerca de 17,5 bilhões de litros cada” (Texto 7 – Anexo II).

Esse acréscimo se justifica em virtude do aparecimento de anáforas nominais compostas nuclearmente por um nome próprio e não haver nenhuma categoria que as contemplasse. Além disso, o nome-próprio designa diretamente seu referente, embora nada seja dito a respeito das características dos indivíduos. O nome próprio não consegue nem distinguir um indivíduo de outros com o mesmo nome (MAINGUENEAU, 2005, p. 183).

Sobre os nomes próprios que estão representados por siglas, também foram contemplados pela análise, vejamos:

(38) “Hoje o mundo produz 50 bilhões de litros e *os EUA e o Brasil* detêm 72% da produção, com cerca de 17,5 bilhões de litros cada (...) No ano passado **o Brasil** exportou mais de 3 bilhões de litros graças a uma janela de oportunidade **nos EUA**” (Texto 7 – Anexo II).

2.5.3 Quadro geral da 2ª categoria de análise

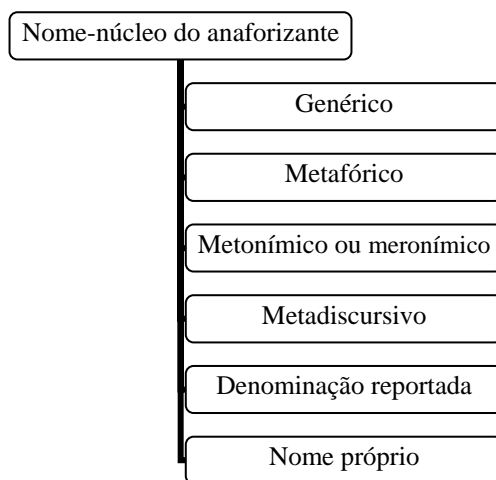


Figura 6: Classificação do nome-núcleo das anáforas nesta pesquisa.

2.6 O nome-núcleo e seus determinantes/modificadores

A 3ª e última categoria de análise é relativa aos termos que acompanham o nome-núcleo das anáforas, sejam eles anteriores ou posteriores ao núcleo do sintagma. Tal categoria é importante e decisória para conduzir a argumentação, pois qualificar, caracterizar ou determinar um nome colabora de maneira decisiva na construção de referentes discursivos ou objetos-de-discurso, estabelecendo, assim, uma relação estreita e significativa entre a referenciação e a argumentação. Vejamos como isso acontece:

(39) *“A lei da natureza, conhecida e aplicada pelos proprietários, só é real como força repressiva, do contrário seria vã. O poder de ‘todos’ concentra-se em ‘cada um’ e converte-se no comando de uns sobre outros. A igualdade funda o domínio. Mesmo as prerrogativas do magistrado deduzem-se das condutas correntes. O estado de natureza prolonga-se na sociedade civil. Sem cogitar a gênese do crime, Locke insiste no rigor do castigo, evidenciando a força compacta que originou as desigualdades modernas.*

Irremissível, o criminoso deve ser extirpado. Se fiel esse triste retrato, aos que recusam a truculência nada mais restaria que uma lágrima sobre a necessidade” (Texto 1 – Anexo I).

No excerto (39), a expressão *esse triste retrato* encapsula a porção anterior do texto, por isso, poder ser chamada de encapsulamento anafórico ou rótulo retrospectivo, como propõe Francis (2003)⁵⁰.

Os encapsuladores se realizam como *rótulos* quando se formalizam por sintagmas nominais, geralmente introduzidos por demonstrativos, e resumem conteúdos proposicionais já explicitados no cotexto, rotulando-os de acordo com os propósitos enunciativos do momento. Os encapsulamentos operam, assim, uma espécie de mudança de nível (Koch, 2002) na medida em que erigem em referente informações-suporte difusamente enunciadas no cotexto precedente ou subsequente (às vezes, remetem simultaneamente a conhecimentos partilhados). Além disso, constituem fabulosos recursos de inclusão de pontos de vista do enunciador (CAVALCANTE, 2003a, p. 11).

Em (39) o nome-núcleo é classificado como um nome genérico acompanhado de determinantes: um pronome demonstrativo (*esse*) e um adjetivo (*triste*). Esses determinantes, em especial o adjetivo, têm função ímpar para a construção do sentido e, conseqüentemente, instauram o viés argumentativo que se persegue ao longo do texto, pois direcionam o leitor ao ponto de vista do enunciador.

Assim, o demonstrativo *esse* promove uma continuidade da referência no campo dêitico textual, fazendo o leitor compartilhar da mesma memória discursiva do articulista, enfatizando essa memória como já dada, o que imprime maior saliência discursiva ao nome genérico. O adjetivo *triste*, por sua vez, é o determinante com maior força persuasiva, pois qualifica o antecedente, criando um novo objeto-de-discurso.

(40) “Chega de *‘foro privilegiado’, ‘imunidade parlamentar’, ‘prisão especial’* e **outras regalias** que a elite brasileira tem e que constituem privilégios em relação à população em geral. **Outro absurdo incompreensível** para nós, **simples contribuintes**, é a ausência do corte de remuneração para parlamentares que faltam às atividades na Câmara dos Deputados e no Senado Federal” (Texto 1 – Anexo III).

⁵⁰ Francis afirma ser o rótulo “um elemento nominal inerentemente não-específico cujo significado específico no discurso necessita ser precisamente decifrado” (FRANCIS, 2003, p. 192). Conte (2003, p.177), por sua vez, trata o encapsulamento anafórico como sendo “um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto. O sintagma nominal anafórico é construído com um nome geral como núcleo lexical e tem uma clara preferência pela determinação demonstrativa”.

Em (40), *Outras regalias e outro absurdo incompreensível*, ao mesmo tempo que retomam os termos antecedentes, promovem a criação de novos referentes. A responsabilidade da criação de novos referentes advém do uso de determinantes representados pelos pronomes indefinidos *outras(os)* associados aos nomes genéricos *regalias e absurdos*, respectivamente; daí, novamente, um encapsulamento de cunho avaliativo.

Isto significa que para o produtor do artigo de opinião, o fato de os políticos terem *foro privilegiado, imunidade parlamentar, prisão especial* são apenas algumas das regalias dentre outras tantas, assim como em *outro absurdo incompreensível*, em que o produtor recategoriza as já mencionadas “regalias” dos parlamentares como um dentre outros absurdos que não têm justificativa. Em *outro absurdo incompreensível*, temos dois movimentos operando concomitantemente: um de retomada de referentes e outro de prospecção de referentes, pois o articulista do texto não só confirma as regalias dos políticos como um absurdo, como coloca que o outro absurdo é *a ausência do corte de remuneração para parlamentares que faltam às atividades na Câmara dos Deputados e no Senado Federal*. Com o exemplo (40), verificamos então que a expressão nominal composta pelo indefinido outra (o) indica dois movimentos informacionais: um em que o nome nuclear é retrospectivo e outro em que o grupo nominal é prospectivo.

Nessas ocorrências os determinantes/modificadores são eficazes para a sustentação da tese de que é inadmissível haver privilégios aos políticos ou a autoridades, já que estas pessoas são cidadãos, devendo, portanto, ter os mesmos direitos que a sociedade civil. Ainda em (40), o uso do aposto, *simples contribuintes*, revela mais uma vez a capacidade de orientação interpretativa que o determinante agrega à expressão: nós, o povo que paga os impostos devidamente, não temos nenhum poder e nenhuma regalia com relação aos que compõem o cenário político nacional.

(41) “*Renato Janine Ribeiro*, em artigo na *Folha de S. Paulo* (suplemento *Mais*, 18/2), teve uma explosão de sinceridade rara em intelectuais brasileiros (...) **Intelectual de esquerda, simpatizante de Lula, formado na mentalidade iluminista com sua crença no progresso moral irresistível da humanidade**, levanta questionamentos religiosos, revê sua posição sobre a pena de morte e se dilacera em incertezas humanísticas ao indagar se ‘a humanidade se constrói, se conquista – e também se perde’ ” (Texto 1 – Anexo II).

Em (41), o enunciador não somente elucida para seu leitor a posição de Renato Janine Ribeiro na sociedade – *intelectual de esquerda, simpatizante de Lula-*, como destaca seu engajamento político em relação às idéias do governo Lula. O locutor se utiliza de Renato

para criticar a posição deste quanto ao tema: os crimes e a perda de valores sociais. Daí, podermos deduzir pelos determinantes (sintagmas preposicionados) que o enunciador se posiciona de forma contrária ao governo Lula, visto que criticou um indivíduo simpatizante deste governo.

2.6.1 Quadro geral da 3ª categoria de análise

Determinantes/modificadores do nome-núcleo

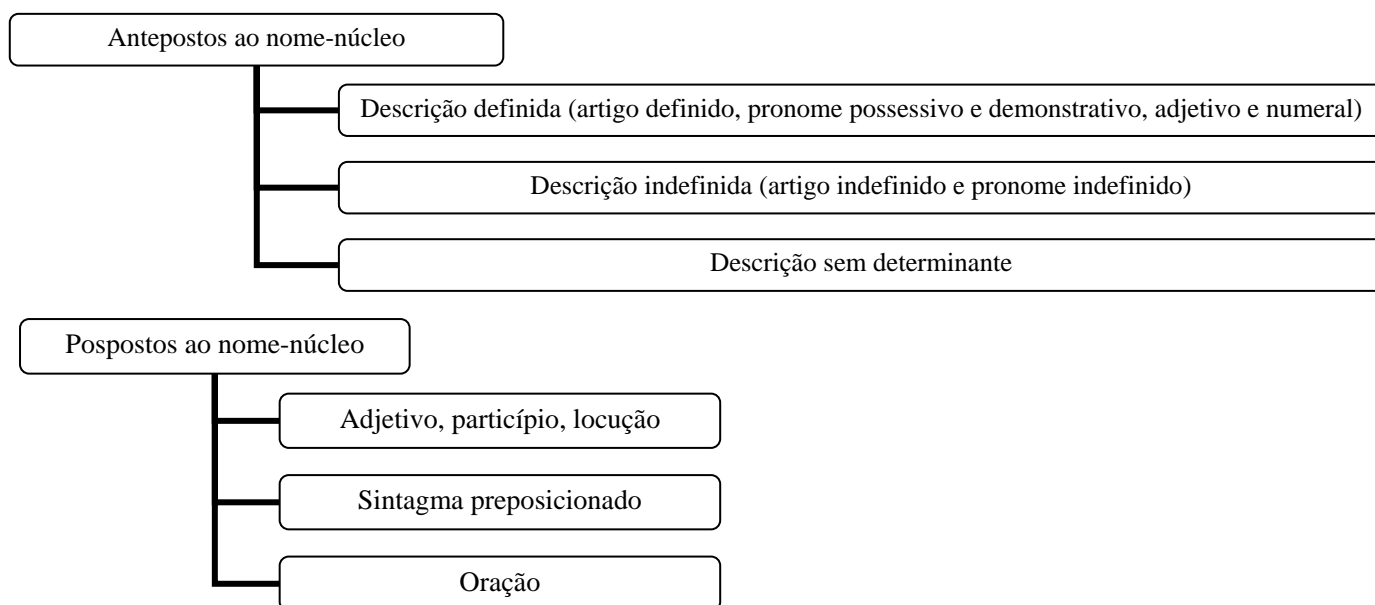


Figura 7: Classificação dos determinantes que antecedem e sucedem o nome-núcleo das anáforas.

Capítulo 3:

A RELAÇÃO REFERENCIAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO

Neste capítulo, mostraremos a relação entre referenciar e a argumentar, focando, para isso, os processos referenciais anafóricos nominais em textos argumentativos. Antes, retomaremos nossos objetivos de pesquisa bem como nossas hipóteses que nortearam a realização do estudo.

3.1 Preliminares

Em razão da crença que nos fundamenta sobre um uso lingüístico previamente elaborado para determinado fim, procuramos, neste trabalho, analisar como as expressões referenciais anafóricas nominais relacionam-se com a argumentação. Acreditamos que desvelar alguns desses processos de que dispõe o locutor para realizar sua intenção comunicativa é perceber como imprimimos nosso ponto de vista sobre a realidade que nos cerca; é perceber criticamente como o “outro” instaura seu posicionamento.

Para isso, nessa pesquisa, exploramos a referenciação em textos predominantemente argumentativos, pois neles há a defesa de uma idéia e a tentativa de conduzir o interlocutor a uma determinada conclusão. Partindo dessa premissa, entendemos que os mecanismos⁵¹ que compõem um texto e que permitem a textualidade direcionam-se para a construção de uma imagem para a qual o interlocutor deve ser levado no momento de sua leitura. E, dentre esses mecanismos, nossa opção foi por trabalhar com o processo de referenciação, já que este se constitui como um importante recurso de produção de sentidos, uma vez que não somente retoma referentes já introduzidos no texto, como também consegue criar novos referentes ou redimensioná-los numa perspectiva sociocognitiva interacional.

Para delimitar nosso campo de pesquisa, posto que se trata de um assunto bastante amplo e complexo, optamos por focalizar preferencialmente as formas remissivas que contemplassem como núcleo do sintagma um nome e cujo antecedente estivesse inserido no

⁵¹ A palavra mecanismo foi utilizada como sinônimo de processo de funcionamento.

co-texto. As expressões anafóricas nominais contempladas pela nossa pesquisa foram descritas em relação ao(s): I) tipo; II) nome-núcleo e III) determinantes e modificadores do nome-núcleo. A partir desse panorama, verificamos como referência e argumentação se relacionam, para checar: a) qual o tipo de anáfora nominal predomina nos textos argumentativos e sua implicação; b) se o nome-núcleo do anaforizante consegue propor viés argumentativo e c) qual o grau de importância dos determinantes e modificadores do nome-núcleo na construção da argumentação, tendo em vista que eles compõem o modo de apresentação de um referente.

Hipotetizamos que a relação referência/argumentação é estreita e importante para a composição de textos que têm o objetivo de convencer, uma vez que introduz no texto marcas de personalidade com relação ao modo como o homem concebe idéias, projetos, pessoas etc, isto é, ao modo como ele se refere ao mundo. Além disso, a forma como se opera a retomada de referentes é crucial para estabelecer a argumentação de modo mais enfático ou ameno, conforme desejo do enunciador. Acreditamos que: a) a maior ocorrência dos tipos de anáfora seria a anáfora infiel, pois a diferença entre os nomes-núcleo do anaforizado e anaforizante permite a introdução de paradigmas avaliativos; b) o nome-núcleo dos anaforizantes conseguiria imprimir a diretriz argumentativa pretendida pelo enunciador, pois são lexemas que se referem ao mundo biopsicofísicosocial e, por isso, possuem prioritariamente a capacidade de discursivizar o real; c) os determinantes e modificadores do nome-núcleo seriam importantes, pois conseguiriam encaminhar mais objetivamente um posicionamento enunciativo, já que singularizam o dizer, elegem um objeto discursivo dentre tantos e o impregnam de impressões pessoais. Assim, as hipóteses firmam-se diante da idéia de que, para fazer uso da referência, especialmente em textos argumentativos, a argumentação é notadamente posta em evidência, por meio de um mecanismo que compõe a malha textual.

É relevante salientarmos ainda que ao falarmos em orientação argumentativa, estamos nos referindo à seleção e atualização dos argumentos que irão conduzir o leitor a uma determinada conclusão, ou seja, são todos os esforços empreendidos no discurso para que o leitor compartilhe do projeto discursivo do enunciador. Isto significa que, no caso da referência, o modo como a expressão anafórica é composta revela uma tentativa do produtor em fazer valer seu ponto de vista acerca da retratação de um referente do/no mundo.

Retomados nossos objetivos de pesquisa e nossas hipóteses, passemos à verificação dos resultados e às reflexões sobre as ocorrências.

3.2 Tipos de anáfora – 1ª categoria de análise

Apresentamos a seguir os dados quantitativos referentes aos tipos de anáfora encontrados em nossa pesquisa:

Tipo de anáfora	Total
Anáfora fiel	264 (39.05%)
Anáfora infiel (segmental + redutiva)	412 (60.94%)

Tabela 1: 1ª categoria de análise – tipos de anáfora

	Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo	Estado de Minas	Total
Anáfora fiel	57 (39.86%)	108 (33.54%)	99 (46.91%)	264 (39.05%)
Anáfora infiel segmental	51 (35.66%)	132 (40.99%)	61 (28.90%)	244 (36.09%)
Anáfora infiel redutiva	35 (24.47%)	82 (25.46%)	51 (24.17%)	168 (24.85%)

Tabela 2: 1ª categoria de análise – subcategorias dos tipos de anáfora

Quanto a essa primeira categoria de análise, o que constatamos é que o maior número de ocorrências foi da anáfora do tipo infiel, o que confirma nossa hipótese de que a diferença entre os nomes-núcleo do anaforizado e anaforizante permite avaliações. Nossa suposição foi fundamentada na crença de que a anáfora fiel, por ter o mesmo nome-núcleo do anaforizado, tem chances reduzidas de apresentar orientações argumentativas se comparada às anáforas infielis, cujo núcleo difere do núcleo do anaforizado. Daí uma possibilidade maior de emissão de juízos de valor, já que coloca o referente sob vários “focos”, conforme nos afirma Maingueneau (2005, p. 205).

Passemos à análise das ocorrências, cujo núcleo do anaforizante (nome) é idêntico ao do anaforizado.

3.2.1 As anáforas fiéis

(42) “Título: *Lágrima sobre a necessidade*

A lei da natureza, conhecida e aplicada pelos proprietários, só é real como força repressiva, do contrário seria vã. O poder de ‘todos’ concentra-se em ‘cada um’ e converte-se no comando de uns sobre outros. A igualdade funda o domínio. Mesmo as prerrogativas do magistrado deduzem-se das condutas correntes. O estado de natureza prolonga-se na sociedade civil. Sem cogitar a gênese do crime, Locke insiste no rigor do castigo, evidenciando a força compacta que originou as desigualdades modernas. Irremissível, o criminoso deve ser extirpado. Se fiel esse triste retrato, aos que recusam a truculência nada mais restaria que **uma lágrima sobre a necessidade**” (Texto 1 – Anexo I).

A remissão ao título do texto, em (42), consiste em um processo referencial anafórico contemplado não somente pelo mesmo nome-núcleo, como por toda a expressão, com exceção apenas do determinante que passa a existir no anaforizante. Como se trata do mesmo vocábulo, podemos pensar em uma relação de correferência. Todavia essa relação não se estabelece, pois ao ser retomado, o nome-núcleo ganha um novo “status” de existência. Ou seja, ao lermos o título do texto *Lágrima sobre a necessidade*, realizamos uma série de hipóteses sobre o que leremos, tendo em vista que o título já pode antecipar o assunto que será tratado no texto. Por isso, em um primeiro momento, podemos realizar algumas suposições, tais como: a) o texto abordará a tristeza das pessoas que passam por necessidades, daí as lágrimas ou b) o texto tratará da condição precária que o país vive em função da falta de uma política ética e comprometida com a cidadania, só restando à população lamentar etc.

Após a leitura do texto, essas suposições são confirmadas ou não. No exemplo (42), as hipóteses deixam de existir no momento em que a retomada do antecedente, ao final do texto, é feita. Logo, a relação de correferência, em que se tem a remissão ao mesmo objeto-de-discurso e, no caso, à idêntica expressão, não se efetiva, pois já não se trata da mesma *lágrima sobre a necessidade* para a qual levantamos hipóteses no título, mas se trata de um referente que embora idêntico ao antecedente, é um objeto-de-discurso recategorizado em função das implicações decorrentes de relações semânticas estabelecidas pelo produtor textual ao longo do texto. Neste excerto, então, fica claro que a compreensão do título só ocorre após a leitura do texto.

Com isso, *uma lágrima sobre a necessidade* estabelece que se as ações violentas e cruéis praticadas pela humanidade, na tentativa de diminuir ou impedir crimes ou ações perigosas para haver o desfrute de uma vida justa, igualitária e livre, tornarem-se reais, às

peessoas que não concordam com tais práticas resta apenas lamentar sobre a adversidade de se tentar viver em um padrão liberal corrompido por atitudes que priorizam a barbárie na manutenção da ordem social. Em outras palavras, resta lamentar sobre a situação punitiva que impera na sociedade, clamando a necessidade de mudança.

(43) “No meu artigo já serei um deputado em atividade. O que muda na minha escrita? Eu creio que nada. Talvez a minha credibilidade sofra algum abalo. Afinal, sou agora *um político*. E **os políticos** não gozam lá de excelente reputação. Quando decidi me candidatar não foram poucos os amigos que tentaram me demover do meu pleito. ‘Você, sozinho, não vai salvar o Brasil’, diziam-me alguns. ‘E ainda será responsabilizado por tudo de errado que acontecer’, alertaram-me outros. Bem, nunca tive a pretensão de salvar o que quer que seja. E, no mais, não acredito na tese de que **os políticos** são sempre os culpados de tudo” (Texto 2 – Anexo II).

Em uma situação diferente, a ocorrência (43) elucida o referente *político* precedido pelo artigo indefinido no singular (parte) e depois retomado pelo definido no plural (remetendo a uma generalização - todo), o que comumente aparece na literatura como uma função do indefinido: apresentar um referente que aparece pela primeira vez no texto. Sobre o emprego das expressões indefinidas, Hawkins (1978 apud CAVALCANTE, 2003, p. 3) sugere quatro possibilidades que implicam três tipos de remissão: “ao conhecimento compartilhado, à situação comunicativa real ou ao próprio co-texto”. Tendo em vista que em (43) um político refere-se às funções desempenhadas por uma pessoa que se ocupa da política, a remissão será, nesse caso, ao conhecimento partilhado sobre as atribuições de um político. Além do mais, a proposição que antecede o referente *Talvez a minha credibilidade sofra algum abalo. Afinal, sou agora um político* permite direcionar a argumentação, pois ser um político no Brasil é sinônimo de corrupção, e o que o enunciador tenta fazer é negociar esse pressuposto. Para tanto, a tese que ele defende é a de que embora saiba dessa reputação negativa que os políticos têm, ele tentará fazer diferente, mesmo porque, para ele, os políticos não são sempre culpados por tudo.

As expressões que sucedem à primeira aparição do referente em (43), de modo a consubstanciar a tese, apresentam o artigo definido e o plural. Assim, não mais apenas nomeiam a ocupação que o enunciador diz assumir, mas aludem a uma interpretação genérica que diz respeito à classe dos políticos. Essa generalidade foi recorrente ao longo de toda a análise, com ou sem o definido/indefinido, no plural ou não.

O texto abaixo também apresenta anáforas fiéis, mas de modo diferente dos excertos (42) e (43), nos quais houve certa neutralidade com relação ao anaforizado e anaforizante. As

anáforas fiéis de (44) são extremamente representativas na condução do interlocutor à tese: a educação e o trabalho devem ser assegurados a todas as pessoas, principalmente aos menores infratores. Esta representatividade das anáforas fiéis para conduzir a argumentação não se deveu ao nome-núcleo que se apresentou de modo idêntico em todas as ocorrências, mas ao uso dos adjetivos que foram imprescindíveis para nortear o leitor quanto à intenção do enunciador ao mostrar a imagem do Brasil quanto ao desleixo com o problema da violência praticada por menores.

(44) “Título: Educação e violência

Estranho país este que comemora o fato de 95% de nossas crianças estarem matriculadas nas escolas quando na verdade devia pedir desculpas pelo fato de as 5% restantes estarem nas ruas. **País esquisito** este que deixa de investir R\$ 1 mil na educação fundamental de cada aluno para gastar R\$ 4 mil com um menor infrator. **Bizarro e melancólico país** este que julga ser cara a educação e não leva em conta o custo da ignorância, verdadeiro quarto escuro de **um país que não se leva a sério e nem se respeita**. **País infeliz** que mantém 95% de suas crianças apenas matriculadas, uma vez que a maioria permanece ausente das salas de aulas e segue o curso mal dado sem interesse, alheia ao processo educacional. Na maioria das escolas fundamentais, os alunos continuam analfabetos funcionais, fazendo com que elas se transformem em fábricas de eleitores. **Triste país** que todos os dias se comove diante da violência praticada por menores, sem encontrar solução para o problema, sem considerar a história de disparidades enfrentadas pelas suas famílias, mantidas apartadas de quase todos os benefícios sociais. Menores violentos, armados, geralmente recrutados por traficantes, que se responsabilizam pelas necessidades de cada um – mostrando claramente a ausência do Estado -, não podem mesmo frequentar escolas, desconhecidas pelos seus pais e dolorosamente ignoradas por suas famílias, geralmente com os integrantes desempregados, carentes de atendimento médico, de cuidados sociais e de auto-estima.

Lamentável país que convive com o indiferentismo social, com as pessoas vivendo processo de isolamento, temerosas das ruas, sem se comunicar com os diversos estratos sociais. **País curioso**, que não se comove quando a polícia invade barracos e usa de violência contra seus moradores, mas estranha quando agentes da polícia, munidos de mandado judicial, batem às portas de alguém da classe média. Nesse cenário que produz a violência juvenil, surge uma sociedade exacerbada no consumo e que nega, quase sempre, oportunidades aos jovens. O resultado, para ser reconhecido como pessoa, é a violência, que lhe rende dinheiro e algum respeito entre seu grupo, até ser abatido ou preso.

O grande desafio brasileiro é a criação de políticas diferenciadas para atendimento dos menores infratores, já que o sistema penal não dá respostas a esses problemas gerados pela violência.

A sociedade está lentamente aprendendo a conviver com a violência, com a perplexidade, mas permanece anestesiada diante do painel dos horrores publicados todos os dias pela imprensa país afora. A desigualdade social, a indiferença, o preconceito, o racismo e a intolerância somente serão amenizados se **o país** entender que os caminhos da educação e do trabalho forem assegurados aos milhões de deserdados da sorte. De resto, não custa lembrar que os desimportantes pela ordem tornam-se dramaticamente importantes pela desordem” (Texto 5 – Anexo III).

Em (44), a partir do uso das anáforas fiéis retomadas em sua maioria de nome mais adjetivo, há um paralelismo sintático que dá maior ênfase à depreciação do país, no caso, o Brasil, enquanto nação que não consegue resolver problemas envolvendo menores marginalizados, futuros infratores. Temos, nesta ocorrência, um recurso estilístico contribuindo para a direção argumentativa do texto.

Quanto à ordem de ocorrência das retomadas anafóricas, podemos estabelecer uma gradação do ponto de vista argumentativo que contribui para um encaminhamento da leitura. Essa gradação se estabelece por meio dos determinantes que acompanham o nome-núcleo das anáforas. Vejamos a ordem das ocorrências:

1º País esquisito

2º Bizarro e melancólico país

3º Um país que não se leva a sério e nem se respeita

4º País infeliz

5º Triste país

6º Lamentável país

7º País curioso

8º O país

Pela apresentação dos anaforizantes, com exceção das 6ª, 7ª e 8ª ocorrências, podemos traçar uma escala⁵² relativa ao grau de depreciação (forma menos depreciativa à forma mais depreciativa) que é estabelecido para o substantivo *país*. Essa escala começa com ocorrências adjetivas que denotam ironia, sarcasmo – tons mais brandos de depreciação, porque a crítica não é tão explícita – até o ápice da injúria e revolta do enunciador com a utilização do adjetivo *lamentável*, denotando, neste caso, a forma deplorável com que o país lida com os menores infratores, ou seja, é como se o país não tivesse mais nenhuma solução para o problema.

⁵² Sobre escalas argumentativas, ver texto “As escalas argumentativas”, de Ducrot (1981).

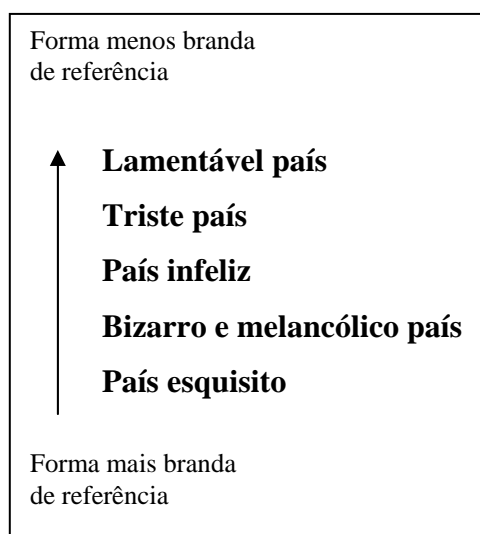


Figura 8: Escala argumentativa dos determinantes do nome-núcleo do texto 5 – anexo III.

Em relação à ocorrência de uma anáfora nominal modificada por oração relativa: *um país que não se leva a sério e nem se respeita*, o peso da argumentação recai na própria oração relativa, cuja função, nesse caso, é predicar sobre o Brasil: um país que não tem respeito por si enquanto nação, uma vez que permite a ausência de melhores condições de vida aos menores que acabam cometendo crimes.

É em razão de usos como os das ocorrências acima, uso da anáfora fiel com um determinante anteposto ou posposto ao nome-núcleo, que esse tipo se apresentou em maior número (38.90%) se comparado ao tipo segmental (36.09%) ou redutivo (25%). O elevado índice de anáfora fiel em textos argumentativos pode ser justificado pela razão de que ao utilizar o mesmo substantivo do anaforizado para retomá-lo, evitam-se ambigüidades ou possíveis dificuldades na e para a identificação do processo remissivo. Além do mais, as anáforas fiéis apareceram em maior número acompanhadas, na maioria dos casos, por determinantes/modificadores, que foram responsáveis ou pela recuperação do antecedente (uso do demonstrativo) ou pela diretividade do dizer e encaminhamento dos objetos-de-discurso, como é o caso de (44), em que todo o projeto persuasivo é realizado com base nos adjetivos associados ao nome nuclear. Logo, é indiscutível a força que essa classe de palavras tem em redimensionar um referente e, principalmente, toda a comunicação.

Já quando o determinante foi, por exemplo, um pronome demonstrativo, como em

(45) “A crítica revela *a confusão*, tradicional no Brasil, entre comercialismo estreito e realismo político no trato da política exterior. País que tenha ou que queira ter envergadura não se deixa cair em **tal confusão**” (Texto 6 – Anexo I),

a orientação foi apenas dêitica; sua função foi a de inteirar o leitor de que se trata da confusão falada em parte anterior do texto. Quando o determinante foi o uso de uma oração relativa, como em:

(46) “Lula e seu governo se esgoelam nos gabinetes de Brasília para descartar qualquer acusação de anti-americanismo enquanto *as esquerdas*, inclusive algumas tradicionais bases petistas, se esfalfam nas ruas do país para comprovar justamente o contrário. (...) Enquanto isso, **as esquerdas que vão às vias de fato**, se estapeando, apanhando, berrando o ‘fora Bush’, estão menos identificadas com o governo Lula e mais com o de Hugo Chávez, na Venezuela” (Texto 9 – Anexo I),

a intenção não foi somente localizar o referente posto em partes precedentes do texto, mas atualizar este referente a partir de predicções que orientam o dizer. Não se trata das esquerdas em geral, mas **das esquerdas que vão às vias de fato**, ou seja, as esquerdas que agem, que brigam para defender seus interesses.

3.2.2 Anáforas infiéis do tipo segmental e do tipo redutiva

Tratando das anáforas infiéis, ou seja, aquelas anáforas cujo nome-núcleo do anaforizado difere do nome-núcleo do anaforizante, dois são os subtipos em que se apresentam: as anáforas infiéis segmentais e as redutivas. Levando em consideração a extensão do antecedente, as anáforas segmentais “retomam uma unidade de nível inferior à frase” e as redutivas “condensam um fragmento de nível pelo menos igual à frase” (cf. MAINGUENEAU, 2005, p. 197). Para essa categoria, a prevalência foi das anáforas infiéis segmentais, com 36.09%, contra 24.85% das anáforas infiéis redutivas.

3.2.2.1 Anáforas infiéis segmentais

Assim como as anáforas fiéis, as infiéis segmentais tiveram contribuição expressiva dos determinantes/modificadores do nome-núcleo para sua constituição e condução argumentativa.

(47) “E Alcântara, mais bem localizada que Kourou, dorme o sono da satisfação de nossa burrice. Recusamos os acordos internacionais e ficamos no ramerrame da xenofobia. O Brasil tem que entrar nas tecnologias do futuro, senão seremos uma colônia cultural. Ou então mostrar nossos índios em Notre Dame e ainda pensar nas *lendárias Amazonas de um seio só*, **mulheres guerreiras que só recebiam machos nas noites de lua**, banhando-se num lago de ouro” (Texto 2 – Anexo I).

Em (47), o aposto explicativo *mulheres guerreiras que só recebiam machos nas noites de lua* refere-se ao antecedente *as lendárias Amazonas de um seio só*. Essa explicação não é fortuita e muito menos neutra. A capacidade que o aposto tem de se referir ao termo antecedente para explicá-lo é uma função útil e apreciada pelos enunciadores para fazerem valer seu ponto de vista.

Sabendo-se que o vocábulo *amazonas* refere-se, segundo a mitologia, a “guerreiras lendárias que, na Antigüidade, teriam vivido às margens do rio Negro e que possuiriam grande espírito bélico e viril - segundo a lenda, queimavam o seio direito para tornar mais fácil o uso do arco” (HOUAISS, 2004), a intenção possivelmente empreendida pelo enunciador ou é traçar um paralelo contrastável entre a coragem destas amazonas – figuras lendárias – com a falta de “coragem” que o Brasil tem para retomar os projetos, como os de sua base de lançamento de foguetes– Alcântara – em função da recusa de acordos internacionais, ou ainda dizer que se não nos conectarmos com o futuro, ficaremos condenados a ser algo “pitoresco” assim como os índios e as amazonas no tempo do descobrimento.

Portanto, para se chegar à possibilidade de construção dos sentidos, é necessário que o interlocutor ative seus conhecimentos prévios e realize inferências para capturar as possíveis relações de significado pretendidas pelo enunciador, posto que o aleatório, em uma arquitetura textual, não é “mera coincidência”. Assim como em (47), muitas foram as ocorrências que demandaram do leitor a atividade inferência; um exemplo disso é a ocorrência (48), em que ser *um dos donos da Casa Santa Luzia* não fará sentido para o interlocutor se este não conseguir estabelecer ligações entre ser um dos donos desta Casa (qual a referência) e sugerir que o menor de 14 anos trabalhe e estude. Assim, se as “pontes” entre o conhecimento partilhado pelo enunciador e leitor não forem efetivadas, o sentido também não o será, e a colocação do Sr. Jorge da Conceição Lopes não terá a menor relevância neste contexto, fazendo com que o argumento de autoridade não logre êxito.

(48) “O sr. Jorge da Conceição Lopes, **um dos donos da Casa Santa Luzia**, sugere que o menor de 14 anos trabalhe meio período e seja obrigado a estudar no outro período. Assim, diz ele, ficará preservada a dobradinha mestre-aprendiz: o auxiliar de barbeiro aprendendo o ofício do mestre barbeiro; o de jardinagem, o ofício de jardineiro; etc” (Texto 1 – Anexo II).

(49) “Aliás, como já diz o termo, *a progressão das penas*, em nosso país, representa **um dos maiores progressos da ciência jurídico-penal**” (Texto 3 – Anexo II).

(50) “Não se lembrava do momento em que começara a *espancar a filha pré-adolescente*. Mas ao ver seus lábios arrebatados, o sangue escorrendo, o horror estampado na fisionomia do filho pequeno mostrando à mãe a fera em que ela se transformara, a repulsa por si mesma surgiu insuportável. Como pudera cometer **tamanha monstruosidade à pessoa que mais amava?**” (Texto 4 – Anexo III).

Em (49) e (50), a anáfora infiel segmental é totalmente de cunho avaliativo, pois requalifica o objeto-de-discurso. Em (49) a requalificação da “unidade de nível inferior à frase” – *a progressão das penas* – é positiva, porque a anáfora expõe essa progressão por meio do uso de um superlativo: *um dos maiores progressos da ciência jurídico-penal*. Já em (50), a avaliação é negativa, já que o nome-núcleo é *monstruosidade* que recategoriza a ação da mãe em espancar a própria filha, seguida pela referência à filha, também a partir de um superlativo introduzido por uma oração relativa.

Como levamos em consideração o nome próprio como uma forma de retomada, apresentamos um exemplo de como isso aconteceu no *corpus*:

(51) “Ruim para *Lula*? Não, muitíssimo ao contrário. Quanto mais Chávez chamar *Bush* de ‘el diablo’ e quanto mais PSTU, MST e outros do gênero saírem por aí queimando **bonecos de Bush**, mais **Lula** se torna importante para o principal governo e maior mercado do mundo. **O contraponto, o equilibrado, o confiável**. Aquele com o qual vale a pena fazer acordos e parcerias” (Texto 9 – Anexo I).

Em todas as ocorrências, o nome próprio apareceu sob forma de anáfora fiel ou anáfora infiel segmental, embora o aparecimento sob configuração de anáfora fiel (71.87%) tenha sido em maior número. Isso demonstra que como o nome próprio tem a capacidade de designar diretamente seu referente, sua retomada dispensa a introdução de um novo nome/substantivo para referendá-lo ou sumará-lo. Quando a anáfora é fiel, o mesmo substantivo próprio aparece tanto no anaforizado quanto no anaforizante (ex. [51] *Bush/Lula*), já quando a anáfora é infiel segmental, temos o substantivo próprio ou retomando um nome próprio completo ou

parte dele (ex. [52]), ou retomando termos precedentes de nível inferior à frase, configurando um aposto (ex. [53]):

(52) “Dias antes da chegada de *George Bush* ao Brasil, em diálogo telefônico, Fidel Castro e *Hugo Chávez* qualificaram o etanol como uma ‘tragédia’, argumentando que converter culturas agrícolas em biocombustíveis equivale a provocar escassez de alimentos e de água (...) Enquanto, no palácio, *Lula* assina os protocolos de cooperação com aquele que **Chávez** qualifica como “demônio”, bonecos de Bush são queimados na rua por militantes do PT, da CUT e da UNE (...) A parceria entre **Lula** e **Bush** está golpeando o tronco do antiamericanismo sobre o qual se ergue a copa da esquerda latino-americana” (Texto 8 – Anexo II).

(53) “Agora, vejam a que ponto de cruel cinismo se chegou na grande nação do norte: em artigo publicado no USA Today, em março de 1997, o governador do Estado de Nova York, **George E. Pataki**, teve a coragem de fazer referência à contribuição que dera ao restabelecimento da pena de morte naquele Estado” (Texto 3 – Anexo II).

No caso de (53), não temos uma orientação argumentativa, visto que o aposto, neste caso, apenas especifica, declara quem é o governador do Estado de Nova York por meio da utilização de nome próprio. Essa neutralidade que o nome próprio enquanto anáfora nominal deixa transparecer é recorrente ao longo do *corpus*. A carga argumentativa só será efetivada, a partir do momento em que o anaforizante, ao invés de um nome próprio, contemplar um aposto, como em:

(54) “Completa *Pedro de Camargo Neto*, **talvez o brasileiro com mais experiência em negociações comerciais sobre agricultura, tanto no setor privado como no público**: ‘A agenda da visita inclui muita coisa interessante, mas exclui o essencial: a liberalização do comércio do etanol nas Américas’ (leia-se: a eliminação da sobretaxa imposta pelos Estados Unidos)” (Texto 8 – Anexo I).

Nesse exemplo, a fala de Pedro de Camargo somente ganha força quando o aposto é introduzido, porque quem fala que a agenda da visita de Bush exclui o mais importante, que é liberar o etanol nas Américas, não é qualquer pessoa, mas um brasileiro com muita experiência em negociações comerciais sobre agricultura nos setores privado e público. Ora, quando o aposto, referência ao antecedente Pedro de Camargo, é introduzido, o peso argumentativo da afirmação é notadamente acrescido, pois se utiliza a autoridade que este homem tem, com base em sua experiência, para fazer tal afirmação. Logo, o aumento da força argumentativa está diretamente relacionado ao processo remissivo utilizado pelo enunciador por meio do aposto.

Há ainda ocorrências de anáfora infiel segmental cujo nome-núcleo, por si só, consegue propor avaliação sobre o segmento que retoma, como em (51) - *mais **Lula** se torna importante para o principal governo e maior mercado do mundo. **O contraponto, o equilibrado, o confiável.** Aquele com o qual vale a pena fazer acordos e parcerias -*, em que a anáfora segmental *o contraponto, o equilibrado, o confiável* é capaz de criar uma imagem positiva de Lula, para o governo americano, como alguém em que se pode confiar, pois é equilibrado. Vejamos outras:

(55) “*O Brasil* tem que entrar nas tecnologias do futuro, senão seremos **uma colônia cultural**” (Texto 1 – Anexo I).

(56) “Países que se julgam tão civilizados punem suas crianças na tenra idade, ignorando que elas estejam longe de ter atingido a maturidade suficiente para entender seus próprios atos. Vejamos alguns exemplos chocantes. Na Inglaterra, na Irlanda do Norte e na Suíça *a maioria penal* é aos 8 anos de idade! Em outros países, **a barbárie da imputabilidade infantil** é um pouco menor, mas mesmo assim assustadora” (Texto 3 – Anexo II).

Ser *colônia* no sentido de submissão, dependência (55) não é vantagem para o Brasil, pois significaria que os países mais desenvolvidos comandariam o mercado das novas tecnologias brasileiras, impedindo seu crescimento econômico. Já em (56), retomar a maioria penal como *a barbárie da imputabilidade infantil* acarreta uma série de implicações para o enunciador que, por essa remissão, especialmente pelos determinantes do nome-núcleo, se coloca contrário à maioria penal para crianças ou adolescentes, desclassificando-a severamente, uma vez que *barbárie* denota culturalmente algo impossível de ser aceito em virtude das condições sócio-históricas de um determinado momento.

3.2.2.2 Anáforas infiéis redutivas

Embora as anáforas infiéis tenham 60.94% das ocorrências, a anáfora infiel redutiva apresentou o menor índice de ocorrência, com 24.85%. Isso significa dizer que a preferência, no caso dos textos argumentativos selecionados como *corpus* da nossa pesquisa, foi do processo remissivo, cujo antecedente não correspondia a “um fragmento pelo menos de nível igual à frase”. Vejamos:

(57) “Sim, é nossa condição de brasileiro que está em jogo, principalmente na juventude. Logo depois *do monstruoso sacrifício de João Hélio, desencadeou-se nos EUA mais um dia de fúria: certo refugiado bósnio matou cinco e um investidor assassinou três e se suicidou em seguida.* Não são raros **massacres semelhantes** na terra de Tio Sam” (Texto 1 – Anexo II).

(58) “*Não podem ser tolerados mais os desmandos do Congresso, tanto na Câmara quanto no Senado, e as tentativas para a criação de leis e mecanismos para manter ou ampliar privilégios acima dos direitos dos cidadãos brasileiros. Os políticos são cidadãos como todos os outros, representam a população brasileira e, portanto, devem ter os direitos e obrigações de todos os cidadãos.* É hora de a sociedade civil tomar uma atitude vigorosa contra **essas aberrações**” (Texto 1 – Anexo III).

(59) “*Imagino a cabeça dos 600 frades franciscanos que levaram à catedral de Notre Dame os índios do Brasil para serem batizados por Luís 13. Aqueles seres nus, pobres, ingênuos. Os espanhóis levaram da América ouro e prata. Os franceses, só aquelas pobres almas entregues ao Diabo, para serem convertidas ao cristianismo e salvas para Deus.*”

Falo **essas coisas** para avaliar o espanto que ainda nos causam as descobertas” (Texto 2 – Anexo I).

Os exemplos (57), (58) e (59) evidenciam o antecedente como um fragmento de nível pelo menos igual à frase e sua retomada é composta por apenas um nome-núcleo acompanhado de determinante/modificador. Esse nome-núcleo condensa todo o fragmento anterior em um nome que passa não somente a resumir o antecedente posto, mas também, na maioria dos casos, a propor uma avaliação sobre as partes sumarizadas. Em (57), temos o vocábulo *massacres* referindo-se não só à morte de uma criança durante um assalto no Brasil, como também o fato de o refugiado bósnio ter matado cinco pessoas e outro indivíduo ter assassinado três pessoas e se suicidado nos EUA. Essa referência retomada pelo sintagma *massacres semelhantes* evidencia a posição autoral com relação a esses atos violentos. O mesmo acontece em (58): a palavra *aberrações* que encapsula proposições precedentes marca o ponto de vista do enunciador quanto às regalias que os políticos desfrutam indevidamente. Em (59), a anáfora infiel redutiva *essas coisas*, a partir da utilização de um nome genérico mais um demonstrativo para se referir às proposições anteriores, consegue reunir todas as falas, generalizando-as. Nela, a avaliação é relativamente neutra, devido ao uso de uma palavra sem uma definição a priori conhecida, isto é, sem uma referência virtual, podendo ser usada em muitos contextos para se referir a fatos, objetos distintos etc.

O que se pôde observar com relação ao emprego das anáforas infiéis redutivas é que sempre apareceram junto a determinantes/modificadores. Vejamos o quadro com a

percentagem relativa ao posicionamento dos determinantes/modificadores junto com a anáfora infiel redutiva:

Posição dos determinantes/modificadores	Anexo I	Anexo II	Anexo III	Total
Anteposto ao nome-núcleo	23 (65.71%)	43 (52.43%)	31 (60.78%)	97 (57.73%)
Posposto ao nome-núcleo	2 (5.71%)	9 (10.97%)	2 (3.92%)	13 (7.73%)
Anteposto e posposto ao nome-núcleo concomitantemente	10 (28.57%)	30 (36.58%)	18 (35.29%)	58 (34.52%)

Tabela 3: Posicionamento dos determinantes/modificadores junto com as anáforas infielis redutivas.

Como se observa, os determinantes/modificadores normalmente aparecem em posição anteposta ao nome-núcleo com 57.73% do total de ocorrências. Esse dado relaciona-se com o fato de que as classes de palavras artigo e pronome (demonstrativo), enquanto determinantes, sempre virão em posição anteposta ao nome-núcleo, ao contrário dos adjetivos.

Esse resultado nos possibilita refletir sobre a importância dos determinantes nas anáforas nominais, em especial as descrições definidas por meio dos artigos definidos, dos pronomes possessivos e demonstrativos, adjetivos e numerais. Claro que a utilização de um artigo definido gera implicações diferentes da utilização de um pronome demonstrativo, embora os dois participem, enquanto determinantes, da categoria descrição definida⁵³. Como já expusemos o lugar de ocorrência dos determinantes/modificadores nas anáforas infielis redutivas, ilustremos tais posições: anteposto ao nome-núcleo, posposto ao nome-núcleo e ambas as posições, respectivamente:

(60) “Portanto, o desafio colocado na internet contemporânea é o da mudança de cultura empresarial – não se trata de fazer filantropia, mas de conceber sites realmente acessíveis a todos os internautas -, com benefícios equivalentes para empreendedores e clientes. **Essa luta** é mundial. Em 2004, a Comissão dos Direitos dos Desabilitados do Reino Unido pesquisou 1 mil sites de empresas britânicas, constatando que 81% não

⁵³ Esse assunto será abordado mais especificamente quando tratarmos dos resultados da 3ª categoria.

estavam acessíveis aos deficientes visuais. Seus proprietários foram notificados e estudava-se a possibilidade de, caso prosseguirem, fossem acusados de discriminação. No Brasil, o assunto não é regulamentado; mas em que pese o empenho do governo Lula na questão, por meio do Decreto 5.296/04, de alguns órgãos públicos e de entidades ligadas ao tema, ainda são poucas as iniciativas privadas de acessibilidade na internet” (Texto 3 – Anexo III).

(61) *“Dos 81 senadores, só 10 são mulheres. Na Câmara dos Deputados, são 46 deputadas, entre 513 integrantes. Temos uma mulher, a ministra Ellen Gracie, na presidência da maior instância do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal (STF). Mas demoramos mais de 170 anos para chegar até lá. Desde a criação dessa corte, essa gaúcha foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira. Da mesma forma, a mineira Maria Elizabeth Rocha é a primeira mulher a se tornar ministra do Superior Tribunal Militar (STM). **Dados tão desfavoráveis** não condizem com o perfil da educação feminina” (Texto 8 – Anexo III).*

(62) *“Edificar pontes entre os seres humanos impõe-se como **a única forma de ultrapassar uma sociedade dividida entre gentes de primeira e segunda categoria.** Por isso, a acessibilidade ainda é o tema mais caro às pessoas com deficiência em todo o mundo” (Texto 3 – Anexo III).*

Em (60) *essa luta e o assunto* são anáforas infiéis cujos nomes-núcleo apresentam descrição definida, respectivamente, por meio de pronome demonstrativo e artigo definido. O uso do demonstrativo ajuda o leitor a identificar o referente que foi sumarizado em apenas um nome, capacitando-o a emitir um juízo de valor sobre a investida de tornar os *sites* acessíveis a portadores de deficiência visual. O uso do artigo definido especifica o assunto sobre o qual se fala: a acessibilidade virtual para deficientes visuais. Em (61), o nome *dados* remete aos números que explicitam a situação das mulheres nos cargos governamentais e, ao ser complementado pela locução adjetiva *tão desfavoráveis* torna-se a grande responsável por redimensionar a anáfora e conduzir a uma opinião. Por fim, em (62), o nome-núcleo *forma* é precedido por um artigo definido e um adjetivo e posposto a esse nome, tem-se a presença de um sintagma preposicionado. O adjetivo, nessa situação, é inegavelmente crucial para acentuar a diretriz argumentativa de que os seres humanos devem se relacionar independente das classes sociais a que pertencem.

Como pudemos notar, nas anáforas infiéis redutivas, o nome, na maior parte das ocorrências, constou de um nome genérico⁵⁴ acompanhado por determinantes/modificadores. Sobre isso, podemos fazer alusão à proposta de Francis (2003) para os rótulos. Este estudioso (op.cit, p. 192) considera que “o rótulo é um elemento nominal inerentemente não-específico

⁵⁴ Leia-se nome inespecífico, que necessita de lexicalização.

cujo significado específico no discurso necessita ser precisamente decifrado”; além disso, “o rótulo indica ao leitor exatamente como [uma] extensão do discurso deve ser interpretada, e isso fornece o esquema de referência dentro do qual o argumento subsequente é desenvolvido”.

Conte (2003, p. 182) também trata desse fenômeno, mas o nomeia como encapsulamento anafórico e acredita que esse encapsulamento pode ser considerado como uma anáfora pragmática, porque “a categorização e a avaliação são operações cognitivas e emotivas relevantes do falante”. Segundo Conte (2003, p.177),

o encapsulamento anafórico é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto. O sintagma nominal é construído com um nome geral como núcleo lexical e tem uma clara preferência pela determinação demonstrativa.

De posse dessas afirmações, podemos elencar algumas situações em que os rótulos se manifestaram, sobretudo em sua função organizadora e coesiva do discurso (visto que o leitor pode substituir os segmentos do discurso pelo rótulo) e em razão da necessidade de lexicalização do nome-núcleo. Dos exemplos listados nesta seção, configuram-se como rótulos os excertos (57) a (61). Além deles, à guisa de ilustração, retiramos mais dois exemplos de rótulos retrospectivos⁵⁵ de cada anexo:

(63) “Dessa apropriação derivam os atributos humanos: "Nada é mais evidente que as criaturas da mesma espécie e ordem, nascidas para as mesmas vantagens da natureza e uso das mesmas faculdades, devam ser iguais entre si, sem sujeição". A taxinomia, método da história natural, capta propriedade, igualdade e liberdade como inerentes a seres da mesma categoria. Só os espécimens completos unem-se para resguardar "suas vidas, liberdades e bens". A ciência natural dá-se, aí, como política: a igualdade específica define as regras para legitimar a desigualdade e discernir o inferior. **Esse quadro** remete à idéia de crime, quebra da lei e punição” (Texto 1 – Anexo I).

(64) “No auge do debate sobre violência, Sérgio Cabral mencionou a legalização das drogas como um tema importante. Aparentemente, todos os que acreditam nesta saída futura deveriam lançar-se na batalha. Mas quem conhece o processo de legalização fora daqui sabe que ele tem premissas que não foram cumpridas no Brasil. Uma delas é uma polícia mais ética e competente. Enquanto não se fizer uma reforma profunda nos organismos policiais, **a mudança** pode contribuir com a violência” (Texto 3 – Anexo I).

⁵⁵ Como nem sempre um rótulo retrospectivo se refere a uma extensão do texto claramente identificável, resolvemos apenas negritar o rótulo.

(65) “Alguns dias antes, ao serem divulgados oito estudos sobre o futuro do clima no Brasil, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, dissera que ‘o processo que se avizinha é avassalador’ e que os estudos serão a base para um plano nacional **nessa área** (Estado, 28/2)” (Texto 10 – Anexo II).

(66) “Certa feita, perguntaram ao filósofo conservador Julián Marias, discípulo de Ortega y Gasset, se ele era ‘antimarxista’. O filósofo respondeu que não era e jamais seria “anti-marxista”, pois isso significava ser dependente daquilo que pensavam os marxistas. Tinha razão Julián Marias. Ser ‘anti’ alguma coisa ou alguém implica definir identidades a partir do outro e não a partir de interesses próprios. Por **esse motivo**, a política externa brasileira não é e jamais poderá ser ‘antiamericana’, ela terá de ser sempre pró-Brasil” (Texto 9 – Anexo II).

(67) “O seguimento de Jesus Cristo é a iluminação primeira e insubstituível. Ela aponta o horizonte de busca da novidade que a Igreja precisa encontrar e viver para estar no mundo como servidora, anunciando o evangelho da vida, em contraposição dinâmica a opções que estão perpetuando um mundo perverso com os mais pobres, distanciando de princípios que corrijam os descompassos que estão sempre mais, transformando o mundo nesse caos presidido pela ganância do lucro, a indiferença com o outro, a hegemonia do individualismo, a arrogância dos endinheirados, a cultura perversa do prazer, com **os outros tantos aspectos** sentidos por todos na falta de indicativos norteadores para a construção de uma sociedade mais justa e solidária” (Texto 9 – Anexo III).

(68) “O que o IBGE verifica é que quanto mais anos na escola menos elas ganham em relação aos homens nos mesmos cargos. Em média, considerando todos os anos de estudo, o rendimento das mulheres foi 33% mais baixo que o dos homens, apesar de sermos 43% da população economicamente ativa. Mesmo estudando mais e recebendo menos ao final do mês, as brasileiras estão assumindo a posição de chefe do lar. Das 56 milhões de famílias, quase 40% eram chefiadas por mulheres em 2004. **Esse quadro**, porém, não é necessariamente decorrente de uma mudança de valores e papéis na sociedade. Para o IBGE, **essas mudanças** são justificadas pela crescente participação feminina no mercado de trabalho e sua contribuição no rendimento familiar. Ou seja, **o fenômeno** decorre muito mais de uma necessidade econômica do que de uma evolução social” (Texto 8 – Anexo III).

Por meio dessas ocorrências, podemos atestar o que Francis (2003, p. 196) pontua sobre os rótulos: “os nomes nucleares de rótulos retrospectivos são quase sempre precedidos de um dêitico específico, como *o, este, aquele, tal*, e podem ter outros modificadores e qualificadores também”. Assim, a peculiaridade dos rótulos de recuperar um conteúdo proposicional, reintroduzindo-o, conta com a participação dos determinantes, em especial, a preferência pelo determinante demonstrativo, como nos assegura Conte (2003). Essa preferência pode ser justificada em virtude do aspecto dêitico do demonstrativo que apresenta um novo objeto-de-discurso ou coloca-o em foco. Ainda segundo Conte (2003, p. 183):

O demonstrativo também deve ser considerado como uma instrução ao leitor para que descubra o antecedente da expressão anafórica, isto é, para que procure a porção relevante no contexto imediato da expressão referencial anafórica. Quando o nome encapsulador é um nome axiológico, o determinante demonstrativo é quase inevitável, já que existe um tipo de afinidade eletiva entre demonstrativos e termos avaliativos (axiológicos).

3.3 Nome-núcleo do anaforizante – 2ª categoria de análise

Nessa 2ª categoria de análise, o nosso objetivo foi o de verificar se o nome-núcleo do anaforizante consegue propor viés argumentativo à expressão anafórica. Sobre esse objetivo específico, hipotetizamos que o nome-núcleo dos anaforizantes conseguiria imprimir a diretriz argumentativa pretendida pelo enunciador, pois, ao se configurar como parte do léxico de uma língua (portanto, apresentando referência virtual), os nomes tornam-se a mediação entre o real e a linguagem, permitindo direcionamentos persuasivos, haja vista a reconstrução do mundo por meio da linguagem.

Quanto a essa hipótese, ela também foi confirmada, embora o grande diferencial da argumentação, ao invés de ser o próprio lexema, tenha sido os determinantes/modificadores. Vejamos a tabela relativa a essa 2ª categoria de análise cujo nome-núcleo genérico somou 77.36% contra todos os demais tipos (22.61%):

	Folha de S. Paulo	O Estado de São Paulo	Estado de Minas	Total
Genérico	78 (54.92%)	257 (79.56%)	188 (89.09%)	523 (77.36%)
Metafórico	17 (11.97%)	16 (4.95%)	12 (5.68%)	45 (6.65%)
Metonímico ou meronímico	10 (7.04%)	3 (0.92%)	0 (0%)	13 (1.92%)
Metadiscursivo	7 (4.92%)	6 (1.85%)	6 (2.84%)	19 (2.81%)
Denominação reportada	6 (4.22%)	6 (1.85%)	0 (0%)	12 (1.77%)
Nome próprio	24 (16.90%)	35 (10.83%)	5 (2.36%)	64 (9.46%)

Tabela 4: 2ª categoria – nome-núcleo do anaforizante

3.3.1 Nome-núcleo genérico

Ao retomar um antecedente utilizando um nome genérico⁵⁶, cuja capacidade de designação é ampla, a especificidade do viés persuasivo só poderá ser definida pelo uso dos termos que acompanham esse nome genérico, tornando-o específico a um segmento ou a trechos co-textuais antecedentes. Essa premissa pode ser confirmada pelo quadro abaixo que apresenta o número total das ocorrências anafóricas com nome-núcleo genérico com presença ou não de determinante/modificador.

	Total
Anaforizantes com nome-núcleo genérico e presença de determinantes/modificadores	514 (98.46%)
Anaforizantes com nome-núcleo genérico sem presença de determinantes/modificadores	8 (1.53%)

Tabela 5: Presença dos determinantes/modificadores nos anaforizantes com nome-núcleo genérico.

Nos excertos (69) e (70), apresentamos o anaforizante com nome-núcleo genérico sem a presença do determinante/modificador e sua implicação argumentativa:

(69) “É tempo de eliminar os privilégios das autoridades para assuntos pessoais. É terrível ouvir a frase ‘você sabe com quem está falando?’, quando *alguma autoridade* quer uma regalia pessoal em detrimento de leis e normas. Não se pode tolerar mais **autoridades** ou pessoas ricas retirarem filhos infratores de prisões utilizando status (...)” (Texto 1 – Anexo III).

(70) “Com a constatação científica do aquecimento global vinculado com as atividades antrópicas – IPCC-2007, sigla do inglês Intergovernmental Panel on Climate Change -, principalmente no setor energético, o apelo por fontes renováveis e menos poluidoras – evito empregar a palavra energia limpa por não acreditar que exista – aumentaram enormemente a atratividade comercial dos *biocombustíveis líquidos (etanol e biodiesel principalmente)*” (Texto 10 – Anexo III).

⁵⁶ É relevante pontuarmos que entendemos por nome genérico todos os substantivos comuns, conforme Cunha e Cintra (2001). Sobre substantivo comum, esses autores (op.cit, p. 178) afirmam: “os substantivos podem designar a totalidade dos seres de uma espécie (designação genérica) ou um indivíduo de determinada espécie (designação específica). Quando se aplica a todos os seres de uma mesma espécie ou quando designa uma abstração, o substantivo é chamado comum”.

Em (69), a remissão ao antecedente *alguma autoridade* é feita pelo anaforizante **autoridades** que não acrescenta nenhum vestígio persuasivo. Essa ausência de sinal argumentativo ocorre em função da anáfora remeter ao mesmo nome-núcleo genérico do anaforizado sem nenhum determinante/modificador que o acompanhe. Por exemplo, se o vocábulo *autoridades* – anaforizante – tivesse sido acompanhado pelo adjetivo *inconvenientes*, o sentido empreendido pela retomada ao antecedente já não seria neutro. *Autoridades inconvenientes* revela a opinião do enunciador quanto àquelas pessoas detentoras de algum tipo de poder que acreditam ter privilégios sobre as leis e normas que regem o país. Assim, a anáfora nominal *autoridades* apenas ilustra a capacidade coesiva do processo de referenciação em retomar um segmento anterior do texto para permitir progressão textual, neste caso, sem recategorizar o objeto-de-discurso.

Com relação a (70), *etanol e biodiesel* constituem um aposto explicativo, cuja função é apenas tornar claro ao leitor quais são os biocombustíveis líquidos a que o enunciador se refere, visto que há mais biocombustíveis líquidos, como metanol. Nesse sentido, a ausência de determinante/modificador tende a generalizar a ocorrência, não configurando nenhum valor argumentativo específico.

Diferentemente dessas ocorrências que não contemplam os determinantes/modificadores, os anaforizantes com nome-núcleo genérico que priorizam esse uso conseguem efeito muito mais preciso:

(71) “Além disso, existem *mais de 500 instituições universitárias no Estado*, é preciso dar um corpo a **esse valioso conjunto** para poder estabelecer uma política de ensino superior” (Texto 4 – Anexo II).

O nome-núcleo genérico *conjunto* refere-se às mais de 500 instituições universitárias existentes no estado paulista. Essa palavra que, em um primeiro momento não agrega valor persuasivo se tratada isoladamente, ganha valor argumentativo decisório no sintagma em que é núcleo. Assim, o vocábulo *conjunto* ao ser determinado por um adjetivo de cunho positivo – *valioso* –recategoriza o antecedente. Na visão autoral, então, as universidades que compõem o quadro do ensino superior no estado de São Paulo constituem uma soma imprescindível ao desenvolvimento intelectual e tecnológico do país.

É importante pontuarmos ainda que, embora poucos, há casos em que o nome-núcleo, mesmo sendo genérico, consegue valorar o antecedente, como em (72):

(72) “*Não podem ser tolerados mais os desmandos do Congresso, tanto na Câmara quanto no Senado, e as tentativas para a criação de leis e mecanismos para manter ou ampliar privilégios acima dos direitos dos cidadãos brasileiros. Os políticos são cidadãos como todos os outros, representam a população brasileira e, portanto, devem ter os direitos e obrigações de todos os cidadãos. É hora de a sociedade civil tomar uma atitude vigorosa contra essas aberrações*” (Texto 1 – Anexo III).

O vocábulo *aberrações* que significa, segundo Houaiss (2004) “desvio de maneira anormal, perversa ou exagerada, de qualquer regra, padrão, modelo, hábito ou costume estabelecidos; anomalia, anormalidade”, retoma todas as proposições anteriores não somente resumindo-as, (encapsulando-as ou rotulando-as), por isso, anáfora infiel redutiva, mas permitindo uma avaliação do enunciador sobre a parte textual precedente. Esse caso em específico pode ser considerado, como propõe Francis (2003), um rótulo retrospectivo ou, segundo Conte (2003), um encapsulamento anafórico.

3.3.2 Demais nomes-núcleo

O nome próprio, enquanto um tipo de nome nuclear, obteve 9.46% das ocorrências, seguido pelo nome-núcleo metafórico (6.65%). O nome-núcleo metadiscursivo apresentou 2.81% das ocorrências e o metonímico ou meronímico 1.92%. O menor índice de ocorrência ficou com a denominação reportada (1.77%).

3.3.2.1 Nome-núcleo com nome próprio

A composição nuclear pelo nome próprio foi significativa no *corpus* em função, provavelmente da temática de que se ocupam os artigos de opinião nos jornais que serviram de suporte para nosso estudo. Vejamos um quadro com a temática de todos os textos:

Anexo I	Temática
Texto 1	Pseudo-liberdade brasileira
Texto 2	Tecnologias do futuro e o Brasil
Texto 3	Drogas e violência
Texto 4	O fim de carreira de artistas e atletas
Texto 5	Comparação da vida atual com a década dos anos de 1950
Texto 6	Política exterior brasileira
Texto 7	Comparação da vida atual com a década dos anos de 1950
Texto 8	A troca de visitas entre os presidentes Bush e Lula
Texto 9	A relação política entre Lula e Bush
Texto 10	Homenagem a Roberto Assumpção
Anexo II	
Texto 1	Crimes hediondos e reforma legal
Texto 2	Como deve ser a política
Texto 3	Pena de morte
Texto 4	Clima
Texto 5	Ensino superior e sua contribuição aos Estados
Texto 6	Queda nos mercados e repercussão política
Texto 7	Biocombustíveis e política
Texto 8	Política: o antiamericanismo
Texto 9	Política externa brasileira
Texto 10	A política e o meio-ambiente
Anexo III	
Texto 1	Privilégios políticos
Texto 2	Autocrítica
Texto 3	Acessibilidade virtual
Texto 4	Agressão familiar
Texto 5	Educação e violência
Texto 6	Violência contra a mulher
Texto 7	A política e o programa nacional do álcool
Texto 8	A mulher e sua independência
Texto 9	O Papa no Brasil
Texto 10	A agroenergia e a política

Tabela 6: Temáticas dos textos que compõem o *corpus*.

O período em que o nosso *corpus* foi recolhido, mês de março de 2007, foi um mês em que a política teve significativa repercussão nos textos dos suportes textuais variados, especialmente a política exterior, graças à visita do presidente americano ao Brasil naquela primeira quinzena para tratar de questões comerciais, dentre elas a do biocombustível produzido no Brasil. Por isso, dentre as temáticas elencadas, 40% delas referiam-se à política. *O Estado de S. Paulo* foi o jornal em que este tema apareceu 6 vezes, em 10 textos, contra 3 da *Folha de S. Paulo* e 3 do *Estado de Minas*. As demais temáticas foram diversificadas, variando desde temas relativos à educação até homenagem a personalidades brasileiras.

Todas essas temáticas trataram de acontecimentos concernentes ao momento sócio-histórico da escritura e foram desenvolvidas a fim de o articulista obter a adesão do leitor à tese que defende. Nesse ínterim, referenciar seres nessa conjuntura da enunciação torna-se uma necessidade, e o nome próprio, como nome núcleo de uma expressão anafórica nominal, entra nesse processo como um recurso coesivo textual, haja vista que recupera referentes e permite a progressão textual, mesmo considerando que essa colaboração é parcial, uma vez que ele designa diretamente seu referente, não acrescentando nada a respeito das características ou especificidades dos indivíduos, marcas ou lugares designados. Todavia, não podíamos deixar de considerar esse tipo de nome-núcleo nesta pesquisa em função de seu enquadramento como anáfora nominal, mesmo que sua orientação argumentativa seja irrelevante.

Sobre a retomada pelo nome próprio, ela é feita com base em “‘seres’ freqüentemente evocados, relativamente estáveis no espaço e no tempo e que tenham relevância social ou afetiva” (MAINGUENEAU, 2005, p. 184); daí a grande ocorrência de nome nuclear com nome próprio, pois os indivíduos ganham relevância social já que o tema da escritura é relativo ao momento “real” dos acontecimentos.

Já sobre sua interpretação, o nome próprio pode receber três interpretações, conforme M.-N. Gary-Pieur (apud Maingueneau, 2005, p. 185-186): 1) interpretação identificadora; 2) interpretação denominativa e 3) interpretação predicativa. A primeira “é o emprego mais clássico e se refere a um objeto particular já identificado pelo co-enunciador”; a segunda interpretação “é baseada no fato de que o referente se chama de tal modo (*Há um Paulo na equipe*)” e, a terceira, “explora algumas propriedades atribuídas pelo senso comum ao detentor do nome próprio (*Paulo é um tarzã*)”.

Em todas as ocorrências do *corpus*, a interpretação para o nome próprio pode ser entendida como a identificadora, ou seja, “o nome próprio se refere a um objeto particular

presumidamente já identificado pelo co-enunciador”, por isso, sem significância argumentativa.

Nesse caso, o nome próprio rejeita determinantes, exceto quando o determinante estiver preso ao próprio nome (‘Lê Havre’, ‘La Redoute’ etc) ou quando houver um complemento limitando sua referência: ‘a França antes da guerra’ é apenas um aspecto da França (MAINGUENEAU, 2005, p. 185).

É preciso lembrar também que a esfera jornalística aclara mais uma vez que o jogo argumentativo não está posto de forma aleatória, ao contrário, ele já existe como reflexo das condições sociais do ambiente de quem produz o texto e o lugar onde esse texto será veiculado. Sabendo que os artigos opinativos são alocados dentro da esfera jornalística, veiculados em mídia escrita, no suporte jornal, vale retomar a fala de Maingueneau (2005, p. 71) sobre a orientação argumentativa na mídia:

Hoje, estamos cada vez mais conscientes de que o mídiun não é um simples “meio” de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. O mídiun não é um simples “meio”, um instrumento para transportar uma mensagem estável: uma mudança importante do mídiun modifica o conjunto de um gênero de discurso.

Sabendo que o artigo opinativo é um texto eminentemente argumentativo, cuja função social é marcada pelo discurso do fazer-criar, objetivando, portanto, persuadir o interlocutor sobre um ponto de vista particular, a necessidade de buscar a adesão do outro, por meio da mobilização de recursos persuasivos pode ser percebido a partir do momento em que acontece, por exemplo, a seleção de um assunto ao invés de outro (retomar última tabela). E falar sobre política no Brasil, especialmente no momento em que o presidente norte-americano visitava o país para tratar de questões comerciais, faz com que pensemos na possibilidade de o enunciador desejar criar uma imagem, um paradigma sobre a situação política naquele momento. Ou melhor, não somente o enunciador, mas o próprio jornal, a própria mídia que permite que tal texto e não outro circule nela. Desse modo, para conseguir que um determinado paradigma argumentativo seja efetivado, a referenciação, enquanto processo de criação de sentidos, tem revelado sua importância para a argumentação, visto que contribui para criar a imagem pretendida por cada articulista, como temos mostrado ao longo das análises.

3.3.2.2 Nome-núcleo metafórico

Passando a outro tipo de nome-núcleo, o metafórico, sua ocorrência no *corpus* foi pequena (6.65%). Entretanto, seu peso argumentativo no sintagma anafórico sempre foi relevante para a conclusão a que o enunciador almejou que o leitor chegasse. Ilustramos este tipo de nome-núcleo e sua importância para a argumentação por meio de 7 excertos. A cada excerto, fizemos nossas ponderações entre a relação referenciar e argumentar:

(73) “Doce porque *o memorando de entendimento sobre cooperação no campo do etanol* é ‘**a mais positiva agenda** que os Estados Unidos adotaram na região em décadas’” (Texto 8 – Anexo I).

Comumente, agenda é identificada como uma caderneta datada em que se costuma marcar compromissos, escrever lembretes, dentre outras coisas. Quando a palavra agenda foi empregada em (73), o sentido foi outro: ela encapsulou toda a proposição anterior (rótulo retrospectivo ou encapsulamento anafórico), reconfigurando-a em novo nome que no contexto é utilizado como um encontro. Mas esse encontro não foi apenas mais um encontro, foi especial, porque foi positivo, já que Brasil e EUA decidiram selar um compromisso de cooperação no campo do etanol. Novamente, temos a presença de um determinante/modificador como crucial para a direção argumentativa, mais até que o próprio nome-núcleo metafórico.

Em (74), o título é o antecedente da expressão que o retoma no último parágrafo do texto.

(74) Título: Uma bala de açúcar

“Agora que Bush parece ter subido ao carro, o programa pode vir a ser no futuro **uma bala de açúcar** apontada ao coração de Hugo Chávez e seus petrodólares” (Texto 8 – Anexo I).

A palavra *bala*, sozinha, não configura uma metáfora, pois de acordo com o contexto, o autor diz que a bala pode ser apontada para o coração de Chávez, daí, essa palavra poder ter a acepção comum de bala, cápsula detonadora, projétil. No entanto, a palavra bala acompanhada pelo sintagma preposicionado *de açúcar* ganha *status* de expressão metafórica, porque uma suposta bala feita de açúcar não poderia ferir Chávez, enquanto a *bala de açúcar* de que trata o texto sim. Como se aborda a temática da visita de Bush ao Brasil e a discussão sobre o etanol, o ferimento no coração de Chávez poderia ser causado metaforicamente pelas

novas e grandes proporções que o etanol, como biocombustível, está ganhando no mercado e, conseqüentemente, trazendo alguma possível ameaça ao domínio do petróleo, o qual Chávez lidera junto com outros países.

Nas ocorrências seguintes, temos o nome-núcleo reconfigurando segmentos precedentes a partir de um uso metafórico, única e exclusivamente por meio do nome nuclear:

(75) “Além destes dois tipos de parlamentares, existem, é claro, *os que se valem de qualquer expediente para alcançar o que desejam*. São **os anões morais**, gente sem grandeza, destituídas de escrúpulos, para quem o mandato não passa de uma alavanca, instrumento de barganha para obtenção de vantagens e privilégios escusos” (Texto 2 – Anexo II).

Neste excerto, a palavra metafórica *anões* denota um uso pejorativo do enunciador sobre as autoridades políticas que se aproveitam de muitas situações privilegiadas para atingir objetivos pessoais. Metafórica porque anão, ao invés de significar pouca estatura, significa pessoa sem grandeza, sem princípios; daí vir acompanhado do adjetivo *moral* que explicita em que aspecto estas pessoas são anãs: quanto à honestidade, à boa conduta, à negociação. O uso do definido, no sintagma, serve para retomar a classe dos políticos que não exercem como deveriam suas funções - *os que se valem de qualquer expediente para alcançar o que desejam*.

Como o texto em que a passagem foi retirada defende a tese de que na política, apesar de todos os erros cometidos por políticos, existem ainda aqueles que são munidos de boa intenção para melhorar a situação do país, a colocação do nome metafórico *anões*, seguido pelo adjetivo *morais*, colabora para a construção do paradigma dos maus políticos. Não se pode deixar de mencionar ainda o uso do aposto que contribui enormemente para especificar pormenorizadamente quem seriam esses *anões morais*.

Vejamos outro exemplo:

(76) “Nada é mais ameaçador para a humanidade que o efeito estufa (...) Achar que ‘*é a indústria*’ ou ‘*é a agricultura*’ que polui - são elas **os bruxos** -, e não os consumidores?” (Texto 4 – Anexo II).

Tachar alguém ou alguma coisa de bruxo, na nossa cultura, como bem sabemos, pode gerar significados tanto positivos, quanto negativos. O dicionário Houaiss (2004) traz um exemplo de uso em que a positividade do vocábulo é preterida: “Ele é um bruxo na cozinha”. Ser um bruxo nessas condições, segundo o dicionário, é ser um homem habilíssimo no

preparo de comestíveis. Já, em (76), tachar *a indústria* ou *a agricultura* como *bruxos* porque poluem o meio-ambiente e colaboram para as mudanças climáticas é utilizar o substantivo negativamente, pois, nessa situação, a impressão que fica é que elas são as grandes culpadas pela poluição e, conseqüentemente, pelos desarranjos climáticos ocorridos no mundo. Ou seja, são *bruxos* porque trazem malefícios à humanidade. Sobre o uso do artigo definido, seu emprego ocorre em função de o enunciador pressupor que esse vocábulo remete a um conhecimento alocado na memória do leitor; daí, a palavra *bruxos* determinada pelo definido, no entorno situacional dado, ser exibida como dada por constituir um conhecimento muito geral.

(77) “*Pesquisa recente realizada pela Unesco em escolas públicas de boa qualidade concluiu que, entre os fatores do sucesso, um é determinante: o apoio externo de grupo ou entidade com conhecimento específico. O conjunto das universidades públicas paulistas pode dar uma contribuição extraordinária para mudar o quadro do ensino fundamental em nosso Estado. Esse é o primeiro fruto do diálogo estabelecido com as universidades. Virão outros Ø (frutos)*” (Texto 5 – Anexo II).

Fruto, em (77), é sinônimo do resultado de um esforço empreendido pelo estado paulista na tentativa de o Ensino Superior colaborar com o Ensino Fundamental. Assim, a expressão *o primeiro fruto do diálogo estabelecido com as universidades* reorganiza o discurso precedente, por meio de uma anáfora, permitindo uma avaliação do enunciador quanto à iniciativa de colaboração das universidades. Além disso, se é o primeiro fruto, dá indícios de que se terão mais frutos dessa junção. Essa premissa pode ser comprovada pelo uso da elipse junto ao determinante *outros*. Mais uma vez, o determinante/modificador tem papel fundamental na progressão do texto e no alcance da conclusão proposta pelo autor.

(78) “Título: *O cisco no olho*

A maestria de Jesus tratou essa questão na condução dos seus discípulos. No Sermão da Montanha, Jesus, orientando a conduta dos seus seguidores para dar-lhes um instrumento existencial eficaz na recuperação da ética e da condição de um agir moralmente correto, dialoga assim com os seus: “Por que observas **o cisco no olho do teu irmão**, e não reparas na trave que está no teu próprio olho?” (Texto 2 – Anexo III).

A metáfora utilizada em (78) contribui bastante para a conclusão: é necessário praticar a solidariedade e, para isso, ao invés de julgar o outro, deve-se munir, primeiro, de autocrítica. Assim, *o cisco no olho* de que trata o título nada mais é do que os erros e defeitos que todos nós carregamos conosco quanto à nossa conduta e convivência social. Já quando a expressão é

retomada, o acréscimo do sintagma preposicionado *do teu irmão* direciona a interpretação: “por que observamos os erros de nossos irmãos (todas as outras pessoas) e não conseguimos ver os nossos?”. A palavra *trave* também está utilizada metaforicamente como um defeito que temos e que é muito maior que o defeito do outro que criticamos.

(79) “Na sua resposta a Marx, escrita pelo embaixador Charles Francis Adams, *Lincoln afirmou que as ‘nações não existem apenas para si mesmas, mas para promover o bem-estar e a satisfação da humanidade, pelo intercâmbio benevolente e pelo exemplo. É sob essa luz* que os EUA enxergam sua causa no presente conflito contra a escravidão, sustentando a insurgência como uma bandeira da natureza humana.’ Eis o motivo pelo qual, de certo modo, todos somos americanos. Apesar de Bush.” (Texto 8 – Anexo II).

Em (79), *essa luz* é utilizada em sentido metafórico, pois não se trata de uma luminosidade ou claridade, mas uma percepção subjetiva ou um juízo de Lincoln acerca das nações.

Arrolados estes exemplos com nomes nucleares metafóricos, chegamos à conclusão de que o nome-núcleo metafórico por si mesmo não traz contribuições argumentativas tão eficazes quanto os determinantes/modificadores que o acompanham. Assim, a relação entre argumentar e referenciar por meio do nome-núcleo anafórico do tipo metafórico é mais uma tentativa de condução de um raciocínio particular que conta, na maioria dos casos, com a ajuda ímpar, ou melhor, decisiva, dos determinantes/modificadores para fazer valer a intenção persuasiva.

Ademais, o nome nuclear metafórico conta especialmente com o conhecimento prévio e as associações do interlocutor para que a expressão faça sentido. Há necessidade de resgatar na cultura, tanto do escritor quanto do leitor, a mesma carga semântica para que a expressão não se torne vazia, ao contrário, preencha e satisfaça a intenção comunicativa do enunciador. Por exemplo, para a comunidade que acredita em bruxarias, a ocorrência (76) jamais seria admitida como coerente, pois, para essa comunidade, tudo o que é relativo à bruxaria tem uma conceptualização positiva.

Em suma, as expressões metafóricas são importantes nos textos, porque contribuem argumentativamente para uma determinada tese, e tornam a escrita mais agradável e prazerosa em função da introdução de ambivalências variadas de sentido e apelo aos aspectos culturais compartilhados por uma comunidade.

3.3.2.3 Nome-núcleo metadiscursivo

O tipo nome-núcleo metadiscursivo ocupou a quarta posição (2.81%) dentre as ocorrências da 2ª categoria de análise. As formas metadiscursivas dizem respeito ao discurso se referindo ao próprio discurso. Seria, conforme Jubran (2005, p. 220, 238), “o discurso se configurando como objeto-de-discurso, como uma auto-reflexividade discursiva, a auto-referenciação do discurso”. Escolhemos, por meio de um texto na íntegra, evidenciar como essa atividade metadiscursiva funciona na malha textual.

(80) “Título: Drogas e violência

No auge do debate sobre violência, Sérgio Cabral mencionou (A) *a legalização das drogas* como **um tema importante**. Aparentemente, todos os que acreditam nesta saída futura deveriam lançar-se na batalha.

Mas quem conhece o processo de legalização fora daqui sabe que ele tem (B) *premissas que não foram cumpridas no Brasil*. Uma delas é uma **polícia mais ética e competente**. Enquanto não se fizer uma reforma profunda nos organismos policiais, a mudança pode contribuir com a violência.

Com o tempo e observação internacional, passei a ver a legalização não como uma renúncia ao controle, mas um salto de qualidade no próprio controle.

Aqui, no Brasil, é evidente que a súbita retirada dos mercados clandestinos jogaria os criminosos em outros tipos de crime. Logo, é preciso estar preparado para esse deslocamento, de um modo geral para seqüestros e roubos de carro.

Um brasileiro entrou num bar holandês onde se vende maconha.

Estava de gorro, e o gerente do bar se assustou. Chamou os seguranças que cuidam da entrada e os advertiu seriamente. Tinham esquecido da norma? É proibido entrar de gorro. Isto significa que os lugares são monitorados por câmeras.

Os armazéns suecos que vendem bebida possuem um grande fichário de clientes que não podem usar álcool. O fichário é consultado e uma luz vermelha se acende no caixa, indicando que, naquele caso, era proibido vender.

Quando a Inglaterra decidiu liberar o uso de maconha numa região de Londres, o fez aconselhada pela polícia. (C) *Argumento: quatro horas para abrir inquérito contra um usuário, é tempo preciso para realizar tarefas mais importantes de segurança pública*.

(D) *Passei tantos anos falando em legalização* e agora, que um jovem e corajoso governador levanta **a tese**, não posso abandoná-lo. Mas a melhor forma de concordar com ele é apontar e contribuir com (E) *a premissa* que, realmente, pode nos aproximar, como outros países, da fase experimental: **a reforma da polícia**.

Mesmo a Colômbia, com os avanços em Bogotá, está mais perto da legalização do que nós, pois, do ponto de vista urbano, torna a violência administrável.

A tarefa de reformar a polícia não pode ser feita sem apoio da sociedade. Mas o importante é contar com as forças especiais e o Exército. Isso protege contra bolas pelas costas quando se tocam nos pontos mais sensíveis da corporação.

Pensem no Haiti. Em situação muito mais difícil, abriu-se um caminho em Bel Air e, nesta semana, Cité Soleil caiu nas mãos dos brasileiros. De que adianta correr o mundo se não aprendemos as lições?” (Texto 3 – Anexo I).

Esse texto contém 5 ocorrências de processos remissivos compostos nuclearmente por um nome metadiscursivo. As de interesse dessa pesquisa são apenas as ocorrências (A) e (D), pois são expressões anafóricas. Em (B), (C) e (E), as expressões são prospectivas, portanto, catafóricas.

Vejam os como todos os nomes nucleares, independentemente se a retomada é anafórica ou catafórica, conseguem sumarizar proposições que se referem ao modo como o discurso se desenvolve ou se organiza.

Em Houaiss (2004), elencamos algumas das acepções que as palavras selecionadas como nomes metadiscursivos designam: 1) tema: “proposição, assunto que se quer desenvolver ou provar”; 2) premissa: “ponto ou idéia de que se parte para amarrar um raciocínio”; 3) argumento: “recurso para convencer alguém, para alterar-lhe a opinião ou o comportamento” e 4) tese: “proposição que se apresenta ou expõe para ser defendida em caso de impugnação”. Assim, os nomes *tema*, *premissa*, *argumento* e *tese*, como verificamos pelas acepções dicionarísticas, servem para, por meio da linguagem, descrever e falar sobre a própria linguagem.

Quanto à argumentação veiculada pelas expressões anafóricas, temos: em (A), *a legalização das drogas* sendo retomada como um *tema* e não, por exemplo, como uma idéia; isso traz implicações semânticas tais como: ser um tema significa que a legalização será alvo de discussões contundentes. Já se a legalização fosse retomada por idéia, o peso argumentativo seria reduzido em função de o vocábulo idéia não suscitar necessariamente a discussão. Ainda é imprescindível atentarmos para o uso do adjetivo *importante* na expressão anafórica, pois ele é um dos grandes responsáveis por destacar argumentativamente a necessidade de se rediscutir a questão da legalização das drogas no Brasil, haja vista que o tema é importante e não, por exemplo, insignificante.

Em (D), temos uma implicação argumentativa semelhante a (A), pois se a legalização das drogas é defendida pelo produtor textual, cuja autoridade não é tão relevante para promover uma nova discussão sobre o assunto, agora conta com a defesa de um governador que detém autoridade para trazer a polêmica à tona. Assim, quando o enunciador diz que “Passei tantos anos falando em legalização e agora, que um jovem e corajoso governador levanta a *tese*, não posso abandoná-lo”, o nome *tese* referindo-se à legalização das drogas

remete à necessidade de defesa do assunto no Brasil, já que tese pressupõe a defesa de algo e tomada de posição. Diferente seria se ao invés de tese, o enunciador optasse pela palavra discussão que pode ser apenas a problematização do assunto, sem se chegar a uma conclusão.

Atestemos ainda com a ocorrência (81) o potencial argumentativo que os nomes nucleares detêm quando recategorizam o próprio discurso:

(81) “Por melhores que tenham sido os últimos anos, e por mais otimistas que tenha ficado o mercado, ainda não se conseguiu abolir o ciclo econômico. O que significa, em termos simples, que *tudo que sobe pode descer*. Este pode ter sido **o maior recado transmitido pelos mercados** nos últimos dias” (Texto 6 – Anexo II).

Ao tratar de uma turbulência que os mercados econômicos viveram no período em que o texto foi escrito, a ocorrência da proposição *tudo que sobe pode descer* reflete o fato de que o bom andamento do mercado é instável a ponto de inesperadamente poder tornar-se ruim. Diante disso, a retomada anafórica pelo nome-núcleo *recado*, configurando a proposição anterior, corrobora a favor da precaução “quem avisa, amigo é”. Assim, o uso do nome *recado* implica não simplesmente uma comunicação, um aviso, mas uma advertência severa, ainda mais porque é determinado na expressão pelo superlativo *o maior recado*. Podemos fazer um teste para asseverar o que dissemos e trocar, por exemplo, a palavra *recado* por mensagem ou comunicado, para percebemos que as escolhas lexicais não são fortuitas e conseguem estabelecer direção argumentativa ao texto, mesmo sendo metadiscursivas. Aliás, a referência metadiscursiva leva à introdução de um novo referente (já que opera uma espécie de desdobramento do discurso) que se centra na atividade discursiva, e, por ser um novo referente e não simplesmente a retomada (correferência), os nomes nucleares metadiscursivos têm alto potencial argumentativo. Para acompanhar esses nomes-núcleo metadiscursivos, os artigos definidos têm preferência, porque nominalizam um processo que remete ao próprio discurso (a tese, o recado, o assunto, a discussão, o memorando etc).

3.3.2.4 Nomes-núcleo meronímico/metonímico e denominação reportada

Sobre o nome-núcleo meronímico ou metonímico que se desenvolve com base na relação parte/todo empreendida por meio de pistas textuais precedentes, resultando na anáfora associativa, sua percentagem foi de apenas 1.92% seguido pelo tipo denominação reportada (1.77%), que se evidencia por meio da utilização das aspas de conotação autonímica na

tentativa de indicar a voz de uma outra pessoa. Elencaremos algumas ocorrências de cada tipo para estabelecer um paralelo entre referenciação e argumentação.

(82) “Conheci um bailarino do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, famoso por sua beleza física e sua técnica apurada, que fazia os papéis mais nobres do repertório do balé clássico. Com o tempo, foi pegando papéis menos importantes, mas não queria pendurar suas chuteiras, vendia a alma para entrar em cena, fosse em qualquer papel. Nos últimos anos, foi oficializado como o feiticeiro do ‘Lago dos Cisnes’, o mesmo balé que lhe dera glória (...) Li agora que Peter O’Toole, o magnífico ‘Lawrence da Arábia’ de anos atrás, está contracenando com uma jovem em ‘Vênus’, filme em que ele faz o papel de um ator decadente que se apaixona por uma quase-adolescente (...) É o destino em geral **dos artistas e atletas** que sobrevivem à **sua obra**” (Texto 4 – Anexo I).

Em (82), a relação parte/todo (indivíduo pela espécie) é estabelecida com base nas pistas co-textuais: *um bailarino do Teatro Municipal do Rio de Janeiro; Peter O’Toole; o feiticeiro do ‘Lago dos Cisnes’; balé que lhe dera glória; o magnífico ‘Lawrence da Arábia’ de anos atrás; está contracenando com uma jovem em ‘Vênus’; filme em que ele faz o papel de um ator decadente.*

Essas pistas são acionadas quando necessitamos encontrar o antecedente para as expressões anafóricas *os artistas e sua obra*. Daí, com base em nosso conhecimento de mundo e por meio de inferências, conseguimos estabelecer pontes semânticas e identificar o processo de referenciação. *Os artistas* diz respeito à relação de todas as pessoas que vivem de algum tipo de arte e *sua obra* relaciona-se à função de que se ocupam esses artistas. Logo, a relação parte/todo é estabelecida: tanto o bailarino do Teatro Municipal até jogadores de futebol (partes), por exemplo, estão incluídos na categoria artistas e atletas (todo); e tanto os balés que os bailarinos encenam quanto os filmes feitos pelos atores ou partidas de futebol disputadas pelos jogadores (partes) são suas obras (todo). Já em (83), temos um exemplo clássico da relação parte/todo. Dentre a categoria grãos que envolve todas as sementes de vegetais, como feijão, trigo, ervilha, soja etc, temos o milho. Dessa forma, *o milho* é a parte do todo *grão*.

(83) “Mas, infelizmente, a mentalidade que domina esta incipiente indústria é o auto-abastecimento a qualquer preço, o que implica custos elevados para consumidores, contribuintes e cadeias agroalimentares correlatas. Nos EUA o etanol é produzido a partir do *milho*. A sua expansão recente fez com que os preços do **grão** subissem de forma espetacular, causando desequilíbrios na estrutura dos mercados agropecuários” (Texto 7 – Anexo II).

Sobre o valor argumentativo dessas expressões meronímicas ou metonímicas, podemos dizer que é nulo, haja vista que em nenhuma das ocorrências identificadas em nosso *corpus*, o nome-núcleo meronímico ou metonímico trouxe parcela argumentativa contributiva para os textos. Talvez, por essa razão, sua aparição não tenha sido significativa se comparada ao restante dos outros tipos analisados.

Quanto ao tipo nuclear denominação reportada que se evidencia por meio da utilização das aspas de conotação autonímica na tentativa de indicar a voz de uma outra pessoa, vejamos:

(84) “Título: Mais ‘*anos dourados*’

Outro dia, ousei defender a idéia de que os ‘**anos dourados**’ -os anos 50, pelos quais tanta gente suspira- nunca foram tão bons quanto vistos de hoje. O tempo é que se encarregou de melhorá-los. Alguns nostálgicos saltaram das pantufas e argumentaram que, por mais superestimados, os ‘**anos dourados**’ eram melhores que os dias atuais. Para eles, nada pode ser pior que os dias atuais” (Texto 7 – Anexo I).

(85) “As *moças* se dividiam em Ø‘**de família**’ e **as outras** Ø. As primeiras usavam meias soquetes, tinham namorado firme e estavam destinadas ao magistério. As outras se divertiam muito mais (Texto 7 – Anexo I).

(86) “Certa feita, perguntaram ao filósofo conservador Julián Marias, discípulo de Ortega y Gasset, se ele era “*antimarxista*”. O filósofo respondeu que não era e jamais seria “**antimarxista**”, pois isso significava ser dependente daquilo que pensavam os marxistas (...) As recentes e contraditórias declarações do embaixador Roberto Abdenur ressuscitaram um velho fantasma dos críticos da política externa do governo Lula: *o seu suposto “antiamericanismo”* (...) Já o aumento das exportações brasileiras para os principais países desenvolvidos, EUA, União Européia e Japão, ainda que tenha sido expressivo, ficou abaixo da média (78%). Não por “**antiamericanismo**”, “**antieuropeísmo**”, “**antiniponismo**”, “**terceiro-mundismo**” ou qualquer outro “ismo”, mas sim pelo fato de que tais mercados são mais consolidados e tradicionalmente explorados pelos exportadores brasileiros” (Texto 9 – Anexo II).

Em (84), todas as vezes que a expressão *anos dourados* apareceu no texto (assim como no texto 5 – anexo I), ela foi aspeada. Este é um exemplo de conotação autonímica que se reporta a outras vozes. No caso desta ocorrência, a voz a qual se reporta o enunciador é uma voz que não pertence nem a X, nem a Y, mas a uma grande parcela da população brasileira que viveu nos anos 50 e que declara hoje que aquela época foi ótima, pois a vida era boa e não se tinham grandes problemas ou dificuldades como as que enfrentamos, por exemplo, com a violência. *Anos dourados* remete, então, a um discurso consensual que circula no país. A utilização dessa expressão é totalmente dependente do conhecimento prévio do leitor para que

os significados possam ser construídos. Se não se sabe como eram os anos dourados, a comparação que o autor do texto faz daquele período com os dias atuais não será totalmente compreendida, embora o produtor apresente ao seu leitor vestígios de como eram os anos dourados: *Alguns nostálgicos saltaram das pantufas e argumentaram que, por mais superestimados, os ‘anos dourados’ eram melhores que os dias atuais.*

Quanto à argumentação, é notório o alto índice de valor persuasivo que esse tipo de expressão carrega, já que utilizar de denominação reportada, como fez o enunciador da ocorrência (84), para contrariá-la, ou seja, para se opor a ela, para negá-la, é altamente desejável a fim de possibilitar maior carga argumentativa à tese que defende. No caso, a tese defendida era a de que os anos dourados eram péssimos se comparados aos dias atuais.

Em (85), a ocorrência foi retirada do mesmo texto de (84) e, para a nossa pesquisa, foi enquadrada como expressão anafórica do tipo fiel, pois há a retomada do mesmo nome-núcleo (que está elidido) do antecedente *as moças*. Embora haja denominação reportada nesse segmento, ela não está posta no nome-núcleo, mas no sintagma preposicionado que o acompanha. Por isso, mesmo não sendo considerado como um nome-núcleo que indica denominação reportada, resolvemos elencá-lo aqui, para evidenciar sua contribuição argumentativa à expressão anafórica.

Quando o enunciador diz: *As moças se dividiam em ‘de família’ e as outras*, ele resgata um sentido que já circulava socialmente e que qualificava as moças de boa procedência, portanto, de família, e as outras moças. Ao informar o leitor sobre as características de uma e de outra com a proposição seguinte (“As primeiras usavam meias soquetes, tinham namorado firme e estavam destinadas ao magistério. As outras se divertiam muito mais”), o autor salienta, explora os sentidos das expressões que circulavam socialmente ou que foram socialmente constituídas. Assim, *moças “de família”* é uma expressão cujo sentido já está posto culturalmente e o enunciador apenas o resgatou de uma memória partilhada. O viés argumentativo da expressão *moças “de família”* por si só é persuasivo, pois constrói a imagem dessas moças: jovens recatadas, com instrução e educação, que sabiam se portar diante da sociedade, que procuravam formar família etc. Ao contrário, as *outras moças* não se preocupavam com os estereótipos sociais de boa conduta para viverem, viviam do modo como entendiam que deviam.

Em (86), *antimarxista* está aspeado, pois tem um significado específico que não foi construído pelo enunciador assim como *antiamericanismo*. Os sentidos dessas expressões também circulam socialmente e escapam do domínio de quem escreveu o texto. Ou seja, o

autor utiliza as aspas justamente porque remete a um sentido que já está convencionado. Ser antimarxista significa negar o que o marxismo prega e ser antiamericano é negar o que a nação americana do norte, os EUA fazem ou pensam.

Concluindo, sobre a denominação reportada, percebemos o quanto ela pode ser útil em textos argumentativos na construção de um paradigma interpretativo. Todavia, o sentido só será logrado com êxito bem como a argumentação se o leitor conseguir recuperar o sentido posto pela expressão. Temendo que o leitor não consiga recuperar esse sentido, na maioria das ocorrências de nome nuclear do tipo denominação reportada, o enunciador especificou do que se tratava a expressão a partir de uma predicação sobre o termo. Podemos verificar tal afirmação por meio dos excertos (84) a (86).

3.4 Determinantes e modificadores do nome-núcleo – 3ª categoria de análise

Nesta categoria, como já dissemos anteriormente, objetivamos especificamente, por meio da descrição das ocorrências anafóricas nominais, verificar qual o grau de importância dos determinantes e modificadores do nome-núcleo na construção da argumentação, visto que eles compõem o modo de apresentação de um referente. Diante disso, nossa hipótese foi que os determinantes e modificadores do nome-núcleo são de fundamental importância, pois conseguem encaminhar mais objetivamente um posicionamento enunciativo, já que singularizam o dizer, elegem um objeto discursivo dentre tantos e o impregnam de impressões pessoais.

Essa hipótese também foi confirmada, haja vista a participação decisiva dos determinantes e modificadores para a construção de um viés argumentativo. O que talvez não esperássemos era que essa categoria se revelasse como crucial ao articulista para alcançar com êxito o seu propósito comunicativo, especialmente por meio da utilização de descrição definida enquanto um tipo da categoria determinante/modificador.

Para facilitar a descrição das ocorrências, dividimos os determinantes/modificadores em antepostos e pospostos ao nome-núcleo e chegamos aos seguintes resultados estatísticos:

Determinantes/modificadores antepostos ao nome-núcleo

	Folha de S. Paulo	O Estado de São Paulo	Estado de Minas	Total
Descrição definida	101 (70.62%)	252 (78.26%)	155 (73.45%)	508 (75.14%)
Descrição indefinida	10 (6.99%)	22 (6.83%)	18 (8.53%)	50 (7.39%)
Descrição sem determinante	32 (22.37%)	48 (14.90%)	38 (18%)	118 (17.45%)

Tabela 7: 3ª categoria de análise – determinantes e modificadores antepostos ao nome-núcleo.

Determinantes/modificadores pospostos ao nome-núcleo

	Folha de S. Paulo	O Estado de São Paulo	Estado de Minas	Total
Adjetivo, locução adjetiva e particípio	33 (23.07%)	88 (27.32%)	54 (25.59%)	175 (25.88%)
Oração relativa	6 (4.19%)	5 (1.55%)	7 (3.31%)	18 (2.66%)
Sintagma preposicionado	28 (19.58%)	53 (16.45%)	40 (18.95%)	121 (17.89%)
Não apresenta determinante/modificador após o nome-núcleo	76 (53.14%)	176 (54.65%)	110 (52.13%)	362 (53.55%)

Tabela 8: 3ª categoria - determinantes e modificadores pospostos ao nome-núcleo.

Como podemos verificar, no que concerne aos determinantes/modificadores antepostos ao nome-núcleo, a quantidade de descrições definidas determinando esse nome nuclear foi altíssima (75.14%), seguida pelas descrições sem determinantes (17.45%) e, por fim, com o menor índice, as descrições indefinidas (7.39%), visto serem comuns às catáforas.

Pelas descrições definidas, entendemos todos os termos antecedentes que acompanham o nome-núcleo e denotam a ele especificidade, ou seja, estabelecem relações referenciais específicas. São descrições definidas: os artigos definidos, pronomes possessivos e

demonstrativos, adjetivos e numerais⁵⁷. Pelas descrições indefinidas, consideramos os artigos indefinidos e pronomes indefinidos, e as descrições sem determinantes, como o próprio nome indica, consideramos a ausência de qualquer tipo de determinação agregada ao nome-núcleo da expressão anafórica.

No tocante aos determinantes/modificadores pospostos ao nome-núcleo, a maior parte das ocorrências apontou para a ausência de determinantes com 53.55%, seguida pelos determinantes com adjetivos, locuções adjetivas e participios (25.88%). Em terceiro lugar, constaram os determinantes configurados como sintagmas preposicionados (17.89%) e, por último, as orações relativas (2.66%).

Independente do tipo de determinante, é importante considerar que o enunciador, ao fazer uso dele, tenta ressaltar ou enfatizar algum traço peculiar do referente apresentado ou não anteriormente e, assim, (re)constrói esse referente de acordo com sua intenção discursiva. Por isso, a noção de argumentação está tão intimamente atrelada ao processo de referenciação, especialmente por meio desta terceira categoria de análise. A confirmação dessa premissa pode ser verificada ao longo deste capítulo que inclui as análises e, por ora, na apresentação das ocorrências abaixo e sua discussão:

(87) “Tudo isso sugere extremo cuidado com o planejamento das nossas ações. Mas, a julgar pelo que se lê, não é o que está acontecendo. *As questões ambientais*’ continuam a ser responsabilizadas por ‘travar o desenvolvimento’. O Ministério do Meio Ambiente continua a ter seus recursos cortados (...) *Advertências* sobre o que isso pode significar estão em muitos lugares. Mas vale a pena citar **as Ø de um paper do diretor de Economia e Meio Ambiente do próprio Ministério do Meio Ambiente, Gerson Tavares**, no qual se menciona a falta de preocupação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com **as questões “ambientais”**. Adverte-se ali, principalmente, quanto ao que poderá acontecer *na região amazônica* com os investimentos previstos para a rodovia BR-163, Transamazônica, BR-319 e BR-317, que poderão “consolidar *a Amazônia* como **a última fronteira do agronegócio brasileiro**” (Texto 10 –Anexo II).

⁵⁷ É evidente que os termos pospostos ao nome-núcleo também definem o anaforizante e, por isso, podem ser englobados na terminologia descrição definida. Apenas resolvemos designar descrição definida como termos antepostos ao nome-núcleo para facilitar a análise.

Anaforizado	Anaforizante
A) As questões ‘ambientais’	As questões ‘ambientais’
B) Advertências	As Ø de um <i>paper</i> do diretor de Economia e Meio Ambiente do próprio Ministério do Meio Ambiente
C) O diretor de Economia e Meio Ambiente do próprio Ministério do Meio Ambiente	Gerson Tavares
D) A região amazônica	A Amazônia A última fronteira do agronegócio

Tabela 9: Anáforas nominais do excerto (87).

Na ocorrência A, temos uma anáfora fiel composta pelos mesmos determinantes (artigo definido e adjetivo). Quando o anaforizante retoma a mesma expressão do anaforizado, o grau de contribuição para a recategorização do referente enquanto objeto-de-discurso é mínima ou nenhuma. Diferente seria se, ao invés de *ambientais*, o enunciador optasse por uma oração relativa do tipo “as questões que tratam da desordem ambiental”. A função da utilização do definido (generalizar todas as questões que envolvem meio-ambiente) bem como do adjetivo (não se trata de qualquer questão, mas as vinculadas ao meio-ambiente), nesse caso, é particularizar/especificar o nome-núcleo *questões* que desde sua introdução no discurso aparece dessa maneira.

Em B, a palavra *advertências*, que aparece em um primeiro momento sem nenhum determinante, por isso, podemos entender como uma ocorrência genérica, é retomada por uma elipse do nome-núcleo e determinada por um artigo definido e um sintagma preposicionado. O definido contribui para designar dentre todas as advertências aquela que o enunciador quer ressaltar do conjunto, e o sintagma preposicionado especifica qual é a advertência que esse enunciador quer mostrar. Sabendo que neste trecho do texto, o autor quer que o leitor compartilhe com ele da posição de que não há um efetivo compromisso quanto às questões que envolvem o meio-ambiente, especialmente pelo setor econômico do país, a utilização desse sintagma preposicionado confere peso argumentativo à conclusão que se quer chegar, permitindo-nos a indagação: por que a advertência que o enunciador escolhe ressaltar é justamente a de um diretor de Economia e Meio-Ambiente do próprio Ministério do Meio-Ambiente? Parece que para corroborar com a premissa de que a falta de preocupação com o

meio-ambiente é tamanha que o próprio ministro do meio-ambiente afirma a mesma coisa. O ministro, introduzido pelo sintagma preposicionado, configura um argumento de autoridade usado pelo enunciador na tentativa de atingir sua intenção discursiva.

Em C, o aposto *Gerson Tavares*, nome próprio, dispensa determinantes, indicando apenas o indivíduo mencionado. Em D, o anaforizado *a região amazônica* é recuperado por duas anáforas: *a Amazônia* e *a última fronteira do agronegócio*. Na retomada por *a Amazônia*, a troca entre os termos não gera perda nem acréscimo de sentido, uma vez que região amazônica e Amazônia designam o mesmo referente. Já quando a Amazônia é retomada como a última fronteira do agronegócio, há uma recategorização negativa do referente, pois, ao informar ao leitor que se os investimentos que estão previstos para a área amazônica forem realmente concretizados, a região terá um elevado índice de desmatamento, o que permitirá a denominação de *a última fronteira do agronegócio*, ou seja, o agronegócio conseguirá invadir até mesmo uma área de preservação (última fronteira) que é a Amazônia.

Analisemos as ocorrências encontradas em (88):

(88) “A melhor solução para estimular uma expansão ordenada da produção de biocombustíveis nos EUA seria a fixação de *um mandato progressivo de mistura* até atingir a meta de 15%. Além do Brasil, vários países vêm adotando **este instrumento** com sucesso. **O mandato de mistura é o melhor estímulo que se pode oferecer aos agentes econômicos** na busca por tecnologias alternativas (...) Temos hoje a oportunidade extraordinária de iniciar uma cooperação do tipo ganha-ganha, que marcaria uma nova etapa no relacionamento de **duas democracias vibrantes**, na fronteira da nova era da energia renovável que o mundo está desesperadamente buscando” (Texto 7 – Anexo II).

Anaforizado	Anaforizante
A) um mandato progressivo de mistura	este instrumento O mandato de mistura o melhor estímulo que se pode oferecer aos agentes econômicos
B) Estados Unidos e Brasil	duas democracias vibrantes

Tabela 10: Ocorrências anafóricas de (88).

Em A, temos os determinantes/modificadores, atuando em: i) posição antecedente ao nome-núcleo; ii) posição posterior e iii) posição antecedente e posterior ao mesmo tempo. O

anaforizado, que apareceu com um indefinido e uma locução adjetiva (*um mandato progressivo de mistura*), foi retomado por: i) um demonstrativo acompanhando um nome-núcleo genérico (*este instrumento*) que, ao recategorizá-lo, serve para orientar ou apontar o leitor para essa recategorização, ou seja, funciona como um dêitico, indicando partes contextuais anteriores e monitorando a atenção dos leitores; ii) um definido (*o mandato*), que simplesmente confere *status* de referente conhecido ao nome *mandato*, uma vez que já foi apresentado no texto, e sintagma preposicionado (*de mistura*) que orienta a especificidade do mandato, recuperando de modo idêntico o anaforizado; e iii) uma expressão superlativa (*o melhor*) que orienta a argumentação seguida por um nome genérico (*estímulo*) que faz o mesmo, modificado por uma oração relativa (*que se pode oferecer aos agentes econômicos*) é capaz de indicar o viés argumentativo pelo qual o leitor deve ser conduzido: o mandato de mistura de combustíveis é uma excelente estratégia para expandir a economia dos EUA, no que se refere à produção de biocombustíveis.

Em B, temos como descrição definida um numeral (*duas*) que determina *democracias* que, por sua vez, remete ao referente EUA e Brasil. Temos também o adjetivo *vibrantes* que apresenta o estado de entusiasmo, do ponto de vista do enunciador, em que se encontram Brasil e EUA perante a possibilidade de liderarem o mercado dos biocombustíveis. Portanto, a condução do enunciador para a abordagem da temática do mercado de biocombustíveis liderado por Brasil e EUA é positiva.

Sobre os dois próximos excertos, evidenciamos ainda o cunho argumentativo imposto pela seleção dos determinantes/modificadores e a progressão temática.

(89) “O grande desafio brasileiro é a criação de políticas diferenciadas para atendimento *dos menores infratores*, já que o sistema penal não dá respostas a esses problemas gerados pela violência. A sociedade está lentamente aprendendo a conviver com a violência, com a perplexidade, mas permanece anestesiada diante do painel dos horrores publicado todos os dias pela imprensa país afora. A desigualdade social, a indiferença, o preconceito, o racismo e a intolerância somente serão amenizados se o país entender que os caminhos da educação e do trabalho devem ser assegurados aos milhões de **deserdados da sorte**” (Texto 5 – Anexo III).

Em (89), a expressão *deserdados da sorte* apresenta uma nova configuração para *os menores infratores*. Isso significa que na opinião do enunciador os menores infratores são jovens que foram privados de oportunidades de ascensão social. Logo, fica evidente a opinião autoral em favor da criação de condições mínimas para os jovens que de alguma forma cometem infrações e acabam punidos pela privação à dignidade. O que nos autoriza a

construção dessa interpretação é, além da presença do nome-núcleo avaliativo, a determinação por meio do sintagma preposicionado da sorte. Ser *deserdado* não ofereceria condições de chegar ao sentido que construímos, pois o jovem poderia ser *deserdado*, por exemplo, de assistência médica ou de brinquedos ou ainda de liberdade. Dessa forma, a colocação do determinante é crucial para o desenvolvimento do raciocínio que conduz a uma dada conclusão, a desejada pelo autor.

(90) “É fundamental que *os novos mercados para biocombustíveis em geral, e o etanol em especial*, funcionem dentro do regime de livre comércio que preside o mercado de petróleo e seus derivados. É esse o regime que assegura maiores benefícios aos consumidores, a menor volatilidade de preços, fluxos crescentes de comércio e maior segurança de suprimentos pela ampliação da diversidade de fontes produtoras. Mas, infelizmente, a mentalidade que domina **esta incipiente indústria** é o auto-abastecimento a qualquer preço, o que implica custos elevados para consumidores, contribuintes e cadeias agroalimentares correlatas” (Texto 7 – Anexo II).

Já em (90), o maior responsável pela orientação argumentativa é o adjetivo *incipiente*. O projeto de dizer do autor é criticar a indústria de biocombustíveis porque ela centraliza as ações apenas no auto-abastecimento a qualquer preço, o que gera custos elevados para consumidores, contribuintes e cadeias agroalimentares correlatas. Essa crítica é fundada pelo argumento de que esse tipo de indústria ainda é imatura – *incipiente* – uma vez que os biocombustíveis são relativamente novos no mercado, e, por isso, incorre em erros.

Ainda por meio de (90), ressaltamos a presença do demonstrativo que, na maior parte das ocorrências do *corpus*, com exceção, por exemplo, das anáforas fiéis, acompanhou um nome-núcleo, operando uma recategorização do referente e imprimindo no discurso um novo objeto.

(91) “Aqui, no Brasil, é evidente que *a súbita retirada dos mercados clandestinos jogaria os criminosos em outros tipos de crime*. Logo, é preciso estar preparado para **esse deslocamento**, de um modo geral para seqüestros e roubos de carro. (Texto 9 – Anexo II).

Em (91), a expressão esse deslocamento recategoriza o trecho que a precede e, por meio de um demonstrativo e um nome-núcleo genérico, cria um novo objeto discursivo: *deslocamento*, que diz respeito à ação de os criminosos saírem da clandestinidade das drogas para outros tipos de crimes. O demonstrativo que acompanha esse nome recategorizador auxilia também na localização do antecedente; é como se fosse uma espécie de comando para

o leitor encontrar na situação lingüística ou dela decorrente o referente que está sendo ressaltado, e para distingui-lo em meio a outros objetos discursivos. Essa função do demonstrativo também pode ser vista em Ducrot (1977 apud Cavalcante, 2001, p. 3):

para Ducrot (1977), as expressões contendo demonstrativo não exercem o mesmo tipo de função referencial que as expressões com artigo, pois um demonstrativo está necessariamente condicionado a um pressuposto existencial, enquanto que um definido não se prende a tal exigência. Ducrot argumenta que um ato de demonstração só se viabiliza na presença de um nome, pois é o substantivo que institui o universo em que o referente deve estar perceptível para o interlocutor, para ser focalizado. O fato é que, quando se usa um demonstrativo, o destinatário encara o referente como estando obrigatoriamente presente, quer seja no contexto lingüístico, quer seja na situação enunciativa real, quer seja no conhecimento compartilhado, ainda que figure como informação nova para o discurso. Quando se emprega um definido, ao contrário, o referente pode estar ausente e também pode ser inteiramente novo para o discurso, embora, por razões outras, esteja sendo explicitado como uma informação dada (...) **A função do demonstrativo é primordialmente a de mostrar, a de instruir o destinatário a reconhecer a entidade dentre outras possíveis, ou de torná-la saliente. Como sintetiza Ducrot, o demonstrativo estabelece um “universo mostrado”, um espaço no qual é possível fazer um objeto discursivo sobressair-se.**

Diferentemente de (91), a ocorrência (92) não apresenta, por meio do determinante, a localização do antecedente:

(92) “Depois, como embaixador, Roberto serviria em Moscou, Argel, Praga, Damasco, Bagdá, Nova Déli e Katmandu. Mas é curioso como, até outro dia, em seu apartamento no edifício Chopin, no Rio, ainda se respirava **aquela atmosfera de Paris** -e com a presença de algum remanescente” (Texto 10 – Anexo II).

O demonstrativo, no excerto acima, aponta para um referente que não pode ser precisamente (pontualmente) localizado no texto, mas pode ser inferido a partir das pistas textuais precedentes, o que se configura como um rótulo ou encapsulamento. Além disso, há um apelo para o conhecimento prévio presente na memória comum do leitor.

Se formos ao texto-fonte, perceberemos que o primeiro parágrafo dá pistas textuais para a inferência que se deve realizar na expressão anafórica destacada: *Era a Paris do pós-Guerra, regada a existencialismo, jazz, heroína e, de vez em quando, uma orgia -a Paris de Sartre, De Beauvoir, Jacques Prévert, Boris Vian e outros que ficam na geladeira do Éléphant Blanc. Era onde o mundo queria morar.* Em virtude dessa situação posta, o demonstrativo *aquela* que determina a expressão *atmosfera de Paris* evoca informações

diluídas no co-texto anterior. O conteúdo difuso recuperado é promovido à categoria de referente e, instituído como tal, passa a constituir o suporte de novas predicções, como é o caso de *atmosfera*. Concomitantemente ao surgimento dessa nova categoria, acresce-se aí um viés argumentativo, pelo qual o locutor estabelece a maneira como o conteúdo precedente deve ser denominado ou referendado.

Um exemplo em que essa função dêitica do demonstrativo de apontar torna-se bastante clara pode ser verificado pela ocorrência (93). Lembrando que (93) foi considerado por nossa pesquisa, porque seu antecedente estava localizado nas porções co-textuais precedentes:

(93) “Eu diria que a pior coisa dos dias de hoje, para esses meus amigos, é que eles já não são jovens como nos *“anos dourados”*. E que, mesmo **naquela época**, os jovens tinham muito que reclamar” (Texto 7 – Anexo I).

Na maior parte das ocorrências das anáforas infiéis redutivas, os demonstrativos tiveram ocorrência elevada e se estabeleceram a partir de um movimento dêitico e de uma monitoração da atenção do leitor. Cavalcante (2001, p.10) comenta sobre as funções discursivas do demonstrativo, elencando quatro funções, a saber: 1) “mais indicado para provocar mudanças de direção na construção dos sentidos (ver exemplo [58])”; 2) “assinalam, com mais ênfase, o ponto de vista que os nomes axiológicos acrescentam (ver exemplo [60])”; 3) “são fundamentais na organização das informações no discurso, porque indicam posições no espaço mostrativo do texto (ver exemplo [65 e 93] ” e 4) “são mais eficientes, por sua função focalizadora, na marcação de novos tópicos, na abertura de novos parágrafos (ver exemplo [59])”.

Por tudo isso, afirmamos que os demonstrativos, alocados nas descrições definidas que, por sua vez, apresentaram maior número de ocorrências dentro da 3ª categoria, ajudam para o estabelecimento da argumentação, uma vez que recuperam o antecedente que pode, muitas vezes, causar problemas em sua identificação.

Dentre as ocorrências com o demonstrativo, houve aparições deste junto a um nome qualificado por meio de uma expressão que não era a esperada para a identificação do referente. Vejamos:

(94) “No auge do debate sobre violência, Sérgio Cabral mencionou *a legalização das drogas* como um tema importante. Aparentemente, todos os que acreditam **nesta saída futura** deveriam lançar-se na batalha” (Texto 3 – Anexo I).

Em (94) não se espera retomar *a legalização das drogas* pelo substantivo *saída*. Daí, a importância do demonstrativo: focalizar o anaforizante, apontando seu antecedente para que a referência se estabeleça e junto a ela a argumentação. Neste sentido, o demonstrativo dita ao leitor como este deve entender *a legalização das drogas*, colaborando para a criação de um novo objeto-de-discurso. Acreditar na legalização das drogas como saída futura causa uma série de implicações enunciativas para o declarante: ele é a favor da legalização das drogas no Brasil.

Fazendo um contraponto dos demonstrativos com os artigos definidos, tivemos:

	Total
Descrição definida por meio do artigo definido	250 (67.20%)
Descrição definida por meio do pronome demonstrativo	122 (32.79%)

Tabela 11: Comparação entre as ocorrências de definido e demonstrativo.

Embora os demonstrativos tenham tido participação contributiva para a realização anafórica, não podemos deixar de mencionar a dominância dos artigos definidos nessas ocorrências. Para tratar dos fatores que contribuem para o uso do definido, exporemos o que Cavalcante (2001) elencou, embasada por Apothéloz e Chanet (2003) e Koch (2003a): 1) “presença de um adjunto adnominal ou de um complemento nominal no SN rotulador” (ver exemplos 75, 78 e 79); 2) “substantivo derivado morfológicamente de nominalizações” (não ocorreu em nosso *corpus*); 3) “nomes metalingüísticos propriamente ditos” (ver exemplos 60 e 81); 4) “hiperônimos representados por nomes altamente genéricos, principalmente quando não seguidos de expansão e quando em posição de sujeito” (ver exemplos 43, 64 e 84).

Sobre a distinção entre definido e demonstrativo, Cavalcante (2001, p.6) alerta:

A condição de saliência do demonstrativo dentro de um espaço de mostraçã, ou, de modo estendido, dos dêiticos em geral nos parece, portanto, o ponto de distinção em relação ao artigo definido.

Como expusemos na primeira seção deste capítulo, a relação dos determinantes/modificadores com o maior número de ocorrências do nosso *corpus*, as anáforas do tipo fiel, foi extremamente frutífera para a argumentação. Como já relatado, as

anáforas fiéis junto a um determinante anteposto ou posposto ao nome-núcleo se apresentaram em maior número (38.90%) se comparadas às do tipo segmental (36.09%) ou redutiva (25%). Isto significa dizer que quando o nome-núcleo do anaforizado coincidir com o do anaforizante, a única chance de se obter algum tipo de recategorização de objetos-de-discurso é usar os determinantes/modificadores. Vejamos algumas expressões anafóricas, cujos determinantes/modificadores que acompanharam as anáforas fiéis foram responsáveis por imprimir nova direção interpretativa, recategorizando os objetos-de-discurso no *corpus*: *nossos índios*, *nossos interesses atuais*, *o diabo dos detalhes*, *segredos que eles processariam em arte*, *o condenado a 30 anos*, *uma desaceleração suave*, *essa relação bilateral*, *menores violentos*, *a violência contra a mulher* etc.

Sobre os determinantes/modificadores que constaram de uma descrição indefinida, tivemos poucas ocorrências. De 676, apenas 50 (7.39%) privilegiaram a descrição indefinida. Isso, porque segundo a literatura, um artigo indefinido e/ou pronome indefinido não são tão adequados para a retomada de referentes, visto que se parte do pressuposto de que se é uma retomada, o referente já é conhecido do leitor, o que dispensa a descrição indefinida. Mas, mesmo assim, tivemos constatações argumentativamente importantes do indefinido, visto que em textos argumentativos, o que se espera é um aproveitamento de todos os recursos lingüísticos para fazer valer um ponto de vista:

(95) “Mas, antes disso, precisaram de alguém que os civilizasse em Paris. Esse alguém existiu, na pessoa *do carioca Roberto Assumpção*, secretário da Embaixada do Brasil naquele período. Roberto era mais que **um diplomata platônico**, afiado nas questões do métier. Era **um intelectual ativo**” (Texto 10 – Anexo I).

Em situações como as de (95), o indefinido foi utilizado com a intenção de encerrar a perspectiva do enunciador, evidenciando como ele vai construindo textualmente o objeto do seu dizer que, no caso, era Roberto Assumpção. Ou seja, o uso do indefinido revela como o enunciador quer que seu leitor conceba a imagem de Roberto. Esse tipo de anáfora permite trazer informações novas a respeito do objeto-de-discurso. E esta é justamente uma das motivações para o uso do indefinido: quando se pretende introduzir novas informações a respeito do referente, que não haviam sido mencionadas na introdução do objeto-de-discurso (cf. Koch, 2003a).

Quanto à expressão indefinida com função de aposto, como no exemplo abaixo, temos uma anáfora que caracteriza o termo antecedente, munindo-o de predicções. Isso se revela muito útil na argumentação e na progressão textual, já que reconstrói um objeto-de-discurso.

(96) “O Brasil tem tradição em matéria de meio ambiente. Foi daqui que partiu, em 1992, o primeiro grande grito em defesa da Terra, quando a ONU organizou a Conferência do Rio. Nas discussões de que resultou **o Protocolo de Kyoto, uma convenção para evitar os efeitos negativos da emissão de gases que está por trás das mudanças climáticas**, nossa posição foi ativa” (Texto 4 – Anexo II).

Para concluir, o total de ocorrências em que não se constatou nenhum tipo de determinante/modificador anteposto ou posposto ao nome-núcleo foi de apenas 6.65%, o que mais uma vez confirma a suposição inicial que indicava a 3ª categoria como fundamental para a constituição de um projeto de dizer, pois ela tem a capacidade de operar sobre os nomes nucleares de modo a concebê-los da forma como pretende o enunciador. Dentre as ocorrências anafóricas sem determinante/modificador, os nomes próprios foram os que dispensaram, em maior número, esse tipo de determinação em função de sua designação direta a uma entidade no mundo biopsicofísicosocial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embasado pelos estudos da Linguística Textual, com o intuito de analisar e explicar o texto em funcionamento, este trabalho objetivou verificar de que maneira um dos mecanismos que compõe a malha textual, a referenciação, se relaciona com a argumentação em textos de cunho argumentativo. Já que partimos da concepção de texto como um lugar de construção interacional de sentidos e concebemos os sujeitos como ativos, ou seja, munidos de intenções ao se comunicarem, nossa proposta, que seguiu a perspectiva de base sociocognitiva interacional, foi justificada pela intenção de se perceber como o homem exerce sua capacidade de emitir juízos de valor por meio do processo linguístico da referenciação. Além disso, perceber a argumentação nos movimentos remissivos pode oferecer aos interessados pela significação na linguagem meios de não somente melhorarem sua competência comunicativa, utilizando mais eficazmente os recursos de que a língua dispõe, mas também aguçarem seu senso crítico em relação ao que se encontra disponível no mercado em termos de cultura escrita.

Sob esse embasamento teórico que nos direcionou, elencamos três categorias de análise para verificar como referenciação e argumentação se relacionam em textos com a função precípua de defender uma tese. Assim, a 1ª categoria referiu-se aos tipos de anáforas encontrados no *corpus*: fiel ou infiel.

Nessa categoria, verificamos a predileção pela extensão do trecho linguístico anaforizado e se o nome-núcleo do anaforizado coincidia ou não com o do anaforizante. Os resultados encontrados mostraram que em textos argumentativos a preferência foi pela anáfora infiel, com 60.94% das ocorrências. Dentre essas, o tipo mais recorrente foi o infiel segmental com 59.22%. Diante desses dados, nossa hipótese quanto à diferença entre os nomes-núcleo do anaforizado e anaforizante permitir a introdução de paradigmas avaliativos foi confirmada. Esse resultado corresponde à necessidade que o enunciador tem em recategorizar referentes para direcionar o discurso ao objetivo que pretende. Sobre a extensão do referente retomado, como obtivemos maior ocorrência do tipo segmental, esse dado nos possibilitou chegar à conclusão de que, ao invés de sumarizar partes textuais precedentes, o que poderia causar algum tipo de ambigüidade ou dificuldade para recuperar o antecedente, o produtor preferiu retomar segmentos precedentes. Ademais, como constatamos alto índice de

nome próprio como retomada anafórica, isso contribuiu para que as anáforas infiéis segmentais se sobressaíssem em relação às redutivas.

A 2ª categoria de análise relacionou-se ao tipo do nome-núcleo do anaforizante. Dentre os tipos, o nome-núcleo genérico apresentou maior recorrência (77.36%) seguido pelo nome próprio (9.46%). Esse resultado pode ser interpretado em função da facilidade que o genérico tem em recuperar um antecedente, pois sua capacidade de designação é ampla, o que direcionou a responsabilidade da argumentação aos determinantes/modificadores, nossa 3ª categoria de análise.

Essa 3ª categoria foi a grande responsável pela diretividade do dizer. O diferencial das retomadas anafóricas não se relaciona ao tipo de anáfora em que se escolhe para a remissão tampouco ao nome nuclear do anaforizante, embora não se negue a contribuição dessas categorias. O diferencial está posto nos determinantes/modificadores que não só permitem a retomada, mas introduzem avaliações, especialmente, por intermédio das descrições definidas (75.14%) que, nesta pesquisa, englobam os artigos definidos, os pronomes possessivos e demonstrativos, adjetivos e numerais que antecedem o nome-núcleo. Essa premissa foi atestada pela quantidade de ocorrências que apresentaram determinantes/modificadores (93.35%) contra as que não apresentaram (6.65%) e pelo modo como se empreendeu o ponto de vista do enunciador.

Assim, pudemos concluir que a relação referência e argumentação é estreita, em função, principalmente, dos termos que acompanham o nome-núcleo, seja em posição anterior ou posterior, embora o maior número de casos tenha constado dos determinantes/modificadores antecedendo o nome-núcleo. Esses termos têm função ímpar para a referência, uma vez que determinam o modo como o referente é reapresentado no discurso. Essa reapresentação é marcada por impressões pessoais, e é, por isso, que a argumentação está intimamente imbricada nas expressões anafóricas que apresentam algum tipo de determinante. O determinante mais recorrente foi o artigo definido favorecido pela presença na mesma expressão anafórica de outro modificador, como um sintagma preposicionado ou uma oração relativa, e pelos nomes-núcleo metadiscursivo e metonímico/meronímico que têm predileção pelo definido.

É importante frisar que, para alcançar nossos objetivos de pesquisa, analisamos textos de três jornais: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Estado de Minas*. Nessas fontes pesquisadas, não houve diferenças significativas quanto ao modo de apresentação do processo referencial anafórico nominal, porque nos três suportes o gênero foi o mesmo, artigos de

opinião, contemplados na mesma esfera de comunicação, a jornalística, e circulando em mídias impressas afins. O modo de referenciação se manteve constante e, por essa razão, as conclusões a que chegamos podem ser generalizadas no tocante à relação argumentar e referenciar anaforicamente em textos de cunho argumentativo, cuja intenção primeira é persuadir o leitor.

Sem nenhuma pretensão de ir além de nossos objetivos, acreditamos que esta dissertação tenha atingido o propósito para o qual se direcionou, porque permitiu vislumbrar mais pormenorizadamente como se efetiva a relação argumentação-referenciação em textos argumentativos. A referenciação nesse tipo de texto é empregada em função do discurso de transformação que busca a adesão do leitor por meio da apresentação de uma discussão de problemas sociais controversos, revelando a opinião do articulista sobre o fato/assunto apresentado. Logo, partindo do pressuposto de que o interlocutor discorda da posição do enunciador, este deve buscar meios para atingir seus objetivos, acionando estratégias textuais que colaboram para sua argumentação. Daí, o papel das anáforas, cuja contribuição é inegável, principalmente se realizada com o auxílio dos determinantes/modificadores do nome-núcleo da expressão anafórica.

Portanto, é necessário disseminar entre os usuários da língua a importância que tal recurso lingüístico tem para a efetivação de vontades discursivas, ao revelar as manipulações que podem ser operadas na língua em função de um projeto de dizer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

APOTHÉLOZ, Denis e CHANET Catherine. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso**: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola, 2004.

AZEREDO, José Carlos de. Aspectos discursivos da aposição. In: _____. (Org.). **Letras e comunicação**: uma parceria no ensino de língua portuguesa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2. ed., 1997, 4. ed., 2003, p. 261-306.

BARROS, D. L. P. de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, BETH (Org.) **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. Campinas; S.P.:Editora da Unicamp, 1997, p.27-35.

BORGES NETO, J. **Ensaio de filosofia da lingüística**. São Paulo: Parábola, 2004, p.31-65.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983, p.156-183.

BRÄKLING, Kátia Lomba. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re)significação da palavra do outro. In: ROJO, Roxane (Org.). **A prática de linguagem em sala de aula**: praticando os PCNs. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2000, p. 221-247.

BRETON, P. **A argumentação na comunicação**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BROWN, G.; YULE, G. The nature of reference in text and in discourse. In: **Discourse analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Demonstrativos – uma condição de saliência**. Trabalho apresentado no II Congresso Internacional da Abralín. Fortaleza, 2001. Xerocopiado.

_____. **Entre o definido e o indefinido**. Trabalho apresentado no III Congresso Internacional da Abralín. Rio de Janeiro, 2003. Xerocopiado.

_____. **O uso dos pronomes demonstrativos no português brasileiro**. Trabalho apresentado no Romanisches Seminar der Universität Tübingen Wilhelmstr. Tübingen, Alemanha, 2003a. Xerocopiado.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CIULLA, Alena. **A referência anafórica e dêitica - com atenção especial para os dêiticos discursivos**. 2002. 98f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2002.

CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referênciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

DOLZ, J. & SCHNEUWLY, B. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita - elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (Francófona). In: DOLZ, J. & SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização: Roxane Rojo. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

DUCROT, Oswald. As escalas argumentativas. In: _____. **Provar e dizer**. Com a colaboração de M. C. Barbault e J. Depresle. Tradução de Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima Gonçalves Moreira e Cidmar Teodor Pais. São Paulo: Global, 1981.

ERBOLATO, M. L. **Dicionário de propaganda e jornalismo**: legislação, termos técnicos e definições de cargos e funções, abrangendo as atividades das agências de propaganda e do jornalismo impresso, radiofônico e de televisão. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1986.

FAÏTA, D. A noção de “Gênero Discursivo” em Bakhtin: uma mudança de paradigma. In: BRAIT, BETH (Org.) **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. Campinas; S.P.:Editora da Unicamp, 1997, p.159-177.

FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin**. v. 1., 1. ed. Curitiba: Criar Edições, 2003. 136 p.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G.V. **Lingüística textual: uma introdução**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

JUBRAN, Clélia Spinardi. Especificidades da referenciação metadiscursiva. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 17.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003a.

_____. A construção de objetos-de-discurso. In: **Revista Latinoamericana de Estudos del discurso – ALED**. 2003b, vol. 2, nº.1, p. 7-20. Disponível em: <http://www.revele.com.ve/pdf/aled/vol2-n1/pag7.pdf>. Acesso em: 07/05/2008.

_____. **Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005a.

_____; MORATO, Edwiges; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005b.

LE PESANT, D. Détermination dans les anaphores fidèles et infidels. In: **Langages**, 2002, vol. 36, nº 145, p. 39-59. Disponível em: <http://www-lli.univ-paris13.fr/publications/index.php?lang=fr>. Acesso em 02/11/07.

MACHADO, Anna Rachel. Uma experiência de assessoria docente e de elaboração de material didático para o ensino de produção de textos na universidade. **DELTA**, 2000, vol.16, nº.1, p.1-26. ISSN 0102-4450. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/delta/v16n1/a01v16n1.pdf>. Acesso em 02/05/08.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANUAL GERAL DA REDAÇÃO. 1. ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 1984.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros Textuais & Ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

_____. A questão do suporte dos gêneros textuais, **Outras Palavras 1**. João Pessoa, UFPB, 2003. No prelo.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: **Gêneros textuais – reflexões e ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p.23-36.

_____. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. vol. 1. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p.245-285.

MILNER, Jean-Claude. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, Janete dos Santos Bessa. **Estudo semântico-enunciativo da modalidade em artigos de opinião**. 2006. 206f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0510575_06_Indice.html. Acesso em 21 de out. 2007.

NOVO MANUAL DA REDAÇÃO. São Paulo: Folha de São Paulo, 1996. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_projeto_p.htm. Acesso em 16 de set. 2007.

PAVEAU, M. A.; SARFATI, G. E. **As grandes teorias da Lingüística**: da gramática comparada à pragmática. Tradução de M. R. Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2006.

PAVEAU, M.; SARFATI, G. E. **As grandes teorias da Lingüística**: da gramática comparada à pragmática. Tradução de M. R. Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2006.

ROBINS, R. H. **Pequena história da lingüística**. Tradução de Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

ROCHA, Marco. Relações anafóricas no português falado: uma abordagem baseada em corpus. In: **D.E.L.T.A.**, vol. 16, n.º 2, 2000, p. 229-261.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.) **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p.184-207.

RODRIGUES, Rosângela Hummes. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo**. 2001. 347f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In: FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS, Neusa M. de O. Barbosa e MARQUESI, Sueli (Orgs.). **Língua portuguesa e ensino**. Vol. 2. São Paulo: Cortez/EDUC, [(2003) 2007], p. 97-117.

TRINDADE, Mônica Mano. **Um estudo léxico-conceitual da metonímia.** 2006. 134f. Tese (Doutorado em Linguística) UFSC, Santa Catarina, 2006. Disponível em <http://www.tede.ufsc.br/teses/PLLG0352.pdf>. Acesso em 28 de jun. de 2008.

ZAMPONI, Graziela. **Processos de referência: anáforas associativas e nominalizações.** 2003. 256f. Tese (Doutorado em Linguística) UNICAMP, Campinas, 2003.

ANEXOS

ANEXO I

Texto 1 - Anexo I
Folha de S. Paulo 01/03/2007
Lágrima sobre a necessidade

Ao debater delitos e penas, convém atentar às idéias que informam a ordem social vigente. Por séculos, travam-se combates por uma vida justa, igualitária e livre, em um mundo contraditório, que nega esses princípios e corrói o padrão liberal, hoje batizado "neo".

J. Locke enunciou os pressupostos do liberalismo ao basear estado natural e governo civil no direito à propriedade. Este deriva da posse e uso do "poder" que o homem tem sobre seu corpo e suas virtualidades: ao efetivar essa força no mundo, e deste apoderar-se, o indivíduo se autoconstitui e se humaniza. Todos têm a propriedade inalienável de si mesmos: "o labor de seu corpo e o trabalho de suas mãos são propriamente seus". Também o mundo é formado pelo ato humano: sem este, a natureza é deserto, "waste land".

Dessa apropriação derivam os atributos humanos: "Nada é mais evidente que as criaturas da mesma espécie e ordem, nascidas para as mesmas vantagens da natureza e uso das mesmas faculdades, devam ser iguais entre si, sem sujeição". A taxinomia, método da história natural, capta propriedade, igualdade e liberdade como inerentes a seres da mesma categoria. Só os espécimens completos unem-se para resguardar "suas vidas, liberdades e bens". A ciência natural dá-se, aí, como política: a igualdade específica define as regras para legitimar a desigualdade e discernir o inferior.

Esse quadro remete à idéia de crime, quebra da lei e punição. A igualdade dos membros plenos da espécie (os proprietários) implica a desigualdade dos que negam a regra, os degenerados. Perigosos, devem ser extintos como predadores: leões, lobos, tigres, aves de rapina.

A pena de morte cabe mesmo a delitos menores. Aplica-se até ao ladrão que não feriu nem atentou contra a vida de sua presa, pois a simples ameaça à liberdade pode colocar em risco tudo o mais. Do furto, deduz-se o ataque ao indivíduo em sua integridade: vida, liberdade, posses. O roubo deve ser pago com a morte: roubar os bens materiais é roubar a vida.

A lei da natureza, conhecida e aplicada pelos proprietários, só é real como força repressiva, do contrário seria vã. O poder de "todos" concentra-se em "cada um" e converte-se no comando de uns sobre outros. A igualdade funda o domínio. Mesmo as prerrogativas do magistrado deduzem-se das condutas correntes. O estado de natureza prolonga-se na sociedade civil. Sem cogitar a gênese do crime, Locke insiste no rigor do castigo, evidenciando a força compacta que originou as desigualdades modernas. Irremissível, o criminoso deve ser extirpado. Se fiel esse triste retrato, aos que recusam a truculência nada mais restaria que uma lágrima sobre a necessidade.

Maria Sylvia Carvalho Franco

Texto 2 - Anexo I
Folha de S. Paulo 02/03/2007
China, Kourou e as amazonas

Vamos imaginar o que foi, na Idade da Pedra Lascada, o domínio do fogo ou a descoberta de novas terras, a aventura de navegar contra o vento, entender o funcionamento da natureza, com a Terra a girar em fantástica velocidade em torno de seu luzeiro maior - como diz a Bíblia-, o Sol.

E, hoje, avaliemos as conseqüências destes tempos transformados da sociedade de comunicação, que entrou instantaneamente, possibilitando a era da globalização, em que todos somos atingidos por tudo.

A Revolução Industrial teve maior impacto naqueles anos do fim do século 18 e começo do 19 do que a que assistimos agora na área de tecnologia. A máquina a vapor, concorrente do homem na substituição do trabalho braçal, surpreendeu mais do que a TV, o celular, os bancos de dados, a internet.

Quando estes chegaram, já havia a desconfiança de que nunca pararia a aventura do homem -e nos preparamos para isso. Acreditamos que chegaríamos aos limites da natureza. E o seu fim só vai esbarrar no próprio homem. "O homem é o lobo do homem" (Hobbes, "De Civi", Plautus, "Asinaria -homo homini lupus").

Imagino a cabeça dos 600 frades franciscanos que levaram à catedral de Notre Dame os índios do Brasil para serem batizados por Luís 13. Aqueles seres nus, pobres, ingênuos. Os espanhóis levaram da América ouro e prata. Os franceses, só aquelas pobres almas entregues ao Diabo, para serem convertidas ao cristianismo e salvas para Deus.

Falo essas coisas para avaliar o espanto que ainda nos causam as descobertas. Não as desconhecidas, mas as renovadas, como as da China. A Xangai envolvida na penumbra do ópio e a de hoje, das Bolsas derrubando a economia no mundo inteiro. O Ano Novo chinês lunar, o país já tendo 460 milhões de celulares, registrou 14 bilhões de mensagens de felicitações, no sistema de torpedos. O mundo fica estreito para tanto afeto.

Tudo caminha. Mudando de um pólo a outro, a base de Kourou vai lançar naves espaciais tripuladas, e os russos fazem um acordo com os franceses para operar o Soyuz renovado -o famoso foguete que leva os astronautas russos desde 1967 e o nosso astronauta Marcos Pontes- aqui em nossas barbas.

E Alcântara, mais bem localizada que Kourou, dorme o sono da satisfação de nossa burrice. Recusamos os acordos internacionais e ficamos no ramerrame da xenofobia.

O Brasil tem que entrar nas tecnologias do futuro, senão seremos uma colônia cultural. Ou então mostrar nossos índios em Notre Dame e ainda pensar nas lendárias Amazonas de um seio só, mulheres guerreiras que só recebiam machos nas noites de lua, banhando-se num lago de ouro.

José Sarney

Texto 3 - Anexo I
Folha de S. Paulo 03/03/2007
Drogas e violência

No auge do debate sobre violência, Sérgio Cabral mencionou a legalização das drogas como um tema importante. Aparentemente, todos os que acreditam nesta saída futura deveriam lançar-se na batalha.

Mas quem conhece o processo de legalização fora daqui sabe que ele tem premissas que não foram cumpridas no Brasil. Uma delas é uma polícia mais ética e competente. Enquanto não se fizer uma reforma profunda nos organismos policiais, a mudança pode contribuir com a violência.

Com o tempo e observação internacional, passei a ver a legalização não como uma renúncia ao controle, mas um salto de qualidade no próprio controle.

Aqui, no Brasil, é evidente que a súbita retirada dos mercados clandestinos jogaria os criminosos em outros tipos de crime. Logo, é preciso estar preparado para esse deslocamento, de um modo geral para seqüestros e roubos de carro.

Um brasileiro entrou num bar holandês onde se vende maconha.

Estava de gorro, e o gerente do bar se assustou. Chamou os seguranças que cuidam da entrada e os advertiu seriamente. Tinham esquecido da norma? É proibido entrar de gorro. Isto significa que os lugares são monitorados por câmeras.

Os armazéns suecos que vendem bebida possuem um grande fichário de clientes que não podem usar álcool. O fichário é consultado e uma luz vermelha se acende no caixa, indicando que, naquele caso, era proibido vender.

Quando a Inglaterra decidiu liberar o uso de maconha numa região de Londres, o fez aconselhada pela polícia. Argumento: quatro horas para abrir inquérito contra um usuário, é tempo preciso para realizar tarefas mais importantes de segurança pública.

Passei tantos anos falando em legalização e agora, que um jovem e corajoso governador levanta a tese, não posso abandoná-lo. Mas a melhor forma de concordar com ele é apontar e contribuir com a premissa que, realmente, pode nos aproximar, como outros países, da fase experimental: a reforma da polícia.

Mesmo a Colômbia, com os avanços em Bogotá, está mais perto da legalização do que nós, pois, do ponto de vista urbano, torna a violência administrável.

A tarefa de reformar a polícia não pode ser feita sem apoio da sociedade. Mas o importante é contar com as forças especiais e o Exército. Isso protege contra bolas pelas costas quando se tocam nos pontos mais sensíveis da corporação.

Pensem no Haiti. Em situação muito mais difícil, abriu-se um caminho em Bel Air e, nesta semana, Cité Soleil caiu nas mãos dos brasileiros. De que adianta correr o mundo se não aprendemos as lições?

Fernando Gabeira

Texto 4 - Anexo I
Folha de S. Paulo 04/03/2007
Feiticeiros e reis

Conheci um bailarino do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, famoso por sua beleza física e sua técnica apurada, que fazia os papéis mais nobres do repertório do balé clássico. Era o "partner" preferido das artistas estrangeiras que vinham se exhibir no Rio, como Margot Fonteyn, Tamara Toumanova e outras. Tinha um fã-clube que o aplaudia quando se exhibia em "pas-de-deux" de "Dom Quixote" e "Lago dos Cisnes".

Com o tempo, foi pegando papéis menos importantes, mas não queria pendurar suas chuteiras, vendia a alma para entrar em cena, fosse em qualquer papel. Nos últimos anos, foi oficializado como o feiticeiro do "Lago dos Cisnes", o mesmo balé que lhe dera glória.

Com a roupa e a máscara do feiticeiro, ele escondia a idade, a gordura e a técnica precária, limitava-se a fazer gestos terríveis, mesmo assim era aplaudido pelo conjunto da obra.

Li agora que Peter O'Toole, o magnífico "Lawrence da Arábia" de anos atrás, está contracenando com uma jovem em "Vênus", filme em que ele faz o papel de um ator decadente que se apaixona por uma quase-adolescente.

Ao contrário de outros que não passam recibo, submetendo-se aos agravos do tempo, Peter O'Toole reclamou que só lhe dão papéis de moribundo e, na melhor das hipóteses, em homenagem ao seu passado shakespeariano, faz um "Rei Lear" sem precisar de maquiagem.

É o destino em geral dos artistas e atletas que sobrevivem à sua obra. Thomas Mann descobriu tarde demais que depois do "Doutor Fausto" não devia ter escrito mais nada.

Jogador de futebol, com a idade, pode se transformar em técnico ou em comentarista esportivo. As grandes divas do teatro tornam-se sogras ou avós nas novelas de televisão. Sobram feiticeiros, e até mesmo os Reis Lears são raros.

Carlos Heitor Cony

Texto 5 - Anexo I
Folha de S. Paulo 05/03/2007
Anos "dourados"

Pelo fato de desencavar o passado em meus livros (sobre a bossa nova, Nelson Rodrigues, Garrincha, Ipanema ou Carmen Miranda), há quem pense que sou um nostálgico, saudosista e prisioneiro dos "anos dourados".

Os quais compõem um vago período entre os anos 50 do século 20 e alguma década posterior, variando de acordo com a idade de quem os classifica -quanto mais jovem a pessoa, mais os "anos dourados" avançam rumo ao século 21. Bem, os anos 60 talvez possam ser chamados de "dourados". Mas já vi os anos 70 e, incrível, até os 80 arrolados nessa categoria. E não duvido de que, um dia, os 90 também serão acusados de alguma douradice.

Bem, tenho novidades. Não sou nostálgico nem saudosista e meu interesse pelo passado é apenas racional, histórico e cultural. E, como sei uma coisa ou outra dos anos 50, posso garantir que, em vários aspectos, hoje é melhor. Duvida?

No Brasil dos "anos dourados", não se pensava na preservação das cidades. Sítios históricos eram arrasados para se rasgar uma avenida, furar o metrô ou plantar um viaduto, e vida que segue. Não havia a ecologia, e ninguém ligava que se construísse uma fábrica fedorenta ou uma usina atômica num santuário natural.

Não se reconheciam os direitos das mulheres, dos negros, dos índios, das crianças, dos animais, dos deficientes e dos homossexuais -se você fosse um desses, que se virasse. Havia uma ditadura da beleza e da elegância, regulada por Hollywood e Paris -as feias e as deselegantes conheciam o seu lugar.

Com a camisinha, o controle da procriação era privilégio dos homens. As mulheres desquitadas eram consideradas "fáceis". As viúvas, também. E por aí vai.

Enfim, você entendeu. Mas o assunto é vasto e volta a qualquer momento, em edição extraordinária.

Ruy Castro

Texto 6 - Anexo I
Folha de S. Paulo 06/03/2007
Para onde a política exterior?

Finalmente, debate-se política exterior no Brasil. Sinal de avanço: a política externa de uma democracia é assunto de toda a nação. A discussão, porém, ameaça tomar rumo prejudicial a nossos interesses duradouros.

Transmite-se, de muitas maneiras diferentes, a mesma mensagem: o eixo sul-sul, que a atual política brasileira se dedica a construir, sacrificaria as relações com os países ricos, a começar pelos Estados Unidos, onde se concentrariam nossos interesses atuais e futuros.

Deixemos em segundo plano, exigem os críticos, a mania da construção sul-americana e a tese da aproximação com os outros países continentais em desenvolvimento para dar primazia novamente às relações com os poderosos e os endinheirados.

A crítica revela a confusão, tradicional no Brasil, entre comercialismo estreito e realismo político no trato da política exterior. País que tenha ou que queira ter envergadura não se deixa cair em tal confusão.

Realismo político é entender que só ganhamos força nas negociações comerciais de agora se atuarmos como eixo de duas forças maiores: uma sul-americana, outra criada, por etapas, em iniciativas compartilhadas com alguns dos maiores países em desenvolvimento. Realismo político é reconhecer que só assim pode o Brasil, o único dos países grandes em desenvolvimento que aceitou privar-se de armamento nuclear, credenciar-se a ser levado a sério pelos Estados Unidos. Realismo político é vislumbrar, mais adiante, dois grandes interesses da nação. Para atendê-los, a política exterior brasileira teria de transformar-se, até radicalmente. Transformar-se, porém em direção oposta ao rumo pretendido por seus antagonistas.

O primeiro interesse é o de trabalhar com muitos governos e com muitas correntes de opinião mundo afora para mudar o sentido da globalização. Buscar globalização que maximize a reconciliação de trajetórias divergentes de desenvolvimento, dentro de uma economia mundial que se abra progressivamente, em vez de maximizar o livre comércio seletivo e hipócrita de hoje (livre para o movimento das coisas, não das pessoas.)

O segundo interesse é o de atuar com outros para ajudar a construir conjunto de contrapesos à hegemonia dos Estados Unidos. Conjunto que viabilize, pacificamente, a transição ao pluralismo ordenado de poder que a humanidade acabará obtendo por meio da guerra se não a puder alcançar dentro da paz. Para isso, porém, teria o Brasil de pensar grande.

Roberto Mangabeira Unger

Texto 7 - Anexo I
Folha de S. Paulo 07/03/2007
Mais anos "dourados"

Outro dia, ousei defender a idéia de que os "anos dourados" -os anos 50, pelos quais tanta gente suspira- nunca foram tão bons quanto vistos de hoje. O tempo é que se encarregou de melhorá-los. Alguns nostálgicos saltaram das pantufas e argumentaram que, por mais superestimados, os "anos dourados" eram melhores que os dias atuais. Para eles, nada pode ser pior que os dias atuais.

Eu diria que a pior coisa dos dias de hoje, para esses meus amigos, é que eles já não são jovens como nos "anos dourados". E que, mesmo naquela época, os jovens tinham muito que reclamar. Por exemplo, eram poucas as carreiras a seguir: direito, medicina, engenharia e, talvez, arquitetura ou farmácia. Não se conheciam (ou se reconheciam) profissões hoje corriqueiras, como as de sociólogo, designer, publicitário, aspone ou carnavalesco.

Só aos pobres ou muito pobres era permitido cantar, tocar violão ou jogar futebol como profissional. Da classe média para cima, nem pensar em viver dessas atividades. Ter vocação para jornalista também não contava muitos pontos entre as tias mais velhas.

As moças se dividiam em "de família" e as outras. As primeiras usavam meias soquetes, tinham namorado firme e estavam destinadas ao magistério. As outras se divertiam muito mais. Mas ninguém tinha direito à vida pessoal. Esperava-se que as pessoas se casassem antes dos 30, e os solteirões eram malvistas -as mulheres, como encalhadas; os homens, como enrustidos.

Enfim, os "anos dourados" eram fabulosos -para os que não os conheceram em primeira mão ou já se esqueceram de como era viver sem água, luz, telefone e outros confortos. E também sem o excesso de informação que hoje nos intoxica 24 horas por dia e faz o mundo parecer ainda pior do que ele é.

Ruy Castro

Texto 8 - Anexo I
Folha de S. Paulo 08/03/2007
Uma bala de açúcar

A visita que o presidente George Walker Bush inicia hoje ao Brasil mais a viagem que seu colega Luiz Inácio Lula da Silva fará dia 31 aos Estados Unidos representam um desmentido, pelos fatos, à teoria de que há um viés anti-norte-americano na política externa brasileira. O fato é que a troca de visitas apenas confirma que raras vezes, talvez nunca (diria Lula), as relações Estados Unidos-Brasil estiverem em tão bom nível.

De todo modo, a viagem de Bush acabará tendo um sabor agridoce. Doce porque o memorando de entendimento sobre cooperação no campo do etanol é "a mais positiva agenda que os Estados Unidos adotaram na região em décadas", como escreve, para o jornal canadense "Globe and Mail", a brasileira Annette Hester, especialista no mercado de energia, baseada em Calgary (Canadá).

Mas ela própria introduz um "porém": "O diabo está nos detalhes e, a menos que Washington esteja pronto para realmente cooperar, toda a iniciativa poderia ser um tiro pela culatra".

Completa Pedro de Camargo Neto, talvez o brasileiro com mais experiência em negociações comerciais sobre agricultura, tanto no setor privado como no público: "A agenda da visita inclui muita coisa interessante, mas exclui o essencial: a liberalização do comércio do etanol nas Américas" (leia-se: a eliminação da sobretaxa imposta pelos Estados Unidos).

Enquanto o diabo dos detalhes não se explicita, Lula pode até dar-se ao luxo de cenas explícitas de megalomania, como gosta: há anos, vem pregando a propagação do etanol como a melhor forma de ajudar países pobres, e não só na América Latina/Caribe.

Agora que Bush parece ter subido ao carro, o programa pode vir a ser no futuro uma bala de açúcar apontada ao coração de Hugo Chávez e seus petrodólares.

Clóvis Rossi

Texto 9 - Anexo I
Folha de S. Paulo 09/03/2007
Entre Lula e Bush, as ruas

Lula e seu governo se esgoelam nos gabinetes de Brasília para descartar qualquer acusação de anti-americanismo enquanto as esquerdas, inclusive algumas tradicionais bases petistas, se esfalfam nas ruas do país para comprovar justamente o contrário.

Não deixa de ser curioso registrar que o governo do PT, "de esquerda", proporciona dois encontros presidenciais num só mês -o de hoje, em São Paulo, e o do próximo dia 31, em Washington. E que os dois lados não se cansam de dizer que "nunca antes" as relações entre Brasil e EUA estiveram tão boas.

Enquanto isso, as esquerdas que vão às vias de fato, se estapeando, apanhando, berrando o "fora Bush", estão menos identificadas com o governo Lula e mais com o de Hugo Chávez, na Venezuela.

Ruim para Lula? Não, muitíssimo ao contrário. Quanto mais Chávez chamar Bush de "el diablo" e quanto mais PSTU, MST e outros do gênero saírem por aí queimando bonecos de Bush, mais Lula se torna importante para o principal governo e maior mercado do mundo. O contraponto, o equilibrado, o confiável. Aquele com o qual vale a pena fazer acordos e parcerias. Até para "segurar" os tentáculos chavistas pela Argentina, pela Bolívia, pelo Equador. Por enquanto.

No memorando que os dois presidentes vão assinar hoje para desenvolver o álcool combustível, está prevista a cooperação bilateral em três áreas: difusão do produto e de sua tecnologia para terceiros países, pesquisa e tecnologia e normatização e padronização (necessários para transformar o álcool em commodity internacional).

Bush e seu governo não cederam na questão mais objetiva e crucial, a dos subsídios e taxas impostas ao álcool brasileiro, que está sendo empurrada para "fóruns mais apropriados". Mas o memorando é um bom acordo, digamos que um bom começo de conversa.

Eliane Cantanhêde

Texto 10 - Anexo I
Folha de S. Paulo 10/03/2007
Paris de Roberto

Era a Paris do pós-Guerra, regada a existencialismo, jazz, heroína e, de vez em quando, uma orgia -a Paris de Sartre, De Beauvoir, Jacques Prévert, Boris Vian e outros que ficam na geladeira do Éléphant Blanc. Era onde o mundo queria morar.

Pois, nesse elenco de milhões, lá estavam, em alguma época entre 1949 e 1953, brasileiros como Vinicius de Moraes, Di Cavalcanti, Guimarães Rosa, a jovem Danuza Leão, o paisagista Burlle Marx, o filólogo Celso Cunha, o repórter Justino Martins, o estudante Ivo Pitanguy, o ator Haroldo Costa, o balé Brasileira, as modelos (de Chanel) Vera Barreto Leite e Mimi de Ouro Preto e muitos mais. Um dia, todos voltariam à taba para civilizar os nativos.

Mas, antes disso, precisaram de alguém que os civilizasse em Paris. Esse alguém existiu, na pessoa do carioca Roberto Assumpção, secretário da Embaixada do Brasil naquele período. Roberto era mais que um diplomata platônico, afiado nas questões do métier. Era um intelectual ativo. Graças a ele, o Itamaraty publicou, em 1946, suas tábuas da lei: a obra completa, em dez volumes, do barão do Rio Branco.

Em Paris, Roberto fez muito pela arquitetura e pela poesia brasileira, pondo-as ao alcance dos franceses. Mas o que mais fez foi abrir a velha cidade e seus novos segredos aos brazucas de passagem. Segredos que, na volta, eles processariam em arte, atitude ou comportamento, mudando com isso a face do Rio, cuíca do Brasil.

Depois, como embaixador, Roberto serviria em Moscou, Argel, Praga, Damasco, Bagdá, Nova Déli e Katmandu. Mas é curioso como, até outro dia, em seu apartamento no edifício Chopin, no Rio, ainda se respirava aquela atmosfera de Paris -e com a presença de algum remanescente.

Roberto morreu no Rio, há uma semana, aos 91 anos.

Ruy Castro

ANEXO II

Texto 1 – Anexo II
O Estado de S. Paulo 01/03/2007
Foi tudo posto em questão

A dor, a indignação, a revolta provocadas pelo trucidamento do pequeno João Hélio, no Rio, abalaram o país num terremoto não somente emocional, como intelectual, legal, político, social e cultural. Foi tudo posto em questão. A legitimidade de tantas teses humanistas em relação ao crime, a eficácia das leis criminais e da execução penal, a responsabilidade da União, dos Estados, das prefeituras, a integridade do nosso tecido social, que gera e tolera tantas atrocidades que clamam aos céus, e até o grau de civilização de nosso país, muito bem questionado nas palavras da analista política Lúcia Hippólito: “Já não é questão de segurança pública, e sim de estágio civilizacional.”

Princípios, valores e instituições que nos tutelam, foi tudo posto em xeque. A dúvida latente em meio à tempestade que varre nossos corações e nossas mentes é a seguinte: será que vale a pena ser brasileiro num ambiente tão perverso como o em que vivemos, sob leis tão frágeis e inseguras, dentro de um sistema político ultrapassado em sua centralização e em seu absurdo formalismo, na mão de políticos irresponsáveis e corruptos, e numa sociedade sufocante e sem horizonte, na qual predomina a mais cruel das barbáries?

Sim, é nossa condição de brasileiro que está em jogo, principalmente na juventude. Logo depois do monstruoso sacrifício de João Hélio, desencadeou-se nos EUA mais um dia de fúria: certo refugiado bósnio matou cinco e um investidor assassinou três e se suicidou em seguida. Não são raros massacres semelhantes na terra de Tio Sam. Dir-se-ia que também nos EUA se sucedem os crimes bárbaros. Mas é muito diferente. Nos EUA o crime é a transgressão da rígida ética puritana, irrompendo em casos isolados, aqui e ali, e determinando um surto de autopunição que desemboca no suicídio do autor. Por mais horripilante que possam ser tais crimes e os “serial killers” nos EUA, eles não comprometem a sanidade do tecido social americano. A sociedade ianque permanece fiel aos valores puritanos e ao “american way of life”. Aqui, no Brasil, é diferente. O criminoso brasileiro nunca se mata de arrependimento, ele, simplesmente, reincide. A escalada de crimes teratológicos entre nós só demonstra a fragilidade do vínculo que liga o indivíduo à sociedade. Mais um passo e nos precipitaremos na anomia, a ausência, na sociedade, de padrões de conduta e de crença, a anarquia geral. A violência que grassa na base social apenas responde à corrupção que contamina as altas esferas do País (e não só da política).

Renato Janine Ribeiro, em artigo na Folha de S. Paulo (suplemento Mais, 18/2), teve uma explosão de sinceridade rara em intelectuais brasileiros. Chamou o crime contra o menor de “o horror em estado puro”, confessando que não consegue parar de pensar no assunto. Intelectual de esquerda, simpatizante de Lula, formado na mentalidade iluminista com sua crença no progresso moral irresistível da humanidade, levanta questionamentos religiosos, revê sua posição sobre a pena de morte e se dilacera em incertezas humanísticas ao indagar se “a humanidade se constrói, se conquista – e também se perde”. Se lesse os espanhóis, saberia que “o tigre não pode se destigir, mas o homem pode se desumanizar” (Ortega). Com a coragem da indignação, rompe com toda e qualquer postura acadêmica e bem-pensante, com todas as teorias sobre a “natureza humana”, só faltando dizer que é preciso atingir o grau zero da interpretação especulativa e começar tudo de novo.

E por falar em teoria (sempre bem-vinda quando em sintonia com a realidade), vamos passar da divagação para a prática. O maior perigo é fazer com que o caso João Hélio assuma equacionamento estritamente jurídico: reforço das leis, penas agravadas, maioria penal

diminuída, e a questão ficaria resolvida. Ocorre que o bandido não se intimida com a pena, nem mesmo com a pena de morte. Não dá valor à vida alheia nem à sua. A reforma legal é necessária, mas insuficiente. O que intimida mesmo o bandido e o leva a pensar duas vezes antes de cometer a infração é a ação repressiva maciça, organizada e de amplo alcance, tomada de forma ostensiva e captando a simpatia e adesão da população. O exemplo vem da Colômbia, onde os índices de criminalidade caíram drasticamente em pouco mais de uma década, segundo matéria recente da revista *Época* (19/2). Inspirados no exemplo colombiano, eis as primeiras providências a serem tomadas por aqui.

Primeiro, a limpeza da polícia, para cortar a promiscuidade entre o crime e os representantes da lei e, assim, contribuir para o saneamento das prisões.

Segundo, a sinergia entre União e autoridades locais no combate ao crime. Na Colômbia, o governo de direita e as prefeituras de esquerda se uniram. O governador do Rio, Sérgio Cabral, já esboçou algo parecido.

Terceiro, investimento pesado na urbanização de favelas.

Quarto, policiamento ostensivo, com a presença maciça de policiais nas ruas, conversando com todos, sempre com bons modos e captando a simpatia e a cumplicidade da população.

Quinto, dar ocupação aos jovens das favelas e da periferia, com muito esporte, dança, música (a exemplo da favela de Heliópolis, em São Paulo) e, estilo atrativo de ensinar na sala de aula.

Sexto, rever o excesso de proteção concedido ao menor, que se revelou contraproducente, como a proibição de o menor de 14 trabalhar.

O sr. Jorge da Conceição Lopes, um dos donos da Casa Santa Luzia, sugere que o menor de 14 anos trabalhe meio período e seja obrigado a estudar no outro período. Assim, diz ele, ficará preservada a dobradinha mestre-aprendiz: o auxiliar de barbeiro aprendendo o ofício do mestre barbeiro; o de jardinagem, o ofício de jardineiro; etc. Pois o essencial é manter o jovem sempre ocupado, motivado, canalizando sua exuberância de energia em função edificante.

Gilberto de Mello Kujawski

Texto 2 - Anexo II
O Estado de S. Paulo 02/03/07
A política como deve ser

No meu artigo já serei um deputado em atividade. O que muda na minha escrita? Eu creio que nada. Talvez a minha credibilidade sofra algum abalo. Afinal, sou agora um político. E os políticos não gozam lá de excelente reputação.

Quando decidi me candidatar não foram poucos os amigos que tentaram me demover do meu pleito. “Você, sozinho, não vai salvar o Brasil”, diziam-me alguns. “E ainda será responsabilizado por tudo de errado que acontecer”, alertaram-me outros.

Bem, nunca tive a pretensão de salvar o que quer que seja. E, no mais, não acredito na tese que os políticos são sempre culpados de tudo. Já fui deputado federal por dois mandatos. Tempo suficiente para aprender a separar o joio do trigo. Há excelentes parlamentares no Brasil, homens públicos predestinados, que empenham o melhor de si na difícil tarefa de fazer deste país uma nação. Há também aqueles que, embora não se consideram imbuídos de uma missão divina, procuram comportar-se dentro de um parâmetro eticamente aceitável. Eles, é claro, não descuidam de suas bases eleitorais. Se foram eleitos por determinada região ou segmento da sociedade, tudo farão para beneficiar o seu eleitorado. E, nas grandes questões, procurarão votar de acordo com a sua consciência ou seguir a orientação de suas bancadas.

Além destes dois tipos de parlamentares, existem, é claro, os que se valem de qualquer expediente para alcançar o que desejam. São os anões morais, gente sem grandeza, destituídas de escrúpulos, para quem o mandato não passa de uma alavanca, instrumento de barganha para obtenção de vantagens e privilégios escusos. São uma minoria, é verdade. Mas estão sempre em evidência, até porque, no mais das vezes, deputado só rende manchetes na imprensa quando se envolve em escândalos. A impressão que fica, para a opinião pública, é a de que todos são assim.

Mas será que essa situação é imutável? A política, para as pessoas de bem, será sempre vista como uma arena onde só se aventuram os malandros, os oportunistas e os inescrupulosos? Não necessariamente. A política, dependendo de como é exercida, pode ser desde a mais nobre das artes até a mais vil das profissões. E quem determina a forma como ela deve ser exercida? Basta a consciência individual de cada político? Entendo que não.

Já relatei aqui, neste Espaço Aberto, o encontro que tive dez anos atrás, com parlamentares portugueses e espanhóis. O então Vice-Presidente Marco Maciel convidou alguns deputados brasileiros para conhecer as delegações estrangeiras, no Palácio Jaburu, sua residência oficial. Nossos colegas ibéricos ficaram desconcertados quando souberam qual era a reputação dos políticos brasileiros perante o povo. Em seus países se dava exatamente o contrário. A classe política, gozava de grande prestígio da sociedade, o que estimulava os seus melhores talentos a se encaminharem para ela. Havia pouco espaço para os aventureiros, os quais, uma vez identificados, dificilmente eram reeleitos. O eleitorado era bastante informado, seletivo e exigente. Isso criava um círculo virtuoso. Como o povo só concedia o seu voto a gente de mérito, os políticos, por sua vez, procuravam comportar-se com extrema coerência e ética, estabelecendo, assim, um padrão moral mais elevado no espaço público.

Quando lhes relatei que no Brasil os eleitores não apenas não cobram seus representantes, como, no mais das vezes, nem sequer se recordam em quem votaram para deputado, eles concluíram que o política brasileira, era de tão baixa qualidade justamente em razão do grau de amadurecimento cívico do nosso povo. Espanha e Portugal eram dois países que haviam passado por várias décadas de ditadura. Seus povos não pretendiam de forma alguma reviver o passado e, portanto, levaram extremamente a sério todos os

assuntos atinentes à política e ao fiel cumprimento das regras e da ética inerentes à democracia.

Cada povo atingia a maturidade cívica a seu modo. Nos EUA as coisas eram muito semelhantes às do Brasil de hoje, até 1881. Havia dezenas de milhares de cargos públicos de livre provimento e era prática normal o partido do vencedor preenchê-los todos. Naquele ano o próprio presidente, James Garfield, foi assassinado, logo no início do seu mandato, por um acólito que não conseguira ser empregado em seu governo. Esse fato gerou grande comoção da sociedade. Era chegada a hora do basta! Nasceu o movimento “gogo” (good government), que forçou as autoridades a profissionalizar ao máximo a gestão pública, e se criou uma agência independente – que hoje é a Office of Personnel Management (OPM) – encarregada de prover, por critérios técnicos e objetivos, quase todos os cargos intermediários de comando do Executivo. Não havendo mais cargos a distribuir, as relações entre este Poder e o Legislativo se tornaram muito mais civilizadas, sem as barganhas fisiológicas tão características em nossos governos. Além do mais, parlamentares, por lei, não podem exercer cargos no governo, o que reduz em muito, as ambições das bancadas a cada temporada de reforma ministerial. A contrapartida, no sistema de freios e contrapesos que caracteriza a democracia americana, o presidente não conta com instrumentos como as nossas medidas provisórias para impor as suas vontades ao Congresso. Aliás, ele nem sequer pode enviar projetos de lei ao Parlamento. Vale-se, para tanto, da boa vontade de algum congressista para apresentar as suas propostas.

Não creio ser uma boa idéia matar o Lula para desencadear, por aqui, processo semelhante. Mas, enquanto não reformarmos as nossas instituições, enquanto o grosso da opinião pública não amadurecer, a Nação continuará à mercê de aventureiros. E os políticos, bons e maus, é que levarão toda a culpa. Agora eu também sou um deles...

Por João Mellão Neto
Jornalista e Deputado Estadual

Texto 3 - Anexo II
O Estado de S. Paulo 03/03/2007
Somos mais Modernos

Países que se julgam tão civilizados punem suas crianças na tenra idade, ignorando que elas estejam longe de ter atingido a maturidade suficiente para entender seus próprios atos. Vejamos alguns exemplos chocantes. Na Inglaterra, na Irlanda do Norte e na Suíça a maioria penal é aos 8 anos de idade! Em outros países, a barbárie da imputabilidade infantil é um pouco menor, mas mesmo assim assustadora: aos 12 anos no Canadá, na Espanha, nos Países Baixos, na Grécia, em Israel; aos 13 anos em Mônaco (mas também com aquele padrão de vida tão subdesenvolvido de Montecarlo!); aos 14 anos na Alemanha, na Itália, na Áustria, na Rússia (é admissível ainda terem legislação penal tão retrógrada?); aos 15 anos na Suécia, na Dinamarca, na Noruega, na Islândia, na Finlândia, na República Checa (eta, lugarzinhos primitivos, ignorantes da psicologia adolescente!); aos 16 anos em Portugal, em Cuba, na Bolívia (nestes a situação é um pouquinho melhor, mas dá para evoluir).

E aqui temos os únicos países do planeta cuja maioria penal é aos 18 anos: Guiné, Colômbia, Equador, Venezuela e... Brasil! Somos, assim, os cinco países que dão ao mundo um exemplo de modernidade, de conhecimento profundo da evolução psíquica do ser humano, no caminho do pleno uso da razão e da desejada maturidade. Graças à grande evolução de nossos padrões científico-tecnológicos, seja no campo da biologia, da psiquiatria, da psicologia, da pedagogia ou da criminalística, somos muito mais modernos do que o resto do mundo no que diz respeito à aplicação de medidas socioeducativas em infantes infratores que ainda não completaram 18 anos de idade e, por isso, têm de ser julgados penalmente inimputáveis, sob pena de se praticar uma intolerável violação de seus direitos humanos, coisa típica dos regimes fascistas.

Por falar em regimes fascistas, no campo da legislação penal, veja-se o tenebroso exemplo dos Estados Unidos da América: em 1972, a Suprema Corte daquele país, julgando sabiamente que a pena de morte era uma punição inadmissível, por ser cruel, aboliu-a em todo o território norte-americano. Mas, inexplicavelmente, mais baseada em dados estatísticos que indicavam aumento astronômico da criminalidade do que em argumentos técnico-jurídicos, a mesma Suprema Corte revogou a abolição da pena de morte em 1976. Assim, o Parlamento de cada um dos 50 Estados teve de decidir se adotaria ou não a punição máxima. E o resultado foi este: 38 Estados - entre os quais os menos evoluídos quanto ao respeito aos direitos dos cidadãos, como Nova York, Califórnia, Flórida, Illinois, Michigan, Pensilvânia, Texas, Colorado, Connecticut, etc. - adotaram a pena de morte. E 12 Estados - entre os quais os mais evoluídos, como Alasca e Havaí - não a adotaram. Em Massachusetts o projeto de introdução da pena de morte perdeu por um voto em 1996, depois que um parlamentar, na última hora, voltou atrás.

Agora, vejam a que ponto de cruel cinismo se chegou na grande nação do norte: em artigo publicado no USA Today, em março de 1997, o governador do Estado de Nova York, George E. Pataki, teve a coragem de fazer referência à contribuição que dera ao restabelecimento da pena de morte naquele Estado. Ele dizia que a reintrodução da pena havia sido vetada por seus antecessores por 22 anos consecutivos, mesmo depois de restaurada, em 1976, pela Suprema Corte e mesmo ante a longa luta da população por justiça, em favor da segurança de suas comunidades, da diminuição das vítimas da criminalidade e da renovação das liberdades pessoais dos cidadãos (à vida e à locomoção). Estabelecendo como primeira prioridade de seu governo a obrigação de proteger os residentes do Estado de Nova York

contra o crime e a violência, o governador Pataki, imediatamente após sua posse, procurou reverter duas décadas de “medo do crime” (por parte dos cidadãos), que, em sua opinião, se ligava, diretamente, à “falta de medo da punição” (por parte dos facínoras), pelo que restituiu a eficácia intimidativa da pena de morte como uma das principais bases de sua política de segurança pública (que horror!). E estes foram os resultados que teve o desplane de alardear: em dois anos, os crimes de morte em Nova York foram reduzidos em 23% e a criminalidade geral, em 11%.

Mas não podemos levar isso em conta, porque Nova York é um péssimo exemplo. Na cidade de Nova York, por exemplo, foi adotada aquela esquisita política da “tolerância zero” (ou broken windows), que pune e não perdoa os pequenos delitos, tais como pichações ou estragos em equipamentos públicos, por menores que sejam. Eles não conseguiram acompanhar os grandes avanços que temos feito, no Brasil, no campo das penas alternativas, assim como no da concessão de indultos, como o natalino, que estimulam os melhores sentimentos dos presidiários e contribuem, fortemente, para sua recuperação.

Aliás, como já diz o termo, a progressão das penas, em nosso país, representa um dos maiores progressos da ciência jurídico-penal. Em outros países, quem é condenado a 30 anos tem de cumprir essa pena. Que condições terá ele de se recuperar depois de tanto tempo na prisão? Aqui, não: o condenado a 30 anos, se tiver bom comportamento, pode ser libertado após cumprir um sexto da pena, ou seja, cinco anos. Não é fantástico o incentivo que ele terá para se reeducar e voltar ao seio da sociedade, por mais que a situação de exclusão social que sofreu o tenha forçado a, eventualmente, abater uma ou outra criança? Mas isso só em países modernos, como Brasil e a coirmã Venezuela. E é claro que nossos lúcidos legisladores manterão tal avanço, sem sucumbir à emoção do momento.

Por Mauro Chaves

Jornalista, Advogado, Administrador de empresas, Escritor e Produtor Cultural

Texto 4 - Anexo II
O Estado de S. Paulo 04/03/07
Uma cúpula mundial do clima

No livro fascinante do jornalista polonês recém-falecido Ryszard Kapuscinski, Ébano, há um capítulo sobre um povo africano perdido nos grotões entre Uganda e Congo, os amba. Como boa parte dos antigos povos africanos, os amba acreditam que os males que acoçam as pessoas vêm dos bruxos. Têm pena dos ocidentais que atribuem as enfermidades ou os desastres a causas naturais, como um vírus ou um choque mecânico, porque “sabem”, de um saber ancestral, que não é assim: são as bruxarias que comandam o cotidiano. Há que contratá-las com outras tantas magias para anular seu efeito maligno. Em geral, nas culturas africanas a bruxaria provém “do outro”, do outro clã, do outro povo. A peculiaridade dos amba é que eles “sabem” que não é necessariamente assim. A maldade pode vir de um irmão clânico. Como consequência, a reação provoca rixas intraclânicas e todos desconfiam de todos.

Há semelhanças nestas crenças com aspectos da cultura ocidental. Não quero voltar ao tema tão aborrecido dos partidos políticos. Em alguns deles prevalece a visão amba: pior inimigo do que o outro lado é o companheiro de partido. É verdade que uma coisa não exclui a outra, pode ser que haja inimigos dentro e fora de casa, tornando a vida uma noite escura, objeto de temor reverencial dos amba. Mesmo em assuntos mais agônicos estamos reagindo às ameaças como se fôssemos amba. É o caso do meio ambiente.

Nada é mais ameaçador para a humanidade que o efeito estufa. As conclusões da reunião do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), recentemente realizado em Paris, afastaram qualquer dúvida sobre o que acontecerá no futuro se medidas drásticas deixarem de ser tomadas desde já: desertificação da Amazônia, inundações providas da elevação das águas do mar, degelo dos pólos, vendavais e tempestades ao lado de secas, e assim por diante. E não estamos falando do futuro remoto: sinais claros já estão ocorrendo. A pedido do governo inglês, um ex-economista-chefe do Banco Mundial, Nicholas Stern, apresentou em 2006 um relatório que aponta para perdas econômicas anuais correspondentes a 5% do PIB mundial, podendo chegar a 20% se não houver redução do lançamento de gases na atmosfera.

Diante disso, que fazer? Achar que não há causas identificáveis para explicar o fenômeno? Crer que sempre foi assim e que o avanço da tecnologia, por si só, resolverá os problemas? Jogar a culpa no outro (“afinal, os países desenvolvidos foram historicamente os responsáveis pelo efeito estufa, eles que cuidem...”) ? Achar que “é a indústria” ou “é a agricultura” que polui - são elas os bruxos -, e não os consumidores? Jogar a responsabilidade nos governos? E os cidadãos, eles não precisam tomar consciência e atuar?

Nenhuma questão é mais desafiadora e mais abrangente que a do meio ambiente. Não se trata apenas do efeito estufa, mas de uma questão mais geral: nossas práticas ocidentais, ao se generalizarem, permitirão a convivência pacífica entre o homem e a natureza e, no limite, dos homens entre si?

Por sorte, apesar de parecer, não somos amba. A ciência avançou e já se sabe bastante sobre várias causas dos desastres ambientais, tanto as naturais como as culturais. Dentre estas é fácil imaginar que a generalização a todos os países do padrão ocidental de consumo das classes médias e altas é insustentável em médio prazo. Basta comparar - e sem tomar como base os mais altos padrões de consumo - São Paulo com a China. Aqui há um carro para cada

dois habitantes, em média. Entre 1991 e 2004, o número de autos pulou na China de 100 mil para 2,3 milhões. Para equivaler ao padrão paulista a China daqui a algum tempo (bastante tempo, é verdade) teria centenas de milhões de carros, mesmo se considerarmos somente as áreas urbanas. Mantida a tecnologia atual e sendo impossível generalizar o uso do etanol, imagine-se o que significaria o volume de emissões de CO2 produzido pelos combustíveis fósseis, como o petróleo.

Mas não é justo imaginar que “o inferno são os outros”. Nós continuamos a devastar nossas florestas, apesar dos inegáveis esforços governamentais. Em reunião havida em 2003, em Buenos Aires, para um balanço sobre a emissão de gases de efeito estufa (isto é, que produzem o aquecimento do clima), viu-se que 70% das emissões brasileiras são decorrentes do desmatamento da Amazônia. Outra boa parte decorre da emissão de gás metano resultante do processo digestivo do gado. Quer isso dizer que abriremos mão de criar condições para a exploração sustentável da Amazônia ou da riqueza gerada por possuímos um dos maiores, se não o maior rebanho bovino do mundo, ou da exportação de suínos? Não. Mas temos de pensar de que maneira organizar a produção e os padrões de consumo para assegurar que nossa economia e nosso estilo de vida serão sustentáveis ao longo do tempo.

O Brasil tem tradição em matéria de meio ambiente. Foi daqui que partiu, em 1992, o primeiro grande grito em defesa da Terra, quando a ONU organizou a Conferência do Rio. Nas discussões de que resultou o Protocolo de Kyoto, uma convenção para evitar os efeitos negativos da emissão de gases que está por trás das mudanças climáticas, nossa posição foi ativa. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) resultou de uma proposta inicial do Brasil. Em 1999 e em 2000 criamos, respectivamente, a Comissão Interministerial de Mudança do Clima e o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Nossa mídia, por seu lado, está muito ativa na disseminação da discussão pertinente. A Bovespa criou um índice de sustentabilidade, a BM&F trata de viabilizar a compra de CO2 pelo MDL, e assim por diante.

Não será a hora, uma vez mais, de o governo brasileiro se adiantar e, ante a pasmeira do governo americano (ao contrário da sociedade e das empresas americanas), convocar, através da ONU, uma Cúpula Mundial do Clima, a realizar-se no Brasil, reunindo novamente chefes de Estado e levando-os a uma atitude mais responsável para evitar desastres futuros? Poderemos recordar-lhes que temos interesse vital na Amazônia (para preservar as árvores e a água) e que nossas empresas se adiantaram e tornaram o etanol viável, bem como avançamos tecnologicamente com o flex (o uso flexível de combustíveis pelos autos) e estamos a ponto de criar um setor industrial álcool-químico de efeitos revolucionários.

Com a palavra o presidente da República, que, se quiser trilhar caminhos de convergência e exercer a liderança que o Brasil sempre teve neste campo, tem excelente oportunidade.

**Por Fernando Henrique Cardoso
Ex-Presidente da República e Sociólogo**

Texto 5 - Anexo II
O Estado de S. Paulo 05/03/07
A contribuição das universidades

O primeiro fruto da interação da recém-criada Secretaria de Ensino Superior com as universidades públicas paulistas é a preocupação com o ensino básico em São Paulo. A proposta, que apareceu no meio da profícua discussão sobre autonomia, surgiu das próprias universidades, expressão de sua sensibilidade e seu compromisso social, e foi encampada pelo governador José Serra, na formação imediata de um grupo de trabalho (universidades, Secretarias de Educação e de Ensino Superior) com o objetivo de conjuntamente implementar soluções para melhorar a qualidade do ensino fundamental paulista.

É desnecessário estender-me sobre o potencial dessa colaboração. Pesquisa recente realizada pela Unesco em escolas públicas de boa qualidade concluiu que, entre os fatores do sucesso, um é determinante: o apoio externo de grupo ou entidade com conhecimento específico. O conjunto das universidades públicas paulistas pode dar uma contribuição extraordinária para mudar o quadro do ensino fundamental em nosso Estado.

Esse é o primeiro fruto do diálogo estabelecido com as universidades. Virão outros. A concentração de inteligência e inovação nelas contida pode oferecer rumos a diferentes políticas públicas, da mesma forma que constituem caldo de cultura propício para o desenvolvimento tecnológico e para inovações industriais. Os Núcleos Interdisciplinares da Unicamp, implantados a partir da década de 1980, constituem uma demonstração da capacidade da universidade para realizar essa interface acadêmica com a sociedade.

Existe um projeto ambicioso e necessário do governo do Estado de implementação de cinco parques tecnológicos em São Paulo, dois deles já funcionando, em Campinas e em São José dos Campos. O de Campinas nasceu como filho de um casamento entre o CPqD da Telebrás e a Unicamp, abençoado pela prefeitura. Hoje ele precisa ser revigorado. Os outros três parques - São Paulo, São Carlos e Ribeirão Preto -, com vocações específicas, devem juntar-se à pesquisa básica da universidade desses locais.

Mas para estabelecer uma boa integração é preciso compreender o complexo significado da instituição universitária de pesquisa. As três universidades públicas estaduais de São Paulo gozam de reconhecimento internacional. Temos hoje no Estado - graças à mãe USP, à importação de cérebros, ao modelo das 'Grandes Écoles', aos pioneiros desbravadores, funcionários dedicados, bons pesquisadores e reitores eficientes - três espaços dedicados ao conhecimento, que o trabalham de modo específico com a função de desenvolvê-lo permanentemente para toda a sociedade. Sua peculiaridade e sua força repousam na aliança entre educação e geração de conhecimento e, especialmente, na vocação de formar pessoas para multiplicarem ambas as tarefas. Para exercer essas funções - hoje mais importantes do que nunca, pois vivemos numa sociedade do conhecimento - é essencial que a instituição universitária tenha liberdade, para não se render a utilitarismos - sejam do fordismo ou mesmo das políticas sociais -, e autonomia, para manter essa liberdade. A universidade pode e deve propor idéias para esses dois lados, porém não é a responsável direta pela solução desses problemas, pois seu papel fundamental é preparar cidadãos capacitados para exercerem essas funções e que devem ser formados num ambiente de pesquisa, para terem criatividade, e de liberdade, para desenvolverem espírito crítico.

Daí a relevância de investigações básicas na universidade, daquelas que tratam da fronteira do conhecimento. É bom lembrar que nesse ambiente acadêmico, específico,

delicado e frágil, se produziram a física quântica, o DNA, a eletricidade, o lazer, além da maioria dos homens e das mulheres que acrescentaram qualidade e humanidade à História contemporânea. Por isso, o aumento do número de vagas deve ser gradual, entretanto não se deve deixar de pensar e planejar, apontando para a modernidade, um Sistema Estadual de Ensino a Distância de qualidade.

Tudo isso precisa ser convenientemente entendido e preservado, mas nada disso significa que as universidades devam ficar fora do controle do poder público, tampouco divorciadas da sociedade que as mantém e necessita de seu apoio. O desafio é compatibilizar o respeito à peculiaridade da universidade, sua liberdade e autonomia com as integrações benéficas com a sociedade. O caminho é o diálogo informado, contínuo, ponderado e respeitoso, que não ofereça desde logo um modelo acabado, mas que o formule no trajeto dessa interação e que busque sempre resultados.

Além disso, existem mais de 500 instituições universitárias no Estado, é preciso dar um corpo a esse valioso conjunto para poder estabelecer uma política de ensino superior.

Em resumo, a Secretaria de Ensino Superior, além de se preocupar com a manutenção e o aprimoramento da qualidade das nossas três universidades públicas estaduais, com o aumento de vagas sem perda de qualidade, objetiva formar um Sistema de Ensino Superior do Estado que olhe para fora dele, pelo menos em três direções: ensino básico e seu aprimoramento, desenvolvimento científico e tecnológico e empregabilidade dos profissionais formados. Tudo isso sem perder de vista que sua principal função é a formação de recursos humanos.

Por José Aristodemo Pinotti
Deputado Federal, Secretário Estadual de Ensino Superior, Professor da USP
e da Unicamp e Presidente do Instituto Metropolitano de Altos Estudos

Texto 6 - Anexo II
O Estado de S. Paulo 06/03/07
Turbulências globais

Começou com uma queda forte na bolsa da China. Eram rumores sobre a imposição de controles e imposto nas ações chinesas. Foram desmentidos no dia seguinte, mas os investidores já olhavam com mais cuidado para o risco que estavam correndo em outros ativos e lugares do mundo. Nenhum ativo com risco resistiu a esse olhar mais ansioso. Já faz uma semana de queda nos mercados, globalmente. Evento suficiente para levantar a pergunta mais relevante: será apenas uma correção de exageros no mercado financeiro ou, após anos de boas notícias, sinal de mudanças na economia mundial com conseqüências negativas para todos?

A resposta não é trivial. Normalmente, os sinais são dúbios. Os analistas freqüentemente descobrem as recessões após os dados saírem e debatem as suas causas por décadas após o evento.

O problema é que várias políticas econômicas no mundo não resistiriam em um ambiente mundial pior. Por exemplo, o que aconteceria com o déficit externo elevado da Turquia? E com a inflação alta na Argentina? O que acontecerá com a Venezuela se o petróleo cair?

No Brasil, o desempenho das contas externas nos últimos anos e a conseqüente queda da dívida externa e exposição cambial oferecem uma defesa contra futuros problemas. O mesmo não se pode dizer das contas públicas: há pouca flexibilidade para cortar gastos, a arrecadação continua muito alta e a dívida pública como proporção do PIB não recuou como deveria. Uma desaceleração mundial deve dificultar a administração da política fiscal.

Mas a busca por indicadores antecedentes já começou e, inevitavelmente, concentra-se na economia americana, o motor do crescimento mundial. O PIB americano tem crescido a taxas próximas de 2% ao ano, abaixo do observado nos últimos anos e já há estimativas que este ano começou no mesmo ritmo. Boa parte da explicação encontra-se no estouro da última bolha da economia americana, o extravagante mercado imobiliário e seus preços crescentes. Para a frente, há dois cenários alternativos.

O primeiro vê mais a desaceleração do PIB americano como resultado da futura queda do consumo. Essa queda seria o resultado de uma menor riqueza percebida dos donos das casas cujos preços já caíram (e devem cair mais) e também do futuro enfraquecimento do mercado de trabalho (salários mais baixos e menos emprego) em alguns setores da indústria. Além do mais, a subida da taxa de juros nos últimos anos - de 1% para 5% - ainda não teve o impacto total na economia devido às defasagens naturais. Se o Fed tiver que atuar, provavelmente reduzirá a taxa de juros até o fim do ano. Esse cenário se baseia nos dados recentes do mercado imobiliário - inclusive do aumento do prêmio de risco dos tomadores de empréstimo de segunda linha (subprime) - e do fraco desempenho recente da indústria.

O segundo cenário ressalta a flexibilidade da economia americana e acredita que a queda do mercado imobiliário está (e vai continuar) sendo absorvida naturalmente pelo resto da economia. O consumidor americano continua firme nas compras e não há sinais de fraqueza no mercado de trabalho como um todo. A desaceleração da indústria está sendo, em parte, compensada pelo crescimento contínuo do setor de serviços. Além disso, como as empresas em geral continuam lucrativas e os juros reais não estão altos historicamente, as condições financeiras continuam benignas. Neste cenário, não há desaceleração no horizonte.

O risco, se há algum, é, ao contrário a inflação incomodar no futuro e o Fed ter de voltar a subir os juros.

Avaliando os dois cenários, é mais provável, de fato, ocorrer uma desaceleração suave, na economia americana, mas com flexibilidade suficiente para não desembocar numa recessão. Mas o que significa isso para o mundo?

Alguns acreditam que essa desaceleração será compensada por crescimento robusto no resto do mundo, como na Ásia e na Europa. A indústria na Alemanha tem crescido mais do que no resto do mundo, o Japão finalmente saiu da estagnação de décadas e a China continua crescendo as taxas de dois dígitos. Essa visão é baseada no fato de a demanda interna nesses países estar ganhando espaço relativo ao setor exportador. Sou cético quanto à capacidade de o resto do mundo crescer independentemente da economia americana. A razão é que a produção crescente da Ásia (a chinesa, por exemplo) desemboca, no final da linha, no consumidor americano. E o crescimento da demanda interna nesses países tende a ser dominado por investimento, e não pelo consumo. Mesmo os investimentos na Ásia dependem de um bom mercado exportador, na falta de um mercado consumidor local mais forte.

Em suma, está muito cedo para saber se a recente turbulência nos mercados significa algo mais substancial. Há boa chance de a tranqüilidade voltar aos mercados e o bom momento econômico mundial persistir, com a economia americana desacelerando naturalmente sem grandes solavancos. Mas há que se ter consciência que, de fato, estamos entrando em outra fase do ciclo, como disse recentemente Alan Greenspan (ex-presidente do Fed e ídolo de muitos). Por melhores que tenham sido os últimos anos, e por mais otimistas que tenha ficado o mercado, ainda não se conseguiu abolir o ciclo econômico. O que significa, em termos simples, que tudo que sobe pode descer. Este pode ter sido o maior recado transmitido pelos mercados nos últimos dias.

Por Ilan Goldfajn
Sócio-Diretor da Ciano Investimentos e Diretor da Casa das Garças

Texto 7 – Anexo II
O Estado de S. Paulo 07/03/07
Etanol – Os ganhadores do acesso a mercados

Nesta sexta-feira os presidentes Bush e Lula vão assinar um acordo histórico na área dos biocombustíveis, em São Paulo. Em janeiro, Bush anunciou a meta de substituir 15% da gasolina do seu país por combustíveis renováveis, até 2017, o que equivale a um consumo anual de 132 bilhões de litros. Hoje o mundo produz 50 bilhões de litros e os EUA e o Brasil detêm 72% da produção, com cerca de 17,5 bilhões de litros cada.

A explosão global de interesse pela agroenergia decorre de três vetores principais: preocupações ambientais (redução de emissões de gases de efeito estufa), segurança energética (diversificação ou independência em relação ao petróleo) e apoio à renda dos agricultores.

O acordo que será proposto por Bush deve concentrar-se em três temas:

- ✓ Projetos comuns de pesquisa e desenvolvimento de etanol de celulose, produzido a partir de pastagens, bagaços, restos de culturas, etc.;
- ✓ estabelecimento de padrões internacionais para a nova commodity;
- ✓ e cooperação para a expansão do produto em terceiros mercados.

A cooperação bilateral nestes temas é bem-vinda e necessária, porém ainda insuficiente para elevar o etanol à categoria de commodity global, que todos desejam. Hoje as exportações mundiais do produto movimentam apenas 6,5 bilhões de litros por ano (13% da produção mundial) e se têm mostrado extremamente voláteis em termos de preços e destinos.

No ano passado o Brasil exportou mais de 3 bilhões de litros graças a uma janela de oportunidade nos EUA. Ocorre que aquele país decidiu banir aceleradamente o uso do MTBE, um oxigenador de origem fóssil utilizado para aumentar o poder de octanagem da gasolina, que apresentou elevados riscos de contaminação ambiental. A demanda não atendida pela oferta interna americana elevou os preços do álcool e permitiu que nossas exportações para aquele país saltassem de 260 milhões de litros em 2005 para 1,6 bilhão de litros em 2006. Pela primeira vez na História conseguimos entrar naquele mercado pagando a tarifa proibitiva de US\$ 0,14/litro. Essa oportunidade não se vai repetir este ano, dado que a expansão da oferta americana já derrubou o preço do etanol de milho abaixo dos níveis que viabilizariam nossas exportações. A União Européia, o Japão e outros países têm se alinhado aos EUA na manutenção de barreiras que impedem o desenvolvimento global dos biocombustíveis.

É fundamental que os novos mercados para biocombustíveis em geral, e o etanol em especial, funcionem dentro do regime de livre comércio que preside o mercado de petróleo e seus derivados. É esse o regime que assegura maiores benefícios aos consumidores, a menor volatilidade de preços, fluxos crescentes de comércio e maior segurança de suprimentos pela ampliação da diversidade de fontes produtoras.

Mas, infelizmente, a mentalidade que domina esta incipiente indústria é o auto-abastecimento a qualquer preço, o que implica custos elevados para consumidores, contribuintes e cadeias agroalimentares correlatas. Nos EUA o etanol é produzido a partir do milho. A sua expansão recente fez com que os preços do grão subissem de forma espetacular, causando desequilíbrios na estrutura dos mercados agropecuários. Sabe-se que os EUA dificilmente conseguirão ultrapassar a barreira dos 50 bilhões de litros somente com o etanol de milho, daí o interesse desse país em destinar grandes somas para o desenvolvimento do etanol de celulose.

A melhor solução para estimular uma expansão ordenada da produção de biocombustíveis nos EUA seria a fixação de um mandato progressivo de mistura até atingir a meta de 15%. Além do Brasil, vários países vêm adotando este instrumento com sucesso. O mandato de mistura é o melhor estímulo que se pode oferecer aos agentes econômicos na busca por tecnologias alternativas.

Porém, para evitar que o mandato aumente os preços do milho e do etanol nos EUA, a alternativa seria facilitar as importações de etanol mais barato como complementação da indústria americana. Duas alternativas de regulação do mercado via importações poderiam ser estudadas pelos governos até que se obtenham as condições necessárias para a completa eliminação das barreiras alfandegárias. A primeira seria um mecanismo de tarifas variáveis a serem fixadas em níveis abaixo dos atuais US\$ 0,14/litro. A segunda seria a expansão de cotas de importação com tarifa zero, à semelhança do sistema que hoje beneficia os países caribenhos, que podem exportar até 7% do consumo americano isentos da tarifa proibitiva, no âmbito da Iniciativa para o Caribe (CBI).

O mandato de mistura complementado por tarifas variáveis e/ou cotas expandidas permitiria que os EUA avançassem rapidamente no processo de substituição de petróleo, sem prejudicar os consumidores de milho e de combustíveis, reduzindo o custo para os contribuintes, evitando os riscos das quebras de safra e incentivando o desenvolvimento de tecnologias alternativas, como o etanol de biomassa. O sistema também promoveria a expansão do etanol mais barato de cana-de-açúcar em dezenas de países em desenvolvimento situados na região tropical.

O acordo a ser assinado demonstra vontade política de ampliar o uso de combustíveis renováveis no mundo, mas ainda faltam instrumentos de política pública claros e estáveis, que garantam maior previsibilidade aos investimentos empresariais no longo prazo. Os presidentes poderiam avançar nessa direção, autorizando a realização de estudos aprofundados sobre a matéria, que seriam realizados ao longo do ano. Temos hoje a oportunidade extraordinária de iniciar uma cooperação do tipo ganha-ganha, que marcaria uma nova etapa no relacionamento de duas democracias vibrantes, na fronteira da nova era da energia renovável que o mundo está desesperadamente buscando.

Por Eduardo Pereira de Carvalho
Presidente da UNICA – União da Cana-de-Açúcar
e
Marcos Sawaya Jank
Presidente do ICONE – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais

Texto 8 – Anexo II
O Estado de S. Paulo 08/03/07
A Ilusão Antiamericana

No exame vestibular da Fuvest de 2005, a banca de Geografia colocou o selo da USP sobre um mapa vulgar, recolhido na internet, que representaria a “visão de mundo americana”. A peça exhibe a imagem de uma potência militar agressiva, simplória e bárbara, dedicada exclusivamente à captura de recursos naturais e bens econômicos espalhados pelo mundo.

Dias antes da chegada de George Bush ao Brasil, em diálogo telefônico, Fidel Castro e Hugo Chávez qualificaram o etanol como uma “tragédia”, argumentando que converter culturas agrícolas em biocombustíveis equivale a provocar escassez de alimentos e de água. “Os EUA precisam reduzir o consumo de energia, essa é a solução”, pontificou o presidente venezuelano.

O retrato dos EUA como um ogro devastador circula entre as esferas da política e da academia, assumindo formas mutáveis, mas sempre adaptadas às circunstâncias. Ontem, a acusação versava sobre o vício americano em petróleo. Hoje, sobre um plano maléfico para disseminar a fome.

A visita de Bush desperta atenções inauditas, por óbvias razões geopolíticas e econômicas. Há mais que isso, contudo. Enquanto, no palácio, Lula assina os protocolos de cooperação com aquele que Chávez qualifica como “demônio”, bonecos de Bush são queimados na rua por militantes do PT, da CUT e da UNE. A tensão dilacerante opera numa camada profunda da política, que se confunde com a cultura. Ela não pode ser mascarada pela invocação ritual dos interesses nacionais ou pelo axioma da separação entre comércio e ideologia. A parceria entre Lula e Bush está golpeando o tronco do antiamericanismo sobre o qual se ergue a copa da esquerda latino-americana.

Alain Rouquié, num título inspirado, qualificou a América Latina como o “Extremo Ocidente”. A conquista européia semeou, nessa parte do mundo, sociedades “inferidas”, que querem ser Ocidente e se miram no modelo dos EUA, a epítome da modernidade ocidental. Mas a América Latina é, ao mesmo tempo, o “Terceiro Mundo ocidental”, ou seja, um Ocidente incompleto, que inveja e rejeita o seu modelo. Os EUA são alvo, em graus variados, de ressentimentos no mundo todo. Mas só na América Latina o antiamericanismo figura como alicerce estrutural do pensamento de esquerda.

Em *O Espelho Indiscreto*, de 1976, o mexicano Octavio Paz reflete sobre o lugar dos EUA na produção da identidade de seu país. “A paixão dos nossos intelectuais pela civilização norte-americana oscila do amor ao ódio e da adoração ao horror. Formas contraditórias, porém coincidentes, da ignorância: num extremo, o liberal Lorenzo de Zavala, que não vacilou em tomar o partido dos texanos na guerra contra o México; no outro, os marxistas-leninistas contemporâneos e seus aliados, os ‘teólogos da libertação’, que fizeram da dialética materialista uma hipóstase do Espírito Santo e do imperialismo norte-americano a prefiguração do anticristo.”

No México, adoração e ódio se coagularam na geografia e na política. No norte, se vota no candidato que expressa a vontade de imitar o “lado de lá”. No sul, naquele que condena o vizinho e invoca o passado ameríndio. A contigüidade geográfica acentua as cores, mas o desenho se aplica, de modo geral, à América Latina. Os EUA são o “outro”, o avesso e, sobretudo, o avesso do avesso: a modernidade idealizada, almejada tão intensamente quanto

temida e caluniada. A Revolução Americana, fonte da primeira República contemporânea, inspirou Simón Bolívar. Hoje, o programa dos “bolivarianos” é a unidade latino-americana contra os EUA.

Durante a guerra fria, o antiamericanismo da esquerda latino-americana veiculava apenas a adesão a Moscou e ao “socialismo real”. A queda do Muro de Berlim representou a perda de um programa, de uma visão de futuro e de uma referência geopolítica. Socialismo converteu-se em pouco mais que uma expressão vazia: no máximo, como acontece na Venezuela, algo a ser reinventado, uma moldura em busca de uma paisagem. Do colapso restou um sedimento ideológico, que é o nacionalismo e uma aversão romântica à globalização. O antiamericanismo sintetiza essa doutrina em fiapos, que eventualmente funciona como ponto de encontro entre representantes dos extremos do espectro político. Chávez incensa o iraniano Mahmoud Ahmadinejad, que promove ativamente o anti-semitismo.

Karl Marx escreveu, em novembro de 1864, em nome da Primeira Internacional, uma carta ao presidente americano Abraham Lincoln, congratulando-o por sua reeleição, que assegurou a continuidade da guerra contra os confederados. Nela Marx prestou homenagem à “grande República Democrática” e à sua pioneira Declaração dos Direitos do Homem. O fio de continuidade entre democracia e socialismo, imaginado pelos líderes de esquerda do século 19, foi rompido pelos Estados totalitários do “socialismo real”, no século 20. O antiamericanismo de esquerda dos nossos dias é um fruto retardatário dessa ruptura histórica.

A delinquência política e intelectual dos antiamericanos deita raízes num solo arado pela tragédia do 11 de setembro de 2001. A figura de Bush, o presidente de Abu Ghraib e Guantánamo, dos vôos clandestinos da CIA e da rede internacional de centros de tortura, cumpre uma função de álibi incondicional. Escondidos atrás do pretexto de combatê-lo, os órfãos do totalitarismo pintam tiranos como heróis e sonham com a restauração de sociedades carcerárias.

Na sua resposta a Marx, escrita pelo embaixador Charles Francis Adams, Lincoln afirmou que as “nações não existem apenas para si mesmas, mas para promover o bem-estar e a satisfação da humanidade, pelo intercâmbio benevolente e pelo exemplo. É sob essa luz que os EUA enxergam sua causa no presente conflito contra a escravidão, sustentando a insurgência como uma bandeira da natureza humana.” Eis o motivo pelo qual, de certo modo, todos somos americanos. Apesar de Bush.

Por Demétrio Magnoli
Sociólogo e Doutor em Geografia Humana

Texto 9 - Anexo II
O Estado de S. Paulo 09/03/2007
Política externa do governo Lula

Certa feita, perguntaram ao filósofo conservador Julián Marias, discípulo de Ortega y Gasset, se ele era “antimarxista”. O filósofo respondeu que não era e jamais seria “antimarxista”, pois isso significava ser dependente daquilo que pensavam os marxistas. Tinha razão Julián Marias. Ser “anti” alguma coisa ou alguém implica definir identidades a partir do outro e não a partir de interesses próprios. Por esse motivo, a política externa brasileira não é e jamais poderá ser antiamericana, ela terá de ser sempre pró-Brasil.

As recentes e contraditórias declarações do embaixador Roberto Abdenur ressuscitaram um velho fantasma dos críticos da política externa do governo Lula: o seu suposto “antiamericanismo”. Tal como macarthistas exilados nos trópicos, esses críticos parecem ainda obcecados com a guerra-fria e procuram encobrir as notáveis realizações da política externa do governo Lula com o manto difuso e elusivo do “antiamericanismo”.

Mas a facilidade com que esses críticos acusam a nossa política externa de “antiamericana” contrasta vivamente com a sua dificuldade de apresentar qualquer evidência para corroborar as suas acusações. Compreendemos tal dificuldade. Com efeito, do ponto de vista comercial deve-se observar que as exportações brasileiras para os EUA estão evoluindo bem. No primeiro governo Lula, conseguimos para lá exportar mais de US\$ 83 bilhões, uma cifra superior em 56,6% ao que foi alcançado no segundo governo FHC (US\$ 53 bilhões) e em 126,7% ao que foi exportado no primeiro governo FHC (US\$ 36 bilhões). Na realidade, as exportações para os EUA do primeiro governo Lula ficaram próximas à soma das conseguidas ao longo dos dois governos FHC (US\$ 90 bilhões). Nada mal para um governo “antiamericano”.

Pode-se contra-argumentar que o crescimento das exportações para os EUA ao longo do primeiro governo Lula (59,1%) foi inferior ao incremento do total de nossas exportações no período (127,8%). É verdade. Porém, esse descompasso deve-se a fatores econômicos concretos e não a ideologias ou à falta de empenho do governo brasileiro. É que as exportações brasileiras no período considerado cresceram num ritmo inaudito para os países em desenvolvimento, os quais têm mercados que eram pouco explorados pelo Brasil. Assim, as nossas exportações combinadas para a América Latina, Oriente Médio, África e China cresceram 210% no governo Lula, o que elevou muito o incremento médio do total exportado e demonstrou o acerto da ênfase na cooperação Sul-Sul. Já o aumento das exportações brasileiras para os principais países desenvolvidos, EUA, União Européia e Japão, ainda que tenha sido expressivo, ficou abaixo da média (78%). Não por “antiamericanismo”, “antieuropeísmo”, “antiniponismo”, “terceiro-mundismo” ou qualquer outro “ismo”, mas sim pelo fato de que tais mercados são mais consolidados e tradicionalmente explorados pelos exportadores brasileiros. Pesou (e pesa) também a pletora de barreiras tarifárias e não-tarifárias que afetam a entrada, nesses mercados, de produtos nos quais somos bastante competitivos, especialmente os agrícolas. Destaque-se que, no que tange especificamente ao mercado norte-americano, o desempenho das nossas exportações acompanhou o crescimento das importações dos EUA no período (57%), de modo que não se pode falar em “perda de espaço” do Brasil naquele mercado.

Isso não significa, é claro, que não possamos fazer mais. O Brasil já tinha proposto, em 2003, uma negociação hemisférica centrada no acesso aos mercados, deixando de lado os

temas sensíveis (propriedade intelectual, investimentos, compras governamentais, etc.) que inviabilizaram a ALCA. Deveríamos aproveitar a próxima visita do presidente Lula aos EUA para insistir nessa proposta realista e exequível.

Já no concernente aos aspectos políticos e diplomáticos, as relações bilaterais Brasil-EUA estão, como bem assinalou o embaixador Abdenur, num patamar excelente. Nicholas Burns, subsecretário de Assuntos Políticos do Departamento de Estado norte-americano afirmou recentemente que os EUA mantêm com o Brasil “relação privilegiada”, semelhante às mantidas por aquele país com Japão, Índia e União Européia. Temos, de fato, muitos interesses convergentes com os EUA, apesar de divergências notórias, como a relativa à intervenção no Iraque. Entre tais interesses, podemos destacar a luta contra o narcotráfico e o terrorismo, a proteção das florestas tropicais e das espécies ameaçadas, o combate à pirataria e a cooperação na área agrícola. A essa gama ampla de interesses e projetos, somar-se-á, agora, a parceria na área dos biocombustíveis, notadamente do etanol e do biodiesel, tema que teve prioridade na agenda de discussão Brasil-EUA na visita do presidente Bush ao nosso país. Sem dúvida, podemos e devemos aprimorar ainda mais essa relação bilateral.

Não bastasse a relação privilegiada e os interesses comuns, há também a boa relação pessoal Lula-Bush, que pavimenta os entendimentos mútuos. Do suposto “antiamericanismo” resta, pois, quase nada. Quiçá a bibliografia sugerida pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, a qual inclui perigosa biografia do Barão do Rio Branco, e que tem dificuldades de ser aprovada pelo ubíquo Comitê Brasileiro de Atividades Antiamericanas, composto por saudosistas da miragem frustrada da ALCA. Provavelmente também as misteriosas promoções por “afinidade ideológica”, nunca especificadas.

É, convenhamos, muito pouco para acusação tão grave. De fato, essa acusação parece tão distante da realidade que cheira a ideologia. Talvez “antibrasileirismo”.

Por Aloizio Mercadante
Senador da República, Economista e Professor

Texto 10 - Anexo II
O Estado de S. Paulo 10/03/07
Para não jogar fora a nossa vantagem

No mesmo dia em que se noticiava a intenção do governo brasileiro de levar à Organização Mundial de Comércio (OMC) suas queixas contra a taxaço, nos EUA, de importações do etanol brasileiro, jornais de outros países antecipavam a divulgação de novos estudos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, com mais algumas dramáticas advertências: 20% a 30% de todas as espécies enfrentarão “alto risco de extinção” se a temperatura subir mais de 1,5 grau Celsius sobre o nível de 1990; os mangues (berço da vida no mar) poderão desaparecer; florestas tropicais poderão savanizar-se; centenas de milhões de pessoas estarão ameaçadas pela elevação do nível do mar; a capacidade dos oceanos de absorver carbono se esgotará; 1 bilhão de pessoas que vivem em áreas que dependem da presença de gelo nas montanhas para seu abastecimento de água poderão ter seu suprimento cortado. Na véspera, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em artigo nos jornais, advertira que “nada é mais ameaçador para a humanidade do que o efeito estufa”. Depois de lembrar que “continuamos a derrubar nossas florestas”, chegou ele a sugerir a convocação de uma Cúpula Mundial do Clima.

Alguns dias antes, ao serem divulgados oito estudos sobre o futuro do clima no Brasil, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, dissera que “o processo que se avizinha é avassalador” e que os estudos serão a base para um plano nacional nessa área (Estado, 28/2). Seguiu-se a divulgação, por este jornal, de estudo segundo o qual a temperatura média no Estado de SP subiu 2 graus Celsius em 80 anos; na capital, 2,6 graus.

Tudo isso sugere extremo cuidado com o planejamento das nossas ações. Mas, a julgar pelo que se lê, não é o que está acontecendo. As questões “ambientais” continuam a ser responsabilizadas por “travar o desenvolvimento”. O Ministério do Meio Ambiente continua a ter seus recursos cortados; o corte mais recente (Estado, 16/2) foi de R\$ 212,7 milhões, ou 32,7% no orçamento para este ano, que caiu de R\$ 651,2 milhões para R\$ 438,5 milhões, pouco mais do que caberá ao Ministério do Turismo (R\$ 400 milhões), menos do que terá o Esporte (R\$ 643,9 milhões).

Advertências sobre o que isso pode significar estão em muitos lugares. Mas vale a pena citar as de um papel do diretor de Economia e Meio Ambiente do próprio Ministério do Meio Ambiente, Gerson Tavares, no qual se menciona a falta de preocupação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com as questões “ambientais”. Adverte-se ali, principalmente, quanto ao que poderá acontecer na região amazônica com os investimentos previstos para a rodovia BR-163, Transamazônica, BR-319 e BR-317, que poderão “consolidar a Amazônia como a última fronteira do agronegócio brasileiro: não nos surpreendamos com um possível ‘upgrade’ do arco para circunferência do desmatamento”.

Para tanto poderão concorrer não apenas a expansão do agronegócio, mas os programas de energias alternativas derivadas da biomassa, se não forem cercados de cuidados e medidas preventivas. A cana-de-açúcar está chegando ao Acre, com sua primeira usina, e poderá gerar conflitos como em outras áreas. O biodiesel a partir da soja poderá dar forte contribuição ao desmatamento na área amazônica – além de perder a oportunidade de, associado à agricultura familiar (se esta for contemplada também com usinas de esmagamento em cooperativas, e não apenas com o fornecimento de matérias-primas para mega usinas), contribuir para avanços na área social.

A cultura de grãos na Amazônia passou de 7 milhões de hectares em 1999/2000 para 10,8 milhões de hectares em 2005/2006; a pecuária cresceu 11% ao ano e o rebanho, entre 2000 e 2005, passou de 47,5 milhões de cabeças para 82,2 milhões (segundo Gerson Tavares; há números um pouco menores). Outros estudos apontam os dois setores como responsáveis por cerca de 80% do desmatamento no período. Só no primeiro período da atual Presidência (2002/2006) foram desmatados mais de 84 mil quilômetros quadrados, mais do que em qualquer quadriênio anterior. Com eles a área total desmatada já está em torno de 700 mil km², cerca de 20% do bioma. E continua aumentando, pois em Mato Grosso, Estado que mais desmata, só em setembro de 2006 foram desmatados 1.120 km², dos quais 88% ilegalmente (Imazon, 18/11/2006).

É preciso cuidado para não transformar solução em problema. Segundo a Friends of the Earth, 87% do desmatamento de florestas tropicais na Malásia entre 1985 e 2000 se deveu à implantação de culturas de palmas para produção de biodiesel. Estudos preliminares do WWF Brasil sobre as culturas de cana-de-açúcar chamam a atenção para os níveis de erosão, contaminação dos solos por fertilizantes e pesticidas, perda de matas ciliares, poluição do ar por queimadas. Outros estudos lembram a necessidade de retomar a avaliação dos efeitos dos aldeídos liberados na queima, que costumam provocar chuva ácida. Outros ainda advertem para a necessidade de evitar que nessa nova expansão da cana se repitam problemas gerados com a implantação do Proálcool, na década de 1970, no Estado de SP (expulsão das culturas de alimentos, encarecimento dos produtos alimentares, desemprego). Problemas semelhantes já estariam ocorrendo agora, também em regiões de Minas Gerais.

É fundamental rever nossas posturas. A China acaba de decidir baixar suas taxas de crescimento econômico também para reduzir danos ambientais. Mudanças climáticas já estão acontecendo e não se pode correr o risco de agravá-las por falta de responsabilidade. Desprezando inclusive a vantagem estratégica – que será cada vez mais importante – de ter um patrimônio único no mundo de recursos e serviços naturais, exatamente o fator escasso no planeta. E comprometendo o futuro das novas gerações.

**Por Washington Novaes
Jornalista**

ANEXO III

Texto 1 - Anexo III
Estado de Minas 01/03/2007
Abaixo os privilégios

O Congresso Nacional está novamente reforçando a péssima imagem que tem produzido nos últimos tempos, à custa de corporativismo, corrupção, clientelismo, ineficiência, nepotismo e fisiologismo. Está preparando outra pérola do corporativismo político: uma emenda constitucional que cria foro privilegiado para agentes políticos processados por improbidade administrativa. Creio que seja o momento de dar um basta nesse processo. Chega de “foro privilegiado”, “imunidade parlamentar”, “prisão especial” e outras regalias que a elite brasileira tem e que constituem privilégios em relação à população em geral. Outro absurdo incompreensível para nós, simples contribuintes, é a ausência do corte de remuneração para parlamentares que faltam às atividades na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A situação deveria ser exatamente o inverso: os políticos deveriam ter o foro mais simples, primário e popular e a imunidade parlamentar para crimes praticados antes da posse ou relacionados a crimes pessoais não deveria existir. Também a prisão especial é absurda: os políticos e pessoas portadoras de educação superior deveriam ter penas muito maiores e prisão muito mais dura, pois são mais informados, conscientes das leis e dos deveres dos cidadãos e preparadas para a cidadania, devendo, pois, dar o exemplo para a população.

É tempo de eliminar os privilégios das autoridades para assuntos pessoais. É terrível ouvir a frase “você sabe com quem está falando?”, quando alguma autoridade quer uma regalia pessoal em detrimento de leis e normas. Não se pode tolerar mais autoridades ou pessoas ricas retirarem filhos infratores de prisões utilizando status, constranger guardas de trânsito de multá-los quando cometem infrações, obter dispensa de serviço militar por tráfico de influência, furar filas, além de inúmeras atitudes arrogantes, preconceituosas e dominadoras que são freqüentes no cotidiano de nosso país.

Não podem ser tolerados mais os desmandos do Congresso, tanto na Câmara quanto no Senado, e as tentativas para a criação de leis e mecanismos para manter ou ampliar privilégios acima dos direitos dos cidadãos brasileiros. Os políticos são cidadãos como todos os outros, representam a população brasileira e, portanto, devem ter os direitos e obrigações de todos os cidadãos. É hora de a sociedade civil tomar uma atitude vigorosa contra essas aberrações.

Cid Velloso

Texto 2 – Anexo III
Estado de Minas 02/03/07
O cisco no olho

O conhecimento abundante disponibilizado pelos muitos meios e mecanismos existentes hoje no contexto da sociedade contemporânea mundial e do acesso ao incalculável volume de informações tem configurado uma situação muito peculiar e perigosa. Parece ser incoerente e inexata uma asserção tal. Ora, não é lógico, e é pouco racional pensar, que à medida que se conhece mais e mais se obtém, com facilidade, informações em grande quantidade e necessárias se configurem riscos e prejuízos. Conhecimento e informações, de per si, têm a faculdade de evitar riscos, superar obstáculos e trazer benefícios. Contudo, é verdade que o conhecimento ampliado e as informações numerosas estão conduzindo as pessoas numa dinâmica que não lhes tem permitido alcançar uma capacidade mais profunda, no dia-a-dia, no que diz respeito à autocrítica.

A autocrítica é um indispensável instrumento para que se conquiste, alimente e toda pessoa se mantenha dentro dos parâmetros e princípios éticos e norteadores da vida comum do cotidiano e nas grandes questões. O fato é que o conhecimento e as informações estão especializando as inteligências nessa grande capacidade de avaliar e emitir juízos. Isso é bom? Obviamente que sim. Qual é, então, o lado ruim da questão se é que ele possa existir? Esse lado ruim existe sim. Sua existência é comprometedora para que seus valores éticos possam presidir mais a conduta, seja em nível individual quanto social e político, como condição *sine qua non* para içar a sociedade desse marasmo no qual ela está enterrada, abrindo-lhe um horizonte novo. Ora, assiste-se a um desenrolar de raciocínios e posicionamentos que apontam soluções para o problema da violência, por exemplo, quando se fala da diminuição da idade penal. Este foco fica desconectado, por exemplo, da situação grave de impunidade que grassa na sociedade e a pouca eficácia no aparelhamento com mecanismos que permitam vencê-la. O calor das emoções, embora justas, pode obscurecer alguns pontos importantes importantes nessa luta para orientar os fluxos desoladores que estão configurando o dia-a-dia da sociedade contemporânea. Entre estes pontos não se pode, absolutamente, descartar a questão fundamental que é a capacidade de se autocriticar. A especialização alcançada, mais ou menos por todos, tem exercitado as inteligências na direção de desferir juízos a respeito de situações várias, e de cada outro em particular.

É fácil julgar e condenar o outro. Como é forte o gosto de se cultivar maledicências, culpar os outros, se eximindo de assumir responsabilidades. Em razão disso, muita gente mente deslavadamente, acusa os outros, arma ciladas e, a todo custo, justifica sua própria situação e a mantém, ilusoriamente, convencida de se estar na direção certa. Já é uma subcultura perversa essa de justificar-se como bom à medida que se desprestigia e encontra motivos, até mesmo falsos, para dizer que o outro não é e desmoralizá-lo. Não é esse um defeito peculiar da cultura contemporânea. Na verdade, essa é uma deficiência, de certo modo congênita, ao coração humano. É muito fácil criticar e emitir juízos a respeito dos outros e das situações em estando, enquanto juiz, de fora e distante. Por isso mesmo, as pessoas são extremamente exigentes, quando se trata de reclamar os próprios direitos, de serem atendidas nos seus pleitos ou na satisfação de suas necessidades. O mesmo não se verifica, tendo como referência a si mesmo, quando diz respeito a respostas dadas aos outros, comprometimentos, a verdade dos fatos e uma generosidade solidária.

A maestria de Jesus tratou essa questão na condução dos seus discípulos. No Sermão da Montanha, Jesus, orientando a conduta dos seus seguidores para dar-lhes um instrumento existencial eficaz na recuperação da ética e da condição de um agir moralmente correto, dialoga assim com os seus: “Por que observas o cisco no olho do teu irmão, e não reparas na trave que está no teu próprio olho? Ou, como podes dizer ao teu irmão: 'Deixa-me tirar o cisco do teu olho', quando tu mesmo tens uma trave no teu? Hipócrita! Tira primeiro a trave que está no teu olho, e então enxergarás bem para tirar o cisco do olho do teu irmão (Mt 7, 3-5)”.

O juízo temerário é um risco, agravado pela falta de autocrítica. Aí está, incontestavelmente, uma raiz determinante dessa falta de ética que vai permitindo tudo no que diz respeito a si mesmo, com a morbidez de julgar os outros, com uma perda lastimável e comprometedora da capacidade de, em primeiro lugar, fazer o a própria mea-culpa. Esse farisaísmo, condenado por Jesus, está medrando largamente nos corações, e assoreando a capacidade ética da solidariedade. O convite à conversão, nesse tempo da quaresma, aponta nesta dinâmica como capítulo primeiro. É a coragem de tirar primeiro o cisco do próprio olho. Esse exercício abre caminho à solidariedade e ajusta a própria conduta.

**Por Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte**

Texto 3 – Anexo III
O Estado de Minas 03/03/07
Acessibilidade não é bondade

Edificar pontes entre os seres humanos impõe-se como a única forma de ultrapassar uma sociedade dividida entre gentes de primeira e segunda categoria. Por isso, a acessibilidade ainda é o tema mais caro às pessoas com deficiência em todo o mundo. Muito além de assegurar locomoção em um espaço urbano cheio de obstáculos, a acessibilidade invoca também o acesso à cultura e às idéias. “Por meio da cultura, da emoção e da inventividade podemos fazer as idéias evoluírem”, já dizia o sociólogo Betinho de Souza, que dedicou toda a sua vida à ação social e à inclusão.

No caso específico das pessoas com deficiência visual, a primeira ponte sólida para o acesso ao conhecimento foi inaugurada em 1825, quando o francês Louis Braille, cego desde os três anos, criou o sistema de leitura tátil que meritoriamente leva seu nome. Se antes dependíamos da boa vontade alheia para ler e estudar, esse sistema de seis pontos em relevo, com 63 combinações diferentes, nos permitiu a oportunidade de, por conta própria, crescer intelectual e culturalmente. Mesmo assim, sempre enfrentando um número limitado de títulos publicados em braile.

Atualmente, a internet se revelou o caminho mais econômico e rápido para obter conhecimento, com acesso imediato ao mercado de trabalho, ao meio acadêmico, à compra e venda de serviços e produtos, lazer e entretenimento e até a relacionamentos afetivos. Seu dinamismo também contempla os cegos com o desenvolvimento de programas que transformam os textos das páginas eletrônicas em áudio. No Brasil, o mais popular desses programas é o Dosvox, desenvolvido pela UFRJ/Serpro, utilizado diariamente por 6 mil usuários e que pode ser baixado gratuitamente.

Porém, para que os programas de acessibilidade virtual, funcionem plenamente, é necessário que os sites também estejam adaptados. Apesar de ser uma medida barata e fácil de executar, grande maioria dos criadores e responsáveis pela manutenção desses sites ainda não atentou para a questão, em um Brasil que tem 160 mil cegos, dos quais 10 mil são internautas. Ademais, há que destacar 2,4 milhões de pessoas com pouca visão, reveladas no último Censo do IBGE de 2000, para os quais esse empresários ainda não aplicaram conceitos de velocidade, portabilidade, visibilidade em seus sites. Portanto, o desafio colocado na internet contemporânea é o da mudança de cultura empresarial – não se trata de fazer filantropia, mas de conceber sites realmente acessíveis a todos os internautas -, com benefícios equivalentes para empreendedores e clientes.

Essa luta é mundial. Em 2004, a Comissão dos Direitos dos Desabilitados do Reino Unido pesquisou 1 mil sites de empresas britânicas, constatando que 81% não estavam acessíveis aos deficientes visuais. Seus proprietários foram notificados e estudava-se a possibilidade de, caso prosseguirem, fossem acusados de discriminação. No Brasil, o assunto não é regulamentado; mas em que pese o empenho do governo Lula na questão, por meio do Decreto 5.296/04, de alguns órgãos públicos e de entidades ligadas ao tema, ainda são poucas as iniciativas privadas de acessibilidade na internet. Entre antigos atenienses havia um juramento feito por todo jovem, ao atingir os 17 anos, para assegurar uma cidade melhor do que a que lhe foi ligada, orientado no respeito ao interesse comum. Tantos séculos depois, com um pouquinho de esforço e sem a obrigação das juras, temos a chance de contribuir para uma internet melhor do que a que nos foi legada – rica, inclusiva e diversa -, verdadeiramente acessível a todos.

Por Arnaldo Godoy

Vereador em Belo Horizonte (PT)

Texto 4 - Anexo III
Estado de Minas 04/03/07
Pais agressores

Amparada pelas colegas, o rosto transbordava em culpa e desespero. Trabalhava à exaustão em culpa para garantir a sobrevivência da família incompleta. Ao retornar do serviço, ouvia um insuportável relatório que dizia das traquinagens dos filhos e da intolerância da avó materna. Um dia, o descontrole chegara. Somaram-se as frustrações familiares, as do trabalho e a revolta contra uma sociedade cruel, na qual vários trabalham pouco e ganham demais, enquanto outros trabalham muito e não ganham quase nada. Não se lembrava do momento em que começara a espancar a filha pré-adolescente. Mas ao ver seus lábios arrebatados, o sangue escorrendo, o horror estampado na fisionomia do filho pequeno mostrando à mãe a fera em que ela se transformara, a repulsa por si mesma surgiu insuportável. Como pudera cometer tamanha monstruosidade à pessoa que mais amava? Uma intervenção urgente de ajuda se fez necessária à família.

A vítima indefesa precisava ser protegida da agressora e essa precisava ser protegida de si mesma. Tal sempre foi a violência e o sentimento de posse dos pais sobre os filhos em nossa cultura, que a história nos conta que, no Brasil colonial, um pai mandava matar e enterrar o filho adolescente, se na disputa amorosa por uma escrava o genitor fosse preterido, e não longe vai o tempo em que meninos tomavam banhos de salmoura, tantos eram os estragos feitos pelas chicotadas dos chefes de família. Pesquisas e práticas atestam que, em todas as classes sociais, muitos dos pretensos acidentes domésticos, na verdade, são atos conscientes ou inconscientes de mascaradas violências familiares, em que a infância expia pelas vivências mal-administradas dos adultos.

Imobilizadas pelo medo ou ameaças do agressor, comumente crianças escondem que foram agredidas, mas possíveis indicadores de conduta violenta psíquica e física dos quais elas foram vítimas podem ser detectados pela observação de algumas situações em que pais expressam forte rejeições aos filhos, crianças apresentam súbitas mudanças no comportamento ou desempenho escolar, medo excessivamente, desejo de não voltar para casa, sinais de contusões no peito, rosto, nádegas ou regiões genitais, feridas, em diferentes estágios de cicatrização, e fraturas inexplicadas. Pequenas marcas circulares na pele, espalhadas pelo corpo ou na planta dos pés, são passíveis de ter sido provocadas por queimaduras de cigarros. Em casos de suspeita, cabe à assistente social fazer visitas e entrevistas às referidas famílias e escolas para que as devidas intervenções sejam realizadas de acordo com o estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ficam, entretanto, outras perguntas. Quem protege as famílias da hipocrisia de um sistema capitalista selvagem que vem transformando as pessoas em lobos ferozes a se devorarem uns aos outros? Como ficará o desenvolvimento afetivo-emocional dos filhos, depois de submetidos à violência materna? De que formas e em quantas pessoas poderão eles reproduzir futuramente as agressões das quais foram vítimas agora? A violência crescente e absurda dos pais idosos não será o fruto das que os filhos foram vítimas na infância? Quem cuida da mãe que se extenua em absurdas jornadas de trabalho para tentar prover com o mínimo a família? A que formas de violência podem ter sido submetidas na infância e na adolescência, até se transformarem em monstros, aqueles que hoje incendeiam mendigos, índios e ônibus repletos de criaturas indefesas e que mataram João Hélio?

Por Cristina Portes

Assistente social e Psicóloga

Texto 5 - Anexo III
Estado de Minas 05/03/07
Educação e Violência

Estranho país este que comemora o fato de 95% de nossas crianças estarem matriculadas nas escolas quando na verdade devia pedir desculpas pelo fato de as 5% restantes estarem nas ruas. País esquisito este que deixa de investir R\$ 1 mil na educação fundamental de cada aluno para gastar R\$ 4 mil com um menor infrator. Bizarro e melancólico país este que julga ser cara a educação e não leva em conta o custo da ignorância, verdadeiro quarto escuro de um país que não se leva a sério e nem se respeita. País infeliz que mantém 95% de suas crianças apenas matriculadas, uma vez que a maioria permanece ausente das salas de aulas e segue o curso mal dado sem interesse, alheia ao processo educacional. Na maioria das escolas fundamentais, os alunos continuam analfabetos funcionais, fazendo com que elas se transformem em fábricas de eleitores. Triste país que todos os dias se comove diante da violência praticada por menores, sem encontrar solução para o problema, sem considerar a história de disparidades enfrentadas pelas suas famílias, mantidas apartadas de quase todos os benefícios sociais. Menores violentos, armados, geralmente recrutados por traficantes, que se responsabilizam pelas necessidades de cada um – mostrando claramente a ausência do Estado -, não podem mesmo freqüentar escolas, desconhecidas pelos seus pais e dolorosamente ignoradas por suas famílias, geralmente com os integrantes desempregados, carentes de atendimento médico, de cuidados sociais e de auto-estima.

Lamentável país que convive com o indiferentismo social, com as pessoas vivendo processo de isolamento, temerosas das ruas, sem se comunicar com os diversos estratos sociais. País curioso, que não se comove quando a polícia invade barracos e usa de violência contra seus moradores, mas estranha quando agentes da polícia, munidos de mandado judicial, batem às portas de alguém da classe média. Nesse cenário que produz a violência juvenil, surge uma sociedade exacerbada no consumo e que nega, quase sempre, oportunidades aos jovens. O resultado, para ser reconhecido como pessoa, é a violência, que lhe rende dinheiro e algum respeito entre seu grupo, até ser abatido ou preso.

O grande desafio brasileiro é a criação de políticas diferenciadas para atendimento dos menores infratores, já que o sistema penal não dá respostas a esses problemas gerados pela violência.

A sociedade está lentamente aprendendo a conviver com a violência, com a perplexidade, mas permanece anestesiada diante do painel dos horrores publicado todos os dias pela imprensa país afora. A desigualdade social, a indiferença, o preconceito, o racismo e a intolerância somente serão amenizados se o país entender que os caminhos da educação e do trabalho devem ser assegurados aos milhões de deserdados da sorte. De resto, não custa lembrar que os desimportantes pela ordem tornam-se dramaticamente importantes pela desordem.

Por Maurício Pessoa
Jornalista

Texto 6 - Anexo III
Estado de Minas 06/03/07
Mulheres sem homenagem

“Meu lado mulher incomoda-se de receber homenagem num dia do ano – 8 de Março – enquanto meu lado homem se farta com 364 dias. Talvez se faça necessária esta efeméride, dor recente de uma cicatriz antiga. Porque vive-se numa sociedade machista: matrimônio e cuidado do lar; patrimônio e domínio dos bens.” A frase é de Frei Betto, mas poderia ser bem dita e mal dita por qualquer mulher. Depois de amanhã, celebra-se o Dia Internacional da Mulher. Mulheres já ocupam cargos de chefes de Estado na Alemanha, Chile e Libéria, descortinando, com coragem, novas trilhas para a humanidade, numa perspectiva abrangente da democracia.

No Brasil, paradoxalmente, é notório e sabido que as mulheres recebem, em média, rendimentos 30% inferiores aos dos homens, mesmo tendo nível de escolaridade superior. E continuam sendo agredidas e esquarterjadas em nome de um amor que se chama machismo, medo e ciúme. A Lei 11.340/06 fixou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e deu cumprimento ao disposto no artigo 226, parágrafo 8º, da Constituição Federal, à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Assegurou o acesso ao efetivo exercício dos direitos que propiciam o desenvolvimento e manifestação da pessoa, com o respeito dos seus valores, centrando o foco na questão da violência presente no mundo. Em 2005, a Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, em Belo Horizonte, registrou 7.005 queixas de estupro, assédio, lesão corporal, atentado ao pudor e outros crimes contra mulheres.

Na década de 1970, sobretudo em Minas, matar mulheres a pretexto de legítima defesa da honra criou um modismo tolerável. Movimentos feministas fizeram barulho para condenar Doca Street, que assassinou a mineira Ângela Diniz em Búzios, litoral fluminense, crime justificado por alegação da vida pregressa da vítima. Desde então impôs-se uma reflexão que trouxe à tona as raízes perversas da colonização do Brasil, em que os portugueses usavam o corpo da mulher índia e depois o da negra. Em tempo recente, empregada doméstica submetia-se à violência sexual do patrão e de seus filhos, em troca do prato de comida no quatinho do fundo da casa.

A violência contra a mulher é uma questão política, que requer enfrentamento do Estado, como o estabelecido na chamada Lei Maria da Penha, que homenageia uma cearense que sofreu, nos anos 1980, duas tentativas de assassinato, pelo marido, um professor universitário. Ela levou um tiro, ficou paraplégica; ele só foi preso depois de um processo que durou 19 anos, ficando detido por apenas dois anos. Hoje, está solto. Mudanças assinalam caminho mais curto entre as desigualdades de gênero, mas ainda falta muito para que as mulheres do mundo se sintam homenageadas.

Por Maria Amélia Bracks Duarte
Procuradora do Trabalho em Minas Gerais

Texto 7 - Anexo III
Estado de Minas 07/03/07
A saga do Proálcool

Antes de subir ao pódio mundial como sucesso de combustível e motor, a corrida do álcool no Brasil foi longa e difícil, uma verdadeira saga. Agora, é um dos motivos da vinda do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, para falar de parceria em energias alternativas (seu país é o maior produtor mundial de álcool, mas de milho, subsidiado) e oferecer contribuição na política externa, pois a posição brasileira na relação dos norte-americanos com a América Latina voltou a ser estratégica, com o surgimento do governo esquerdista radical de Hugo Chávez, na Venezuela. O Programa Nacional do Álcool (Proálcool) foi criado, em 1975, pelo presidente Ernesto Geisel (1974/79). Logo depois de os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) aumentarem o preço do barril de U\$\$ 2 para U\$\$ 12. Geisel tinha visão estratégica aguçada, fora presidente da Petrobras. Queria reduzir a vulnerabilidade do país, que importava 80% do óleo consumido. Paralelamente, acelerou o esforço de prospecção para elevar a produção brasileira, que, ajudada pelo álcool, resultou na recente auto-suficiência. Mas, no início, o Proálcool caminhou lentamente, com estudos da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio (MIC) e pesquisa de um motor para o combustível pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Em 1979, o governo Figueiredo incluiu o programa entre as maiores prioridades nacionais. A Opep promovera novo reajuste: de U\$\$ 12 para U\$\$ 32 o barril, pressionando as contas externas do Brasil. Havia sérios desafios. O programa estava assentado no setor sucroalcooleiro, de etanol da cana-de-açúcar, do Nordeste e de São Paulo, em condições precárias, endividado e inadimplente com o Banco do Brasil e o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), órgão federal encarregado de coordenar disparidades de produtividade e preço. Era preciso aumentar a produção de cana, instalar destilarias anexas às de açúcar, geradoras de álcool anidro (para mistura na gasolina), destilarias autônomas (exclusivas de álcool hidratado, a ser jogado direto nas bombas), adaptar os motores dos carros, convencer montadoras a fabricarem veículos a álcool, a rede de concessionárias a aderir e os consumidores acreditarem.

Foi um esforço de guerra, entregue a um grupo de mineiros, liderados pelo então ministro da Indústria e do Comércio João Camilo Penna (1979/84), ex-presidente da Cemig, especialista em energia, acostumado a enfrentar intempéries na construção de usinas hidrelétricas. Sob seu comando ficaram o Conselho Nacional do Álcool, o Instituto do Açúcar e do Álcool, a Secretaria de Tecnologia Industrial, o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Na implantação, os mineiros: professor José Israel Vargas, uma das referências mundias em física nuclear, química e energia, mais tarde ministro da Ciência e Tecnologia (1992/98), e os técnicos Marcos José Marques, Getúlio Lamartine, Marcos de Lima Fernandes e Roberto Pinto Carvalho – diretor Industrial do Banco do Brasil. Mais tarde, foi importante a participação do então vice-presidente da República, Aureliano Chaves, quando dirigiu a Comissão Nacional de Energia.

Em 1980, o álcool combustível passou a ser misturado à gasolina, até 22% por litro. Mais que isso não compensava pela perda energética. E a equação econômica determinou que, da mistura, a gasolina tivesse no máximo 65% do preço e o álcool 35%. Na mesma época, foi iniciada a construção de destilarias autônomas, que faziam só álcool hidratado, destinado aos postos e motores adaptados. Em seguida, a Fiat produziu o primeiro motor inteiramente a álcool, colocado no modelo 147. O Proálcool era uma realidade em 1985. havia o combustível da cana disponível em todo o Brasil, montadoras produzindo veículos com motores 100%

carburante vegetal, concessionárias garantindo manutenção e consumidores entusiasmados. O slogan de uma campanha publicitária do MIC e montadoras ficou famoso: “Carro a álcool, você ainda vai ter um”. Entretanto, os sucessivos planos econômicos do governo Sarney (1985/90) perturbaram o programa. Preços dos combustíveis eram usados para conter a inflação galopante e a estrutura de custos, bem como a matriz energética brasileira, tiraram as vantagens do álcool. Em 1989, quando 95% dos veículos vendidos era a álcool, a produção do combustível tinha caído tanto que passou a faltar. Para os usineiros não era negócio produzi-lo, melhor voltar ao açúcar. Proprietários dos carros ficaram revoltados. A situação só se reverteu a partir de 1990, quando o governo Collor liberou os preços e a produção foi reincentivada. Mesmo assim, o programa ficou quase 10 anos adormecido.

Atualmente, o Proálcool trafega pelo bom caminho. A produtividade subiu de 65 para 90 litros por tonelada. Os produtores conquistaram estabilidade financeira e surgiram novos investimentos. A safra maio/2007 a abril/2008 deve gerar 18 milhões de litros de álcool, para um consumo estimado de 14 bilhões de litros. A diferença é exportada ou usada para bebidas e químicos. O fato mais recente para fixar a confiança dos consumidores foi o motor flex, desenvolvido pela Magneti-Marelli, empresa do Grupo Fiat Automóveis no Brasil. Permite utilizar só gasolina, apenas álcool ou a mistura na proporção que for melhor financeiramente para o usuário. Atualmente, 85% dos carros novos vendidos são flex.

**Por Deusedith Aquino
Jornalista**

Texto 8 - Anexo III
Estado de Minas 08/03/07
Mensagem às Mulheres

Já são passados 150 anos desde o longínquo 8 de março de 1857, quando operárias de uma tecelagem em Nova York, rebeladas contra suas péssimas condições de trabalho, morreram dentro de uma fábrica em um incêndio criminoso. É impossível negar que muitos avanços foram conquistados desde esse março instituído em 1975 pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Dia Internacional da Mulher. Mas, muito ainda há por conquistar. É inadmissível, por exemplo, que em países africanos, a mutilação genital feminina seja uma prática comum. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) avalia que 3 milhões de mulheres e meninas sejam vítimas dessa brutal forma de violência a cada ano. Não podemos esquecer também os países árabes, onde as mulheres escondidas sob véus, vivem uma situação de inferioridade decorrente tanto dos costumes patriarcais quanto da religião. Não é preciso buscar exemplos do outro lado do mundo. Aqui mesmo, 25% das brasileiras são vítimas constantes da violência doméstica, segundo a ONU. Em 70% das ocorrências, o agressor é o marido ou o companheiro. Um caminho para mudar essa situação é aumentar a participação política das mulheres. Mas, desde a instituição do voto feminino, em 1932, são poucas aquelas que conquistaram posições de destaque no campo político. Somos a maioria da população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do eleitorado, informa o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Apesar disso, nosso país nunca teve sequer uma mulher que tenha disputado, com reais chances, as eleições para a Presidência da República.

Entre os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, só três têm governadoras: Yeda Crusius, No Rio Grande do Sul, Ana Júlia Carepa, no Pará, e Wilma de Faria, no Rio Grande do Norte. Dos 81 senadores, só 10 são mulheres. Na Câmara dos Deputados, são 46 deputadas, entre 513 integrantes. Temos uma mulher, a ministra Ellen Gracie, na presidência da maior instância do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal (STF). Mas demoramos mais de 170 anos para chegar até lá. Desde a criação dessa corte, essa gaúcha foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira. Da mesma forma, a mineira Maria Elizabeth Rocha é a primeira mulher a se tornar ministra do Superior Tribunal Militar (STM).

Dados tão desfavoráveis não condizem com o perfil da educação feminina. A síntese dos indicadores sociais do IBGE, realizada com base na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad) de 2004, revela que as mulheres já têm uma média de anos de estudo superior à dos homens: 0,9 ano a mais na área rural e 0,2 nas cidades. No entanto, a maior escolaridade não garante melhores rendimentos para as mulheres. O que o IBGE verifica é que quanto mais anos na escola menos elas ganham em relação aos homens nos mesmos cargos. Em média, considerando todos os anos de estudo, o rendimento das mulheres foi 33% mais baixo que o dos homens, apesar de sermos 43% da população economicamente ativa. Mesmo estudando mais e recebendo menos ao final do mês, as brasileiras estão assumindo a posição de chefe do lar. Das 56 milhões de famílias, quase 40% eram chefiadas por mulheres em 2004. Esse quadro, porém, não é necessariamente decorrente de uma mudança de valores e papéis na sociedade. Para o IBGE, essas mudanças são justificadas pela crescente participação feminina no mercado de trabalho e sua contribuição no rendimento familiar. Ou seja, o fenômeno decorre muito mais de uma necessidade econômica do que de uma evolução social.

Apesar dessas situações de desigualdade, a minha mensagem é de otimismo. Porque diante de tantas adversidades, a mulher não se intimida. Mesmo que não queiramos mais

sutiãs em praça pública; como fizeram no passado feministas mais arraigadas, nossa força nos faz resistir e persistir. Nossa coragem conquista e os nossos ideais nos fazem avançar.

Por Angela Pace
Advogada e Pró-Reitora Acadêmica do Centro Universitário Newton Paiva

Texto 9 - Anexo III
Estado de Minas 09/03/2007
O Seguimento de Jesus

A Igreja Católica presente na América Latina e no Caribe se prepara, com empenho e esperança para celebrar sua 5ª Conferência Geral, de 13 a 31 de maio, contando com a participação de bispos delegados, representando as várias conferências episcopais, além da presença de convidados outros, representantes da Sé Apostólica, teólogos e teólogas assessores. Por esse razão, o papa Bento XVI faz sua primeira viagem ao Brasil com uma programação concentrada na cidade de São Paulo, incluindo encontro com o povo de Deus para a canonização do primeiro santo nascido no Brasil, o beato frei Antônio de Santana Galvão. Na programação estão incluídos encontros especiais com autoridades brasileiras, bispos do Brasil e de outros muito lugares, e com a juventude. Em 12 de maio, em Guaratinguetá, Vale do Paraíba, visita à Fazenda Esperança e, à noite no Santuário Nacional de Aparecida, um momento especial de oração. Em 13 de maio, então, ocorrerá a abertura da 5ª Conferência Geral. Na esteira da preparação está a memória e fortes referências às quatro outras conferências ocorridas em 1955, no Rio de Janeiro; 1968, em Medellín, Colômbia; 1979, em Puebla, no México; e em 1992, em Santo Domingo, na República Dominicana. Todas elas tiveram marcas próprias. São inúmeros estudos e análises que explicitam estas especialidades e peculiaridades, importantes no contexto do acontecimento de mais uma conferência geral.

Não se poderá, obviamente, deixar de fazer uma retomada atualizada e comprometida da opção preferencial pelos pobres e jovens, entre outras dimensões importantes acentuadas e assumidas nesses acontecimentos eclesiais precedentes. De modo bem forte devem estar presentes, como iluminação e fecundação, as lembranças dos contextos que emolduraram o acontecimento destes encontros. Não poucas eram as tensões internas na Igreja e, particularmente, no cenário mundial. As mudanças rápidas e profundas destas últimas décadas envolvem agora o acontecimento desta 5ª Conferência Geral dos Bispos da América Latina e do Caribe. Não são poucos os que notam não existir o mesmo envolvimento, interesse e divulgação em se recordando o contexto, por exemplo, do acontecimento da Conferência Geral em Puebla. Na verdade, o contexto atual configura os desafios próprios desse momento no cenário religioso, cultural e sociopolítico da história da humanidade. Nesse cenário, a Igreja Católica é desafiada a reconfigurar sua presença de servidora no mundo em obediência ao seu Mestre e Salvador. Há um algo que antecede o tudo mais que virá em consequência, e que precisa ser buscado e resgatado, com a força de paradigma para operar revisões, indicar novos propósitos e mesmo desmontagens de esquemas de funcionamento que vão ganhando força de emperramento e obstáculo na vivência forte e libertadora da fé cristã. A referência fundamental de confronto e revisão é o seguimento de Jesus. Por isso mesmo, o tema da 5ª Conferência Geral é: “Discípulos e missionários de Jesus Cristo para que n'Ele nossos povos tenham vida”. O seguimento de Jesus Cristo é a iluminação primeira e insubstituível. Ela aponta o horizonte de busca da novidade que a Igreja precisa encontrar e viver para estar no mundo como servidora, anunciando o evangelho da vida, em contraposição dinâmica a opções que estão perpetuando um mundo perverso com os mais pobres, distanciando de princípios que corrijam os descompassos que estão sempre mais, transformando o mundo nesse caos presidido pela ganância do lucro, a indiferença com o outro, a hegemonia do individualismo, a arrogância dos endinheirados, a cultura perversa do prazer, com os outros tantos aspectos sentidos por todos na falta de indicativos norteadores para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Apesar da importância das análises e preocupações em torno das questões culturais,

sociopolíticas e religiosas, é sabido que por elas mesmas, tão-somente, não virão soluções mais determinantes e mudanças mais radicais. Quem dera se o saber por si só bastasse.

Não faltam análises dos problemas e é vasto o conhecimento das causas que compõem a situação complicada hoje vivida. Há uma novidade antiga que Jesus indicou aos seus discípulos como remédio e possibilidade de abertura de um novo caminho, correção para funcionamentos institucionais envelhecidos e cura do exagero que está fermentando a pretensão humana na contemporaneidade. A proposta tem uma simplicidade singular, com força de solução, como devem ser leves, ágeis, múltiplas as coisas todas deste terceiro milênio. É o seguimento de Jesus a proposta. Sua retomada, com radicalidade, desmontará instituições cristalizadas, dará resposta eficaz a tantas análises e explicações, modulará os corações, fará grandes revoluções. O segredo é o amor a Deus e ao próximo, e “quem quiser ser maior e primeiro seja o servo de todos”.

**Por Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Arcebispo metropolitano de Belo Horizonte**

Texto 10 - Anexo III
O Estado de Minas 10/03/07
Agroenergia e o mercado

Com a constatação científica do aquecimento global vinculado com as atividades antrópicas – IPCC-2007, sigla do inglês Intergovernmental Panel on Climate Change -, principalmente no setor energético, o apelo por fontes renováveis e menos poluidoras – evito empregar a palavra energia limpa por não acreditar que exista – aumentaram enormemente a atratividade comercial dos biocombustíveis líquidos (etanol e biodiesel principalmente). Em decorrência disso, os derivados da cana-de-açúcar (álcool, açúcar e o bagaço) tornaram-se bens ainda mais valiosos. Com o avanço tecnológico, as pontas e as folhas da cana, também se tornaram matérias primas de alta eficiência na produção de álcool, potencializando ainda mais nossa capacidade de produção. Além do açúcar, uma commodity secular, o álcool está se transformando em nova commodity e oportunidade de negócios milionários para o país.

Mas alguns fatos, decorrentes da própria movimentação mundial em torno das fontes renováveis, têm emitido sinais de preocupação com relação à nossa política de biocombustíveis, ameaçando transformá-la em atividade ambiental, social e economicamente insustentável. O primeiro sinal se refere à grave questão dos impactos negativos da ampliação selvagem da fronteira agrícola, que está sendo feita sem o devido controle e manejo sustentado. Ressalto o papel fundamental que as reservas vegetais cumprem na manutenção do ecossistema e na atenuação do problema de emissões de gases de efeito estufa (GEE). De fato o boom da agroenergia tem provocado, desmatamentos sem critérios, queimadas e uso inadequado dos recursos hídricos principalmente no Centro-Oeste, onde a monocultura da soja tem atropelado a sustentabilidade ambiental e energética. Outro exemplo vem da região do Triângulo Mineiro, onde a cana-de-açúcar tem substituído as pastagens tradicionais, impactando o negócio agropecuário. Também causa preocupação a opção preferencial do governo federal pela grande plantação de soja, que será a base do novo combustível H-Bio (mistura diesel com óleo vegetal). Essa opção, se não for corretamente implantada, vai impactar desfavoravelmente na inclusão da agricultura familiar no programa do biodiesel, além de prejudicar a gestão de preços e estoques dos combustíveis líquidos em toda a cadeia.

Fundamentais questões se referem à formação de preços e estoques. Como conciliar preços de commodities internacionais com a demanda interna? Como garantir o abastecimento, caso preços disparem no exterior (o açúcar e álcool, bem como o óleo de soja e o biodiesel, por exemplo, terão valorização inversa, por serem oriundos da mesma matéria prima)? Que papéis e limites terão o mercado e o governo? Como suportar a pressão dos lobbies do agrobusiness? Finalmente, o último grande problema é a ausência de um arcabouço regulatório forte, com autoridade política e legal de fato para barrar a priorização de interesses privados sobre o coletivo. Evidentemente, alguns interesses ligados ao grande agronegócio tremem ao som de palavras como meio ambiente e garantia de abastecimento interno, mas, com certeza, os interesses da sociedade têm que prevalecer sobre os privados. Nesse contexto, sem um marco regulatório forte, pergunto: será que uma eventual isenção de alíquota dos Estados Unidos sobre o álcool brasileiro vai ser bom para os consumidores do país? Uma solução para compatibilizar os conflitos de preços, abastecimento interno e expansão, no caso dos biocombustíveis líquidos (álcool e etanol), deveria ter por base, alguma coisa que já está sendo feita, com certo sucesso, pelo novo modelo do setor elétrico: contratos de longo prazo, com planejamento da demanda e garantia de fornecimento.

Assim, as distribuidoras nacionais deveriam ser obrigadas a prever seu mercado, com alguma margem de segurança e participarem de leilões de compra. Os fabricantes (usinas), por sua vez, deveriam ser obrigados a colocar em leilão seus estoques futuros, com contratos

de longo prazo, também com alguma margem de segurança para atender ao mercado interno. O governo por sua vez, deveria manter um estoque regulador mínimo e otimizado, para mitigar uma eventual perturbação no mercado. Um agente regulador – talvez a própria Agência Nacional do Petróleo (ANP) -, fiscalizaria essa atividade. Os excedentes de produção, bem como sobras na distribuição, poderiam ser livremente comercializados internamente ou exportados, garantindo assim sua expansão, mas de modo sustentável, para garantir o avanço ambientalmente correto da agroenergia.

Por Alexandre Heringer Lisboa
Engenheiro eletricitista e Mestre em engenharia mecânica

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)